

BOLETIM GEOGRÁFICO

ANO XII

MAIO - JUNHO DE 1954

N.º 120

Sumário

EDITORIAL: XI Congresso Brasileiro de Geografia — DE PARANHOS ANTUNES (p. 250).

TRANSCRIÇÕES: Tendências no Desenvolvimento Agrícola Brasileiro — PRESTON E. JAMES (p. 251).

CONTRIBUIÇÃO À CIÊNCIA GEOGRÁFICA: A Geografia em São Paulo e sua Evolução — AROLD DE AZEVEDO (p. 272) — Interiorização da Capital Federal — JERÔNIMO COIMERA BUENO (p. 287) — Importância do Comércio na Formação das Cidades — BRASÍLIO MACHADO NETO (p. 298).

CONTRIBUIÇÃO A GEOPOLÍTICA: Geopolítica e Moral Internacional — Pe. EDMUND WALSH (p. 304).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Solos — ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA (p. 319) — Leituras Geográficas (p. 323).

BIBLIOGRAFIA E REVISTA DE REVISTAS: Registos e Comentários Bibliográficos — Livros e Folhetos (p. 329) — Periódicos (p. 330).

NOTICIÁRIO: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia (p. 333) — Ministério da Marinha (p. 336) — CERTAMES — III Congresso Nacional de Municípios (p. 338) — XI Congresso Brasileiro de Geografia (p. 339) — XVIII Congresso Internacional de Geografia (p. 347).

RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS: XIV sessão ordinária da Assembléia Geral do C.N.G. realizada em julho de 1954 (p. 354).

LEIS E RESOLUÇÕES: Legislação Federal — íntegra da legislação de interesse geográfico — Decretos (p. 361) — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Amazonas (p. 365) — Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — íntegra das resoluções 443 a 447 (p. 366).

Editorial

XI Congresso Brasileiro de Geografia

Promovido pela veterana Sociedade Brasileira de Geografia, auxiliada pelo Conselho Nacional de Geografia, foi realizado em maio último, na capital gaúcha, o XI Congresso Brasileiro de Geografia, sob a presidência do desembargador Florêncio de Abreu e secretariado pelo autor destas linhas.

O êxito cultural e social do Congresso excedeu a tôdas as expectativas. Os maiores geógrafos brasileiros de todos os estados do Brasil acorreram a Pôrto Alegre e ali ventilaram os mais palpitantes assuntos da moderna geografia, tendo sido discutidos, em mesas redondas, entre outros, os problemas do ensino da matéria, o uso da terra e a questão dos transportes rodoviários e ferroviários. A questão da mudança da capital do país para o Planalto Central; os rumos atuais da geografia política; e uma série de outros grandes temas foram trazidos a plenário para debate, sempre ventilados com a máxima cordialidade.

Organizamos uma grande exposição geográfico-cartográfica, com a colaboração de vários departamentos especializados federais e estaduais: uma verdadeira mostra do Brasil atual físico, político, econômico, humano... Foram também promovidas duas excursões geográficas, uma às minas de carvão de São Jerônimo, no vale do Jacuí, e outra à cidade de Caxias do Sul, na região colonial do estado, ambas muito apreciadas pelos congressistas.

As sessões plenárias e públicas, sempre muito concorridas com o que de mais culto tem a sociedade gaúcha; o valor das teses discutidas e aprovadas, em número de trinta, que asseguram de antemão o valor dos "Anais" a serem publicados; as numerosas representações de órgãos públicos e particulares, que prestigiaram a grande reunião; a precisão cronométrica com que foi cumprido o programa, previamente elaborado pela Secretaria; tudo isso faz com que possamos afirmar ter tido cem por cento de êxito o Congresso.

DE PARANHOS ANTUNES
Secretário-Geral do C.N.G.

Tendências no Desenvolvimento Agrícola Brasileiro ✓

Geographical Review — July — 1953.
The American Geographical Society
of New York.

PRESTON E. JAMES

No decorrer de mais de quatro séculos os fazendeiros do Brasil tiveram amplas oportunidades de observar as qualidades da terra que ocupam. Muitos são os sertanejos analfabetos que da maneira mais difícil vieram a entender os solos e o clima mas que não puderam ampliar suas experiências; muitos também são os eruditos brasileiros e os engenheiros agrônomos que têm uma compreensão clara do problema que enfrentam. Mas entre estes dois grupos, há milhões de pessoas mal informadas: a maioria dos residentes das grandes cidades, até mesmo a maioria dos grandes proprietários de terras e, infelizmente, a maioria dos líderes políticos. Para o brasileiro médio, os sertões são profundamente misteriosos. A atração por eles origina-se na firme crença de que neles se encontram os meios de alcançar grandes riquezas; e eles repelem porque são vastos e vazios, raramente retribuindo os esforços econômicos de seus habitantes. São certamente poucos os líderes políticos que não vêem no futuro do Brasil a "marcha para o oeste", um movimento imensamente lucrativo para longe da costa, a conquista final do interior.

Mas há pessoas que conhecem bem o Brasil amando-o profundamente, e são céticos a respeito das possibilidades de desenvolvimento agrícola e pastoril dos sertões. Para muitos brasileiros tal ceticismo é uma forma de deslealdade; no entanto, parece necessário apresentar a razão dêle antes que haja um desastre.

Este artigo oferecerá evidências em favor de três importantes conclusões:

1. O tipo de terra apropriado para a continuação da agricultura explorativa está próximo da exaustão e as áreas ainda não usadas estão agora tão distantes dos mercados urbanos, que seu desenvolvimento precisa ser acompanhado por uma subida ulterior no já alto custo de vida nas cidades.

2. A agricultura moderna e científica é inteiramente praticável no Brasil e, sua aplicação tanto aos solos gastos quanto aos solos de fertilidade natural baixa, pode aumentar grandemente sua produtividade e abaixar o custo por unidade de produção de alimento.

3. Quando a agricultura científica e moderna fôr adotada pelos proprietários brasileiros, ao invés de fornecer uma base para a expansão da fronteira de colonização para o oeste, terá o efeito oposto, levando antes a um decréscimo de população nas áreas pouco habitadas e uma concentração ulterior nos lugares já densamente habitados.

O SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL

No sistema agrícola tradicional do Brasil, o esforço humano é amplamente negligenciado pelo capital.¹ Da base de recursos, enorme em tamanho mas pobre em qualidade, tem-se exigido que dê retribuições rápidas com um mínimo de

O Dr. James é catedrático de geografia na Universidade de Siracusa. É autor de um livro sobre "América Latina" e de muitos artigos sobre problemas geográficos das Américas.
Tradução de RUTH KUHLMANN.

¹ Veja-se o "Report of the Joint Brazil-United States Technical Commission", U. S. Dept. of State Publ. 3487 (Internatl. Organization and Conference Ser., II, American Republics, 5), 1949.

emprêgo de capital. De tempos a tempos, e em certos lugares, a singular combinação de terra e uso de terra foi descoberta como um meio para lucros especuladores; e seja como fôr e onde fôr que se encontrou esta combinação, o resultado foi colheitas especializadas — monocultura. Mas logo que o cansaço do solo ou o aumento de competição resultou em decréscimo de lucros, o capital disponível voltou-se para novas fontes de ganho especulativo. Grande número dos produtores brasileiros nunca seguiu a clássica teoria econômica anglo-americana de empregar mais capital nas áreas melhores assim baixando o custo por unidade.

A história econômica do Brasil está dividida em períodos durante cada um dos quais, um certo tipo de produto era lucrativo.² Houve o período do açúcar nos séculos 16 e 17. O período de mineração do ouro e diamantes no século 18 e o período do café, que começou no século 19 e teve seu fim em 1930; e houve o interesse explosivo pela borracha, pelo cacau, pela laranja, pelo sisal e outros. Quando não se obtinham grandes lucros com a especulação, lucros menores, mas ainda assim rápidos, eram conseguidos com o cultivo do arroz e do algodão. E quando tudo o mais falhava, o suporte básico da colonização rural podia ser encontrado na criação de gado.

Estes ciclos tiveram uma geografia e uma história. Cada monocultura deixou sua marca numa região específica; e o sistema todo de ciclos exploradores amparando-se numa base pastoril é amplamente limitado a um tipo de região. Este é o fato geográfico principal o qual é freqüentemente deixado de lado na análise dos problemas econômicos do Brasil.

DERRUBADAS E QUEIMADAS

A agricultura brasileira é caracterizada pela rotação de terras. A rotação de terras aplicada a uma área aparentemente ilimitada tem espalhado escassamente a população rural, criando um tipo de colonização instável, uma ausência de apêgo a determinado lugar.

A seqüência é aproximadamente a seguinte:³ Um grande proprietário adquire uma área florestal extensa. Ele é tradicionalmente interessado em gado e muito menos interessado no trabalho difícil de limpar a floresta e plantá-la. Assim, aceita de bom grado o arrendatário ou sócio na colheita, o qual, cerca parte da floresta e começa a limpá-la. Ele corta tudo, menos as árvores maiores e espera o fim da estação seca para queimar o emaranhado de galhos e folhas murchas. Depois da queima, planta por entre pedaços de carvão e troncos semi-queimados. Em solos nos quais a matéria orgânica não é inteiramente queimada, enriquecidos pelas cinzas de madeira, tira boas colheitas de milho, arroz, feijão ou mandioca. Mas depois de alguns anos, geralmente não mais do que três, suas colheitas começam a diminuir e ele planta grama, mudando-se então dali. E o proprietário tem grama para o seu gado. Ele não cuida das pastagens porém e, gradualmente, uma segunda vegetação de árvores impronunciáveis as invade, a grama é abafada ou pastada demais, e o campo é abandonado outra vez à floresta. No decorrer de quatro séculos, vastas áreas do Brasil têm sido limpas e abandonadas não uma vez mas várias vezes em seguida.

Este tipo de agricultura não é aplicada aos "grasslands" em parte porque alguns "grasslands" estão em solos tão pobres, que as colheitas não compensam o esforço do plantio. Das áreas florestais, a selva ou floresta pluvial, é tão densa e úmida e seus solos tão profundamente vazados pelas chuvas pesadas, que poucas partes delas são ocupadas pelos fazendeiros (Fig. 1).⁴ A caatinga do Nordeste é sujeita a secas tais, que sob este sistema de rotação de terras, não somente os arrendatários mas também os grandes criadores de gado têm-se empo-

² P. E. James: *América Latina* (rev. edit., New York, 1950), pp. 354-523; T. L. Smith e Alexander Marchant, eds.: *Brasil: "Quadro de Metade de um Continente"* (New York, 1951).

³ T. L. Smith: *Brazil: "People and Institutions"* (Baton Rouge, 1946), pp. 37-60.

⁴ Os mapas são baseados em compilações previamente publicadas em "Latin America" (loc. cit.) e revistas de acordo com novas observações de campo feitas em 1949 e 1950 quando o autor estava no Brasil como consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia. O escritor esteve no campo em todo o Brasil, exceto na floresta da região amazônica, durante os anos de 1930, 1938, e 1949-1950.

brecido. Na floresta de "Araucária" do sul do Brasil, onde a presença de pinheiros reflete a ocorrência de geadas, os tipos de colheita são restritos. Assim, a maior parte dos esforços agrícolas do Brasil, têm sido aplicados a uma relativamente pequena parte do vasto país: a floresta tropical.

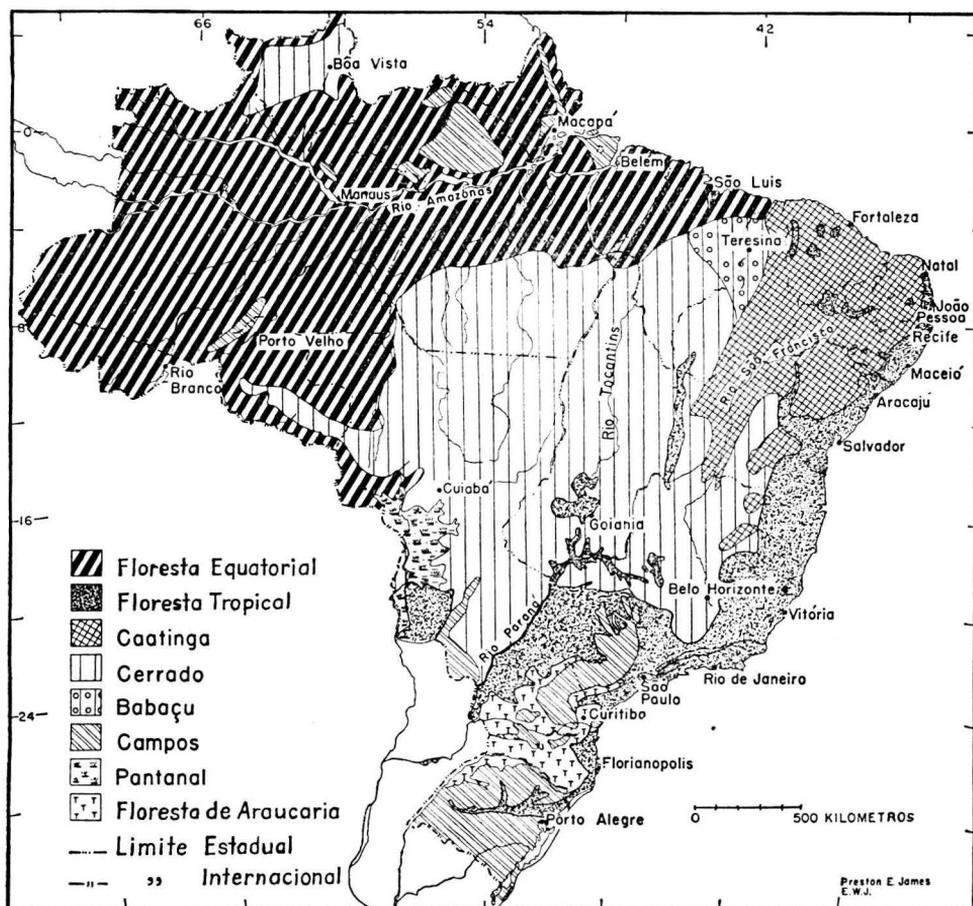


Fig. 1 — A vegetação natural do Brasil.

TERRAS DA FLORESTA TROPICAL

As florestas tropicais do Brasil, são formadas de uma mistura de árvores decíduas e de latifoliadas perenes. Elas não são inteiramente perenes como as selvas, exceto em poucos pontos chuvosos, como ao longo da costa de São Paulo; nem são inteiramente decíduas, como a caatinga. Os brasileiros reconhecem dois tipos principais de floresta tropical: a mata de primeira classe, na qual a presença de palmeiras indica bom solo e boa drenagem, e a mata seca, na qual o solo é mais bruto e mais poroso tendo menos matéria orgânica e cujo lençol d'água é profundo.

As florestas tropicais desenvolvem-se em uma grande variedade de terras. Estendem-se ao longo da costa leste, de Natal a Pôrto Alegre e cobrem a Grande Escarpa e a borda do planalto, especialmente o extremo leste de Minas Gerais e Espírito Santo. Elas se estendem pelas "highlands" do sudeste, no vale do

Paraná, no oeste de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Os sertões, porém, em sua maior parte, não são cobertos por florestas e a mata existe somente em ilhas isoladas ou em fitas ao longo dos vales mais profundos. A maior parte das terras florestadas têm outeiros ou mesmo montanhas: somente uma proporção muito pequena de floresta tropical está situada em terra plana ou em suaves declives (Fig. 2). O solo montanhoso desenvolve-se numa grande variedade de rochas e os solos resultantes são diversos.

Infelizmente, não há mapas que forneçam a informação essencial a respeito de solos, mas algumas observações gerais podem ser formuladas. Sobre as rochas cristalinas, por exemplo, desenvolvem-se alguns dos melhores solos no Brasil, para as plantas de raízes superficiais. Gnaisses nos quais a biotita é o mineral dominante, produzem um solo de barro avermelhado o qual, sob a floresta tropical, contém uma boa quantidade de matéria orgânica. Gnaisses nos quais a muscovita é o maior constituinte, produzem somente solos pobres, arenosos e de cor clara; tais solos em geral são cobertos com mata seca ou mesmo com tipos de vegetação mais pobre. Onde a rocha que o sustenta é o quartzito, sua resistência superior à erosão resultou em outeiros ou em montanhas baixas e arredondadas; os solos aqui são aptos a ser finos e cheios de cascalho, mas as chuvas podem ser suficientemente abundantes para sustentar uma floresta. As antigas rochas cristalinas do planalto brasileiro são parcial-

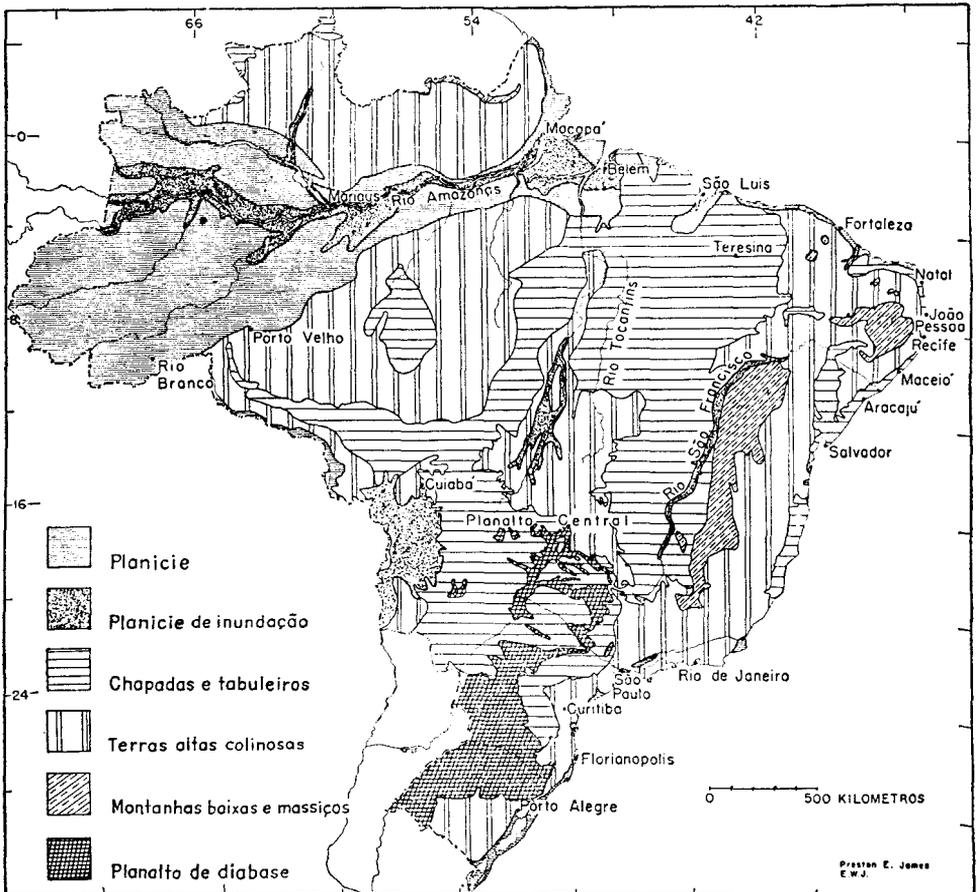


Fig. 2 — As formas de relevo do Brasil.

mente cobertas com arenitos estratificados em processo de desaparecimento. Onde a cobertura de arenito permanece, o resultado é um planalto tabular com lados íngremes e um tópo plano; o solo em tal planalto é claro, arenoso e de pouca fertilidade. Nem toda a área vista na fig. 2 como planalto tabular é sustentada por arenitos. Uma grande parte do Planalto Central se desenvolve em rochas cristalinas que, em eras geológicas passadas, tornaram-se obliquas pela erosão fluvial. Esta antiga superfície de erosão tem sido exposta por muito tempo à lixívia da chuva e exhibe hoje um dos solos mais pobres do Brasil. Grandes partes do sul do Brasil e pedaços pequenos demais para aparecer na fig. 2, são sustentados por camadas de uma rocha vulcânica conhecida como diabase, na qual se desenvolvem os famosos solos de terra roxa. Este é um solo de cor purpúrea que se descobriu ser ideal para o plantio de árvores como o café mas não tão bom para plantações superficiais como o algodão. Em sua condição original, sob a mata de primeira classe, a terra roxa é profunda e porosa; mas quando a floresta é tirada e o solo exposto ao sol e à chuva seca depressa quebrando-se em torrões, depois do que forma vocorocas com rapidez alarmante, com a primeira chuva forte.

O PROGRESSO DA AGRICULTURA

O primeiro dos ciclos de exploração das riquezas especulativas que dominaram os primeiros anos de colonização na América, foi a colheita e exportação do "pau brasil", madeira própria para tinturaria, encontrada nas florestas do Nordeste. Na procura desta riqueza, uma faixa estreita foi devastada ao longo da costa de Pernambuco e Alagoas, principalmente entre Recife e Maceió.

O primeiro dos três maiores ciclos foi o da cana de açúcar. Começou no segundo quartel do século 16 e continuou até meados de 1700. O ciclo do açúcar concentrou-se principalmente em Pernambuco, nas terras montanhosas, a sudoeste de Recife, no recôncavo baiano perto de Salvador e, mais tarde, no Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais.

Embora os dados estatísticos sejam completamente inseguros, o progresso da agricultura neste ciclo pode ser acompanhado cartograficamente com precisão considerável, e a natureza do sistema econômico pode ser claramente compreendida.⁵ Os portugueses vieram para a América muito menos preocupados em espalhar o cristianismo e em estabelecer instituições cristãs, do que os espanhóis. Os portugueses eram negociantes, procurando meios de enriquecer; e negócios naqueles dias era sempre um caso de especulação, sobretudo pelos riscos corridos no mar. O dinheiro empregado numa aventura econômica, precisava dar lucro rápido e abundante, ou era completamente perdido. Com esta atitude, os portugueses que vieram a Pernambuco e à Bahia, apresaram-se a aproveitar a oportunidade oferecida pelas terras. O açúcar era, naquela época, um produto exótico vendido em farmácias por causa de suas propriedades medicinais; os livros de receitas europeus do século 16 nem mencionam o açúcar. Mas o açúcar vendido a preço baixo e em quantidade poderia comandar um enorme mercado em potencial. No Nordeste do Brasil, depois de poucos anos de experiência com escravos índios, os portugueses, já familiarizados com os escravos em Lisboa, começaram a importar africanos. Ali estava uma situação econômica de grandes possibilidades: pessoas de atitude comercial e zelo pelo lucro rápido; terra gratuita e um abastecimento de bons trabalhadores agrícolas do outro lado do oceano; e um produto que se expandia cada vez mais rapidamente no mercado. Assim, os plantadores do Brasil tiveram sua primeira experiência de êxito na produção especulativa.

Mas nem todos os grandes senhores no Nordeste cultivaram o açúcar. As pessoas concentradas em áreas relativamente pequenas dedicadas ao cultivo do açúcar, tinham de ser abastecidas com alimento, principalmente com carne. Durante o ciclo do açúcar, a maior propriedade em toda a região era o curral descrito por Pedro Calmon em sua "História da Casa da Torre";⁶ a propriedade estendia-se por várias léguas para o sul desde o baixo São Francisco, cobrindo

⁵ Como fonte de informações sobre o Brasil, veja-se R. BORBA DE MORAIS e W. BERRIEN: "Manual bibliográfico de estudos brasileiros" (Rio de Janeiro, 1949).

⁶ PEDRO CALMON: "História da Casa da Torre" (Rio de Janeiro, 1939).

uma grande parte de Sergipe e nordeste da Bahia. As caatingas do Nordeste foram primeiramente penetradas pelos criadores, de cujas vastas propriedades o gado semi-domesticado era reunido e levado às cidades-mercados: à margem da zona de concentração colonizadora. Dentre os vaqueiros foram recrutados os soldados que atacaram e finalmente expulsaram os holandeses invasores (1624-1654). No Nordeste, portanto, há quatrocentos anos atrás, os elementos tradicionais e fundamentais do panorama da agricultura brasileira estavam todos presentes: os grandes plantadores, interessados em lucros rápidos de safra comercial; a massa de trabalhadores, que carregava o fardo de limpar a mata, plantar, colhêr e transportar a safra; os criadores de gado, interessados somente em mais e melhores pastagens mas permitindo aos fazendeiros ocupar pequenas partes de seus vastos currais do que adviria a limpeza da floresta e o plantio eventual de pastagens.

Por que então teve um fim o período de lucros especulativos em cana de açúcar? Por que os plantadores não empregaram seu capital acumulado em máquinas melhores a fim de baixar o custo da produção e assim manter sua posição competitiva no mundo ainda em expansão do mercado do açúcar?

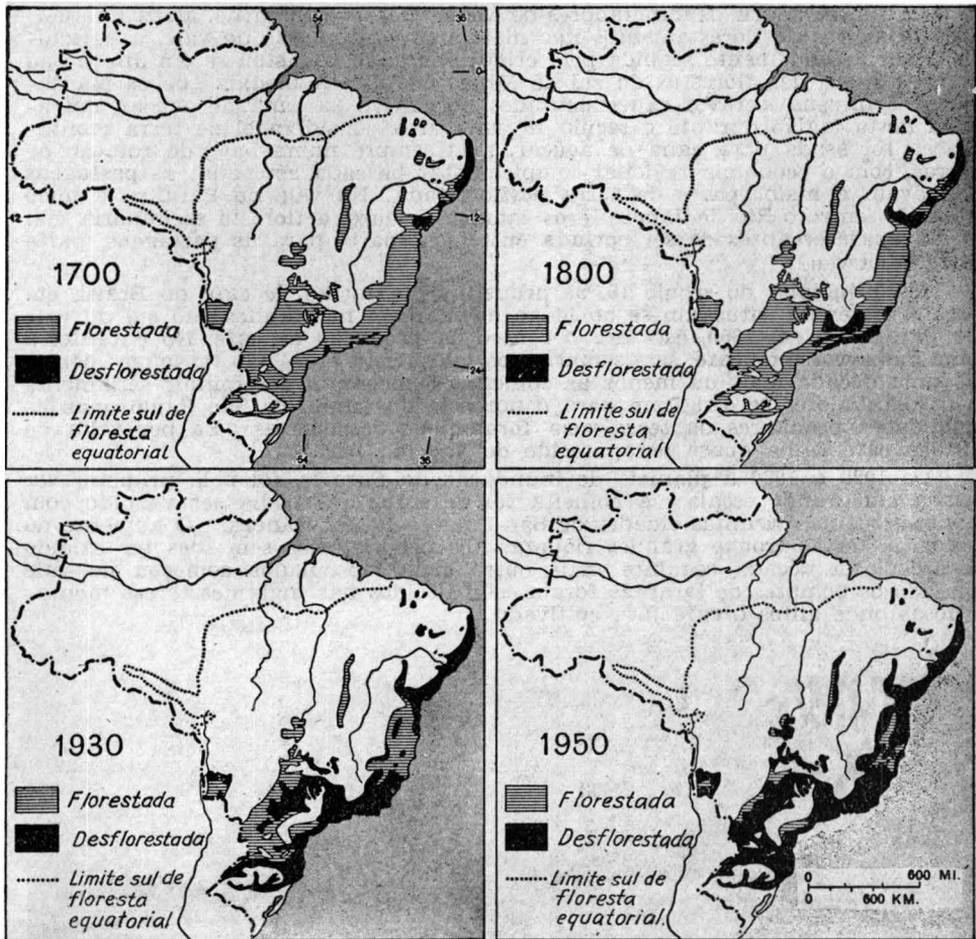
Quando os plantadores holandeses foram expulsos do Brasil, dirigiram-se à planície pantanosa costeira, das Guianas. Mas também ocuparam várias das ilhas pequenas das Antilhas. Na Guiana êles encontraram muitos obstáculos geográficos já enfrentados no Brasil. Os escravos podiam escapular no vasto interior; os produtos das fazendas tinham que ser enviados aos portos onde os navios podiam ancorar com segurança, através de estradas miseráveis. Nas Antilhas, os escravos não podiam fugir e cada fazenda podia ter seu próprio cais; além disso, as Antilhas estavam consideravelmente mais perto da Europa. Os holandeses, e do mesmo modo os franceses e inglêsés, apressaram-se a tirar proveitos das oportunidades oferecidas pelas ilhas menores, o que os capacitou de vender açúcar na Europa a preços que fizeram um corte profundo nos lucros especulativos dos fazendeiros do Brasil.

De acôrdo com a experiência anglo-americana, os fazendeiros deveriam ter empregado maior capital pelo menos nas plantações onde o clima e o solo se combinaram, oferecendo as melhores condições, assim reduzindo o custo unitário do açúcar, para que pudessem continuar a competir com as Antilhas. Não há razão para se crer que o emprêgo do capital acumulado por mais de um século de grandes lucros, não tivesse podido manter a posição do Brasil. Mas há uma diferença fundamental nas atitudes econômicas básicas, dos anglo-americanos e dos portuguêsés. Não que os anglo-americanos recusassem aceitar lucros especulativos, mas êles têm sido geralmente relutantes em abandonar uma empresa produtiva mesmo quando os grandes lucros iniciais não são mais possíveis, e têm preferido aumentar a produção com um custo unitário mais baixo, pelo emprêgo de mais capital. Não se dava o mesmo com os portuguêsés. A menos que o capital empregado retornasse rapidamente, êles preferiam abandonar um determinado produto e mesmo uma determinada região, procurando lucros especulativos noutra lugar. E no Brasil tem havido exatamente o êxito suficiente, neste modo de proceder, para conservar viva a esperança de riqueza súbita. "Fique rico" é o slogan da loteria federal no Brasil. E o conselho está profundamente enraizado no caráter brasileiro.

Mais ou menos em 1700, foi descoberto ouro em Minas Gerais. A fig. 3 indica as áreas que foram desflorestadas para cana de açúcar ou, no sistema tradicional de derrubada e queimada, para a produção temporária de culturas alimenticias e para a pastagem eventual de rebanhos. No comêço do ciclo do ouro, os criadores já se tinham movimentado ao longo das estradas do Rio de Janeiro para o interior e tinham comêçado a destruição das florestas do sudeste. A chegada dos mineradores de ouro, muitos dêles ricos plantadores com seus escravos, resultou em uma nova onda de desflorestamento e na rápida expansão para o norte, da economia pastoril, com seu sistema associado de agricultura nômade.

A tradição de lucros rápidos foi continuada e reforçada no ciclo do ouro. Havia somente mineração aluvionar, o que requer um mínimo de investimento; em poucos lugares foi tentada a mineração em veios. Quando os cascalhos mais ricos em ouro e diamantes tinham sido descobertos e explorados, as pessoas que

tinham obtido lucro, estavam prontas a procurar ainda outra fonte de lucro rápido. Lá por 1800, o interior do Rio de Janeiro, o sudoeste, tinha sido ocupado e suas florestas tinham quase desaparecido (Fig. 4).



Figs. 3 a 6 — A destruição da floresta brasileira.

O terceiro dos maiores ciclos do Brasil foi o do café, que estava se encaminhando durante as primeiras décadas do século 19 e que teve um fim em 1930. O café tinha-se espalhado através das terras desflorestadas do sul de Minas Gerais e avançado em direção ao norte na floresta do leste de Minas Gerais e Espírito Santo; mas a principal concentração do café situou-se no estado de São Paulo (Fig. 5). Em adição ao café, alguns novos desflorestamentos apareceram nos estados do sul onde os colonos alemães, italianos e poloneses tinham estabelecido suas colônias. Também no sul da Bahia, ao sul de Salvador, uma nova zona de desflorestamento foi desenvolvida pelos plantadores de cacau. Aqui também o sistema era especulador: o investimento era feito com a antecipação de lucro rápido e medidas até para a manutenção do solo, quanto menos sua melhoria, foram negligenciados. Nas plantações de café, este era e ainda é cultivado sem sombreamento pois isto permite maior concentração de árvores por acre.

A FUNÇÃO DO VALE DO PARAÍBA

Durante todos os últimos 250 anos o vale do Paraíba, ao norte do Rio de Janeiro, tem tido um papel especial. Esta foi a primeira área a ser desflorestada a fim de suprir os mineradores de Minas Gerais com carne, arroz e feijão. Dos primeiros desflorestamentos nas margens montanhosas do vale, a agricultura por arrendamento seguida pela criação de gado, arrastou-se em direção ao norte através das florestas do sul de Minas Gerais. A medida que os plantadores, com seus escravos experimentados no cultivo da cana de açúcar, entravam nesta região durante o século 18, uma área considerável de terra montanhosa foi usada para cana de açúcar, mas sempre numa base de rotação de terras, com a economia regional complementar baseada em gado; as pastagens ocupavam a maior parte da terra desflorestada. No vale do Paraíba, a meio caminho entre o Rio de Janeiro e os campos de ouro, a floresta secundária mal podia aparecer antes de ser cortada outra vez, parte para as pastagens, parte para o carvão.

Em princípios do século 19, as primeiras plantações de café no Brasil, em escala comercial, situavam-se ao longo da margem montanhosa ao sul do vale do Paraíba, e em 1850, este era o centro da produção de café. No entanto, a vida das árvores de café, sem sombra, nos solos desta área, não foi longa; depois de uma década mais ou menos as colheitas começaram a diminuir seriamente e os plantadores se dirigiram para o noroeste do estado de São Paulo onde as qualidades peculiares da terra roxa foram logo descobertas. Lá por volta de 1910 o café tinha quase desaparecido do vale do Paraíba.

De 1920 a 1930 a planície de inundação do Paraíba foi pela primeira vez usada em grande escala. A colheita foi de arroz que podia ser vendido com bons lucros nas vizinhas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O aumento do valor de terras trouxe grandes riquezas aos proprietários sem lhes ter exigido esforço. Na década seguinte mais outro ciclo especulador começou no vale quando os pomares de laranjas foram estabelecidos nas íngremes terras montanhosas onde antes o café fora cultivado.

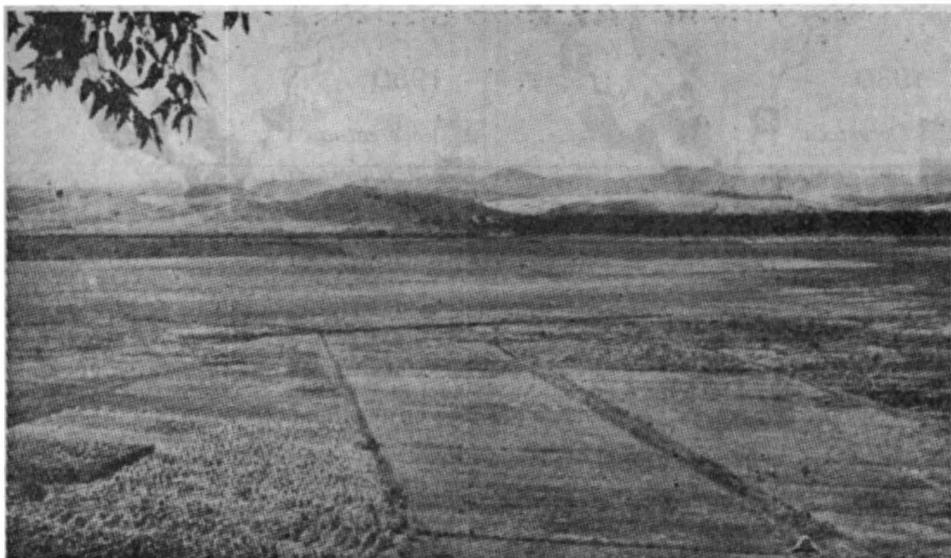


Fig. 7 — Planície de inundação do vale do Paraíba, próximo a São José dos Campos, vendo-se, para o norte, a serra da Mantiqueira. As colinas estêreis ao fundo foram outrora densamente florestadas. O arroz de terra úmida no primeiro plano é regado pela ascensão natural do nível do rio.

Um ciclo especulador depois do outro foi iniciado no vale do Paraíba. Dêste núcleo cada novo produto se tem espalhado: em direção ao norte para Minas Gerais, e em direção a oeste para São Paulo. A razão pela qual o vale do Paraíba é usado para o primeiro desenvolvimento em grande escala de novos tipos de produção, é sua localização ao longo da linha principal de transporte entre as duas grandes cidades do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, ambas agora com mais de dois milhões de habitantes. Hoje, os ensaios de agricultura moderna devem ser realizados neste mesmo vale.

Mas como um resultado dêstes ciclos, os solos do vale do Paraíba têm sido destruídos. Depois de repetidos desflorestamentos das matas secas, queimas repetidas e erosão contínua do solo, a terra tem-se tornado tão profundamente lixiviada e tão pouca matéria orgânica permanece, que agora nem mesmo árvores podem invadir as pastagens já excessivamente ralas. A paisagem ao longo das margens montanhosas do vale faz lembrar as partes mais secas do Texas. Semelhantemente, grande parte do sul de Minas Gerais sofre hoje em dia de falta de madeira até mesmo para carvão.

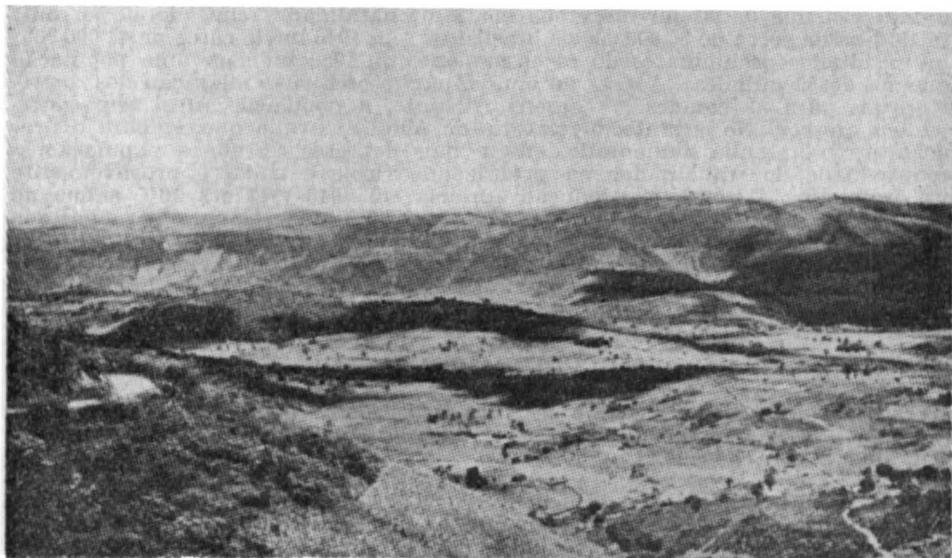


Fig. 8 — O planalto da Borborema, estado da Paraíba. As encostas escarpadas e primitivamente recobertas de mata foram deflorestadas e cultivadas. As encostas no primeiro plano são cultivadas com cana de açúcar; as terras ao fundo são cultivadas principalmente com milho. Grande parte das terras do fundo do vale é ocupada por pastagens.

TENDÊNCIAS ATUAIS

As estatísticas brasileiras não permitem uma descrição quantitativa segura, do progresso da agricultura brasileira. Antes de 1938 nem mesmo o contorno dos municípios era coordenado pelo governo federal. Em 1931 foi avaliado que no Brasil, um total de 10 008 000 hectares eram usados para a cultura. Desde então a área cultivada tem aumentado continuamente, exceto em 1934, 1936, 1941 e 1942. Em 1948 foi estimado que as terras de cultura no Brasil faziam um total de 15 748 000 hectares — um aumento de mais de 50% nos 17 anos desde 1931. Mas a possibilidade de erro é tão grande, mesmo nestes anos, que não é seguro confiar muito nos números. Somente a partir de 1945 é que os departamentos de geografia e estatística que coordenam os limites das divisões civis menores, têm sido capazes de produzir estatísticas comparáveis fora do estado de São Paulo.

Não obstante, a fig. 6 mostra um aumento bem grande de área desflorestada entre 1930 e 1950. Não há dúvida de que grande parte da floresta do oeste de São Paulo foi ocupada e desflorestada durante este período; o processo é descrito com riqueza de pormenores por Pierre Monbeig.⁷ Depois de 1930 os grandes plantadores de café, observando a redução dos lucros especulativos, estavam arrendando suas propriedades a pequenos fazendeiros ou subdividindo-as e vendendo-as a fim de empregar seus capitais excedentes na construção de edifícios de apartamento no Rio de Janeiro e São Paulo e, em menor escala, em indústrias manufatureiras. Os pioneiros que estavam desflorestando na fronteira depois de 1930, eram pequenos proprietários com pequeno capital; e o que eles cultivavam, também com esperança de lucros rápidos, era o algodão. Nos últimos anos o movimento de pioneiros tem sido para oeste no oeste do Paraná e Santa Catarina, para o norte em Goiás, nordeste de Minas Gerais e sul da Bahia.

Embora nenhum quadro quantitativo seguro da produção agrícola, no total ou *per capita*, possa ser dado, certos fatos são sugeridos tanto pelos dados estatísticos como pela observação direta. Inquestionavelmente, o Brasil tem uma das maiores médias de aumento de população no mundo. Sua média de mortalidade é acima de 20 por mil e sua média de natalidade acima de 40 por mil. Em 1920 havia cerca de 30 000 000 de brasileiros; em 1940 havia cerca de 41 000 000; e os resultados preliminares do recenseamento de 1950 indicam uma população de cerca de 53 milhões. Apesar de uma rápida e crescente migração dos distritos rurais para as cidades em desenvolvimento, a população rural tem continuado a crescer. No entanto, o relatório de Abbink⁸ avalia que, embora a produção agrícola tenha aumentado, ainda mais depressa do que a população, a produtividade do trabalhador na propriedade rural, é baixa e provavelmente tem declinado. O total da produção agrícola em 1946-1947 era 10% acima do total de 1937-1939 e 17% acima da de 1934-1936. Mas somente em 23% das fazendas havia algumas máquinas agrícolas em uso, em 1940. Os instrumentos predominantes são a enxada e o facão e, a força é fornecida pelo braço do homem. É óbvio que a agricultura no Brasil, em seu conjunto, é prodigiosamente desperdiçada, deficiente e cara.

AGRICULTURA COMERCIAL

De como é deficiente e cara a agricultura brasileira, pode-se melhor demonstrar tomando-se em consideração as três das mais importantes culturas do panorama atual: açúcar, café e arroz.

Açúcar — Grande parte do açúcar brasileiro ainda é produzido em pequenos engenhos: uns 70% vêm de engenhos com capacidade de menos de mil toneladas de açúcar por dia. Avalia-se que um investimento de mais de sete milhões de dólares em grandes engenhos capacitados de manipular entre dois mil e quatro mil toneladas de cana por dia poderia ser justificado por um aumento de produção de açúcar através de melhores processos de extração sem qualquer aumento na quantidade da cana de açúcar cultivada. Pode haver alguma dúvida a respeito de uma tal cifra, baseada em uma análise de médias estatísticas nacionais sem uma baixa regional, mas não se pode negar que com grande investimento de capital, o açúcar do Brasil poderia ser produzido com um custo unitário mais baixo.⁹

Vários aspectos deste problema são obscurecidos pelo uso de médias nacionais. Por ex.: mais ou menos 60% da cana de açúcar de Pernambuco, o principal estado açucareiro do Brasil, são cultivados em declives entre 12° e 25°. Depois de séculos de uso, o volume de erosão do solo tem sido tremendo, e a colheita por hectare é somente de mais ou menos 30 toneladas (comparado com 120 toneladas em Cuba). O terreno montanhoso impossibilita o uso de maquinaria; o preparo da terra e a colheita da cana são feitos à mão; a cana é trans-

⁷ PIERRE MONBEIG: "Pioniers et planteurs de São Paulo". (Paris, 1952).

⁸ Veja a referência citada no pé de p. 1, acima.

⁹ Veja o velho mas ainda válido relatório sobre problemas da cana de açúcar in G. DE CARLI: "Aspectos açucareiros de Pernambuco" (Rio de Janeiro, 1940).

portada em burros ou carros de boi. Parece provável que se a competição, mesmo dentro do mercado brasileiro, fôsse completamente livre, o cultivo da cana desapareceria em grande parte destas terras. Mas a competição não é livre. O Instituto do Açúcar e do Alcool, a repartição governamental encarregada da supervisão da indústria do açúcar, protege as plantações de cana do Nordeste contra a competição do açúcar produzido com mais eficiência e de mais baixo custo em outros estados, especialmente São Paulo. O Instituto cobra de cada produtor de açúcar uma taxa porcentual sôbre o custo de produção: o produtor paulista paga 13%; o produtor em Pernambuco paga sômente 6%. O Instituto não se tem entusiasmado com investimento de novos capitais em engenhos mais eficientes, pois êste investimento provavelmente seria feito em São Paulo e não em Pernambuco. Crê-se que o declínio da cultura da cana de açúcar no Nordeste, resultaria em verdadeiro desastre social para aquela região.

Nem todos os produtores de açúcar do Nordeste são operadores em pequena escala em terra montanhosa. Os produtores mais progressistas estabeleceram plantações nos ótimos solos aluviais do fundo dos vales. A produção nas planícies de inundação, depois de drenagem apropriada e sistemas de proteção contra inundações terem sido construídas, juntamente com a aplicação de fertilizantes, alcançou de 80 a 100 toneladas por hectare. Mas a área de solos de planície de inundação é pequena e os produtores progressistas são poucos.

Também passa despercebido nos dados estatísticos para o país em conjunto, o fato que muito do açúcar produzido no Nordeste não entra de modo nenhum no mercado nacional. Muitos produtores sômente produzem para o mercado regional; e o produtor marginal no sistema econômico regional não é de modo nenhum comparável com o produtor marginal no sistema econômico nacional. O principal produto das pequenas propriedades em terras montanhosas, é a rapadura, usada em todo o Nordeste tanto por jovens quanto por velhos. Tão grande é a demanda de rapadura, que muita terra que poderia ser usada para produtos tais como o milho, a mandioca, o feijão, não é usada para isto. Não é impossível que, se o governo permitisse competição para eliminar



Fig. 9 — O primeiro estágio no ciclo da rotação da terra. Esta área da floresta tropical, no "Mato Grosso" de Goiás, foi desflorestada, queimada e cultivada com arroz de espigão, entre troncos carbonizados.

a produção de açúcar para o mercado nacional nos declives úmidos de Pernambuco, eles seriam usados para cana destinada ao fabrico de rapadura e as terras de rapadura ainda mais pobres muito no interior, poderiam ser usadas para alimentos básicos. A deficiência alimentar que caracteriza o Nordeste poderia ser, pelo menos, um tanto reduzida.

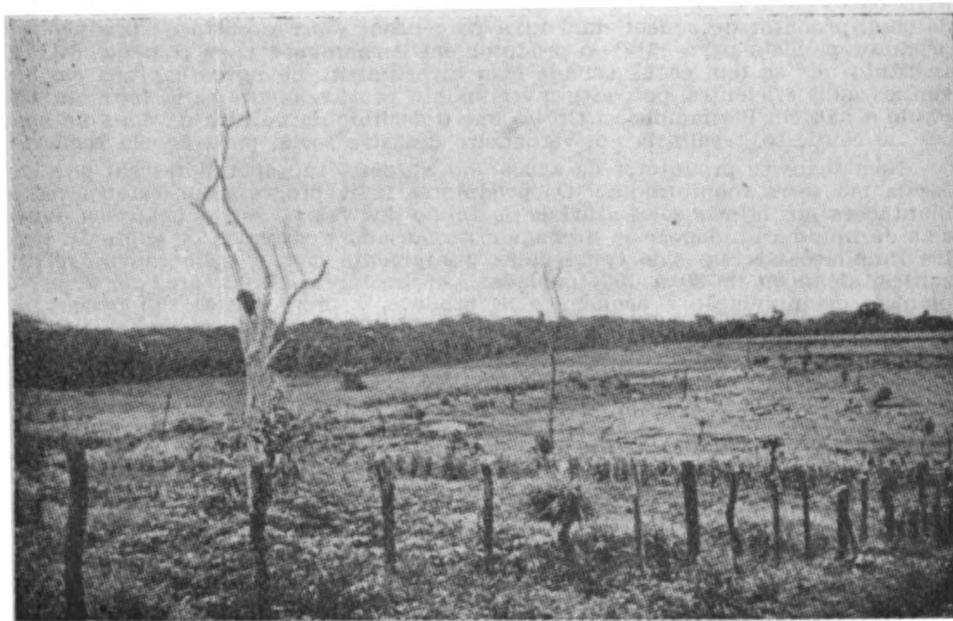


Fig. 10 — Terra recentemente queimada no sul de Goiás, em uma das últimas áreas remanescentes da floresta virgem tropical. Mandioca no primeiro plano, milho ao fundo e arroz a meia distância à direita.

Café — Depois de 1930 o ciclo do café no Brasil teve um fim; não era tão lucrativo cultivar café como tinha sido quando o governo garantia a compra de toda a produção. Em 1934 havia 2 978 400 000 cafeeiros no Brasil. Em 1950 o número tinha caído para mais ou menos 2 bilhões e avalia-se que lá para 1960 outro bilhão terá deixado de produzir. Novas plantações diminuíram grandemente desde 1930, e o plantio tem sido feito principalmente em solos pobres que proporcionam vida muito curta aos cafeeiros.

Há muito pouco solo de terra roxa (planalto de diabase) no estado de São Paulo (fig. 2). No Paraná, onde ele é muito mais extenso, a ocorrência de geadas impede a cultura do café. Mais ao norte do Paraná, na zona de geadas pouco freqüentes, grandes lucros especulativos foram obtidos em 1949 e 1950 de cafeeiros que mal tinham começado a frutificar em terra roxa e que por motivos imprevisíveis foram poupados até então, de mortíferas temperaturas baixas. Em 1920 o tipo de plantações de café em São Paulo ainda mostrava uma acentuada correspondência ao tipo de terra roxa mas em 1930 a onda de novas plantações tinha ido além da terra roxa para os solos arenosos da chapada para o oeste e para o massapê, um solo escuro argiloso, a leste de Minas Gerais e Espírito Santo (fig. 6).

Como resultado, a vida produtiva das plantações de café foi grandemente encurtada. Os brasileiros sempre plantam café sem sombra, assim amontoando muito mais cafeeiros num hectare e obtendo lucros mais rápidos. Mesmo que árvores umbrosas tivessem preservado os solos da secura e da erosão rápida e assim tivessem aumentado a vida dos cafeeiros, tal prática seria estra-

nha à tradição brasileira; seria antieconômica segundo os termos da economia brasileira. Mas uma plantação de café sem sombra em bons solos de terra roxa, tais como aquelas ao redor de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, produz bem durante 60 anos. Em contraste, a vida produtiva de uma plantação nos solos arenosos no planalto tabular a oeste de São Paulo é somente de 20 a 30 anos e nos solos de massapê do Espírito Santo os cafeeiros produzem somente durante mais ou menos oito anos.

O centro da produção de café é ainda o estado de São Paulo que é também o principal produtor de laranjas, algodão, arroz e muitos outros produtos comerciais. A diversificação estatisticamente demonstrável desde 1930, infelizmente não é aplicada em fazendas individualizadas. No que diz respeito a produtos comerciais, cada fazenda se especializa, e a rotação de terras, com períodos mais longos de colheitas, permanece característico. O principal uso da terra, mesmo nas áreas de café do estado, ainda é para pastagem.

Arroz — O arroz é o alimento básico do Brasil; juntamente com o feijão e a carne seca, é consumido diariamente pela maioria dos brasileiros. É cultivado sob todos os tipos de condições em tôdas as partes do país. Em 1948 havia mais de quatro milhões de acres de arroz — mais do que o duplo da média de antes da guerra. Três quartos de área de arroz estão no sudeste e em São Paulo mas 25% do total da produção brasileira são cultivados em cerca de 12% do total da área do arroz no vale do Jacuí no Rio Grande do Sul, onde é irrigado. Outras áreas irrigadas, no vale do Paraíba e ao longo do baixo São Francisco, são muito pequenas para figurarem no quadro nacional; além disso, as variedades de “espigão” são preferidas e obtêm maior preço nos mercados. No sudeste e em São Paulo a população, e assim, a procura do arroz estão aumentando mais rapidamente do que a produção deste cereal, resultando daí que quantidades cada vez maiores precisam ser embarcadas do Rio Grande do Sul para o norte do país.

O arroz de espigão é cultivado em cerca de 78% da área do arroz e depende das chuvas para sua produção. A maioria do arroz de espigão é cultivada em

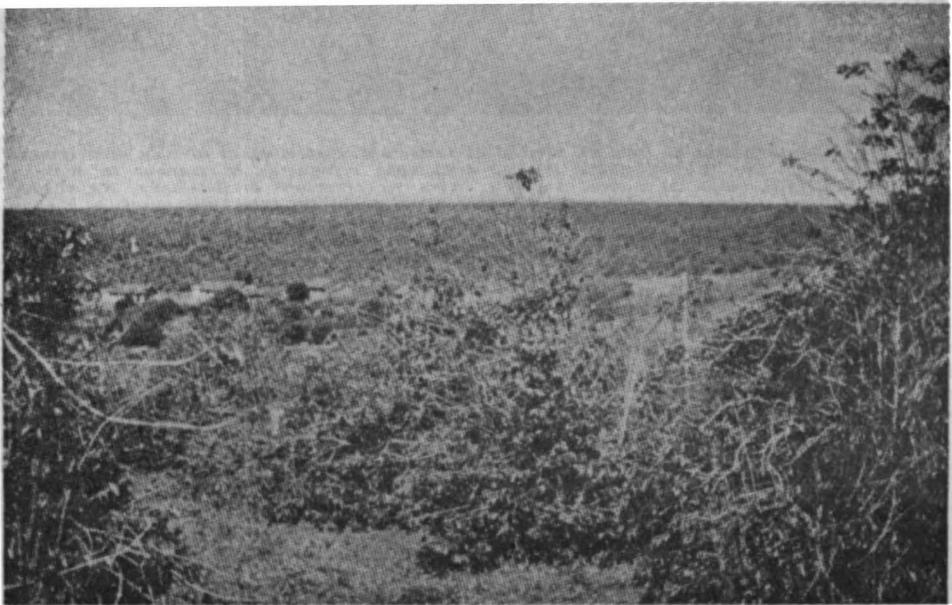


Fig. 11 — Café crescendo em terra recentemente desflorestada no norte do Paraná, perto da fronteira de São Paulo

pequenos campos por arrendatários, como uma parte do sistema tradicional de rotação de terras. Em média, a família do lavrador arrendatário produz anualmente em quatro hectares o suficiente para o seu próprio consumo, havendo geralmente uma pequena sobra para venda; as sobras maiores são obtidas dos solos virgens de florestas recentemente limpas. Estes arrendatários cultivam principalmente com a enxada e o facão, em declives de 35°. Nas terras velhas, a produção é pequena; quando ela chega ao ponto de não mais alimentar o fazendeiro e sua família, a terra é deixada permanentemente para uso pastoril. Esta é a situação ao longo de grande parte das margens montanhosas do vale do Paraíba e em amplas áreas em Minas Gerais.

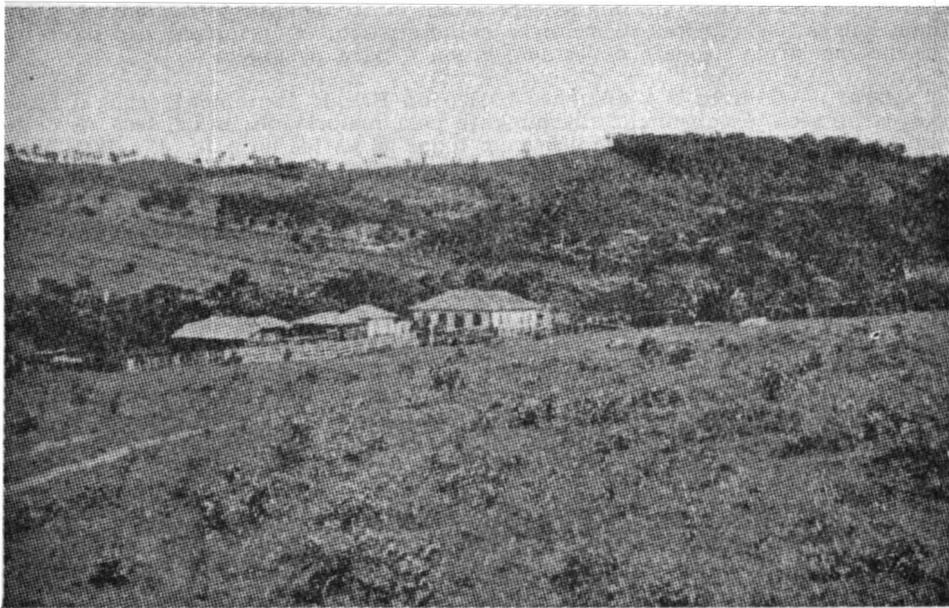


Fig. 12 — Vários estágios do ciclo da rotação de terras são visíveis nesta foto de uma fazenda do sul de Goiás. No alto da colina, floresta devastada; à esquerda da mancha de mata, o arroz é cultivado entre os troncos em uma terra recentemente desflorestada. Na encosta acima das casas, cultura de milho; no primeiro plano pasto em terra que encerrou o ciclo.

AS FRONTEIRAS

Pouco a pouco as partes da floresta tropical mais próximas dos grandes mercados urbanos têm sido destruídas pelas práticas agrícolas explotativas. Entrementes, a frente pioneira¹⁰ tem-se mudado cada vez para mais longe dos mercados. Apesar de o caminhão baixar o custo do transporte, o avanço contínuo da fronteira é sustentado por uma elevação contínua dos preços dos gêneros alimentícios. A alta do custo de vida faz pressão nas indústrias manufatureiras novas, obrigando-as a aumentar os salários; e o aumento de salários eleva o preço dos gêneros alimentícios. Os maiores lucros especulativos no Brasil atualmente, estão sendo obtidos em construções não produtivas de edifícios nas cidades e, cada vez mais, os brasileiros com capital estão colocando seu dinheiro neste tipo de empresa, a fim de conseguir lucros rápidos. Mas em agricultura, os lucros especulativos têm que ser obtidos temporariamente em determinadas frentes pioneiras, bem longe no interior. Três de tais frentes são de maior importância no Brasil de hoje.

¹⁰ P. E. JAMES: *The Changing Patterns of Population in São Paulo State, Brazil* "Geogr. Rev.", vol. 28, 1938, pp. 353-362; referência na p. 361.

Uma frente está no sul, a oeste dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.¹¹ Talvez a área pioneira de maior êxito seja a do noroeste do Paraná, onde há algumas terras apropriadas para café e outras que devem ser usadas para agricultura anual. No entanto, também aqui tem havido mudança gradual, da agricultura estável para o sistema tradicional de rotação de terras.¹² A menos que a agricultura estável, baseada em rotação de culturas e em fertilização com adubo animal, fôr adotada, as pequenas fazendas nas colônias alemãs, italianas e polonesas dos estados sulinos, não poderão sustentar uma família. No entanto, Waibel relatou que somente 5% dos colonos tinham sido capazes de estabelecer um sistema de trabalho permanente; quase metade dos colonos europeus, que praticam a rotação de terras, já destruíram uma grande parte da restante faixa de floresta tropical e de floresta de pinheiros no planalto do Paraná. O próximo passo é experimentar a colonização agrícola na pradaria aberta, ou campo limpo (Fig. 1), até agora reservada mais para pastagens. As primeiras colônias nestes campos limpos, têm, segundo informações, obtido êxito.

Outra frente tem-se movido para diante na floresta ao norte do Espírito Santo, nordeste de Minas Gerais ao norte do rio Doce, e também em direção ao sul, ao longo do litoral da Bahia ao sul de Salvador, onde o cacau é a cultura comercial. Em outros lugares as culturas desta frente são: café, algodão e arroz.

Enquanto os solos virgens podem ser encontrados, as colheitas de arroz e de algodão são suficientemente grandes nos primeiros anos para produzir lucros atraentes. Cafeeiros novos frutificam em mais ou menos seis anos e produzem daí em diante por mais ou menos oito anos. Planta-se então capim e volta-se para o uso básico pastoril. Não há nada de permanente nesta "frente" e o fim da área de floresta tropical não cortada está à vista (fig. 6).¹³

A terceira das frentes pioneiras é a pequena ilha de floresta tropical situada no meio do campo cerrado ao sul de Goiás. Na última década esta área recebeu mais publicidade do que tôdas as outras em conjunto e é amplamente anunciada pelos entusiastas como o primeiro passo na longamente planejada "marcha para o oeste".

A maior parte das terras florestais do Brasil foi cultivada pelo método usual pelos arrendatários nas grandes propriedades. A volta à economia pastoril básica era esperada e já tem transformado mais de metade da floresta em pastagem. Mas há também uma colônia federal importante nesta área, a "Colônia Agrícola", na qual 3 500 lavradores sem terras, a maioria de Minas Gerais, se estabeleceram desde 1945. A oeste da colônia federal, estão se desenvolvendo agora, rapidamente, colônias do estado para pequenos lavradores. Ao longo do lado leste do rio das Almas há propriedades compradas por norte-americanos que parecem ver neste ponto remoto um refúgio contra a destruição que ameaça o resto do mundo.¹⁴

A agricultura nesta área inclui arroz, algodão, café, milho e feijão. O preço pago por um saco de arroz em Anápolis, a principal cidade comercial, é cerca de duzentos cruzeiros, cem cruzeiros menos que na cidade de São Paulo. O transporte de um saco de arroz a São Paulo custa somente 35 cruzeiros; o restante é absorvido pelos intermediários, os quais tiram tôda vantagem da dificuldade de armazenamento, para pagar um preço mínimo aos fazendeiros.

O "Mato Grosso" de Goiás está cerca de 70% desflorestado. Em outros cinco anos a floresta virgem terá desaparecido. Então, o Brasil compreenderá súbitamente que uma fonte que tem provido o sustento para o sistema tradicional por mais de quatro séculos, ter-se-á esgotado. Por muitos anos, daí por diante, os lavradores arrendatários poderão encontrar florestas secundárias para cortar a fim de transformá-las em pastagens para os grandes proprie-

¹¹ Idem: *The Expanding Settlements of Southern Brazil*, "Geogr. Rev.", vol. 30, 1940, pp. 601-626.

¹² LEO WAIBEL: *European Colonization in Southern Brazil*, "Geogr. Rev.", vol. 40, 1950, pp. 529-547.

¹³ Para informações adicionais sobre as colônias pioneiras do Brasil veja os trabalhos de PIERRE DEFFONTAINES, REINHARD MAACK, PIERRE MONBEIG e outros arrolados no "Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros".

¹⁴ VIRGINIA PREWETT: *Beyond the Great Forest* (New York, 1953) — é um quadro vivido e exato do interior brasileiro.

tários. Mas, à medida que os intervalos de crescimento da floresta se tornarem menores e a pressão da população aumentar, as colheitas irão diminuindo e os preços subirão. Muito antes de desmoronar-se o sistema econômico, as pressões sociais e políticas imporão uma mudança revolucionária.

O PROBLEMA DOS "GRASSLANDS"

A maior parte do interior do Brasil, sul da floresta amazônica, é coberta por uma mistura de árvores decíduas enfezadas e de gramíneas ásperas, conhecida como "campo cerrado" (fig. 1). Há uma considerável variedade dentro desta categoria geral de vegetação; julga-se mesmo que algumas áreas agora cobertas pelo campo cerrado, teriam sido originariamente florestadas. O desflorestamento freqüente demais e a queimada podem impossibilitar a volta da floresta, provocando o desenvolvimento de um campo cerrado artificial. Mas há vastas áreas que nunca foram cobertas de florestas.

Uma destas áreas é o Planalto Central, a parte de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, drenada pelos afluentes do Amazonas, São Francisco e Paraná.¹⁵ O divisor é amplo e chato, um terreno geologicamente velho que preserva um nível de erosão antigo, há muito exposto à ação destrutiva do tempo. As chuvas são pesadas mas concentram-se numa estação chuvosa; há uma longa estação seca. O solo é o mais pobre possível, lixiviado de seus minerais mais facilmente solúveis e eluviado pela filtração para baixo, das águas das chuvas pesadas. A superfície é arenosa e de cor clara. Por baixo há uma camada de óxido de ferro, conhecida como "canga", a qual pode ser quebrada somente com dinamite e "bulldozers". Por muito tempo os brasileiros consideraram este solo apropriado somente para pastagens pobres.

Em certos lugares a canga conserva testemunhos tabulares da antiga superfície; em outros lugares um terreno íngreme e montanhoso segue ao longo dos maiores vales, podendo haver manchas ou faixas de floresta, pequenas para aparecer em mapas tais como o da fig. 1. Onde a erosão regressiva das nascentes dissecou o Planalto, a canga foi cortada e a rocha subjacente foi exposta; o "Mato Grosso" de Goiás ocupa uma área montanhosa cortada no Planalto pelas nascentes do Tocantins. Por sobre as áreas montanhosas cortadas pelos rios há depressões de declives suaves, ou "dales", nas quais uma erosão vigorosa ainda não se processou; estas oferecem algumas possibilidades agrícolas melhores do que as que se podem achar no próprio Planalto.

O que pode ser feito com estas terras? Esta pergunta é vital para o futuro do Brasil. Se, como algumas pessoas acreditam, pode-se encontrar métodos de se transformar o campo cerrado em terra agrícola produtiva, ou mesmo criar nêle pastagens melhoradas, ter-se-á acesso a uma nova fonte de recursos. Mas se as terras de canga nunca puderem ser assim desenvolvidas, e se as áreas de floresta montanhosa são muito pequenas e espalhadas não comportando um padrão de colonização praticável, o interior do país terá que ser classificado como extremamente baixo em produtividade — muito mais baixo que a floresta tropical.

Tem havido alguma experimentação, em grande parte sem êxito. Uma tentativa de plantar o algodão com maquinaria foi um malôgro completo. Uma colônia de deslocados de guerra, embora auxiliada pelo Estado com maquinaria, e pelos colonos com o desejo ardente de fazer um novo lar onde possam permanecer sem medo, ainda está dependendo de fora para seu abastecimento de alimentação. O solo de campo cerrado de uma colônia italiana foi profundamente erodido onde fôra lavrado por máquinas. Um negociante brasileiro teve êxito na produção de arroz no campo cerrado de Goiás e no seu transporte por aviões ao Rio de Janeiro mas descobriu-se que a terra que êle usa é realmente uma faixa de solo aluvial, com certeza originariamente coberta de floresta muito pequena para aparecer nos mapas de escala reduzida desta área.

É óbvio que a área mostrada na fig. 1 como campo cerrado é altamente generalizada. Este é o tipo de vegetação predominante mas há muitas outras áreas pequenas com outros tipos de solos e coberturas vegetais. Antes que

¹⁵ LEO WAIBEL: *Vegetation and Land Use in the Planalto Central of Brazil*, "Geogr. Rev.", vol. 38, 1948, pp. 529-554.

qualquer movimento em larga escala, de novos colonos, seja empreendida nesta vasta e pouco habitada parte do Brasil, pareceria imperativo proceder-se a cuidadosas classificações de terras, com minúcias suficientes para identificar e delinear as áreas onde as condições físicas e outras são apropriadas para colônias agrícolas. Na ausência de tais pesquisas, tôdas as previsões com respeito às fontes básicas de riqueza agrícola, não são mais do que conjecturas.

Mas embora certas áreas no interior sejam apropriadas à agricultura, o fator distância dos mercados permanece. Presentemente a alta inflacionária dos preços dos alimentos nas cidades, mantém o movimento de pioneiros para lugares cada vez mais remotos. O fato de que o arroz pode ser transportado por via aérea a mil milhas e vendido no mercado do Rio, indica alguma coisa sôbre os preços que os moradores das cidades devem pagar pelos seus gêneros de consumo.

Os peritos recomendam um tipo um tanto diferente de desenvolvimento econômico nestes lugares remotos.¹⁶ Ao invés de cultivar os produtos tradicionais e transportá-los a longas distâncias para portos e mercados, como ainda se tenta fazer, seria preferível transformá-los localmente em mercadorias de valor que poderiam mais facilmente enfrentar o alto custo de expedição. O milho poderia ser dado aos porcos, por exemplo, e os porcos transformados em banha. O algodão poderia ser descaroçado perto de seu centro produtor e manufaturado em alimento de animal, em óleo, e mesmo em tecidos. As indústrias manufatureiras usando materiais brutos locais, poderiam ser estabelecidas nas cidades do interior. Há necessidade de se facilitar o armazenamento de gêneros alimentícios para libertar o pequeno fazendeiro do domínio dos intermediários. Mas antes que as indústrias possam ser estabelecidas com segurança, antes que valha a pena pagar o custo de melhorar e expandir o transporte, e antes que possam ser planejadas as facilidades de armazenamento,



Fig. 13 — Um raro exemplo de cultura científica — cultura em contôrno na fazenda de Olivio Gomes, em colina de solo cansado, em São Paulo. A cultura de adubo verde será revolvida pelo arado. Em 2 anos o solo foi reconstruído, e grandemente aumentada a capacidade das pastagens das terras de cultura.

¹⁶ Veja-se GEORGE WYTHE, com a assistência de R. A. WIGHT e H. M. MIDKIFF: *Brazil: An Expanding Economy* (New York, 1949); e H. W. SPIEGEL: *The Brazilian Economy: Chronic Inflation and Sporadic Industrialization* (Filadélfia e Toronto, 1949).

é necessário conhecer o tamanho e forma das áreas de produção potencial. Os números referentes aos totais de terra de produção acessíveis mesmo se exatos e seguros, não são suficientes. Pois se estas terras são arranjadas em faixas longas e estreitas ao longo dos rios, o problema de reunir os produtos num ponto central de embarque, será certamente grave. E, com certeza, qualquer tentativa séria de mudar a capital do país, por decreto, para esta área central, com a idéia de que seu estabelecimento ali resultará num movimento da periferia para o interior de nova colonização, é perigosa e mal aconselhada. Longe de resolver o problema de alimentação no Brasil, isto o agravaria grandemente.

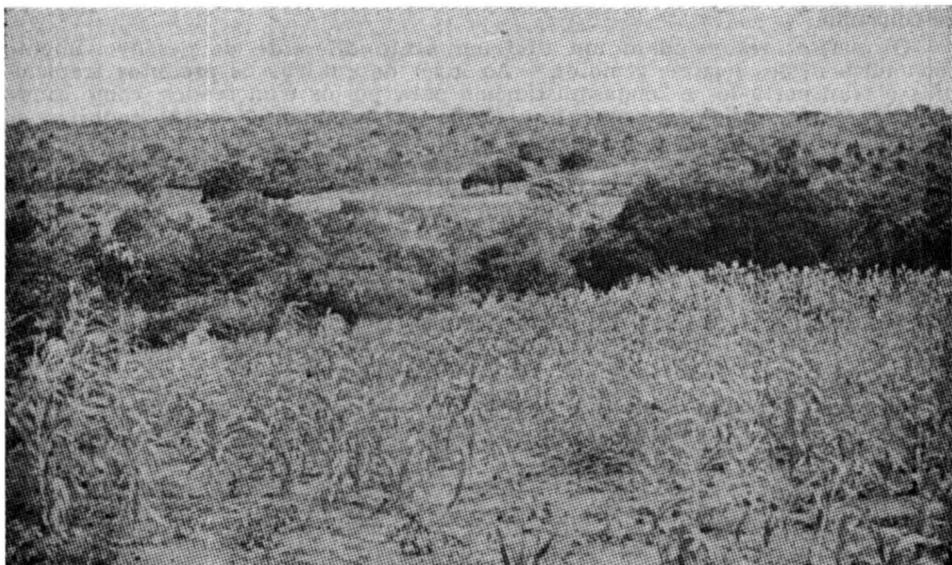


Fig. 14 — Desflorestamento no campo cerrado do sul de Goiás. Esta fotografia foi feita em janeiro, na estação chuvosa; na estação seca as árvores perdem parte das folhas. A qualidade do milho no primeiro plano reflete a pobreza do solo.

AGRICULTURA CIENTÍFICA

A agricultura científica pode ser praticada numa base econômica. Não há dúvida de que hoje a qualidade do solo, seja ele natural ou resultado de uso humano, não é tão importante como o era antes. É possível reconstruir um solo através de maquinaria, de cultura de adubo verde e de fertilizantes químicos ou animais; de fato, alguns técnicos de solo pensam que os solos arenosos possam ter uma vantagem sobre os solos argilosos, uma vez que reagem mais facilmente ao fertilizante. Terraços e outras estruturas para conservação dos solos podem preservar os solos reconstruídos. Todas estas cousas foram demonstradas e têm sido comprovadas no Brasil.

Perto de São José dos Campos, no vale do Paraíba a 110 quilômetros de trem de São Paulo, a nordeste desta cidade, um rico proprietário de terras chamado Olívio Gomes, tem uma fazenda de cerca de 7 280 hectares. Nesta fazenda está incluída parte da planície de inundação do Paraíba, mas também possui uma área considerável dos solos mais pobres nos terraços dissecados no lado norte do vale — terras que têm atravessado ciclos repetidos de monocultura, de repetidas derrubadas e queimadas e séculos de pastoreio excessivo e de erosão. Um lugar melhor para demonstração do que a agricultura científica pode fazer, seria difícil encontrar.

O senhor Gomes começou fazendo um estudo das possibilidades da terra em mapas de grande escala. Ele cartografou os solos, os declives e ocorrência de água. Com o auxílio de maquinaria, de conselhos de técnicos e novas variedades de plantas fornecidas pela "Nelson Rockfellers American International Association for Economic And Social Development", a terra exausta foi transformada em dois anos. Terras montanhosas foram transformadas em terraços e as planícies de inundação foram cercadas com diques; nos solos em que a erosão fôra profunda, foi plantado o adubo verde e mais tarde foi arado profundamente. Milho híbrido foi comprado da "Rockefeller's International Basic Economy Corporation" (a qual promove novas emprêsas das quais se espera que operem independentemente como qualquer outro negócio). A fazenda agora cultiva milho, feijões, arroz, trigo e aveia e os vende com lucro, mesmo depois de subtrair o custo dos melhoramentos. No vale do Paraíba os métodos científicos poderiam resultar em colheitas de 70 alqueires de milho de verão por acre ou 50 alqueires de milho de inverno, 29 alqueires de trigo ou 28 alqueires de aveia.

A terra está necessitando de fertilizantes químicos. O mais caro é o fosfato que em parte precisa ser importado e poucos fazendeiros o usam. O uso de pó de osso de fosfato de rocha seria tecnicamente praticável e dentro dos limites de custo. Também falta o cálcio. Nos Estados Unidos o cálcio custa cerca de 3 dólares por tonelada; no Brasil custa o equivalente a 10 dólares. E no entanto, há depósitos de cálcio no Brasil e o país poderia ser auto suficiente neste fertilizante se suas fontes fôsem desenvolvidas. Da mesma forma o nitrato é seriamente requerido. Foi sugerido que a energia elétrica que está sendo produzida nas quedas de Paulo Afonso fôsse usada para a manufatura de nitratos do ar. Haveria possibilidade de preços baixos para todos êstes fertilizantes desde que aumentasse o número de seus consumidores.

Mas nenhum dos vizinhos do senhor Gomes voltou-se ainda para a agricultura científica. Não se podem esperar lucros especulativos, nem retribuições rápidas dos capitais empregados. Êste é um conceito econômico pouco conhecido no Brasil.

O senhor Manuel Carlos Aranha pensa que os métodos agrícolas científicos podem ser mais bem aplicados em fazendas de cerca de 320 hectares. A fazenda Rio da Prata do senhor Aranha está localizada em Rocinha no município de Jundiá, mais ou menos a noroeste de São Paulo como a fazenda do senhor Gomes está a nordeste desta.

Outra vez a demonstração foi realizada em terras tão completamente exaustas como quaisquer outras nas vizinhanças. A terra da fazenda foi primeiramente desflorestada, limpa e plantada de cana de açúcar, no século dezoito. Durante o periodo de expansão do café no estado de São Paulo, foi usada para café. Depois de cada periodo de monocultura ela retornava a pastagem, com intervalos de rotação de terras, quando o milho, o arroz e o feijão eram plantados com o propósito de constituir novas pastagens. A terra é montanhosa e tem sofrido profunda erosão.

O senhor Aranha também tem feito uso das organizações de Rockefeller para obter maquinaria, conselhos técnicos e novas variedades de produtos. Ele também transformou em terraços ou cultivou segundo curvas de nível suas terras montanhosas. Muitos produtos são plantados em rotação e dados aos porcos e rebanhos; o estêrco do gado constitui o fertilizante. Pela aplicação de máquinas, êle reduziu o número de lavradores necessários ao trabalho da fazenda, de mais de 300 para menos de 100. Em cerca de 2 anos êle eliminou as ravinas, aumentou grandemente as colheitas e a capacidade das pastagens e melhorou a qualidade de seus animais. Indubitavelmente, a experiência é lucrativa e outorga profunda satisfação a um proprietário imbuído de amor à terra e a seus produtos. Mas ela não traz uma retribuição rápida do capital empregado.

Não pode haver dúvida de que a agricultura científica pode ser aplicada com êxito no Brasil e que sua aplicação resultaria em elevar tanto a quantidade quanto a qualidade de produtos alimentícios e baixar o custo dos alimentos. De fato, é difícil ver como um país com alta natalidade possa por muito tempo evitar a transformação de sua agricultura explotativa tradicional num

sistema agrícola que produz mais alimento por menor custo unitário. Se esta mudança fôr muito retardada, as conseqüências políticas e sociais podem ser desastrosas.

A agricultura científica tem vários aspectos. Em primeiro lugar, deve ser baseada no uso de maquinaria que deve substituir a enxada impulsionada pelos músculos humanos, e, em rotação e diversificação de culturas nas fazendas; o sistema de rotação deveria incluir rebanhos em pastagens melhoradas. Devem ser adotadas medidas de conservação dos solos para verificar e impedir a erosão de terras cultivadas em declives fortes. Os solos devem ser reconstituídos com fertilizantes químicos e orgânicos. Os proprietários devem aceitar a mudança de lucros especulativos rápidos para um sistema econômico de mais maturidade. Concomitantemente, deve haver contróle dos intermediários, estabelecimento de instituições financiadoras para amparar os fazendeiros, construção de instalações para armazenamento e aquisição de meios de transporte mais novos e eficientes.

Outro aspecto da agricultura científica é o cultivo de novos produtos e de variedades melhoradas de produtos bem conhecidos; de fato, uma fase de novo programa de produção que está rapidamente tomando conta do estado de São Paulo, é o uso do milho híbrido, desenvolvido por um subsídio da "International Basic Economic Corporation". Para melhorar a qualidade dos animais, insiste-se no uso cada vez maior de ração vegetal como a aveia. Entrementes, um novo produto alimentício apareceu e está sendo entusiásticamente descrito. É o "adlay" (*Coix lacryma-job*), um cereal tropical cultivado primeiramente nas Filipinas e na Índia. Diz-se que produz mais alimento em um acre do que o arroz com casca. Cresce em solo pobre, requer pouco trabalho, produz por vários anos depois de uma sementeira e produz um grão rico em proteínas. Se os habitantes das cidades do Brasil pudessem ser levados a adotar este novo cereal oferecendo assim um mercado para êle, dar-se-ia um passo em prol da melhoria da dieta e do decréscimo do custo de vida.

A agricultura científica, justificada economicamente porque oferece a única esperança de produção de mais alimento por menos custo, terá conseqüências sociais importantes. O pequeno fazendeiro independente, o pioneiro que limpa um pequeno espaço de floresta para si mesmo e para sua família, pareceria antiquado. Êle é em realidade um produtor de alto custo. Sem dúvida, pode parecer desejável a algumas pessoas estabelecer colônias auto-suficientes em lugares remotos. Mas a criação da auto-suficiência nos lavradores não solveria o problema da promoção de uma vida melhor para o grupo industrial e urbano do mundo capitalista. Pode haver controvérsia acêrca do tamanho ideal de uma fazenda: possivelmente 320 hectares seriam suficientes como diz o senhor Aranha; talvez em alguns lugares uma fazenda maior fôsse mais eficiente. De qualquer modo, se uma fazenda de normas tradicionais muda para a prática da agricultura científica, o número de lavradores necessários é cortado de dois terços.

Poderiam ser sugeridas comunidades cooperativistas; e o desenvolvimento de cooperativas está planejado para certas colônias novas de imigrantes dos Países Baixos. Mas conseguir que um pequeno lavrador arrendatário do Brasil rural se una a uma cooperativa, seria quase impossível. Êle aprendeu, através de amarga experiência de lucros rápidos, a não confiar em ninguém. O antigo governador de Goiás, senhor Coimbra Bueno acredita que práticas agrícolas melhoradas resultariam da colocação inteligente de colonos imigrantes e postos agrícolas modernos no meio de fazendas arrendadas, de métodos tradicionais. Êle acredita que o brasileiro aprenderia pelo exemplo. Tal tem sido o caso em Minas Gerais, onde os melhoramentos na agricultura se têm espalhado ao redor das escolas agrícolas em Lavras e em Viçosa. No entanto, a experiência no sul do Brasil, conforme relata Leo Waibel,¹⁷ indica que o oposto pode ser esperado: que os fazendeiros imigrantes seriam forçados a regredir para um sistema menos eficiente. Não há ainda evidências que os esforços do senhor Gomes e do senhor Aranha possam ser copiados logo pelos seus vizinhos. Certamente, não será fácil mudar a atitude fundamental dos brasileiros para com lucros rápidos em relação ao capital empregado. Isto constitui um desafio de caráter educacional importante.

¹⁷ *European Colonization in Southern Brazil.*

Este desafio está sendo aceito, ou, pelo menos, enfrentado de várias maneiras contrastantes. Os técnicos agrícolas brasileiros que ensinam e demonstram nas excelentes escolas agrícolas estão obtendo efeitos lentos mas definidos. Nelson Rockefeller pôs em prática sua compreensão dos problemas latino-americanos nas duas organizações anteriormente mencionadas.

MUDANÇAS NO SISTEMA AGRÍCOLA

Caso a agricultura científica seja adotada no Brasil, quais serão as consequências desta mudança sobre a distribuição do contingente humano, sobre a colonização e sobre a "marcha para o oeste"? Há talvez duas hipóteses que o geógrafo pode oferecer.

Uma consequência será a mudança no conceito de declive. Presentemente o terreno no Brasil é considerado muito íngreme para a agricultura somente quando seu declive é acima de 35°. Este limite ainda permite muita erosão do solo, tanto que tal agricultura num terreno tão íngreme provavelmente não poderia ser trabalhado permanentemente. Mas se houvesse aplicação de maquinaria o quadro todo mudaria. Os tratores só podem ser usados em solo massapê em declives com menos de 6°; possivelmente em solos arenosos e de cascalhos podem ser usados até 8°. Se somente tais terrenos devem ser considerados aráveis, a mecanização reduziria enormemente a área agrícola potencial.

A segunda consequência diz respeito à mudança no significado de localização. Podemos concordar que os métodos modernos poderiam ser aplicados à maioria dos solos do país. É inteiramente possível que mesmo as terras estéreis de canga do Planalto Central, possam ser transformadas. Mas para que tal agricultura seja lucrativa, baixando os preços dos produtos agrícolas nos grandes mercados urbanos, ela deve ser aplicada primeiramente em lugares fácil e módicamente acessíveis a estes mercados. Quer isto dizer que a agricultura científica deveria aparecer primeiramente próximo ao Rio de Janeiro e São Paulo, como na Baixada Fluminense por exemplo; no vale do Paraíba ou nas velhas terras do café nos arredores de Campinas e Sorocaba, em São Paulo; e as fazendas em que estes métodos terão mais êxito serão aquelas localizadas próximo a uma rodovia ou ferrovia de primeira categoria. Esperar que a agricultura científica seja economicamente possível no remoto campo cerrado do interior antes que as terras mais próximas do centro de população tenham sido completamente transformadas, é estar bastante longe da realidade no que diz respeito ao significado de localização.

Assim parece que as tentativas de promover a "marcha para o oeste" nesta época seriam seriamente mal encaminhadas. Há um considerável perigo em traçar-se, no Brasil, um paralelo ao "movimento para o oeste" dos Estados Unidos que, depois de 1865 fez surgir das pradarias solos escuros e ricos. As condições econômicas daquele período não existem mais; e a geografia do Brasil não é semelhante à do centro oeste norte-americano. O Brasil seria mais bem servido se fossem encontradas soluções baseadas na análise de seus próprios problemas particulares e na avaliação de sua própria combinação de recursos. Seria preciso força e não persuasão, para impedir a atual corrente migratória, das pouco habitadas terras do interior, para as cidades. A transformação da agricultura brasileira reforçaria aquele movimento, não o enfraqueceria.



Contribuição à Ciência Geográfica

A Geografia em São Paulo e sua Evolução*

AROLDO DE AZEVEDO
Universidade de São Paulo

* * *

No momento histórico em que a cidade de São Paulo comemora seus quatro séculos de existência, justo é que se tente examinar a maneira pela qual os estudos de Geografia evoluíram no âmbito das fronteiras paulistas.

Mas, que Geografia? — poder-se-á perguntar, com toda razão. A Geografia puramente descritiva e enumerativa, tipo catálogo, que tanto horror causava e ainda causa, por ser um instrumento de martírio dos estudantes, obrigados a guardar de memória listas intermináveis de nomes e de números? Ou a Geografia que se confunde com a Topografia e a Cartografia, ainda hoje admitida por alguns, em nosso país? Ou, finalmente, a verdadeira Geografia, a Geografia moderna que se estuda nos meios cultos da Europa e da América notadamente, em que a interpretação dos fatos constitui o coroamento de pesquisas realizadas no terreno e de estudos elaborados em bases científicas?...

Eis o problema. Problema de grande importância, porque, conforme o conceito que venhamos a adotar, entre os três acima expostos, as investigações seguirão rumos completamente diversos e, sobretudo, variarão espantosamente os pontos de partida. Cumpre resolvê-lo, porém, para que se dê um balanço do que se fez até aqui, a fim de verificar se o nosso estado, no ano em que comemora o 4.º centenário de sua metrópole, se acha em plena forma, nesse setor, ou continua em atraso relativamente aos grandes centros de cultura do Mundo.

Um investigador apressado, em dia com a evolução da Geografia no campo internacional, talvez se decidisse, sem mais preâmbulos, desprezando tudo quanto diga respeito aos dois primeiros conceitos atrás citados. Mas isto seria injusto porque, entre as publicações que lhes correspondem, aparecem obras-fontes que continuam a ser extremamente úteis aos geógrafos modernos.

Acreditamos que o problema poderá ser resolvido de maneira satisfatória se procurarmos um marco, uma espécie de divisor ou de fronteira entre as fases correspondentes a conceitos tão diferentes; e este marco só pode ser representado pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no ano de 1934.

Bem sabemos que nos poderão acoirar de suspeitos, diante de uma afirmativa desta ordem. Entretanto, temos coragem de fazê-la, uma vez que os fatos, e não simples palavras, falam de maneira eloqüente, positiva e definitiva sobre o assunto, bastando que os registremos.

A GEOGRAFIA EM SÃO PAULO ANTES DE 1934

Os estudos de caráter geográfico anteriores à criação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo incluem-se, sem nenhuma exceção nos dois primeiros conceitos, que citamos de início.

As obras publicadas na época imperial e no período republicano, antes de 1934, sob o título de "Geografia" ou "Corografia", não passam de modestos com-

* Transcrito de *O Estado de São Paulo*, de 25-I-54, edição do IV centenário.

pêndios destinados ao ensino primário ou secundário e aparecem eivados dos defeitos que tão bem caracterizavam a velha Geografia. Abramoz, ao acaso, qualquer dêles: são todos idênticos, diferindo apenas na massa maior ou menor de nomes e informes registrados.

O método seguido era sempre um só: quando não se iniciavam por "Elementos de Geometria" ou por um "Resumo da História de São Paulo", preocupavam-se, desde logo, com as coordenadas geográficas e com a linha de fronteiras, descrita esta sempre com um cuidado e ênfase nem mesmo compreensíveis se se tratasse das lindes com países estrangeiros. Vinha, depois, a geografia física, como a compreendiam no século XVIII: a orografia, a potamografia, a limnografia, a nesografia, a acrografia e uma infinidade de outras "grafias", dentro das quais se alinhavam, compactos, os nomes de acidentes geográficos; e, para terminar, um estudo superficial e geralmente bastante otimista do clima (que, por toda parte, era muito saudável...), uma referência às riquezas naturais, em que a flora, a fauna e os minerais apareciam honestamente referidos através de seus mais conspicuos representantes (intermináveis relações de espécies botânicas, pitorescas listas de animais, desde a onça até o tico-tico... e impressionante relação de minerais, a começar pelo ouro e a terminar pelas argilas). Seguia-se a geografia política, parte que oferecia ao leitor, de mistura, referências à população (os índios aparecendo sempre mencionados em primeiro lugar entre os tipos étnicos, dentro do velho critério histórico), às divisões administrativas e judiciárias, às cidades e vilas, quando não ao orçamento, às fortalezas, aos faróis, à força pública. Quase nunca a geografia econômica aparecia em caráter autônomo: ora era incluída no capítulo dedicado às riquezas naturais (caso mais comum), ora servia de complemento à "geografia política".

Assim se compreendia a Geografia, nos compêndios e mesmo em obras de maior vulto. Entre as desta última categoria, publicadas em nosso século, muito poucas conseguiram fugir ao esquema tradicional, sem que possam, entretanto, ser consideradas modernas por sua metodologia: é o caso, por exemplo, da "Geografia do Estado de São Paulo", de Afonso A. de Freitas (1906), e de "O Estado de São Paulo (Físico, Político, Econômico e Administrativo)", de T. Oscar Marcondes de Sousa (1915), que, apesar das deficiências que as caracterizam, merecem ser consultadas pelas informações que contêm.

Mas houve, inegavelmente, um ponto alto nesse longo período que poderemos chamar de "pré-história" da Geografia paulista, representado pelos trabalhos da famosa Comissão Geográfica e Geológica do Estado, cujas origens remontam a 1886 e por onde passaram figuras ilustres, como Orville A. Derby, Teodoro Sampaio, Alberto Lofgren, Francisco de Paula Oliveira, Gonzaga de Campos, João Pedro Cardoso, Belfort de Matos, Horace Williams, Guilherme Florence, Cornélio Schmidt, Eugênio Hussak, Joviano Pacheco e tantos outros.

Os relatórios publicados a respeito do litoral paulista e de grande parte do Planalto, produto de incansáveis e perigosos trabalhos de campo verdadeira obra de bandeirismo moderno, trouxeram preciosos subsídios para a Geografia paulista. Nêles são descritas com minúcias as áreas levantadas, destacando-se por sua importância as observações referentes à hidrografia, à geologia, aos solos e à vegetação, como também às fotografias e cartas que os acompanham; no entanto, seus autores não podem ser considerados geógrafos no sentido moderno da palavra, pois não tinham (e na verdade, não podiam ter) a indispensável formação metodológica que conduz ao estudo dos fatos geográficos, através da localização, comparação e interpretação.

Além disso, coube à referida Comissão iniciar êsse admirável trabalho que é o levantamento cartográfico do estado, elaborando mapas com curvas de nível na escala de 1:100 000, de que nos devemos todos orgulhar.¹

Resta-nos lembrar, na bibliografia paulista referente a êsse período, alguns dicionários geográficos, de valor muito relativo, como o "Dicionário Geográfico

¹ A propósito das atividades dessa Comissão, como de outros setores da Secretaria da Agricultura do estado, convém consultar: SCHMIDT (Carlos B.) e REIS (José). "Rasgando Horizontes — A Secretaria da Agricultura no seu cinquentenário", São Paulo, 1942.

da Província de São Paulo" (1901), de João Mendes de Almeida e o "Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico do Município de São Paulo", de Afonso de Freitas, do qual foi publicado apenas o 1.º volume (1929).

No mais, dignos de referência, não encontramos senão subsídios para a Geografia, fornecidos principalmente por historiadores e por geólogos entre estes últimos, destacou-se por sua invulgar cultura geográfica o Prof. Luís Flores de Moraes Rêgo, então catedrático de nossa Escola Politécnica e autor das "Notas sobre a Geomorfologia de São Paulo e sua Gênese" (1932). Tudo isso sem que nos esqueçamos de trabalhos do tipo daquele "Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo (1838)", de Daniel Pedro Müller, em boa hora reeditado em 1923, ou a contribuição dos viajantes que passaram pelas terras paulistas, desde Mawe, Spix e Martius, Saint-Hilaire e Zaluar até Paul Walle e L. A. Gaffre.

O que impressiona, o que nos enche de espanto é a circunstância de não terem sido tais elementos, muitos deles de inestimável valia, convenientemente aproveitados pelos que elaboraram obras geográficas de caráter geral a respeito da terra paulista. Tem-se a impressão de que os autores pertenciam a mundos independentes, embora vivessem no mesmo solo e contemporâneas fôsem suas obras.

Se assim aconteceu com gente nossa, maior desconhecimento teria de ser registrado em relação ao que se passava fora de nossas fronteiras. Debalde Elisée Reclus imprimiu rumos novos, no referente à geografia brasileira e paulista, no volume XIX de sua "Nouvelle Géographie Universelle" (1894), de que foi publicada a bela tradução brasileira de Ramiz Galvão, sob o título de "Estados Unidos do Brasil (1900)". Sem nenhum eco, entre nós, escreveu Pierre Denis o seu "Le Brésil au XXème. Siècle" (1911), também transladado para o português e onde se encontram excelentes páginas sobre o nosso estado, sem falar na admirável primeira parte do tomo XV da "Géographie Universelle", dirigida por Vidal de la Blache e Lucien Gallois (1927), em que aquele eminente geógrafo francês examina os traços essenciais da Geografia paulista, de maneira segura e moderna. De nada adiantaram as páginas de Delgado de Carvalho em seu "Le Brésil Méridional", publicado em 1910, em sua pioneira "Geografia do Brasil" (1913) e na "Météorologie du Brésil" (1917), onde os estudiosos da Geografia paulista poderiam ter encontrado não apenas novos ensinamentos, mas nova orientação, num verdadeiro convite à inteligência e ao bom-senso que os levasse a abandonar os velhos métodos de uma Geografia obsoleta. Tudo permaneceu, todavia, como dantes.

Consolemo-nos, porém: o mesmo aconteceu em todo o país e até na capital da República continuou o divórcio entre a velha e a moderna Geografia, entre as obras puramente enumerativas e as que apresentavam os resultados de pesquisas científicas. E não dramatizemos o acontecido, nem tentemos estigmatizar a geração que produziu obras geográficas, antes de 1934; ainda hoje, vencida já a primeira metade do século XX, quando nos aproximamos do centenário da morte de Humboldt e de Ritter, considerados os pais da Geografia moderna, porventura não continuam a ser entregues ao público trabalhos de natureza geográfica, elaborados no velho estilo e arquitetados como há um século atrás?...

A FACULDADE DE FILOSOFIA E A GEOGRAFIA EM SÃO PAULO

O ano de 1934 tem um significado muito grande para a Geografia em nosso estado porque registrou, quase simultaneamente, dois acontecimentos decisivos: a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Criada a Universidade de São Paulo e, com ela, a Faculdade de Filosofia, passou a Geografia a ser ensinada em nível superior, com o objetivo de formar bons professores para o magistério secundário e pesquisadores para o trabalho no campo. Um caso virgem, não só em São Paulo como em todo o país, mais significativo ainda se acentuarmos que a cadeira de Geografia (então uma só) foi entregue à inteligência privilegiada e ao dinamismo contagiante do professor Pierre Deffontaines. Sua presença em São Paulo, embora rápida, tornou-se inesquecível, porque Deffontaines possui o dom de conquistar admiradores e fa-

zer discípulos, por onde quer que passe. Suas aulas eram assistidas não apenas pelos alunos do curso de Geografia e História, mas também por um grupo selecionado de figuras de nossa "elite" cultural. Sua extraordinária capacidade de observação e sua cultura polimorfa fizeram que, em poucos meses, se dissipasse a treva secular em que vivíamos, no que se refere à Geografia: rasgou horizontes novos, de inimaginável largueza; abriu os olhos dos que o cercavam, chamando a atenção para fatos até então ignorados e oferecendo interpretações inesperadas e surpreendentes; eliminou, com sua presença e suas idéias, a velha Geografia, fazendo que, num lapso de tempo reduzido, evoluíssemos o correspondente a cem anos. Na verdade, nos poucos meses do ano de 1934, em que Pierre Deffontaines permaneceu em São Paulo, a Geografia deu um salto espetacular, como certamente não se registrou em nenhum outro setor do saber humano, entre nós.

Seguiu-se-lhe a inteligência moça e brilhante de Pierre Monbeig, que não desmereceu a obra tão bem iniciada. Durante onze anos (1935-46) permaneceu Monbeig em nossa Faculdade de Filosofia, trabalhando com entusiasmo, tanto no ensino quanto na pesquisa, e criando discípulos. Consegui que um consagrado mestre — o Prof. Emmanuel de Martonne passasse três meses em São Paulo (1937) e realizasse cursos que se tornaram inolvidáveis para todos quantos tiveram a ventura de ouvi-los. Assistiu ao desdobramento da primitiva cadeira única em duas outras (1939): a de Geografia Física, entregue a um discípulo seu — João Dias da Silveira; e a de Geografia Humana, que continuou sob sua direção — mais tarde viu destacar-se uma terceira cadeira — a de Geografia do Brasil... (1942), que veio a caber ao autor destas linhas, também seu discípulo. Ao partir para a França, em 1946, teve a satisfação de deixar em funcionamento o Departamento de Geografia, até hoje em plena atividade na Faculdade de Filosofia e onde as três cadeiras se entrosam, com o objetivo de coordenar e harmonizar suas atividades.

Depois de Monbeig, outros mestres franceses contribuíram para a consolidação daquilo que se pode chamar de "escola paulista de Geografia". Roger Dion (1947), Pierre Gourou (1948) Louis Papy (1950) e Francis Ruellan (1952-53) trouxeram-nos o acervo de seus conhecimentos e de suas experiências, os três primeiros no campo da Geografia Humana, o último no da Geomorfologia.

Professores dos mais eminentes, por conseguinte, passaram e continuam passando pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo; ainda no corrente ano, deve retornar a São Paulo, na qualidade de professor-visitante, a figura amiga de Pierre Monbeig. Na fonte mais pura tivemos, pois, a felicidade de beber os ensinamentos e a orientação metodológica, no campo da Geografia. Com tal bagagem e conhecendo o que se tem feito noutros países, particularmente nos Estados Unidos e na própria Europa², acabou o Departamento de Geografia por tomar rumos próprios, seguindo a rota que, em face da natureza dos problemas brasileiros, deve ser forçosamente orientada de maneira eclética.³

Desde 1934, algumas dezenas de licenciados têm deixado a Faculdade e já se encontram à frente de cátedras, quer do magistério secundário, quer do magistério superior.

Em relação ao ensino de grau médio, cumpre registrar a porcentagem sempre elevada de aprovações de licenciados pela Faculdade nos rigorosos concursos

² Não apenas através da bibliografia, mas também por intermédio de professores, como Karl Heinrich Paffen, livre-docente da Universidade de Bonn (Alemanha), que aqui permaneceu em 1951 e 1952.

³ Quem se matricula no curso de Geografia e História recebe, sem nenhuma dúvida, a orientação e a cultura indispensáveis à realização das finalidades da Faculdade de Filosofia: além de elementos de Geologia e de Cartografia (um ano de estudos), são ministrados cursos de três anos de Geografia Física e de Geografia Humana e um curso de dois anos de Geografia do Brasil: no ano corrente, espera-se que seja oficializado o curso de Geografia Regional, já autorizado pela Congregação. Isto naturalmente, sem falar nas demais matérias não geográficas: História, Antropologia, Etnografia. Com esta base, pode o aluno estudar mais um ano dentro do campo da Geografia, para que venha a bacharelar-se ou licenciarse. Se, porém, desejar especializar-se tem oportunidade de estudar mais dois anos, o primeiros dos quais vem sendo feito simultaneamente com o 4.º de bacharelado ou licenciatura. Além dos cursos teóricos e de seminários, os professores e assistentes orientam os alunos em trabalhos de pesquisa, realizando excusões dentro e fora das fronteiras do estado.

que têm sido realizados para o magistério oficial do estado; as estatísticas já tornadas públicas demonstram, de maneira irretorquível, a renovação de valores que se processou.

Entretanto, não tem sido somente no magistério secundário que a Faculdade de Filosofia, no setor geográfico, vem exercendo sua benéfica influência.

Na última década, viu sete de seus licenciados defenderem teses de doutoramento em Geografia, a maioria das quais versando temas paulistas: Maria Conceição Vicente de Carvalho (1944) — “Santos e a Geografia Humana do Litoral”; Ari França (1945) — “Estudo sobre o Clima da Região de São Paulo”; João Dias de Silveira (1946) — “Estudo Geográfico dos Contrastes Ocidentais da Mantiqueira”; Nice Lecocq-Müller (1946) — “Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo”; Renato da Silveira Mendes (1948) — “Paisagens Culturais da Baixada Fluminense”; José Ribeiro de Araújo Filho (1950) — “A Baixada do Rio Itanhaém: Estudo de Geografia Regional”; e Elina Oliveira Santos (1951) — “A Industrialização de Sorocaba: Bases Geográficas”.

Mais ainda: viu três de seus licenciados ocuparem, em caráter efetivo, depois de se submeterem às provas de concurso, as cátedras que vinham exercendo interinamente, e as respectivas teses focalizaram, ainda uma vez, temas da Geografia paulista: Aroldo de Azevedo (1945) — “Subúrbios Orientais de São Paulo”; João Dias da Silveira (1950) — “Baixadas Litorâneas Quentes e Úmidas”, com um estudo particular da baixada do Ribeira de Iguape; e Ari França (1951) — “A Ilha de São Sebastião: Estudo de Geografia Humana”. Como viu também, outro licenciado obter a livre-docência; Dirceu Lino de Matos (1951), com a tese “Vinhedos e Viticultores de São Roque e Jundiá; Estudo de Geografia Humana”.

Nesse mesmo lapso de tempo, publicou o Departamento de Geografia oito boletins, além de um avulso, encontrando-se no prelo dois novos trabalhos. Por outro lado, em 1949, entregou ao público um mapa mundi em projeção azimutal, equidistante e oblíqua, em oito cores e na escala de 1:75 000 000, tendo por centro a cidade de São Paulo, de autoria de João Soukup, professor de Cartografia.

A A.G.B. E A GEOGRAFIA EM SÃO PAULO

Em setembro de 1934, por iniciativa do próprio Prof. Pierre Deffontaines, fundou-se nesta cidade a Associação dos Geógrafos Brasileiros. Surgiu, como atestou seu eminente inspirador, “em redor da cadeira de Geografia da Universidade de São Paulo”⁴ e seus passos iniciais foram modestíssimos. De fato, as primeiras reuniões da nova sociedade cultural realizaram-se na residência do Prof. Deffontaines, que tinha a seu lado, por essa ocasião, algumas figuras bastante expressivas da intelectualidade paulista: Caio Prado Júnior, Luís Flores de Moraes Rêgo, Rubens Borba de Moraes, Geraldo Horácio de Paula Sousa, Antônio Carlos Couto de Barros, Agenor Machado, Eddy Criciúma, Teodoro Knecht, além de alunos que freqüentavam o curso de Geografia e História da Faculdade.

Quiçá pela primeira vez, no Brasil, fundava-se uma associação de âmbito nacional fora da capital da República; e esta feliz iniciativa deve-se a Deffontaines, que anteviu, com a perspicácia que tão bem o caracteriza, o papel reservado a São Paulo no campo da Geografia brasileira.

Coube a Pierre Monbeig, ainda uma vez, continuar a obra iniciada pelo ilustre discípulo de Jean Brunhes, pois ocupou a presidência da A.G.B. desde 1935 até seu regresso à França, em dezembro de 1946. Tarefa gloriosa mas ingrata, porque se tornou necessária uma incansável e heróica pertinácia para manter com vida uma associação de fins puramente culturais, num meio e numa época em que somente muito poucos compreendiam sua grande missão e se sentiam com forças para levá-la avante. Recordamo-nos bem nitidamente dessa fase “heróica” da A.G.B., quando suas reuniões não contavam com mais de quatro ou cinco pessoas... No entanto, Monbeig conseguiu mantê-la de pé,

⁴ DEFFONTAINES (Pierre) — A Associação dos Geógrafos Brasileiros na revista *Geografia*, ano I, n.º 1, p. 8, São Paulo, 1935.

fazendo realizar reuniões bimensais, em que temas resultantes de pesquisas eram expostos e discutidos. A A.G.B. sobreviveu e hoje orgulha-se de seus vinte anos de existência profícua e dos seus quinhentos associados, espalhados por todo o país.

Mantendo sua sede na capital paulista, desdobra-se já em três Secções Regionais: a de São Paulo, a do Rio de Janeiro e a do Paraná, achando-se em vias de instalação mais outras três — a de Pernambuco, a de Minas Gerais e a de Santa Catarina.

Em sua fase inicial manteve uma revista, a primeira no gênero a surgir em nossa terra — “Geografia” (1935-36), de que foram publicados oito números repletos de estudos de alto valor e, por isso mesmo, procurados hoje com avidez pelos bibliófilos. Publicou, depois, cinco números do “Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros” (1941-44), de feição mais modesta, embora de não menor valia.

Entretanto, como consequência da reforma estatutária de 1945, novos rumos foram dados às suas publicações. A sede da A.G.B. passou a editar os “Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros”, publicação anual de que já saíram cinco volumes, aos quais deverão seguir-se outros dois, ora no prelo; contém o resultado das atividades culturais e de pesquisa pura levadas a efeito em suas assembléias gerais anuais. Por sua vez, a Secção Regional de São Paulo, passou a publicar o “Boletim Paulista de Geografia”, editado regularmente desde 1949 e de que já vieram a lume 15 números. A Secção Regional do Rio de Janeiro mantém, além disso o “Boletim Carioca de Geografia”. São êsses, no momento, os porta-vozes da A.G.B., que levam aos geógrafos do Brasil e do Mundo os resultados de seus estudos e de suas pesquisas, realizados dentro das modernas diretrizes da Geografia.

Todavia, o que assegura uma posição impar à Associação dos Geógrafos Brasileiros, no quadro da Geografia paulista e brasileira, é a maneira pela qual executa sua grande tarefa. Sem formalismos inúteis, suas reuniões se caracterizam pela apresentação de trabalhos resultantes de pesquisas e por amplos debates, numa atmosfera em que sempre reinam a crítica construtiva e uma cordialidade fraterna.

Particularmente as Assembléias Gerais da A.G.B., têm muito de singular, no panorama cultural brasileiro: realizam-se anualmente, num período de 7 a 10 dias cada vez numa cidade diferente (1946 — Lorena; 1947 — Rio de Janeiro; 1948 — Goiânia; 1950 — Belo Horizonte; 1951 — Nova Friburgo; 1952 — Campina Grande e João Pessoa; 1953 — Cuiabá). No local previamente escolhido e dentro de um programa preestabelecido, reúnem-se associados das mais variadas procedências, cujo número tem oscilado entre 30 e 50; e põem-se a trabalhar. Mas não como se costuma fazer em congressos semelhantes; e aqui está exatamente a singularidade de tais reuniões. Discutem-se teses ou comunicações, é bem verdade; porém, a principal tarefa consiste em realizar pesquisas em trabalhos de campo, o que é feito através de três ou quatro equipes (cada qual sob a direção de um dos associados), que se dirigem, simultaneamente, para áreas diferentes dentro do raio de influência do local escolhido como sede da assembléia entregando-se a um trabalho ativo e intenso. Fazem lembrar verdadeiros “comandos”, pela rapidez de sua ação e pela área que conseguem percorrer, graças a uma inteligente divisão de tarefas. Diariamente, nas primeiras horas da noite, realiza-se a coordenação do material recolhido na pesquisa; ao fim de três ou quatro dias retornam as equipes ao local da assembléia e passam a preparar os relatórios parciais, em febril atividade, para que seus respectivos chefes possam, ainda no decurso da própria assembléia, apresentar o relatório final preliminar. Mais tarde, com o necessário vagar, tais relatórios são redigidos de forma definitiva e publicado nos “Anais”. Algo de quase extraordinário, embora se deva exclusivamente ao espírito de colaboração desinteressada e harmônica dentro de um mesmo objetivo, que sempre caracteriza tais atividades.

Coube, assim, a uma associação de geógrafos com sede em São Paulo realizar uma verdadeira revolução no campo das pesquisas geográficas, em nosso país. E seus frutos aí estão, nas páginas dos “Anais” ou dos “Boletins” da A.G.B., para que possam ser julgados e para que se lhes dê o justo valor.

A GEOGRAFIA EM SÃO PAULO E SUA CONTRIBUIÇÃO

A par das atividades de caráter técnico do Instituto Geográfico e Geológico do Estado, que tem mantido, através de suas publicações, notadamente no terreno cartográfico, as gloriosas tradições da antiga "Comissão Geográfica e Geológica"⁵, parece-nos inegável que o que de melhor se tem feito, no setor da Geografia, em nosso estado, resulta direta ou indiretamente dessas duas entidades: a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e a Associação dos Geógrafos Brasileiros, tendo esta última uma vantagem sobre aquela, pois não só congrega os professores e assistentes do Departamento de Geografia, como outros elementos de valor da própria Faculdade de Filosofia, da Escola Politécnica, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, e da Escola de Sociologia e Política, tôdas da Universidade de São Paulo, além de alunos, ex-alunos e geógrafos de outras procedências.

Membros destacados de uma ou de outra, quase sempre de ambas, exercem suas atividades no magistério secundário, dentro dos quadros da Universidade oficial e mesmo fora dêles. A êste propósito, queremos acentuar que, sob a responsabilidade de seus membros, encontra-se o ensino da Geografia na Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae", na Faculdade de Filosofia de São Bento, na Faculdade de Filosofia de Campinas e na Escola de Jornalismo "Casper Líbero", tôdas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como também na Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação "Álvares Penteado" e na Faculdade de Ciências Econômicas "Trinta de Outubro".

Por isso mesmo, não há exagêro em falar-se na existência de uma escola paulista de Geografia⁶, que apresenta alguns característicos marcantes, suficientes para individualizá-la:

1. inspirada na orientação metodológica francesa, tem procurado aproveitar o que há de melhor noutros países;
2. dentro dessa orientação, dedica-se ao estudo e à pesquisa de temas ou problemas diretamente ligados à Geografia brasileira;
3. em virtude das circunstâncias que presidiram sua formação, tem dirigido suas preferências mais para o campo da Geografia Humana, embora sem nunca desprezar o quadro natural.

Seguindo, assim, uma só orientação, trabalha em estreita e proveitosa colaboração e conserva, em suas mãos, os postos-chaves da Geografia em nosso estado salvo no setor da administração pública.⁷

Os mestres franceses que trabalharam no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo deixaram assinalada sua passagem, entre nós, por estudos bem conhecidos daqueles que manipulam a bibliografia geográfica referente ao nosso estado: Pierre Defontaine escreveu a admirável síntese — "Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo" (1935), até hoje não superada; Emmanuel de Martonne estudou alguns importantes problemas geomorfológicos do território paulista em seus "Problèmes Morphologiques du Brésil Tropical Atlantique" (1940); Pierre Monbeig abordou com segurança o problema da "Divisão Regional do Estado de São Paulo" (1949) e, recentemente, publicou duas obras de capital importância — "Pionniers et Planteurs de São Paulo" (1952), a propósito das zonas pioneiras, e "La croissance de la ville de São Paulo" (1952) e Louis Papy compôs, com mestria, essa outra notável síntese — "En marge de l'empire du café — La façade atlantique de São Paulo" (1952).

⁵ Além de novas folhas topográficas, na escala de 1:100 000 e de mapas contendo as divisões municipais, publicou o I.G.B. duas notáveis cartas: a hipsométrica (1943) e a geológica (1947), abrangendo a totalidade do estado na escala de 1:1 000 000.

⁶ A expansão não é nossa; empregou-a o Prof. Louis Papy, da Faculdade de Letras de Bordeaux, quando escreveu estas linhas: "On doit à la jeune et active école pauliste de géographie une série de bonnes monographies concernant le littoral pauliste" (em "Cahiers d'Outre-Mer" ano V, n.º 20 Bordeaux, 1952).

⁷ Neste particular, cumpre-nos lamentar a situação vigente: aqui como alhures, se organizam comissões técnicas destinadas a estudar problemas referentes à terra e ao homem, mas os nossos homens públicos não cogitam em incluir nelas nenhum geógrafo. Assim agindo, dão-nos o direito de supor que ignoram completamente as características da Geografia moderna e que não tomaram conhecimento da profunda transformação por que passaram os estudos geográficos no país e, particularmente, em nosso estado.

Orientados e encorajados por tais exemplos, seus discípulos e continuadores, através das teses defendidas e de trabalhos publicados, já conseguiram abordar aspectos geográficos de grande porção do território paulista. O litoral de nosso estado foi estudado em sua quase totalidade, o que permitiu a brilhante síntese de Louis Papy; falta, apenas, ser mais bem conhecido o trecho que vai de São Sebastião à fronteira fluminense. Já o mesmo não poderemos afirmar relativamente ao Planalto; salvo os estudos de caráter geral e aqueles que apresentaram um caráter restrito (estes últimos, sem dúvida, abundantes), não possuímos verdadeiras monografias regionais acêrca dessa parte do estado, que não é somente a mais extensa, como a mais importante sob todos os pontos de vista.

No campo da geografia física, muita coisa está ainda por ser feita, desafiando a competência e a capacidade de trabalho de nossos geógrafos. Os estudos geomorfológicos já realizados, embora de valor, longe estão de nos satisfazer quanto à extensão. Relativamente ao clima, existem trabalhos razoáveis, cujas deficiências resultam da inexistência de dados climáticos referentes a períodos longos e contínuos. No setor da hidrografia nada ainda foi feito dentro das diretrizes da Geografia moderna, se bem que devemos esperar boas contribuições da parte do "Instituto Oceanográfico de São Paulo", recentemente integrado na Universidade de São Paulo. Lamentável é a situação da fitogeografia, entre nós, apesar dos importantes trabalhos realizados no campo estrito da Botânica. No que se refere aos solos, necessitamos ainda de interpretações geográficas do abundante material reunido pelo "Instituto Agrônômico" de Campinas.

Mais felizes temos sido em relação à Geografia Humana e isto se deve, inevitavelmente, à influência dos professores franceses que passaram pela Faculdade de Filosofia da U.S.P. Já dispomos de trabalhos de valor referentes à população, ao povoamento, ao "habitat" rural, às cidades e ao vasto campo da Geografia Econômica. Mas, o número e a extensão dos estudos publicados, longe estão de cobrir todo o território paulista; e aqui também muita coisa está ainda por fazer-se. A respeito do "habitat" rural e urbano, por exemplo, não possuímos senão simples "amostras", que não permitem um estudo de síntese fundamentado. No que se refere à Geografia Econômica, a maioria dos trabalhos deve-se a economistas ou sociólogos, não apresentando, por isso, o sentido geográfico que seria desejável; o campo é vasto e está, também, a desafiar os geógrafos paulistas.

Apesar disso tudo, devemos estar contentes, porque muito se conseguiu realizar em apenas 20 anos de atividades.

Evidentemente, não cabe nos limites dêste artigo a análise pormenorizada de quanto se tem feito pela Geografia no estado de São Paulo, a partir de 1934. Limitar-nos-emos a remeter o leitor à bibliografia selecionada, que se encontra na parte final. Nela somente figuram estudos de caráter geográfico, embora não ignoremos o valor, que têm para os geógrafos os trabalhos referentes à Geologia, à História, à Sociologia ou à Economia, muitos dos quais são mesmo de consulta obrigatória, como é o caso da "Geologia do Estado de São Paulo", de Morais Rêgo, ou o "Roteiro do Café", de Sérgio Milliet, para citar apenas dois exemplos bem diferentes. Agir de outra maneira seria penetrar no campo ilimitado, tantas e tão variadas são as ciências afins da Geografia, senão mesmo invadir seara alheia; além disso, fugiríamos ao próprio objetivo destas linhas despretensiosas.

O que figura nessa bibliografia final serve de sobejo para demonstrar a tese aqui defendida, uma vez que a esmagadora maioria dessa variada e abundante contribuição (cêrca de 80%), referente apenas ao nosso estado, provém de uma ou de outra das fontes por nós referidas: da Faculdade de Filosofia da U.S.P. ou da Associação dos Geógrafos Brasileiros.⁸

⁸ Como é natural, a "escola paulista de Geografia", não tem limitado suas atividades ao território do estado de São Paulo. Muitos de seus membros já tiveram oportunidade de publicar trabalhos sobre aspectos de detalhe ou áreas restritas das cinco regiões brasileiras e, mesmo, a respeito de regiões estrangeiras, como, por exemplo: Manaus e vizinhanças, Belém do Pará e zonas próximas, São Luís do Maranhão, vale do Itapecuru, Nordeste Oriental, região de Juazeiro e Petrolina, Recôncavo Baiano, zona cacauêira da Bahia, área ferrífera de Minas Gerais, Baixada Fluminense, Norte do Paraná, trechos do Rio Grande do Sul, sudoeste de Goiás, Culabá, sul de Mato Grosso, Paraguai, Portugal, Oxford, Marrocos Francês etc.

Mas não é só: ainda agora, prestes está a ser entregue ao público uma obra coletiva, patrocinada por ambas essas entidades — “A Cidade de São Paulo: Estudo de Geografia Urbana”, com cerca de 500 páginas, trabalho que há de constituir um marco na bibliografia geográfica brasileira, se não tiver repercussão internacional. Aliás, não será apenas desta maneira que os geógrafos paulistas pretendem comemorar o 4.º centenário de nossa capital; por iniciativa da A.G.B. deverá reunir-se, no próximo mês de setembro, o 1.º Congresso Brasileiro de Geógrafos, certame que bem simboliza a pujança e a capacidade de trabalho dessa nova geração, cujas atividades não têm mais que 20 anos, inteiramente consagrados ao progresso da Geografia brasileira e paulista.

São fatos que não redundam em nenhum menosprezo a outras instituições ou pessoas, porventura não referidas no presente artigo. Na realidade, o que a escola paulista de Geografia conseguiu realizar na última vintena faz desparecer, pelo brilho e volume de seus trabalhos, tudo quanto possa ter sido feito fora de seu raio de influência. Trata-se de uma verdade que não receia contestação e que nos sentimos sumamente felizes em proclamar de público, não apenas por ser de rigorosa justiça, como porque o destino fez com que assistissemos a tôdas as etapas de sua evolução, desde os passos incertos da fase “heróica” até esta esplêndida realidade, que deve constituir motivo de orgulho para a gente bandeirante.

BIBLIOGRAFIA GEOGRÁFICA REFERENTE AO ESTADO DE SÃO PAULO A PARTIR DE 1934

Nota — A respeito dos estudos de caráter geográfico anteriores a 1934 consulte-se o “Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros”, organizado por Rubens Borba de Moraes e William Berrien (Rio, 1949), na parte referente à Geografia de autoria do Prof. Pierre Monbeig.

* * *

- ABREU** (S. Fróis) — Águas de São Pedro, em “Revista Brasileira de Geografia”, VI, n.º 1, Rio, 1944 — Excursão ao divisor Tietê-Paranapanema: geologia e geografia da região, em “Boletim Geográfico”, Conselho Nacional de Geografia, n.º 42, Rio, 1946.
- AB’SÁBER** (Aziz Nacib) — A transição entre o Carbonífero e o Criptozóico, na região de Itu, São Paulo, em “Mineração e Metalurgia”, XII, n.º 71, Rio, 1948. — Notas sobre a geomorfologia de Jaraguá e vizinhanças, em “Filosofia, Ciências e Letras”, XII, n.º 10, São Paulo, 1948 — A região de Jaraguá, em “Paulistânia”, São Paulo, março-abril de 1948 — A Serra do Mar e a Mata Atlântica, em “São Paulo”, comentários a fotografias aéreas de Paulo C. Florençano, em “Boletim Paulista de Geografia”, n.º 4, São Paulo, 1940. — Paisagens e problemas rurais da região de Santa Isabel, em “Boletim Paulista de Geografia”, n.º 10, São Paulo, 1952. — A cidade de Santa Isabel, em “Paulistânia”, n.º 44, São Paulo, 1952. — Geomorfologia da região de Jaraguá em São Paulo, em “Anais da A.G.B.”, II, São Paulo, 1952. — Os terraços fluviais da região de São Paulo, em “Anuário” da Fac. de Filosofia, “Sedes Sapientiae”, São Paulo, 1953. — A região de Santa Isabel, em “Anais da A.G.B.”, V, São Paulo, 1953.
- ALMEIDA** (Fernando F. M. de) — Relêvo de “Cuestas” na Bacia Sedimentar do Rio Paraná, em “Boletim Paulista de Geografia”, n.º 3, São Paulo, 1949; “Comptes Rendus du Congrès International de Géographie — Lisbonne, 1949” II Lisboa, 1950. — Considerações sobre a Geomorfogênese da Serra do Cubatão, em “Boletim Paulista de Geografia”, n.º 15, São Paulo, 1953.
- ARAÚJO** (E. Goulart Pereira de) — Alguns aspectos da paisagem rural no município de Olímpia, em “Boletim Paulista de Geografia”, n.º 5, São Paulo, 1950 — A cidade de Olímpia: estudo de geografia urbana em “Boletim Paulista de Geografia” n.º 9, São Paulo, 1951.

- ARAÚJO FILHO (J. R. de)** — Andradina em “Boletim da A.G.B.” III, n.º 3, São Paulo, 1943. — O “caicara” na região de Itanhaém, em “Boletim Paulista de Geografia”, n.º 5, São Paulo, 1950; e em “Paulistânia”, n.º 32, São Paulo, 1950. — A “vila” de Itanhaém, em “Boletim Paulista de Geografia” n.º 6, São Paulo, 1950. — O homem e suas atividades econômicas num trecho do litoral paulista: a baixada do Itanhaém, em Suplemento Comercial e Industrial de “O Estado de São Paulo”, São Paulo, agosto e novembro de 1950. — A Baixada do Rio Itanhaém: estudo de geografia regional, 75 pp. Boletim n.º 116 da Fac. de Filosofia da U.S.P., São Paulo, 1951. — A cultura da banana na baixada do Itanhaém, em “Anais da A.G.B.” IV, São Paulo, 1953.
- AZEVEDO (Aroldo de)** — Subúrbios de São Paulo: primeiros estudos, em “Anuário” da Fac. de Filosofia “Sedes Sapientiae”, São Paulo, 1943. — Os subúrbios de São Paulo e suas funções, em “Boletim da A.G.B.”, IV, n.º 4, São Paulo, 1944. — O vale do Paraíba: trecho paulista, em “Anais” do IX Congresso Brasileiro de Geografia, V, Rio, 1944. — Subúrbios orientais de São Paulo, 184 pp., São Paulo, 1945. — A Penha e suas “vilas” satélites, em “Anuário” da Fac. de Filosofia “Sedes Sapientiae”, São Paulo, 1945.
- RUELLAN (Francis)** — Excursão à região de Lorena e à serra da Bocaina (Relatório) em “Anais da A.G.B.”, I, São Paulo, 1949. — São Paulo, metrópole moderna, comentários a fotografias aéreas de Paulo C. Florencano, em “Boletim Paulista de Geografia”, n.º 5, São Paulo, 1950. — São Paulo, cidade tentacular — em “Paulistânia”, n.º 38, São Paulo, 1951.
- AZEVEDO (Sálvio de Almeida)** — A imigração e colonização no estado de São Paulo, em “Revista do Arquivo”, n.º 75, São Paulo, 1941; e “Anais” do IX Congresso Brasileiro de Geografia, III, Rio, 1944.
- AZZI (Reinaldo), MEDEIROS (Narciso de) e CUNHA (João Ferreira da)** — O Vale do Ribeira de Iguape, em “Boletim da Agricultura”, São Paulo, 1948.
- BACELAR (Celina M. Street) e FREITAS (Aidé)** — Olarias e portos de areia da Várzea da Penha, em “Anuário” da Fac. de Filosofia “Sedes Sapientiae”, São Paulo, 1949.
- BATISTA (Caio Dias)** — Aspectos do vale do Paraíba e do seu reerguimento no governo Ademar de Barros, Secretaria da Agricultura, Taubaté, 1940.
- BATISTA FILHO (Olavo)** — A Fazenda de Café em São Paulo, 32 pp., Serviço de Informações Agrícolas, Ministério da Agricultura, Rio, 1952.
- BARBOSA (Otávio)** — Geomorfologia da região de Apiaí, em “Boletim da A.G.B.” III, n.º 3, São Paulo, 1943.
- BARROS (Fausto Ribeiro de)** — Um ciclo pastoril nos campos de Avanhandava, em “Anais” do IX Congresso Brasileiro de Geografia, V, Rio, 1944 — A transformação florística dos campos de Avanhandava pela ação das queimadas, em “Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, II, Rio, 1952.
- BARROS (Romualdo Monteiro de)** — A região de Ribeirão Preto, em “Boletim da A.G.B.”, IV, n.º 4, São Paulo, 1944.
- BASTIDE (Roger)** — Geografia das religiões em São Paulo, em “Boletim da A.G.B.”, II, n.º 2, São Paulo, 1942. — Contribuição ao estudo da Geografia Religiosa no estado de São Paulo, em “Anais” do IX Congresso Brasileiro de Geografia”, III, Rio, 1944.
- BATALHA (Jair Rocha)** — Os japoneses no município de Moji das Cruzes, em “Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia”, III, Rio, 1952.
- BERGO (Maria Estela de Abreu)** — Estudo geográfico da cidade de Campinas, em “Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia”, III, Rio, 1952.
- BERNARDES (Nilo)** — A cidade de Cruzeiro, em “Anais da A.G.B.”, VI, São Paulo, 1954.
- BESNARD (W.)** — Considerações gerais em torno da região lagunar de Cananéia-Iguape, em “Boletim do Instituto Paulista de Oceanografia”, I, fasc. 1 e 2, São Paulo, 1950.

- CALDEIRA** (Branca da Cunha) — A indústria têxtil paulista, em "Geografia", I, n.º 4, São Paulo, 1935.
- CAMARGO** (José Francisco) — Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos, 3 vols., "Boletim" n.º 153 da Faculdade de Filosofia da U.S.P., São Paulo, 1952.
- CAMARGO** (Teodoreto) e **VAGELER** (Paulo) — Os solos do Estado de São Paulo, Instituto Agrônomo de Campinas, São Paulo, 1938.
- CAMPOS** (Dácio) — Tipos de povoamento de São Paulo, em "Revista do Arquivo", n.º 54, São Paulo, 1939.
- CANABRAVA** (Alice P.) — A região de Piracicaba, em "Revista do Arquivo", n.º 45, São Paulo. — Primeiras notas para um estudo acerca dos bairros no estado de São Paulo, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1944 — Chácaras paulistanas, em "Anais da A.G.B.", IV, São Paulo, 1953.
- CARVALHO** (M. Conceição Vicente de) — La culture du bananier sur le littoral de l'État de Saint-Paul, em "Bulletin de la Société de Géographie de Lille", n.º 3, Lille, 1935. — O pescador no litoral do estado de São Paulo, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1944. — O progresso da cultura e do comércio da banana no litoral paulista, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", IV, Rio, 1944. — O pôrto de Santos, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", IV, Rio, 1944. — O pescador no litoral leste do estado de São Paulo, em "Boletim Geográfico", C.N.G., n.º 36, Rio, 1946.
- CHAVES** (Eunice Almeida Pinto) — O município e a cidade de Botucatu, em "Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1952.
- CRICIÚMA** (Eddy de F.) — Concentração japonesa em São Paulo, em "Geografia", I, n.º 1, São Paulo, 1935.
- CUNHA** (João Ferreira da) — **MEDEIROS** (Narciso de) e **AZZI** (Reinaldo) — O Vale do Ribeira de Iguape, em "Boletim da Agricultura", São Paulo, 1948.
- CUNHA** (Mário Wagner Vieira da) — O povoamento do município de Cunha, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1944.
- DEFFONTAINES** (Pierre) — Entre os vinhateiros de Jundiá, em "Estado de São Paulo", de 30 de setembro de 1934; e em "Boletim Geográfico", C.N.G., n.º 59, Rio, 1948. — Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo; primeiro esboço de divisão regional, em "Geografia", I, n.º 2, São Paulo, 1935; em "Annales de Géographie", XLV, Paris, 1936; e em "Boletim Geográfico", C.N.G., ns. 24 e 25, Rio, 1945. — As feiras de burros de Sorocaba, em "Geografia", I, n.º 3, São Paulo, 1935; e em "Annales de Géographie", XLV, Paris, 1936. — Sorocaba, la ville des foires a mulets du Brésil, em "Bulletin de l'Association des Géographes Français", n.º 91, Paris 1935. — Recherches sur les types de peuplement dans l'État de Saint-Paul, Brésil, em "Bulletin de l'Association des Géographes Français", n.º 87, Paris 1935; e em "Boletim Geográfico", C.N.G., n.º 51, Rio, 1947. — Étude d'un fleuve au Brésil (Paraíba do Sul), em "Bulletin de l'Association des Géographes Français", n.º 123, Paris, 1939; e em "Boletim Geográfico", C.N.G. n.º 30, Rio, 1945. — Geografia Humana do Brasil, cap. III, 1.ª edição, 117, pp., C.N.G., Rio 1940; 2.ª edição, 269 pp., Casa do Estudante do Brasil, Rio 1952.
- DIAS** (Otacilio) — A cidade de Palmital e o município, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", V, Rio, 1944.
- DIRETORIA DE PUBLICIDADE AGRÍCOLA** — O Vale do Paraíba, Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1940.
- FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE SÃO PAULO** (Alunos da) — Duas riquezas de São Paulo; café e algodão, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", IV, Rio, 1944.
- FERRAZ** (J. de Sampaio) — Ligeiro esboço de alguns aspectos fundamentais da climatologia do estado de São Paulo, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1942.

- FONSECA (Maria Henriqueta) — Interpretação geográfica das estatísticas relativas à economia e ao povoamento da região de Botucatu, em "Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1952.
- FRANÇA (Ari) — Aspectos do povoamento da Noroeste: a região de Pirajuí, em "Boletim da A.G.B.", III, n.º 3, São Paulo, 1943. — Notas sobre a geografia da ilha de São Sebastião, em "Boletim da A.G.B.", IV, n.º 5, São Paulo, 1944. — Notas sobre a frequência dos ventos na cidade de São Paulo, em "Boletim da A.G.B.", IV, n.º 5, São Paulo, 1944. — Estudo sobre o clima da bacia de São Paulo, "Boletim", n.º 70 da Fac. Filosofia da U.S.P., São Paulo, 1946. — Paisagens do litoral norte de São Paulo, comentários a fotografias aéreas de Paulo C. Florençano, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 7, São Paulo, 1951. — A ilha de São Sebastião: estudo de Geografia Humana, São Paulo, 1951. — Paisagens humanizadas da ilha de São Sebastião, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 10, São Paulo, 1952.
- FREITAS (Aidé e BACELAR (Celina M. Street) — Olarias e portos de areia da Várzea da Penha, em "Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae" São Paulo, 1949.
- FREITAS (Rui Osório de) — Geomorfogênese da ilha de São Sebastião, em "Boletim da A.G.B.", IV, n.º 4, São Paulo, 1944. — Sobre a origem da Baía de São Paulo, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 9, São Paulo, 1951.
- GALVANI (Luigi) — Esboço demográfico do estado de São Paulo, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1944.
- HERMANN (Lucila) — Estudo ecológico de uma radial de São Paulo, em "Boletim da A.G.B.", n.º 2, São Paulo, 1942. — Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos, em "Revista de Administração", ns. 5 e 6, São Paulo, 1948.
- JAMES (Preston E.) — A specialized rice district in the middle Parahyba Valley of Brazil, em "Papers of Academy of Science, Arts and Letters" XIX, Michigan, 1934. — Industrial development in São Paulo state Brazil, em "Economic Geography", XI, Worcester, 1935. — The distribution of industries in S. Paulo State Brazil, em "Annals of Association of American Geographers", XXV, Lancaster, 1935. — The changing patterns of population in São Paulo State, Brazil, em "Geographical Review", XXVIII, Nova York, 1938. — Latin America, 906 pp., cap. 15, Lothrop, Lee and Shepard Co., Nova York, 1942. — Brazil, 262 pp., cap. V, The Odyssey Press, Nova York, 1946.
- KNECHT (Teodoro) — Formações estruturais, particularmente cársticas, do município de Apiaí, em "Geografia", I, n.º 1, São Paulo, 1935.
- LECOQ (Nice Magalhães) — Exploração da madeira na Alta Sorocabana, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", IV, Rio, 1944.
- LECOQ-MÜLLER (Nice) — Uma vila do litoral paulista: Icapara, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 1, São Paulo, 1949. — Sítios e sítiantes no estado de São Paulo, 217 pp., "Boletim" n.º 132 da Faculdade de Filosofia da U.S.P., São Paulo, 1951. — Paisagens rurais no município de Campinas, em "Anais da A.G.B.", II, São Paulo, 1952. — Função econômica da cidade de Sorocaba, em "Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1952.
- LIMA (Madre Rosa de) — Habitações e povoados na região de Perus, em "Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae", São Paulo, 1943.
- LINS (Miguel) — O vale do rio do Peixe, em "Observador Econômico e Financeiro", n.º 57, São Paulo, 1940.
- LOWRIE (Samuel H.) — A guide to the sources for the study of population in São Paulo, em "Handbook of Latin-American Studies" Cambridge (U.S.A.), 1937 — Imigração e crescimento da população no estado de São Paulo, em "Estudos Paulistas", n.º 2, São Paulo 1938.
- MANO (Alda) — Relações entre o tráfego suburbano da E. F. Sorocabana e o povoamento da região de São Paulo-São Roque, em "Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae", São Paulo, 1935.

- MARTONNE** (Emmanuel de) — A serra do Cubatão: comparação com um canto das Cevennes françaises, em "Geografia", I, n.º 4, São Paulo, 1935. — Impressions de voyage au Brésil, em "Bulletin de l'Association des Géographes Français", n.º 112, Paris, 1938. — Problèmes morphologiques du Brésil tropical atlantique, em "Annales de Géographie", n.º XLIX, Paris, 1940; e em "Revista Brasileira de Geografia" V, n.º 4, 1943 e VI, n.º 2, Rio, 1944.
- MATOS** (Odilon Nogueira de) — Jabuticabal, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, 1944. — A evolução ferroviária de São Paulo, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", IV, Rio, 1944.
- MATOS** (Dirceu Lino de) — Contribuição ao estudo da vinha em São Paulo: a região de São Roque, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 4, São Paulo, 1950. — Vinhedos e vicultores da região de Jundiá e São Roque, São Paulo, 1951. — Contribuição ao estudo da vinha no estado de São Paulo: região de Jundiá, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 11, São Paulo, 1952.
- MEDEIROS** (Narciso de), **CUNHA** (João Ferreira da) e **AZZI** (Reinaldo) — O Vale do Ribeira de Iguape, "Boletim da Agricultura", São Paulo, 1948.
- MELO** (Astrogildo Rodrigues de) — Imigração e colonização (Os japoneses em São Paulo), em "Geografia", I, n.º 4, São Paulo, 1935.
- MELO** (Mário D. Homem de) — e **PARVA** (Rui Miller) — Estudo sobre a agricultura do sitiante, em "Revista do Arquivo", vol. 86, São Paulo.
- MENDES** (Renato da Silveira) — As estradas de rodagem de São Paulo, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", IV, Rio, 1944.
- MONBEIG** (Pierre) — Algodão "versus" Café, em "Geografia", II, n.º 4, São Paulo, 1936. — Les zones pionnières de l'Etat de São Paulo, em "Annales d'Histoire Économique et Sociale", IX, Paris, 1937. — Une nouvelle liaison entre São Paulo et Santos, em "Annales de Géographie", XLVI, Paris, 1937. — La population de l'Etat de São Paulo, Brésil, em "Annales de Géographie" XLVI, Paris 1937. — Les voies de communication dans l'Etat de São Paulo, em "Bulletin de l'Association des Géographes Français" n.º 102, Paris, 1937. — The colonial nucleus of "Barão de Antonina", São Paulo, em "Geographical Review" XXX, Nova York, 1940. — Ensaios de Geografia Humana Brasileira, 289 pp., cap. II, IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XIX, Liv. Martins, São Paulo, 1940. — Algumas observações sobre Marília, cidade pioneira do Estado de São Paulo, em "Revista do Arquivo", n.º 78, São Paulo, 1941; e "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio 1944. — Comentário em torno do mapa da evolução da população do estado de São Paulo entre 1934 e 1940, em "Boletim da A.G.B.", III, n.º 3, São Paulo, 1943. — A Alta Paulista e a Alta Araraquarense, duas regiões novas paulistas, em "Boletim Geográfico", C.N.G., n.º 40, Rio, 1946. — Evolution des genres de vie ruraux traditionnels dans le Sud-Est du Brésil, em "Annales de Géographie", n.º 309, Paris, 1939. — Divisão regional do Estado de São Paulo (Relatório), em "Anais da A.G.B." I, São Paulo, 1949. — La Ville de Saint Paul, em "Revue de Géographie de Lyon", XXV, n.º 4, Lyon 1950. Planteurs et Pionniers de L'Etat de São Paulo 376 pp., Lib. Armand Colin, Paris 1952. — La croissance de la ville de São Paulo, 94 pp. em "Revue de Géographie Alpine", Grenoble 1952.
- MORAIS** (Cap. João de Melo) — Alguns aspectos fisiográficos das termas de Lindóia, em "Revista Brasileira de Geografia", III, n.º 4, Rio, 1941. — Aspectos da escarpa devoniana paranaense-paulista, em "Anuário do Serviço Geográfico do Exército", Rio, 1949; e em "Boletim Geográfico" C.N.G., n.º 94, Rio 1951.
- NOGUEIRA** (Emília Costa) e **NUNES** (Francisca M.) — Propriedades de japonesas na região de Cotia, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 9, São Paulo, 1951.
- NUNES** (Francisca M.) e **NOGUEIRA** (Emília Costa) — Propriedades de japonesas na região de Cotia, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 9, São Paulo, 1951.

- PAIVA (Rui Miller) — Estudo econômico da agricultura do distrito de Ibiti (ex-Monte Alegre), em "Revista do Arquivo", n.º 103, São Paulo, 1945 e MELO (Mário D. Homem de) — Estudo sobre a agricultura do sitiante, em "Revista do Arquivo", n.º 86, São Paulo.
- PANTALEÃO (Olga) — A cidade de Catanduva, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1944.
- PANTOJA (Maria Aparecida) — Estudo funcional de um centro urbano; a cidade de Casa Branca, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1944.
- PAPY (Louis) — En marge de l'empire du café: La façade atlantique de São Paulo, em "Cahiers d'Outre-Mer", V, n.º 20, Bordeaux, 1952.
- PASCHOALICK (Romeu) — Uma ferrovia paulista: a Sorocabana, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", IV, Rio, 1944.
- PAULA (E. Simões de) — O caíçara e a região de Itanhaém, São Paulo, 1934.
- PETRONE (Pasquale) — Ensaio sobre a função industrial de São Paulo, em "Parallos", n.º 6, São Paulo, 1947. — Breve estudo sobre o sítio urbano de São Paulo, em "Filosofia, Ciências e Letras", n.º 10, São Paulo, 1948. — Anotações para um estudo da cidade de Santos: evolução histórico-especial, em "Filosofia, Ciências e Letras", São Paulo. — Aspectos geográficos e problemas da região de Corumbataí, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 11, São Paulo, 1952. — As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão, em "Boletim Paulista de Geografia", 14, São Paulo, 1953.
- PENTEADO (Antônio Rocha) — Paisagens do Tietê, comentários a fotografias aéreas de Paulo C. Florençano, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 6, São Paulo, 1950.
- PINHO (Maria Luísa Pires do Rio) — Monografia de fazenda: a fazenda "Engenho d'Água", em Guaratinguetá, em "Boletim" n.º 38 da Faculdade de Filosofia da U.S.P., São Paulo, 1944.
- PLATT (Robert S.) — Coffe plantations of Brazil: a comparison of occupancies patterns in established and frontier areas, em "Geographical Review", XXV, Nova York, 1935. — Latin America — Countrysides and united Regions, 564 pp., cap. X, ns. 1 e 2, Whittlesey House, Nova York, 1943.
- PRADO JÚNIOR (Caio) — O fator geográfico na formação do desenvolvimento da cidade de São Paulo, em "Geografia" I n.º 3, São Paulo, 1935. Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo, em "Estudos Brasileiros", III, vol. VII, Rio, 1944. — Problemas de povoamento e a pequena propriedade, em "Revista de Organização Científica" IDORT, XIII, n.º 145, São Paulo, 1944.
- QUINTIERE (Léia) — O bananeiro, em "Revista Brasileira de Geografia" VIII, n.º 2, Rio, 1946. — A casa do praiano, idem, ibidem.
- RAWITSCHER (Félix K.) — Algumas noções sobre a vegetação do litoral brasileiro, em "Boletim da A.G.B.", IV, n.º 5, São Paulo, 1944.
- RÊGO (Luís Flores de Moraes) — Considerações preliminares sobre a gênese e a distribuição dos solos no estado de São Paulo, em "Geografia", n.º 1. I, São Paulo, 1935. — Influências estruturais sobre o relevo das regiões cristalinas de São Paulo, em "Boletim" da A.G.B., I, n.º 1, "Revista Brasileira de Geografia", Rio 1941. — e SANTOS (Tarciso D. de Sousa) — Contribuição para o estudo dos granitos da serra da Cantareira, cap. VIII, "Boletim" n.º 18 do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, São Paulo, 1938.
- RIBEIRO (Maria da Conceição Martins) — Franca em "Revista do Arquivo", n.º 77, São Paulo, 1941; e "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1944.
- RICH (John Lyon) — Problems in Brazilian Geology and Geomorphology suggested by reconnaissance in Summer of 1951, "Boletim" n.º 146 da Faculdade de Filosofia da U.S.P., São Paulo, 1953.
- RUELLAN (Francis) — Aspectos geomorfológicos do litoral brasileiro, no trecho compreendido entre Santos e o rio Doce, em "Boletim da A.G.B.", IV,

- n.º 5, São Paulo, 1944 — e AZEVEDO (Aroldo de) — Excursão à região de Lorena e à serra da Bocaina (Relatório), em "Anais" da A.G.B., I, São Paulo 1949.
- SANTOS** (Elina O.) — Geomorfologia da região de Sorocaba e alguns de seus problemas em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 12, São Paulo, 1952. — A história do desenvolvimento industrial de Sorocaba, em "O Estado de São Paulo", 14 de junho de 1953.
- SANTOS** (Tarciso D. de Sousa) — e RÊGO (Luís Flores de Moraes) — Contribuição para o estudo dos granitos da serra da Cantareira, cap. VIII, "Boletim" n.º 18 do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, São Paulo 1938.
- SCHMIDT** (Carlos Borges) — O Meio Rural, 182 pp. Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1946. — Estaria em processo um levantamento da costa? em "Boletim Geográfico", C.N.G. n.º 48, Rio 1947. — Alguns aspectos da pesca no litoral paulista, em "Revista do Museu Paulista", I, São Paulo, 1947. — A habitação rural na região do Paraitinga, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 3, São Paulo, 1949. — Povoamento ao longo de uma estrada paulista em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 6, São Paulo, 1950.
- SETZER** (José) — A distribuição normal das chuvas no estado de São Paulo, em "Revista Brasileira de Geografia", VIII, n.º 1, Rio, 1946. — Contribuição para o estudo do clima do estado de São Paulo, ed. D.E.R., São Paulo, 1946. — Os solos do estado de São Paulo, Biblioteca Geográfica do C.N.G., Rio. — O estado atual dos solos do município de Itapeperica, em "Revista Brasileira de Geografia" ano XIII, n.º 4, Rio, 1951.
- SILVA** (Carlos Frederico dos Santos) — Atibaia, em "Revista Brasileira de Geografia", ano XI, n.º 4, Rio, 1949.
- SILVA** (Clodomiro Pereira da) — O rio Paraíba do Sul, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", V, Rio, 1944.
- SILVA** (Raul de Andrada e) — A cidade de Santo André e sua função industrial, em "Revista do Arquivo", n.º 79, São Paulo, 1941; e "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1944.
- SILVEIRA** (João Dias da) — Estudo geográfico do litoral paulista, em "Boletim da A.G.B.", II, n.º 2, São Paulo, 1942. — Notas para o estudo de alguns aspectos do litoral paulista, em "Paulistânia", n.º 10, São Paulo, 1942. — Estudo sobre a evolução da repartição das densidades humanas no estado de São Paulo, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio 1944. — A zona de Amparo e suas vizinhanças em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", V, Rio 1944. — Baixadas Litorâneas Quentes e Úmidas, 224 pp., "Boletim" n.º 152, da Faculdade de Filosofia da U.S.P., São Paulo, 1952.
- SOUSA** (Antonieta de Paula) — Ligeiro estudo sobre a serra do Mar, no norte do estado de São Paulo, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", II, Rio, 1942. — Expansão da propriedade rural paulista, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", III, Rio, 1944. — Expansão da citricultura no estado de São Paulo, em "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", IV, Rio, 1944.
- SOUSA** (Elza Coelho de) — Cafèzal, em "Revista Brasileira de Geografia", ano VII, n.º 3, Rio, 1945. — Colheita de café, idem, ibidem. — Pescadores do litoral sul, em "Revista Brasileira de Geografia" ano VII, n.º 4, Rio 1945. — Águas da Prata, uma estância mineral, em "Boletim Carioca de Geografia", ano III, n.º 4, Rio 1950.
- VAGELER** (Paulo) e **CAMARGO** (Paulo) — Os Solos do Estado de São Paulo, Instituto Agrônomo de Campinas, São Paulo, 1938.
- WRIGHT** (Carlos) — A citricultura em São Paulo, em "Geografia", ano I, n.º 1, São Paulo, 1935.
- XAVIER** (Maria Galdina A.) — Um recanto da Cantareira-Gopouva, em n.º 38 da Faculdade de Filosofia da U.S.P., São Paulo, 1944.

Interiorização da Capital Federal*

JERÔNIMO COIMBRA BUENO

Recebi com viva emoção o convite do senhor secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia Cel. De Paranhos Antunes para levar aos rio-grandenses do sul e aos brasileiros reunidos em Pôrto Alegre, uma palavra sôbre a interiorização da Capital Federal, ideal que há 20 anos meu irmão Abelardo, como eu engenheiro, adotamos como a finalidade maior de nossas vidas, após a vitoriosa construção de Goiânia. Esperamos dentro de poucas semanas manter para o Brasil e todo o mundo ocidental, a etapa nacional, em ondas curtas, de uma poderosa difusora, a Rádio Brasil Central, que fundamos há quatro anos no Planalto Central, para a propagação da grande idéia de salvação nacional — que é *Brasília*, o nome já consagrado da maior obra de brasilidade de todos os tempos; — e a missão da Rádio Brasil Central é tentar, — agora no âmbito nacional, — tornar a idéia (da nova capital) um assunto pacífico, aceito em todos os lares pátrios, buscando assim o apoio da massa — para as duras arrancadas que em futuro próximo terão de ser vencidas no sentido da instalação definitiva da capital do país no seu interior, distanciada de mil ou mais quilômetros de qualquer ponto de suas fronteiras terrestres ou marítimas.

Insistimos em nossas afirmações de que, a necessidade da interiorização da capital do Brasil é assunto pacífico, preconizado desde os tempos coloniais e do Império, confirmado por sucessivas constituições republicanas e aceito pela nação, que a decretou em sua última Carta Magna, não comportando assim discussões ou argumentações, mas apenas sua execução, em cumprimento da lei básica.

E a oportunidade da interiorização nos últimos tempos tornou-se evidente; o empirismo da divisão administrativa e as omissões e erros acumulados, tanto no Império quanto na República, resultaram na má distribuição da população, agravada com um rápido, artificial e desproporcionado crescimento das grandes cidades e muito especialmente do Rio de Janeiro.

Surgiram daí problemas sociais, econômicos e morais, que poderão ser resolvidos através de medidas radicais. Tais problemas com prementes solicitações, ocorrem em menos de uma dezena de nossas grandes cidades, e podem perigosamente monopolizar a atenção e orientar a ação governamental, no sentido de soluções locais, em detrimento das necessidades básicas da quase totalidade do território nacional, cujo empobrecimento já acentuado, acabaria por avassalar o país para sempre. O Brasil é citado como sendo constituído de uma série de "ilhas" ou núcleos densamente povoados, na sua maioria litorâneos, isolados por extensões imensas e quase ao abandono. Urge que tenhamos uma capital interiorizada, que possa distribuir tratamento equitativo a tôdas as regiões, e que esteja protegida por uma cinta de cêrca de mil ou mais quilômetros de solo pátrio, em tôdas as direções que a busquem, partindo de nossas fronteiras.

Esta sim, será uma capital unificadora, um cérebro capaz de sentir, examinar, equacionar e resolver os problemas da nacionalidade.

Um círculo vicioso existe e atuará inexoravelmente cada vez que se procurar dar assistência e abrigar nos grandes centros uma família brasileira, emigrada do interior: — atendida que seja uma, dezenas de outras acorrerão do interior, para novas solicitações ao poder público, num anseio natural de pro-

* Conferência lida no XI Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em maio de 1954, na cidade de Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul.

gresso e melhor padrão de vida; — e todos os recursos nacionais seriam inoperantes para quebrar este círculo vicioso — antes o agravariam.

A falta de uma distribuição equitativa de assistência, de alimentação, vestuário, habitações adequadas, higiene e conforto mínimos, está provocando um verdadeiro depauperamento das massas fazendo crescer a população flutuante, agravando o nomadismo, o fenômeno que mais se acentua nas nossas grandes cidades, — situação esta que poderá ser estancada com a transferência da capital, que terá como consequência imediata a valorização psicológica e econômica do interior.

O que se verifica no Rio, repete-se em outras capitais e cidades da orla litorânea, cuja população desestimulada e sem horizontes, procura condicionar o trabalho governamental, e a qualquer custo circunscrever sua ação às suas áreas e problemas imediatistas, com exigências cada vez maiores, acrescidas das agitações e explorações sociais, que só encontram campo propício para sua ação nefasta e anti-brasileira, em tais locais em que se acumulam grandes massas de brasileiros deslocados e desamparados.

A nucleação urbana dessas massas populacionais, condenou ao abandono o imenso potencial agro-pecuário e mineral do interior, sem dúvida um dos maiores da Terra.

Os sem trabalho, os subalimentados, e toda uma coorte destas e outras classes, inconcebíveis num país potencialmente rico como o Brasil, vêm favorecendo atividades e agitações descabidas, em pequenas áreas superpovoadas, mas, ridículas em relação à extensão de nosso território, que tem recursos suficientes, para a fartura, o bem estar e felicidade de todos os brasileiros da atualidade e do futuro, bem como para milhões de imigrantes.

É um dever alertar a nação sobre a premente necessidade do povoamento de nosso solo, mediante intensa imigração e redistribuição das populações de nossos principais núcleos urbanos, onde grandes aglomerações estão descuidadas e às portas da fome e da dissolução. Um problema de tal magnitude, exige medidas radicais que encaminhem soluções definitivas.

Ao invés de tentativas protelatórias e tímidas, que sem atingirem os fins colimados, irão custar tanto ou mais que uma solução definitiva, preconizamos como primeiro passo para o engrandecimento do Brasil, o início da construção da sua nova capital e interiorização paulatina do governo federal.

O TRABALHO DAS 3 COMISSÕES FEDERAIS DE 1892-1946 E 1953

Há uma lei empírica, universalmente aceita em urbanismo: — as cidades caminham para o oeste. Por um determinismo qualquer — a capital do Brasil caminha para a região do Planalto Central, onde estão os vertedouros das bacias do Prata, São Francisco e Amazonas.

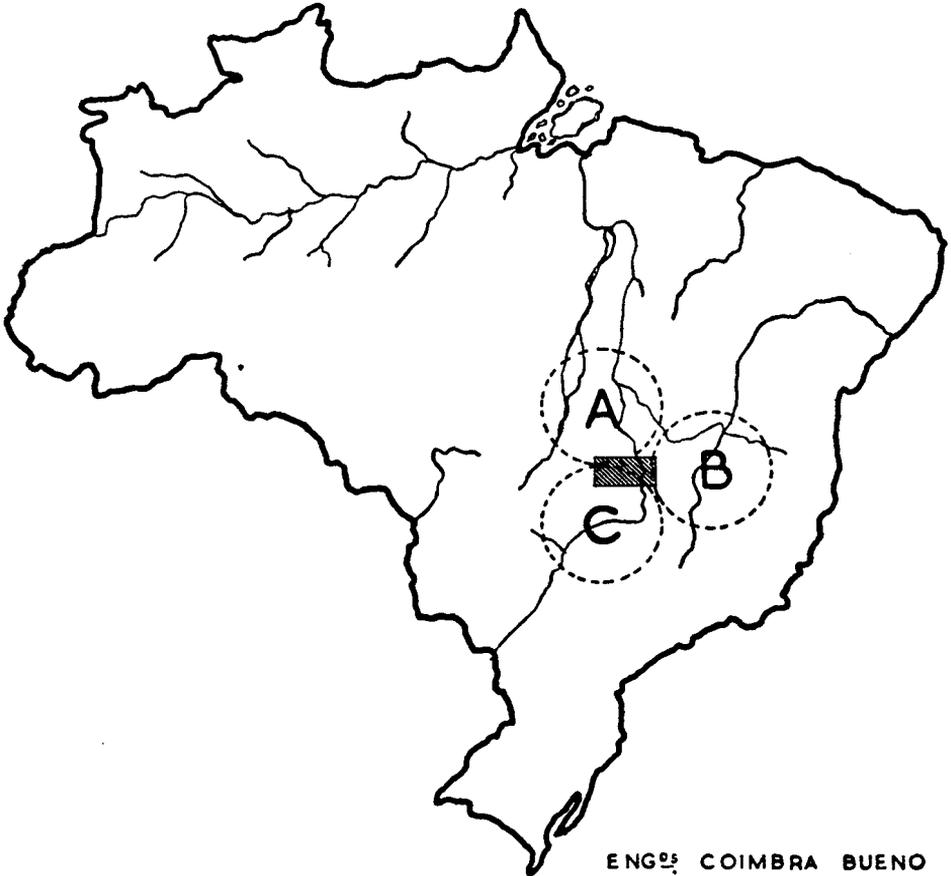
A 1.^a Comissão Constitucional de 1892, depois de exaustivos trabalhos, situou entre as latitudes 15° 20' 0" e 16° 8' 35" e as longitudes O, de Greenwich 3h 9m 25s e 3h 15m 25s a área ideal para o novo Distrito Federal.

A 2.^a Comissão Constitucional, de 1946, depois de longos debates e estudos — já com recursos modernos e melhores conhecimentos do solo pátrio — dentro de um planalto de 2 000 000 de quilômetros quadrados, escolheu uma área — de 77 000 quilômetros quadrados, que nada mais é do que uma ampliação para o norte e leste do retângulo de 1892. Vem a seguir o Congresso e restringe esta área ao atual retângulo de 52 000 quilômetros quadrados compreendido entre os paralelos 15° 30' e 17° e meridianos 46° 30' e 49° 30' que inclui igualmente quase todo o retângulo de 1892.

Como curiosidade lembramos que a 1.^a Comissão Constitucional de 1892 levou uns três meses para atingir a região da nova capital, a 2.^a de 1946 ainda na era dos motores aéreos a pistão levou umas 3 horas, e a 3.^a e atual, de 1953, já na era do jato, poderá vencer a mesma distância em apenas uma hora de voo.

Em proporção idêntica decresceram de então para cá, as sempre alegadas porém na realidade inexistentes dificuldades, para a pronta construção de *Brasília*.

POTENCIAL HIDROELÉTRICO NA REGIÃO DO FUTURO DISTRITO FEDERAL.



A = BACIA AMAZONICA.

B = BACIA DO SÃO FRANCISCO.

C = BACIA DO PARANAÍBA.

$$A + B + C = \pm 2.000.000 \text{ H.P.}$$

COMO ENCARAR OBJETIVAMENTE A SOLUÇÃO EM MARCHA DO PROBLEMA DA INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL DO BRASIL

Em linhas gerais, a localização do futuro Distrito Federal, adotada pela 1.^a Comissão Constitucional de 1892, foi confirmada pela 2.^a, de 1946, provavelmente será mantida pela atual, a 3.^a de 1953, — cujos trabalhos vêm sendo com rara eficiência e grande entusiasmo, presididos pelo general Caiado de Castro, chefe do gabinete militar da presidência da República.

Em poucos meses de atividade, da 3.^a Comissão, os “Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.”, batendo um “record” sem precedentes, fizeram a cobertura aerofotográfica de toda a área compreendida entre os paralelos 15° 30' e 17° e os meridianos 46° 30' e 49° 30', isto graças à esclarecida colaboração do engenheiro Paulo Peltier de Queirós, presidente da Comissão do Vale do São Francisco, que em boa hora soube associar os estudos e trabalhos que dirige com os da nova capital. Obtido um mosaico aerofotográfico-básico, na escala de 1/25 000, a etapa seguinte foi a elaboração pelo Conselho Nacional de Geografia, de um mapa da região na escala de 1/100 000, também num tempo “record”, graças à elevada colaboração do seu presidente o desembargador Florêncio de Abreu, e do seu secretário-geral Cel. De Paranhos Antunes, também membro da 3.^a Comissão de Localização da Nova Capital.

Com estes dois elementos básicos, mosaicos na escala de 1/25 000 e mapa na escala de 1/100 000, bem como os elementos já disponíveis pelos exaustivos estudos das Comissões anteriores, pôde a Comissão contratar, ainda com a assistência direta da Comissão do Vale do São Francisco — os serviços de foto interpretação dos mosaicos fotográficos, trabalho este confiado a uma empresa, norte-americana, que é uma das poucas organizações especializadas no assunto existentes em todo o mundo.

Esta Cia. (Donald J. Belcher & Associates Incorporated com sede em Itacha — N.Y. — U.S.A.), assumiu o compromisso de indicar dentro do retângulo de 52 000 quilômetros quadrados e detalhar no prazo de 10 meses, os cinco melhores sítios, cada um de 1 000 quilômetros quadrados para a Comissão dentre eles, selecionar o que oferecer maiores conveniências para a nova capital. Uma vez votado o sítio melhor de 1 000 quilômetros quadrados, terá a mesma Cia. até 90 dias para fazer a delimitação de até 5 000 quilômetros quadrados abrangendo as áreas contíguas a este sítio definitivo, para termos assim o novo Distrito Federal, cuja área total (estes 5 000 quilômetros quadrados), foi prefixada pelo Congresso Nacional.

Em 1955, após mais de 6 décadas de estudos, através dos trabalhos de 3 Comissões Constitucionais, e de inúmeras outras entidades executivas e parlamentares, teremos o novo Distrito Federal, apto a ser encaminhado ao Congresso, para sua aprovação e final decretação pelo senhor presidente da República.

Assim o ano de 1955 marcará uma etapa decisiva na atual arrancada para a interiorização da capital do Brasil.

ETAPAS A SEREM VENCIDAS

Desde 1948 vimos destacando como principais 4 etapas a serem vencidas para a pronta construção de *Brasília*:

- 1.^a — a localização;
- 2.^a — o acesso;
- 3.^a — recursos locais;
- 4.^a — recursos financeiros.

A 1.^a etapa, a localização, como vêm acima, estará resolvida em 1955 na base de exaustivos estudos de mais de 60 anos, e, agora, com os mais modernos e eficientes recursos da técnica.

A 2.^a etapa, o acesso, está equacionada, parcialmente em execução e poderá ser concretizada dentro de um prazo de 3 anos; — consiste na conclusão das seguintes ligações:

a) — *A ligação rodoviária essencial*, constituída por trechos das BR-33, BR-56 e BR-14, tôdas elas, rodovias de 1.^a classe do Plano Nacional. A antecipação da construção destes trechos, estabelecerá uma ligação direta entre Santos e Anápolis, indispensável à execução das obras de *Brasília*. A concretização desta ligação com o Sul foi objeto de um convênio, que, em 1948, quando governador de Goiás, tive a honra de assinar com os governadores Ademar de Barros — de São Paulo e Milton Campos — de Minas Gerais. São Paulo se comprometeu a acelerar, também o asfaltamento entre Santos e Colômbia, o que já está sendo executado e provavelmente será concluído em 1955 ou 1956; Minas e Goiás, se comprometeram, a antecipar com piso macadamizado, porém apto para receber asfalto, a construção dos trechos que cortam seus territórios, obras estas também em execução, e que estarão concluídas em Goiás, provavelmente em 1955 e, em Minas em 1956. Restará à futura organização que fôr encarregada da construção de *Brasília*, se fôr instalada por volta de 1956, promover junto aos estados interessados e aos órgãos competentes do governo federal, a antecipação, no interesse de *Brasília* — dos serviços de asfaltamento já acordados entre os 3 estados e que até então ainda estiverem por executar, e da construção do pequeno trecho entre esta rodovia e o sítio definitivo da nova cidade. Assim com um pequeno esforço e antecipando solução de problemas rodoviários que já deviam estar resolvidos, pela produção e exigências atuais da região, — a nova capital poderá ser iniciada já *com base numa rodovia asfaltada*, que irá associá-la aos grandes centros manufatureiros do país.

E foi também com as vistas já voltadas para *Brasília*, que o governo de Goiás, promoveu o acôrdo interestadual de 1948 por executar, mas já com parte de suas verbas englobadas nos Planos Nacional e Estaduais, excluído o asfaltamento, é da ordem de Cr\$ 175 000 000,00; a verba restante deve ser prontamente consignada no orçamento da União.

Essa é a ligação indispensável nas condições atuais, mas é certo que, com a simples resolução da mudança, o surto de progresso de todo o interior forçará a execução — já tão protelada — das linhas mestras do Plano Rodoviário Nacional;

b) — *A ligação ferroviária essencial*: Obedecendo à mesma diretriz da rodovia a ligação ferroviária engloba trechos da “São Paulo Railway”, da “Cia. Paulista de Estrada de Ferro”, da “E. Ferro Mojiana” e da “E. Ferro de Goiás” entre Santos e a estação desta última ferrovia, que vier a ficar mais próxima do futuro Distrito Federal.

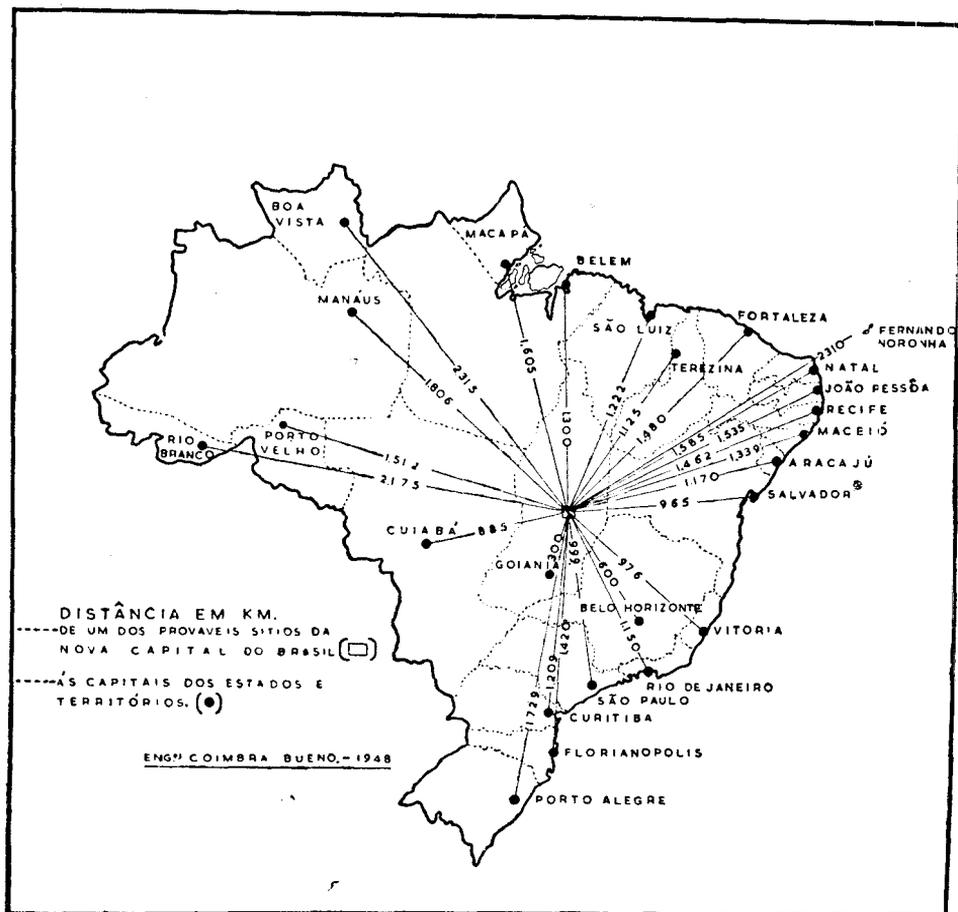
Destas ferrovias, a Mojiana está ultimando os serviços de retificação de linha até Araguari e melhoria do material de tração e rodante. A E. Ferro Goiás acaba de ser beneficiada com um vultoso empréstimo de Cr\$ 224 644 000,00 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, além da parcela em “U.S. Dollars”, para idênticos melhoramentos na sua linha e material.

Esta ligação essencial estará automaticamente entroncada com a Rêde Mineira de Viação na atual estação de Goiandira.

Restará, apenas, à futura entidade encarregada da nova capital, promover a rápida construção de um pequeno trecho ferroviário, provavelmente inferior a 100 quilômetros, ligando-a à estação mais próxima da E. F. de Goiás. É claro que exigências outras impulsionarão a execução do sistema ferroviário nacional, como por exemplos a pronta extensão da E. F. C. do Brasil de Pirapora a Formosa e daí até o local do novo Distrito Federal, e a extensão até este Distrito de um ramal em bitola larga, partindo de Barbacena; mas isto será apenas uma decorrência natural da ação dos administradores nacionais, isto é, do cérebro da nação, em contacto direto com realidades brasileiras;

c) — *A ligação aérea essencial*: Será de grande efeito administrativo e psicológico, — uma das companhias aéreas nacionais já subvencionadas, ser estimulada no sentido de complementar seus serviços, numa primeira linha direta de penetração com aviões a jato, que em uma hora de voo, deverá ligar a nova capital à futura Nova York do Atlântico Sul, em que se transformará o Rio de Janeiro — empório e pôrto comercial, que então, começará a ser alimentado em suas trocas, pela imensa produção de um interior vitalizado. Quanto às demais ligações aéreas de carga e passageiros, de todo o país com *Brasília*, serão simples extensões de nossas atuais linhas e não constituirão problema

para a futura entidade encarregada da nova capital; atualmente a maioria das companhias nacionais de aeronavegação já operam na região com mais de 10 aviões DC-3 e C-46 por dia. A construção do próprio aeroporto de *Brasília*, poderá ficar a cargo do Ministério da Aeronáutica, que há anos vem fazendo estudos para a localização na região planáltina, de uma de suas grandes bases aéreas;



d) — *A ligação rodo-fluvial com a bacia amazônica*: A parte rodoviária de 1.^a classe, da ligação do Planalto Central com um pôrto praticável do Tocantins, — poderá ser concluída por volta de 1957, e já tem dotações anuais para sua execução. O preparo de 2040 quilômetros para navegação do rio Tocantins, poderá ser iniciado, para atender às necessidades atuais a um custo anual da ordem de Cr\$ 70 000 000,00 — verba esta que poderá ser atendida pela Comissão do Vale do Amazonas, por conta da respectiva dotação constitucional. Não tanto para atender às necessidades da construção propriamente dita, de *Brasília*, mas sobretudo, para facilitar o acesso às fontes capazes de grande produção agropecuária e solucionar um empolgante problema já equacionado desde a era colonial, — isto é, fazer de Belém do Pará um dos portos do Brasil Central, — é que esta realização deve ser desde logo associada à de *Brasília*.

A futura entidade encarregada da nova capital, terá que influenciar os órgãos competentes da União e dos estados para antecipar a navegação regular do Tocantins. É óbvio que administradores nacionais colocados em *Brasília* — buscarão saídas para o mar, através de um dos maiores sistemas de navegação fluvial do Mundo — e se isto não é necessário para a construção de *Brasília*, é, sem dúvida, essencial para a construção efetiva de uma grande nação brasileira.

Resumindo, vemos que a nova capital, por meio de ligações ferroviárias, rodoviárias, aéreas e fluviais, para as quais pouco falta para concluir — na escala, bem entendido das necessidades propriamente ditas a construção da nova capital, ficará prontamente integrada com todas as regiões do país: — Com a *Região Norte*: através do sistema Tocantins que será a coluna vertebral do Brasil, ligando-a a toda a bacia amazônica; com a *Região Nordeste Ocidental* ainda através do sistema Tocantins que se ligará com facilidade ao sistema de viação dessa região; já existe a ligação rodoviária entre a navegação do Tocantins e a do Parnaíba, o que também foi objeto de convênios interestaduais que tive a honra de assinar em 1948, com os governadores Sebastião Archer da Silva, do Maranhão, e Moura Carvalho, do Pará, quando governador de Goiás; com as *Regiões Nordeste Oriental e Leste Setentrional*, através do sistema São Francisco e E.F. Central do Brasil; com as *Regiões Leste Meridional e Sul*, através dos sistemas ródio e ferroviário dessas regiões; finalmente, com a *Região Centro-Oeste*, onde ficará situada, estará ligada através do sistema existente.

Claro é que todas estas ligações, embora suficientes para a construção e mesmo o funcionamento da capital, não serão bastantes para atenderem ao progresso que *Brasília* irá provocar. Isto não constitui um problema para a mudança, mas ao contrário, um dos muitos frutos da mudança, que irá impor a pronta execução do Plano Nacional de Viação.

A 3.^a etapa — Os “Recursos Locais”, poderão atender à construção de *Brasília*, já em 1956:

a) — *A usina essencial* — É a de Paranoá, dentro da área do retângulo, com potencial da ordem de 20 000 HP interessando diretamente à fase de construção da nova cidade. A iniciativa privada, através de uma idônea organização existente, já chamou a si a sua construção; esta nova usina destinada a abastecer Anápolis, e outras cidades da região, foi projetada com um potencial represado e não utilizado superior a 10 000 HP, previstos como disponibilidade para a nova capital, podendo assim bastar com segurança às exigências da 1.^a fase da construção de *Brasília*. Graças à iniciativa de Aquiles de Pina e outros vultos de projeção econômica e social de Anápolis, o projeto elaborado pela Servix Elétrica, do Rio de Janeiro, deverá ser iniciado dentro de poucos meses, cabendo assim à iniciativa privada a primeira construção efetiva visando diretamente à nova capital. O custo da fase inicial é da ordem de Cr\$ 70 000 000,00.

Uma usina termo-elétrica, que poderá ser adquirida de importadores, e montada em menos de 6 meses, complementará a usina de Paranoá e bastará para a fase de construção de *Brasília*.

É assim pouco provável que a futura entidade, que tiver a seu cargo a construção de *Brasília*, tenha de se preocupar com o problema de energia elétrica.

É evidente que o simples início da nova capital impulsionará o aproveitamento do imenso potencial do Planalto Central com usinas regionais como a da Cachoeira Dourada, velha preocupação do governo e parlamentares goianos, projetada de 1947 a 1950 pelo engenheiro Sousa Leão, do Ministério de Agricultura, e recentemente atribuída à “Société des Grands Travaux de Marseille” sob os auspícios da Comissão de Estudos em Execução das Obras da Cachoeira Dourada orientada pelo engenheiro Oto Nascimento, e outros técnicos nacionais e cuja construção já está na fase inicial para a 1.^a etapa 37 500 HP, sendo a etapa final superior a 300 000 HP.

b) — *Fábrica de cimento*: Outro grande pioneiro brasileiro, o industrial Severino Pereira da Silva, já adquiriu as minas e áreas necessárias, e ultimou o projeto para a instalação nas vizinhanças de Goiânia, de uma grande fábrica de cimento, para 5 000 sacos diários.

É novamente a solução de um problema regional, há muito reclamado indo ao encontro às futuras exigências da construção de *Brasília*.

A previsão do custo desta iniciativa também privada é da ordem de Cr\$ 200 000 000,00.

Duas outras fábricas poderão, quando necessárias, terem sua construção estimulada e antecipada, em Ipameri e Araguari, ambas cidades próximas do futuro Distrito Federal.

LOCALISACÃO DO FUTURO DISTRITO FEDERAL.



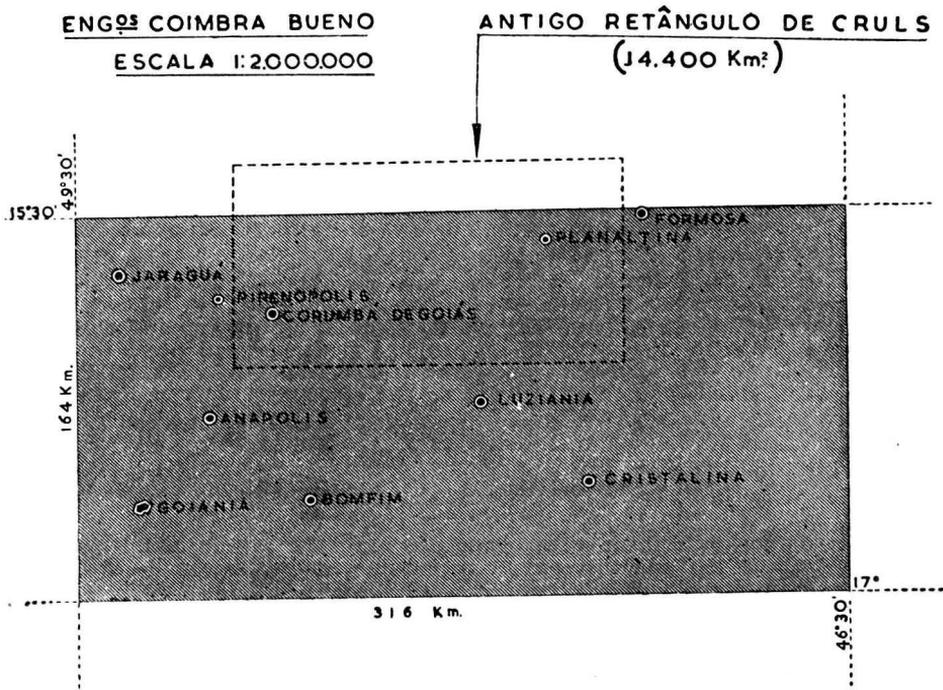
c) — *Materiais de construção em geral:* O grosso do material necessário, a exemplo da construção de Goiânia — poderá ser facilmente extraído e produzido no local mediante o estímulo à iniciativa privada, já suficientemente desenvolvida em Anápolis, Goiânia, e outras cidades da região, e dos grandes centros do país. O ferramental e materiais produzidos no país e no exterior — estarão acessíveis pelas vias férrea, aérea e rodoviária já citadas, e que são bastantes.

d) — *Urbanismo, engenharia e arquitetura*: Se por uma hipótese ordenássemos lado a lado uns dez por cento dos projetos desenvolvidos e obras realizadas no Brasil, no último quinquênio, teríamos sem dúvida uma integração de esforços, superior à necessária para a construção de uma nova capital, com uma urbanização e arquitetura avançadas. É do domínio público que, se de um lado ainda é essencial que importemos maquinaria pesada e especializada para nossos serviços, de outro lado já podemos exportar — em pé de igualdade com as nações mais evoluídas, planos e projetos de uma equipe de engenheiros e arquitetos brasileiros, alguns já com renome internacional. Estamos técnica, financeira e moralmente capacitados para o planejado projeto e construção da nossa capital ou a de qualquer outro país.

Isto não impede que busquemos também os conhecimentos externos, em algumas técnicas especializadas e modernas, de entidades internacionais, mas sempre com a preocupação de as introduzirmos e radicarmos no país. Tal é o caso do contrato feito com uma empresa americana especializada em foto-análise e foto-interpretação dos mosaicos aerofotográficos levantados por uma companhia nacional, a qual se obrigou a criar e manter na execução de seus ser-

QUADRILÁTERO COM A SUPERFÍCIE DE 51.824 Km² (316 Km. x 164 Km)
DENTRO DO QUAL DEVERÁ SER ESCOLHIDO O 'SÍTIO' DA NOVA
CAPITAL DO BRASIL.

EM TÔRNO DESTES "SÍTIO" DEVERÃO SER DEMARCADOS OS
 CINCO MIL Km², QUE CONSTITUIRÃO O TERRITÓRIO DO
 FUTURO DISTRITO FEDERAL.



viços, as facilidades necessárias para o treinamento e eventual instalação de uma equipe de técnicos brasileiros. Com o mesmo espírito de atuação liberal e ventilada somos de parecer que por exemplo os concursos de anteprojeto para a nova cidade e de muitos de seus detalhes, deverão ser de âmbito internacional, dando oportunidade e acesso às idéias e técnicas universais.

A 4.^a etapa é a verba: *De onde tirá-la?* — A resposta está na própria lei que criou a atual 3.^a Comissão Constitucional, e que determinou a desapropriação da totalidade da área do novo Distrito Federal. A simples valorização de tal área, quando as rodovias, ferrovias, usinas e instalações e população começarem a surgir, garante a reversão das importâncias a serem aplicadas na nova capital.

A destinação para venda e arrecadação paulatina em um decênio de um número limitado de lotes urbanos — num plano bem delineado, bastaria para cobrir com folga — o custo de uma capital moderna, padronizada, confortável e capaz de bem desempenhar sua transcendental função. Aí está uma origem comprovada para as verbas, se outras mais aconselháveis não puderem ser utilizadas.

É um fato alvissareiro e da maior importância — a resolução do governo federal — de promover a prévia e regular desapropriação de todas as áreas do futuro Distrito Federal; — desta forma, apenas o poder público — e não os adventícios — irá se beneficiar com a recuperação do dinheiro que inverter no local — liberando assim de quaisquer ônus, a atual e as futuras gerações de nossos compatriotas.

É o adiantamento para o início e giro financeiro da construção de *Brasília* já pode ser considerado disponível: é o resultante da soma de todas as dotações aprovadas para novos edifícios públicos na atual Capital Federal, com sua construção já suspensa, como sejam os novos palácios do Itamarati, da Justiça, das Comunicações e outros, bem como a destinação para o novo palácio do Senado Federal, heresia constitucional esta, que cumpre eliminar.

Em seu conjunto a suspensão dos novos edifícios públicos no Rio, — já indicam recursos financeiros superiores a Cr\$ 500 000 000,00, — que sem qualquer abalo, para as sempre atuais e alegadas contingências difíceis que o país atravessa, podem ser utilizados, para o início da construção de *Brasília*. Esta verba será necessariamente completada pela iniciativa privada e paraestatal que cumpre ser estimulada, para a produção no local do grosso do material necessário, e das edificações particulares.

Que a nova capital já está em marcha, não há mais dúvida; basta raciocinar sobre as verbas, já em aplicação ou programadas para o Planalto Central, verbas estas pelo seu vulto inéditas para a região — e cuja obtenção seria difícil ou mesmo impossível, se no fundo não constituíssem inversões do mais alto interesse nacional — como medida preliminar e essencial para o início da construção de *Brasília*.

Dotações sem precedentes na região, para as ligações rodoviárias e ferroviárias “Santos-Anápolis”, “Cachoeira Dourada”, “Paranoá”, e outras iniciativas de grande vulto, são o fruto também da colaboração continuada da Comissão de Localização da Nova Capital, e principalmente de seu presidente, cuja firmeza decisiva e oportuna atuação, junto à Presidência da República e aos poderes competentes — assegura o êxito de tão elevadas iniciativas vitais para o país.

A COMPLEXIDADE DO PROBLEMA

Eis aí alguns aspectos que podemos chamar “físicos” do problema, pelos quais se pode ver que estamos bem mais próximos da realização de *Brasília* do que a grande maioria pensa.

Outros aspectos de não menos importância são os de ordem geopolítica, de ordem social, de ordem psicológica que pesam na realização da mudança, tanto ou mais do que os que acabei de expor; para estes, a vitória da mudança representará um imenso fator de avanço e progresso.

Basta lembrarmos que a civilização brasileira em muitos de seus aspectos continua tipicamente colonial: nossa cultura, ciência, arte, técnica pode-se dizer, eram importadas da Europa e agora passaram também para a órbita da América do Norte.

A colocação da capital no interior proporcionará ambiente onde com mais facilidade se pode desenvolver uma civilização brasileira criada no nosso meio e do nosso homem e não simplesmente copiada e mal adaptada.

Se os problemas de aspecto físico poderão ser resolvidos por uma ou algumas comissões de técnicos, os outros mais complexos exigirão o concurso de todos os brasileiros.

Quero esclarecer que se me detenho menos na análise destes problemas, isso não significa que considere menor a importância deles.

Na sua complexidade, na sua natureza, os problemas criados pelos homens são geralmente maiores que os opostos pela natureza à realização dos problemas administrativos.

O CARÁTER DA FUTURA CAPITAL

A fase atual, de estudos e de lutas pela decisão da mudança, não comporta ainda pormenores dos problemas de urbanização da cidade propriamente dita.

Estamos lutando no campo da geopolítica, no campo sociológico, no campo administrativo; — a batalha no campo do urbanismo terá de ser travada após estas vitórias.

A cidade não deve ser prevista para tornar-se um grande centro comercial ou industrial, capaz de atrair uma aglomeração humana maior do que a conveniente, para não acabarmos caindo no mesmo erro atual, dos problemas locais, isto é, os problemas de ordem municipal, da massa atraída e condensada na capital, passaram a influir exageradamente e condicionar as decisões de ordem federal.

É o que se passa atualmente no Rio de Janeiro, onde a administração federal vive asfixiada pelos problemas municipais, com uma tendência a limitar o governo federal em prefeitura do Rio.

A população-teto de 500 000 almas, ao fim de muitos decênios, e cidades satélites comerciais e industriais cuidadosamente localizadas, seriam os objetivos mais indicados.

A população da capital, não sendo comercial nem industrial, deverá ter um alto padrão intelectual; daí a necessidade de prever-se a formação de uma verdadeira elite cultural no centro do país.

Contactos, os mais fáceis possíveis devem ser proporcionados a esta elite a fim de evitar que se desenvolva uma mentalidade formalista, com tendência a se constituir em quisto afastado dos problemas nacionais.

CONCLUSÃO

O Brasil está amadurecido para a interiorização da sua capital. Cumpre ao nosso regime democrático, consolidar-se agregando as forças vivas da nação em torno de uma realização — que empolgando a todos enseje aos nossos compatriotas, novas esperanças, novos rumos e novos dias.

É a experiência de *Brasília* — custará apenas uma parcela dos gastos de uma única das muitas agitações políticas de fundo social-econômico, — que há muito vêm toldando os horizontes da pátria.

É um dever buscarmos um caminho para o Brasil cumprir o seu destino, tornando-se uma grande potência mundial.

Este caminho é *Brasília!*

Importância do Comércio na Formação das Cidades*

BRÁSILIO MACHADO NETO

Presidente da Confederação Nacional
do Comércio

Quando por motivo do transcurso do cinquentenário da fundação desta benemérita sociedade, recebi o convite para pronunciar uma conferência, veio-me ao espírito o pensamento de conversar convosco sobre tema particularmente grato à nossa condição de paulistas: a formação das cidades.

Reconsiderarei meu propósito, ao atentar para as proporções do assunto escolhido. Teríamos de empreender numerosas incursões pela história, pela sociologia, pela urbanística e pela geografia, se nos arrojásemos à empresa de esmiuçar a gênese e o crescimento do núcleo urbano. E ainda, ao término da viagem, muitos de seus aspectos teriam sido esquecidos.

Julguei de bom aviso circunscrevê-lo a um de seus ângulos. E aqui estou, como homem da livre empresa, anuindo à fidalguia da vossa convocação, para destacar a importância do comércio na origem e no desenvolvimento das urbes.

No período colonial, quando nossos antepassados realizaram a esplêndida aventura de alargar o domínio territorial da pátria, constituía título de benemerência, recomendável às boas graças de el-rei, a fundação de povoados.

O morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo — ensina-nos Oliveira Viana — fez a sua glória como fundador de povoações e vilas.

Bem sabemos que a política de Portugal, nessa fase do povoamento do Brasil, não obedecia unicamente à idéia de estimular os centros urbanos, como alicerce da grandeza da colônia: militavam nessa orientação, a par com o espírito expansionista, a vigilância fiscal e o domínio político.

Não raro a população se constituía, nos primitivos núcleos, por via de recrutamentos, que tomavam a feição dominadora da imposição e do castigo.

Se a diretoria oficial era essa, outra havia, mais bela e fecunda: a que derivou da epopéia das bandeiras. Devassando sertões, abrindo caminhos, demandando as cabeceiras dos rios, traçaram os paulistas a configuração geográfica projetada no mapa definitivo do Brasil.

Por onde passavam as velhas bandeiras, com seus estandartes desfraldados, aí ficavam as sementes da civilização, que germinariam em dias advindos. Distendendo-se no caminho aberto na direção de Goiás, os bandeirantes realizaram a primeira penetração no território do atual município de Ribeirão Preto.

Um de nossos maiores sociólogos identificou no paulista a vocação do deserto. Nesse traço psicológico estaria a gênese do bandeirismo, a propeller à internação sertaneja, como indício de absentismo urbano. Mas, paradoxalmente, se isso constituía a fuga da cidade, representava por outro lado a disseminação de novos centros, que iriam aflorar na rota seguida pelos desbravadores, como ressaltam os versos lapidares do poeta de "Caçador de Esmeraldas".

As velhas sesmarias, apoiadas em extensas faixas territoriais, já foram interpretadas como elementos de contradição à política portuguesa de fixação urbana. Mas é possível retificar esse juízo, com o argumento de que, a sesmaria isolou o homem nos grandes latifúndios e dispersou a reduzida população colonizadora, em compensação espalhou por toda a colônia as sementes das futuras cidades, oriundas das fazendas e dos engenhos localizados nas léguas de terras recebidas por doação da Coroa.

* Conferência proferida em Ribeirão Preto, na sede da Legião Brasileira, em 3 de abril do corrente ano, *Digesto Econômico* — N.º 103, junho de 1953 — Ano IX.

A unidade morfológica, de que se originou Ribeirão Preto, é a antiga fazenda de igual nome. Não promanou no entanto de um único núcleo. Mais três fazendas proporcionaram a base física em que se expandiriam, no curso dos últimos cem anos, vossa tenacidade, vosso trabalho, vosso espírito de iniciativa.

Fernando de Azevedo, estudando alguns aspectos essenciais das cidades, observa que estas surgem quando a cultura da terra cessa de absorver toda a população.

Temos de convir, no entanto, que a êsse fator de ordem agrária deve acrescentar-se, como no vosso caso, o exercício da vontade humana, concretizando o propósito da instituição do núcleo demográfico.

O povoado de que provém a capital do café nasceu de um anseio de vossos antepassados. Pode-se dizer, é certo, que já existiam os elementos favoráveis à implantação citadina. Vossos maiores, coordenando essas condições de solidariedade social, houveram por bem colocar o povoado sob a invocação de São Sebastião por doações expressas, a diferenciação geográfica em cujas fronteiras presentemente se elaboram, para maior prosperidade de São Paulo, vossa riqueza e vossa cultura.

Vem da Idade Média a tradição piedosa de colocar sob a invocação dos santos os núcleos urbanos incipientes.

O prestígio do catolicismo, consolidando-se no período medieval, fez o mosteiro e o castelo compartilharem da proteção dispensada à população distendida em torno da muralha com que se resguardava a moradia dos monjes e dos senhores feudais. O nome de um santo, adjudicado a uma cidade, correspondia ao aprêço em que era tida a proteção proporcionada pela Igreja.

Obedientes à formação cristã da nacionalidade brasileira, erigistes São Sebastião em vosso padroeiro. Se não lhe destes o nome à cidade, foi sob a invocação de sua misericórdia e de sua bondade que vos aglutinastes.

Camille Julian, que passou a vida a defender os toponímicos deixados pela tradição nas ruas, caminhos e cidades, rejubilar-se-ia, com certeza, diante do vosso exemplo. Não destes denominação arbitrária à vossa cidade, por isso que trouxestes êsse batismo da primitiva fazenda, raiz de vossa genealogia urbana. E a fazenda, por sua vez, colheu-a na região onde se levantou sua primitiva casa-grande, nos tempos coloniais.

* * *

Assim como cada indivíduo tem a biografia que lhe é própria, cada comuna tem sua história, com peculiaridades e problemas específicos.

De mim para mim, não sei de estudo mais fascinante do que o que indaga e explica a origem, a formação e o desenvolvimento das cidades, atribuindo-lhes o dom da vida, com os períodos de infância, juventude, maturidade e velhice, até sobrevir a morte, impondo o silêncio e a quietude onde outrora reinara o rumor e dominara o movimento.

Essa curva de evolução, obedecendo embora a traçados diversos, pode acomodar-se dentro de sistema, que nos permite reduzir a esquemas ou leis a gênese e a expansão das cidades.

Dois impulsos contrários, segundo observa Lavedan, levam a criatura humana a constituir o núcleo urbano: a vontade e a fobia da solidão. No jôgo dêsses impulsos antagônicos, a casa corresponderia ao desejo de isolamento, enquanto o aglomerado residencial atenderia à necessidade de comunicação do homem com seu semelhante.

As duas tendências, em lugar de se neutralizarem, se conjugariam harmoniosamente. E agiriam como fatores psicológicos, de valor apreciável, mas não exclusivo. Outras razões, de natureza histórica, geográfica e sociológica, igualmente militarizam, como componentes de forças, para explicar a transformação da primitiva paisagem rural em cenário urbano.

Adna-Ferrin Weber, estudando o crescimento das cidades no século XIX, assinala três grupos de causas, como as determinantes da sua formação na última centúria: o aparecimento da máquina, a adoção de atividades próprias dos centros urbanos em zonas rurais e o estabelecimento dessas atividades em locais definitivos, o mais das vezes equidistantes dos pequenos núcleos demográficos.

A cidade é, assim, na sua origem, “o produto de uma diferenciação entre o campo que cultiva a terra e um grupo de artesãos e comerciantes estabelecidos no centro desse campo”.

A pré-história citadina situa-se, como vêdes, no comum dos casos, na zona rural. Oriundas de processo lento de evolução social, elas são o centro em que os campos, segundo já foi observado, dissolvem suas diferenças.

Dois tipos, conforme suas origens, costumam distinguir os historiadores da geografia: as cidades espontâneas e as cidades criadas. As primeiras se diferenciam no curso do tempo, enquanto as segundas nascem adultas, como a Minerva que surgiu da cabeça de Júpiter, segundo a lenda, com tôdas as peças da armadura.

Na *Odisséia*, dá-nos Homero exemplo de cidade erigida rapidamente pela decisão humana. O episódio poderia ser considerado simples lenda, não houvesse no poema épico a interpenetração da fantasia e da verdade, que levou Sólon a defender uma causa citando como argumento os versos da *Iliada*.

O povo de Hipéria, temendo a má vizinhança dos Ciclopes, resolveu emigrar, a fim de erigir em outro local sua cidade. “Nausitoos” — diz o poeta — à semelhança de um deus, conduziu seus patricios a uma ilha de Chéria, separada do comércio dos homens: ali, formando a cidade, traçou o cinturão das muralhas, construiu as casas, elevou os templos e dividiu as terras”.

Desse velho texto ser-nos-á possível extrair alguns ensinamentos proveitosos.

Atentai primeiramente para a circunstância de que o local escolhido para a nova cidade, no poema de Homero, é uma ilha.

Povo de pastôres e marinheiros, o grego edificou as cidades, no momento de sua fixação ao solo, de preferência na orla marítima, atendendo a vários fatores econômicos, sobretudo os ligados ao comércio.

A diferenciação urbana não se fêz, por isso mesmo, em pleno campo, pelo processo natural de evolução da zona rural. Situando-se na orla marítima, atendeu a conveniências de melhor contato com outros núcleos demográficos, por intermédio dos arroçados navegadores da antiguidade.

Nas civilizações primitivas, sempre que se constituía o aglomerado humano, tornava-se indispensável protegê-lo contra as sortidas de salteadores e adversários. A muralha, daí resultante, é menos medida de proteção da unidade urbana, como componente da estrutura política, do que obstáculo à pilhagem e ao saque.

Esse espírito de resguardo se reflete não só na existência da muralha, mas ainda na escolha da elevação de terreno em que se ergue a cidade.

Contraopondo-se a um sociólogo, que vê nos lugares elevados para sitio urbano o propósito de economia, porquanto os vales são férteis e os montes incultos, Lavedan defende a tese de que a colina era preferencialmente aproveitada como defesa natural.

A ilha apresenta as mesmas condições defensivas da colina, com a vantagem de estar envolta na muralha natural das águas. Seu assédio, sobretudo nas ocasiões de guerra, oferece dificuldades de vária natureza, não sendo a menor delas a abordagem ou o desembarque.

Na antiguidade e na Idade Média, quando a arte da guerra não havia atingido o poder ofensivo de hoje, a ilha correspondia ao baluarte ideal, proporcionado ao homem pela natureza.

Essa condição explica, no velho continente, o sitio escolhido para a fundação de Paris, Berlim, Estocolmo e São Petersburgo, ou seja: a ilha fluvial.

* * *

No livro que dedico ao estudo das cidades na Idade Média, Pirer,ne demonstrou que o florescimento do comércio europeu nesse período advém da liberdade dos mares.

Desde a conquista maometana até as Cruzadas, o interior da Europa havia sido vedado à expansão do comércio, face às dificuldades opostas à penetração

do Mediterrâneo. Logo que essas dificuldades desapareceram, a civilização se disseminou, multiplicando seus focos radiativos.

Mais tarde a quilha das caravelas não se volta apenas para as enseadas e os mares conhecidos, com a liberdade oferecida à navegação: busca as paragens inexploradas, distende-se para o ocidente, alarga-se para o sul, traçando novas rotas.

A época das grandes descobertas, decorrendo do livre tráfego dos mares, coincide com o esplendor do comércio da fase renascentista. Veneza é, então, a cidade comercial por excelência. Em breve não constitui simples unidade urbana, mas uma república de mercadores, transformando-se no centro de gravidade de poderosa estrutura política.

As urbes que surgem ou prosperam nessa fase de expansão mercantil não podiam fugir das condições impostas pelo comércio. Daí serem elas núcleos marítimos ou periféricos. Como na Grécia heróica dos tempos de Homero, tinham de obedecer à rota das caravelas estendidas entre os diferentes mercados, no velho e no novo mundo.

As cidades do litoral brasileiro nascidas por êsse tempo são explicadas, na sua origem e na sua localização marítima, pelas necessidades do comércio nascente. Para elas convergiam as especiarias, as madeiras, o açúcar dos primeiros engenhos. E delas partiam êsses produtos, levados pelos navegadores do século XVI com destino aos portos europeus.

Frei Vicente do Salvador, ao nos comparar ao caranguejo arranhando o litoral, não percebeu que essa localização na orla marítima era imperativo econômico do tempo.

Mais tarde, no período da descoberta das minas, nossa civilização abandona facilmente a faixa do litoral e invade o sertão.

Na penetração colonizadora, descobrir-se-iam rios e surgiriam estradas e caminhos, a cujas orilhas se levantariam cidades, de acôrdo com o princípio segundo o qual as linhas de viação são lugares privilegiados para o surgimento de unidades urbanas.

Fenômeno curioso, na evolução social brasileira, é o da ação distrófica exercida pelo campo sôbre o povoado, por ocasião das bandeiras paulistas em marcha para o sertão.

O campo atuava como permanente convite à aventura. Ali o homem atenderia ao impulso heróico, tão do feitio psicológico dos desbravadores, ao mesmo tempo que se deixava conduzir pela ambição da riqueza e da conquista.

Por outro lado, os latifúndios decorrentes da penetração sertaneja fazem do desbravador senhor absoluto de seus domínios territoriais. É êle, no limite de suas terras, a suprema encarnação da vontade e da justiça. Suas ordens correspondem à lei. E é o seu arbítrio que decide o prêmio ou a condenação.

O latifúndio, na sua condição auto-suficiente de mundo em miniatura, é unidade à parte, no mosaico da vida colonial. "No espaço em que se fez sentir sua influência — acentuou meu Pai na "Vida e Morte do Bandeirante" — não há lugar para o comércio nem para a indústria, elementos geradores de aglomerações humanas".

Essa ausência nas extensas faixas territoriais sertanejas, há-de ser apenas transitória. A medida que se processa a evolução do núcleo rural, verifica-se a necessidade gradual dos dois agentes. Para que o latifúndio baste a si mesmo, torna-se indispensável, se não a indústria mesmo primitiva e rotineira, pelo menos o comércio, processando-se no próprio engenho ou na casa da fazenda.

O braço servil, restringindo de alguma forma as relações entre o senhor da terra e o colono, por ser elemento entrosado na estrutura da comunidade, permitiu por outro lado, através da maior concentração da riqueza na mão dos senhores, o comércio entre o latifúndio e o povoado, ou mesmo entre latifúndios. A mão-de-obra, de preço extremamente baixo decorrente do trabalho escravo, deu margem à aristocracia rural brasileira, alicerçada na lavoura.

O crescimento da população livre, nesses mesmos latifúndios, aumenta a necessidade do comércio normal entre a casa-grande e os povoados que vão despontando. Em pouco, o comércio se diferencia, por seleção natural, e passa a existir como unidade isolada e independente.

Já então a célula rural está evoluindo em núcleos urbanos até despontar o desejo coletivo da instituição da cidade, como aconteceu convosco, há pouco mais de um século.

A influência do comércio na implantação e no desenvolvimento das cidades, como acabamos de verificar, longe de ser marginal ou acessória, é da mais alta importância, não somente no novo mundo, que desabrocha numa das fases do esplendor mercantil, mas também na Europa, onde exerce atuação decisiva, tanto nas novas quanto nas antigas comunas.

A transformação operada na Europa, quando se inicia a grande etapa de florescimento do mundo medieval, reflete-se de maneira sensível na fisionomia e na vida das cidades.

É a ressurreição que se processa. Ao longo de seu vasto império, Roma havia exercido influxo poderoso de sentido normativo, não só na administração e na estrutura política, mas também no comércio dos núcleos demográficos sob sua jurisdição. A queda desse império gigantesco altera o panorama europeu. E essa alteração se faz sentir sobretudo nas urbes que o gênio latino disseminara.

“Quando as cidades não foram destruídas — narra um historiador — ceixaram de ter vida própria: seus habitantes tiveram de dedicar-se à agricultura para sustentar-se, e a cidade se converteu em simples aldeia”.

Depois do ano mil o panorama começa a ser alterado.

O comércio, então em desenvolvimento acelerado, é o elemento impulsionador dos núcleos urbanos. E a cidade é menos a resultante do fato humano — de que o castelo e o mosteiro são as mais típicas expressões arquitetônicas — do que do fato geográfico. Além da orla marítima ou fluvial, o ponto de interrupção ou cruzamento das vias de comunicação é sítio propício ao surto urbano, em virtude de sua importância mercantil. “Daí encontrarmos, afirma Clive Day, as cidades mais importantes ao longo dos litorais e dos rios ou em lugares de intersecção das rotas terrestres”.

O florescimento dos negócios impõe, na estrutura social, como novo elemento, colocado entre a nobreza e a plebe — o homem do comércio. Do burgo medieval surge a burguesia — esteio e suporte de nova aglutinação social. Cabe-lhe a consolidação da mentalidade capitalista. Ao mercador, ao mesmo tempo limitado e tímido, sucede o negociante audaz e combativo, realizando de seu trabalho, de sua inteligência e de sua decisão, a mobilidade vertical que lhe permite atingir posição preponderante na sociedade hodierna. A mudança opera-se aos poucos e influi no próprio espírito da Igreja.

Três fatores decisivos arrola Maurice Halbwachs como agentes psicológicos dessa transformação: a preocupação do ganho, o espírito de empresa, de luta e competência.

A revolução que se realiza, sob o influxo desses agentes, tem como sede a cidade. Daí desponta o mundo moderno, com seu sentido de competição no comércio e na indústria e o alargamento indefinido de seu campo de ação, não mais restrito a uma região ou às cidades próximas, como na Idade Média, mas distendido em amplitude universal.

Ilustre sociólogo já fixou as linhas e o sentido dessa evolução, ao assinalar que, se no período medieval o comércio se restringia entre o centro urbano e o campo vizinho, na fase moderna esse comércio se alarga de modo espantoso: “As diferentes cidades entraram em contacto e daí resultaram especializações. Uma fabricou a lã, de que a outra fez o vestido. A extensão do mercado cresceu e, em consequência, a extensão das cidades”.

Recente estudo definiu a cidade como um ser vivo, distinguindo a anatomia e fisiologia na sua constituição, assim discriminada: os elementos de estrutura urbana (ruas, praças, área construída, quarteirões, bairros) e a vida que anima e movimenta essa estrutura.

Sempre que analisamos, embora superficialmente, as cidades, logo verificamos a existência de uma zona, considerada centro vital e onde se processam, por assim dizer, a sistole e a diástole desse corpo gigantesco.

Para ela concorrem, em fabulosa concentração de energias, as forças componentes de sua corrente sanguínea. No seu fluir e refluir colhe-se a impressão de que, na área geográfica onde se elabora seu alternatismo, pulsa em verdade um coração, a comandar a vida nas veias e artérias.

Não preciso dizer-vos que aí está o comércio, fazendo convergir da periferia para o centro e do centro para a periferia a circulação da urbe. O negociante com seu estabelecimento e o corretor com seu escritório são peças dessa engrenagem extraordinária. Aí se concentram as transações de compra e venda e é essa força constante que, estimulando a circulação do dinheiro e das mercadorias, dá impulso ao coração urbano.

A medida que a cidade se distende, a tendência então observada assemelha-se ao fenômeno biológico da cissiparidade: o bairro, pouco a pouco, transformando-se em unidade independente, adquire a configuração de outra cidade. Tal independência só ocorre quando o bairro, com seu comércio próprio, conquista condições de auto-suficiência. O banco, o escritório, a loja, o armazém são instituições indispensáveis a essa evolução urbana.

Permito-me pequena observação a propósito da influência exercida pelo comércio e pela indústria. Enquanto aquêlê tende a concentrar a cidade, a fábrica a expande no sentido da periferia. Mas não devemos esquecer o fato de a organização fabril muita vez atuar como agente de aglomeração urbana, exercendo função coordenadora que, na Idade Média, coube ao convento e ao castelo feudal.

Em certa fase de sua evolução, o comércio, não mais podendo distender-se no sentido horizontal, projeta a urbe no sentido vertical. Daí decorre a circunstância de, via de regra, concentrarem-se nos centros de negócios os mais altos edifícios da cidade.

Se hoje nos impressionamos com os arranha-céus que de longe anunciam as grandes metrópoles, não nos devemos esquecer de que Virgílio, há dois mil anos, para definir a imponência arquitetural de Roma, comparou-a ao cipreste a emergir acima dos juncos flexíveis.

A altitude, desde a antiguidade, é também elemento de caracterização da unidade urbana.

* * *

Roma, como cabeça de vasto império, na hora de seu apogeu, arvorou o ócio em virtude civil.

Mais tarde desapareceu êsse tipo de metrópole parasitária, vivo contraste com o labor dos campos.

O cidadão do tempo dos Césares, afirmou Varrão — não utilizava as mãos nos campos, mas no circo e no teatro, no ofício de bater palmas.

Contraopondo-se ao ócio, a que Cícero pretendeu emprestar dignidade, desponta, ainda no mundo romano, o conceito de negócio, ou seja o reconhecimento de que, contraopondo-se à vida parasitária e vazia, a ação nos tempos de paz se enquadra na categoria das nobres ocupações humanas.

O homem de negócio é assim o que serve de contraste ao homem de ócio, na Roma imperial.

No mundo moderno, a ociosidade deixou de ser virtude civil, mas o negócio não é apenas a contraoposição da inércia: é designação de atividade própria do comércio. O homem de negócio é o homem de empresa, com espírito de iniciativa e dedicação ao trabalho.

Somos assim, em nossa classe, os legatários da expressão latina com que primitivamente se designou a antítese da ociosidade.

Através do tempo, não desmerecemos dêsse legado. Nada comprova melhor o dinamismo dos homens da livre empresa em Ribeirão Preto, do que vosso próprio exemplo.

Em um século edificastes bela e progressista cidade e contribuístes assinaladamente para a prosperidade comum.

E tudo o que posso formular, como expressão de meus votos de maior grandeza, é o de que continueis a ser, na sua mais pura significação latina — homens de negócio.

Meus votos são para que continueis a obra ímpar do nosso progresso, a favor de São Paulo e pela maior grandeza do Brasil.

Contribuição à Geopolítica

Geopolítica e Moral Internacional

PE. EDMUND WALSH

A geopolítica, pelo que se entende, um estudo combinado de geografia humana e da ciência política aplicada, descende de um antigo e mesclado avoengo. Por outro lado, não havia novidade para os estudantes de geografia e de política internacional se informassem desde Munich a Berlim da existência de uma relação definida entre o meio geográfico e a evolução política, tanto dos estados quanto dos povos; o que o espaço, tamanho, localização, recursos econômicos, atitudes físicas e qualidades morais devem ungr-se às necessidades da política nacional; o que o clima e a geografia precedem na história, na economia e nas instituições políticas como fatores influentes da evolução da raça. *Ab assuetis nulla fit passio*. O familiar não nos excita. Aristóteles (384-322 a.C.) com frequência assinalou a dependência da ciência política à geografia; Estrabão, o geógrafo grego (63 a.C.-21 d.C.), escreveu para homens de estado e políticos; na Idade Média, Alberto Magno (1206-1280) sobressaiu-se por seus conhecimentos geográficos e até chegou a prever a abertura do canal de Suez; Montesquieu (1689-1755) consagrou muito do livro XIV de sua obra "Esprit des lois" à influência da geografia sobre as variações políticas e a conduta humana; Karl Ritter (1779-1859) fez da geografia a *causa causans*, a primeira influência na determinação do curso da civilização; Emanuel Kant no século XVIII, filosofou, larga e profundamente, sobre a geografia como uma influência profunda sobre a história; em começos do século XIX o barão Dietrich Heinrich von Bulow foi chamado o "barão louco" por causa de sua geopolítica, e de tal modo alarmou os monarcas da Europa, que o czar da Rússia o acomodou num calabouço de Riga, onde convenientemente expirou. Antecipando-se ao professor Renner da Universidade de Columbia, von Bulow, havia dividido a Europa continental em 12 estados viáveis.

A aquisição da Louisiana, por Thomas Jefferson em 1803, foi geopolítica em sua estrita definição. Para obter uma cidade chave e um pôrto aberto comprou um império e sugeriu ao Congresso que não se detivesse em "sutilezas metafísicas". O célebre historiador russo V. O. Kluchevsky, escreveu em seu monumental "Curso de História Russa" do ponto de vista geopolítico, como declara no capítulo inicial, sem mencionar especificamente a palavra. A compra do Alasca por parte de Seward em 1867, mostra bastante, mais agudeza político-geográfica do que comumente se atribui àquele membro tempestuoso do gabinete de Lincoln. "The Significance of the Frontier in the American History" de Frederick Jackson Turner, foi uma chocante monografia geopolítica. Teodoro Roosevelt teve uma compreensão muito prática da geopolítica com referência ao istmo de Panamá. E seguramente Homer Lea — aquêlo maravilhoso aventureiro da Califórnia que chegou a ser conselheiro militar norte-americano do govêrno chinês e que, já em 1909, previu em todos os seus pormenores as fases estratégicas do ataque dos japoneses nas Filipinas em 1941 — teve um sentido tão agudo sobre as "torções políticas nas terras de monção", como jamais o teve Haushoffer. De todos êsses precursores dos especialistas de Munich, lhes faltava só a classificação; eram geopolíticos sem carteira.

Em épocas mais recentes, a geopolítica como disciplina sistemática, descende de alemães, um sueco, um americano, um inglês e numerosos japoneses expansionistas. O sueco e os alemães reconhecem sua parte de paternidade e a celebram. O inglês, Sir Halford J. Mackinder, ainda que nunca se considerasse a si mesmo como um geopolítico, deu sem dúvida alguma um grande ímpeto ao assunto com sua celebrada teoria do "Heartland". O almirante Mahan não

viveu o bastante para saber quão profundamente seus artigos sobre o poderio marítimo influenciaram sobre os geopolíticos muniquenses e berlinenses. Aceitaram-no como um geopolítico autêntico e consideraram suas conclusões como uma valiosa fonte de material. O Japão vem, persistentemente e sem desvio, praticando uma geopolítica de seu próprio cunho desde a anexação da Coreia em 1909. Seus geopolíticos não exageraram a organização, se não mais bem resumido e racionalizado seu rasteiro imperialismo em termos brandos: política imigratória, como descrevia o conde Komura em seu "Programa Continental" de 1909 ou "Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia" como foi exposto aos chineses em anos recentes.

O general Haushoffer, o último e melhor conhecido expoente germânico deste eufemismo, residiu no Japão bastante tempo, para conceber um profundo respeito pelo planejado programa imperialista dos homens de Estado japoneses. Como testemunha ocular, estudou e saboreou a cada passo, com a discriminação do perito. Reconheceu sua sabedoria geopolítica e seu instinto para o *Lebensraum*, "um dom de que os japoneses gozam num grau quase indisputável". Fala dos japoneses como "esta raça nobre" que compreendeu a "dinâmica política" do leste, e com freqüência os assinala como modelos a imitar pelos germânicos. Professa uma particular admiração por sua técnica sutil da evolução espacial, o "passo atrás" do *ju-jitsu* e do *sumo* (luta), nos quais uma aparente retirada anima ao fogo contendor a expor-se a um rápido e devastador assalto. Esta é a escola — adverte Haushoffer a seus concidadãos — mediante a qual o Japão avançou e mediante a qual a Alemanha deve avançar. ("Das japanische Reich in seiner geographischen Entwicklung", Viena 1921).

Friedrich Ratzel, morto em 1904, foi professor de geografia em Leipzig e Munich, e um fecundo escritor de estudos e panfletos miscelâneos importantes: uns vinte e dois volumes e uma centena de monografias. A necessidade de uma concepção do espaço se destaca sempre em seus ensinamentos e advertiu a seus seguidores germânicos de que a decadência de cada estado se pode demonstrar que procede de uma complacência e satisfação com um espaço pequeno.

O espaço, insiste Ratzel — não é um mero veículo das forças políticas, senão em si mesmo, uma força política de primeira importância. A teoria deste instinto é parcial (*Raumsinn*); se desenrola principalmente em seu "Ueber die Gesetze des reumlichen Wachstums der Staaten" ("Leis do crescimento territorial dos Estados", Leipzig, 1896) e também, numa forma mais ampla, em sua "Geografia Política" (1897). No dito tratado, formulou Ratzel as sete supostas leis da expansão imperial, todas elas tendentes a racionalizar suas conclusões políticas, segundo as quais este planeta é demasiado pequeno para mais de um grande estado unido ou amalgamado. E, ainda que não mencionado expressamente por seu nome, o último vencedor desta batalha cósmica para a sobrevivência do mais apto, será às claras o Estado Alemão. Hitler adotou francamente o mesmo princípio pelo menos com a Europa para começar: "O testamento político da nação alemã no que se refere a sua política exterior escreve no capítulo XIV de "Mein Kampf" — conterà e deve conter a seguinte idéia: não permitir nunca a formação de duas potências continentais na Europa. Considerar como um ataque contra a Alemanha toda intenção de organizar uma segunda potência militar nas fronteiras alemãs, ainda que só seja a formação de um Estado de poderio militar potencial, e considerar não só justo, senão um dever também prevenir, por todos os meios, sem excluir o emprêgo das armas, a formação de tal estado ou destruí-lo em caso de que já exista."

Como conseqüência de suas primeiras investigações no campo da morfologia vegetal e animal, Ratzel adotou o ponto de vista biológico também pelo que se refere ao Estado. Assim o Estado de Ratzel é um quase-organismo que se desenrola segundo um processo darwiniano para formas superiores ou bem entra num curso decadente. O mais destacado discípulo de Ratzel nos Estados Unidos foi Ellen Churchill Semple, cujas conferências sobre o novo conceito da geografia na Universidade de Chicago e na Universidade de Clark, iniciaram uma escola diferente de pensamento geográfico, neste país, cujas tendências, iguais às de Titter e Buckle, reíntegram o influxo do meio na formação das culturas e civilizações. Miss Semple morreu em 1932, deixando uma coorte de entusiasmados geógrafos americanos tão devotamente propensos pela sociologia de geo-

grafia como Vilfredo Pareto o foi para as matemáticas da sociologia. Ela fez muito para acrescentar outra escola de resposta-única na dos super-simplificadores das complexas relações humanas que tanto abundaram nos séculos XVIII e XIX. Como Henry Adams apartou: "Faz quarenta anos, nossos amigos sempre explicavam coisas que tinham o cosmos na palma da mão".

Ratzel contestou na Esfinge, com o seguro pronunciamento de que a geografia e o espaço resolviam o enigma do mundo. Vida é movimento, arguia; dado então que a superfície da terra é estática e fixa, claramente é a humanidade a que deve proporcionar a força dinâmica. O Estado é a humanidade organizada; portanto os Estados devem comportar-se como Estados, isto é, devem expandir-se. Esta é segundo ele a grande lei de seu ser ou existência, na parte física e intelectual. É um imperativo categórico que não pode ser obedecido se os Estados permanecem indubitavelmente resignados aos confines de uma área específica. Devem obedecer às "forças conquistadoras do espaço" (*raumüberwindende Mächte*). Os sucessores de Ratzel, Kjellén e Haushoffer, acolheram o argumento e o melhoraram inclusive.

Rudolf Kjellén, professor de direito político na Universidade de Gotemburgo, Suécia, seguiu com entusiasmo as doutrinas de Ratzel e desenvolveu seu influxo de dirigente. Pretende Kjellén que foi ele quem batizou o tema, geopolítica. Esse termo aparece pela primeira vez em seu "Der Staat als Leber.sform" ("O Estado como uma forma de vida" — Estocolmo, 1917 — Berlim, 1918). Considera o autor nesta obra, o Estado, como um organismo cujo principal atributo é o poder. As coisas primeiras devem ser estudadas primeiro, sustentava. Pôsto que a ciência política, em sua opinião, esteve por tempo demasiado nas mãos dos legalistas que consideravam o estado em primeiro termo como uma criação da lei, Kjellén se propôs emancipar a sociologia dos advogados e dotar o esqueleto legal de carne e sangue sociogeográficos. Para seu estudo e análise se propõem cinco aspectos, entenda-se bem, na ordem natural e lógica de sua importância. O que até então se havia considerado como último termo, ele o coloca em primeiro; o considerado primeiro, no último.

Geopolitik — a geografia e o Estado;

Demopolitik — a povoação e o Estado;

Oekopolitik — recursos econômicos do Estado;

Sociopolitik — estrutura social do Estado, e

Kratopolitik — organização governamental.

Kjellén não só reteve a idéia de Ratzel do Estado como unidade biológica dotado das características e vitalidade de um organismo, como lhe acrescentou um aspecto importante de sua própria coleta. Ampliou tal conceito de Estado com a noção de povo. A nacionalidade, sustentou, dá expressão à "individualidade popular" do Estado. Território e espaço, em consequência, estão fortificados pelo misticismo, pela inclusão do conceito de povo, que, como consequência de sua conotação migratória, pode cobrir vários e novos territórios. Onde quer que o povo se ache ali pode e deve achar-se o Estado de origem. Assim a expansão é aceita como um sagrado dever de um Estado consciente de suas obrigações para com seus irmãos de sangue em outras áreas distintas da área cunha. Pelo que se supõe, o nacionalismo deu boas-vindas a tal consagração científica do imperialismo racial e invocou tal dogma para "resgatar", germânicos e supostos interesses germânicos, primeiro da Áustria, depois na terra do Sudeto (Tchecoslováquia) e outros pontos da Europa Central. A paradoxal inclusão dos eslavos do oeste da Tchecoslováquia e Polônia, de escandinavos na Dinamarca e na Noruega, de helenos na Grécia, de eslavos do sul da Iugoslávia, de eslavos do leste da Rússia Branca e na Ucrânia e de latinos na França, Bélgica e Rumânia, ou bem foi ignorada ou renegada em justificações preparadas previamente, tais como "incidentes" inevitáveis, e "necessidades militares". A geopolítica, tal como a arquitetura norte-americana de fins do século, é capaz de tudo.

O professor Karl Haushoffer obteve a herança de Kjellén, a quem admirava profundamente, ao morrer este em 1922. As qualidades pessoais de Haushoffer, enriquecidas com uma experiência militar, e diplomática, o lançavam para a tarefa de esboçar argumentos históricos e geográficos em serviço do nascente poderio nazi. Nascido em 1869, foi oficial na primeira guerra mundial e teve

que retirar suas esgotadas tropas para uma Alemanha humilhada; como observador militar agregado ao exército japonês, estudou a situação do Extremo-Oriente do ponto de vista de Tóquio; finalmente como professor de geografia na Universidade de Munich, pôde organizar e mobilizar grande quantidade de informações enciclopédicas sobre os feitos mais diversos para o dia em que a Alemanha estivesse em condições de dar o golpe. Linguísta consumado, falou seis línguas estrangeiras, incluindo o chinês, japonês, coreano e russo. Com Haushoffer a geopolítica se converteu numa espada embainhada para realizar o sonho germânico de desforra e dominação. Coube a Hitler desembainhar a espada e lançar para longe, por ser inútil a bainha.

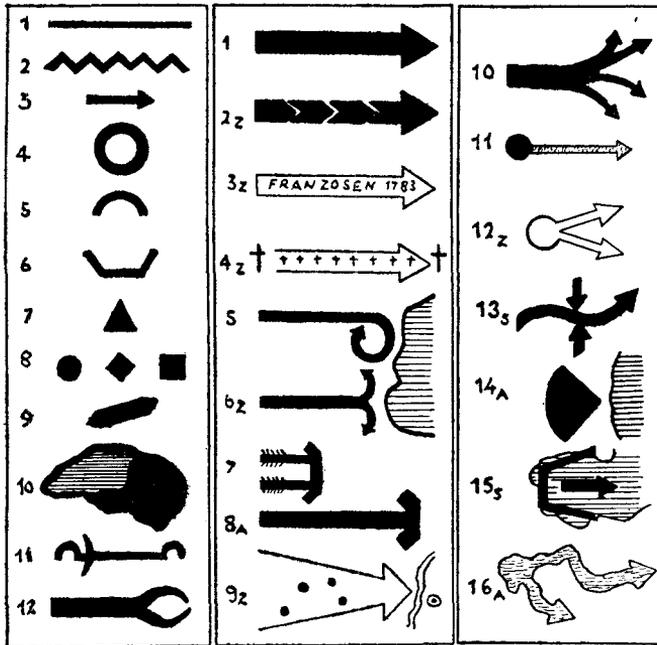
Conhecemos por seus próprios artigos o momento e o lugar em que a geopolítica se converteu na preocupação permanente de Haushoffer. Se bem que fôsse um geógrafo e um pan-germanista, a determinação de dar começo à educação orgânica e científica da Alemanha de após-guerra, nasceu nêle nas horas em que se conduzia para aquela Alemanha amargurada pela derrota de 1918. A rota tendia através das restantes províncias fronteiriças germânicas. Então, observou o "agudo instinto das fronteiras" de outros povos, e se lamentava da apatia do seu próprio, do germânico, no concernente ao *lebensraum* e ao papel das fronteiras. A "íntima necessidade" que sentiu então, e que acreditava, o povo alemão sentiria também mais tarde, "criou o impulso e o plano de seu futuro trabalho". ("Grezzen in ihrer geographischen und politischen Bedeutung". "A Significação Geográfica e Política das Fronteiras", Berlim — 1927, 1939). Sua permanência no Japão alicerçou as bases para sua constante esperança de que "êste gigante geopolítico das terras monçônicas" se convertesse numa nemes revolucionária contra as potências de Versalhes e as plutocracias ocidentais. Ignorando a origem não ariana dos japoneses, representou sua cooperação com uma Alemanha vingativa como uma "simbiose político-cultural".

Logo compreendeu Haushoffer a importância da obra realizada pelos geógrafos ingleses, Sir Halford John Mackinder e James Fairgrieve. De tão alto valor considerou a obra deste último, "Geography and World Power", que mandou traduzir para o alemão (traduziu-a sua própria esposa) e a prologou êle mesmo. De Mackinder tomou a radical idéia que havia de dar vigor ao pensamento geopolítico alemão. Esta apareceu pela primeira vez num folheto intitulado "The Geographical Pivot of History" lido diante da Royal Geographical Society, Londres em 25 de janeiro de 1904, por Sir Halford, naquele momento conferencista de geografia em Oxford e mais tarde diretor da Escola de Ciência Econômica e Política de Londres. Nesta ocasião apresentou uma notável análise sobre a interrelação da geografia e da política, não só no continente europeu, que também em outros pontos do mundo através da história. A Rússia, assinalou Mackinder, é o Estado-eixo no equilíbrio do poder dos tempos modernos; os Estados Unidos adiantando-se para o Pacífico, converteu-se numa potência do Oriente, formando a real divisória entre o leste e o oeste do oceano Atlântico; a América Latina, observou, pode ter uma influência decisiva em todo futuro conflito em que se veja envolvida a Alemanha:

"Ao considerar esta rápida revista das amplas correntes da história, não resulta evidente certa persistência de relações geográficas? Não é a região-eixo da política mundial aquela vasta região euro-asiática inacessível aos navios, porém aberta na antiguidade aos ginetes nômades e chamada a estar coberta por uma rede de estrada de ferro?... Fora desta área-axial numa interna meia-lua, estão a Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China e numa meia lua externa acham-se a Inglaterra, África do Sul, Austrália, Estados Unidos, Canadá e Japão. Nas condições presentes, de equilíbrio de poder, o Estado-eixo Rússia, não é equivalente aos Estados periféricos, e há lugar para um contrapêso na França. Os Estados Unidos se converteram, em data recente, numa potência oriental que afeta o equilíbrio do poder europeu, não diretamente, mas através da Rússia e construirá um canal no Panamá que traga seus recursos do Mississipi e do Atlântico de eficácia para o Pacífico. Neste ponto de vista, a real divisória entre o leste e o oeste deve buscar-se no oceano Atlântico".

A conferência foi seguida de uma discussão entre os assistentes. Mr. Spencer Wilkinson, um destacado escritor de estratégia naval, antes de embarafustar-se num comentário específico, observou com certa aspereza: "Enquanto estava escutando a leitura, vi com pesar certos assentos vazios aqui, e muito lamento

que uma porção dêles não estivesse ocupado pelos membros do govêrno". Em outra ocasião, em 1919, como uma advertência aos aliados vitoriosos reunidos na Conferência da Paz, publicou Mackinder, "Democratic Ideals and Reality", onde viu um futuro perigo para a paz do mundo, no domínio eventual por parte da Alemanha, da Rússia e do leste. "Quando nossos estadistas estão em conversação com o inimigo derrotado — observou Mackinder — algum aéreo querubim deveria sussurrar-lhes de vez em quando êste ditado: "Quem governe o leste da Europa domina o Heartland, quem governe o Heartland domina a Ilha Mundial — a World-Island — e quem governe a Ilha Mundial domina o mundo."



Símbolos

Ataque — Avanço — Luta

Fundamentais

- 1 — A linha
- 2 — Linha em zig-zag
- 3 — Flecha
- 4 — Círculo
- 5 — Semi-círculo
- 6 — Semi-polígono
- 7 — Cunha
- 8 — Branco
- 9 — Cravelha
- 10 — Sombreado de linhas
- 11 — Abraçadeira
- 12 — Tenazes

- 1 — Ataque direto
- 2 — Fase de ataque
- 3 — Flecha ôca com explicação
- 4 — Flecha simbólica; avanço da cristandade
- 5 — Ataque frustrado
- 6 — Id. Id.
- 7 — Ataque frontal
- 8 — Id. Id.
- 9 — Ataque de diversos pontos desde uma linha de cidades
- 10 — Ataque radial de um ponto
- 11 — Flecha de planejador-centro do movimento
- 12 — Ataque dividido de uma região particular
- 13 — Ataque interceptado e estrangulado
- 14 — Ataque em massa de uma área limitada
- 15 — Aproximação natural a uma área dada
- 16 — Rotas de ataques através de canais determinados pela natureza

Esta referência ao "Heartland" e "World Island" constitui o método gráfico de Mackinder de assentar sua tese básica de que os três continentes, Europa, Ásia e África, constituem por assim dizer, uma grande ilha cultural, política e econômica afastada nos 75% das águas do globo; em torno da mesma se acham grupadas às áreas menores de terra de relativa importância. São como apêndices da extensão de terras principais situadas no hemisfério do leste. O núcleo ou centro da ilha o concebe Mackinder desde o Volga ao Yangtsé e desde a cordilheira do Himalaia ao oceano Ártico, uma área continental continua cerrada ao controle do poder marítimo. Um domínio orgânico de tal extensão íntegra de território por um povo vigoroso afastaria o equilíbrio do poder do mundo inteiro. Tal foi a visão deste precursor verdadeiro da geografia política moderna, Sir Halford Mackinder. O próprio Haushoffer reconheceu a preeminente sabedoria de Mackinder, se referiu a ele com frequência, reproduziu seu mapa do Heartland e francamente constituiu seu sistema sob premissas inglesas. O domínio do Heartland pela Alemanha constituiu desde então a preocupação central de Haushoffer. Um poderio ilhado forte, íntegro, com linhas interiores de comunicação inexpugnáveis como uma economia autônoma e uma poderosa organização militar, formaria o núcleo da supremacia continental. Em torno dele e subordinados tanto política quanto economicamente, os pequenos satélites da Alemanha seriam então organizados como reservas de abastecimento e serviços da "Raça Dominante". Desta integral fortaleza irradiaria a continuação do programa nazi tendente ao domínio definitivo do mundo que já havia esboçado para a Alemanha Frederico List, mais ou menos em 1841, em sua obra "The National System of Political Economy".

Em Adolf Hitler, encerrado, na fortaleza de Landsberg depois do "putsch" falhado de 1923, encontrou Haushoffer um instrumento disposto de propaganda e uma cadeia de transmissão para a pseudo-ciência da geopolítica. Visitando Hess e Hitler em sua prisão o Herr Doktor deu começo a sua doutrinação.

Ao ser pôsto Hitler em liberdade, Haushoffer lançou seu talento no campo da história, da economia e da estratégia geográfica, exatamente da mesma maneira que Fritz Thyssen e outros interesses financeiros fizeram nas primeiras fases da carreira hitleriana, em benefício da qual proporcionaram as finanças e os cérebros financeiros. Thyssen, com melancolia retrospectiva, recorda suas contribuições e sua final eliminação naquela trágica confissão de desilusão, — eu paguei a Hitler. Se Haushoffer utilizou Hitler ou se Hitler a Haushoffer, e em que medida, é de interesse meramente acadêmico. Os frutos de seu jôgo na mesma equipe resultaram logo manifestos e muito sérios para o mundo. Isto é o que contou. Alguns observadores informados negaram que Haushoffer controlasse, nem sequer influísse seriamente na política exterior de Hitler. Tal intimidade até é ridicularizada por muitos, como mero sensacionalismo e merece sorrisos por parte dos chefes nazistas. O grau de contacto carece de importância. Haushoffer não é só uma pessoa; chegou a ser uma escola, um movimento, um símbolo e uma força propulsora. Seu subvencionado Instituto, como data digna de ser consignada, criou uma decidida atmosfera geopolítica na Alemanha moderna que envolveu tanto aos políticos quanto as massas populares num grau inegável. Hitler, de educação média foi um mosaico de influências: a arte amoral de governar de Maquiavel, o nacionalismo místico e romântico de Wagner, a evolução orgânica de Darwin, o grosseiro e exagerado racismo de Gobineau e Houston Steward Chamberlain, o complexo messianico de Fichte e Hegel, as jactâncias militaristas de Treitschke e Bernhardt e a conspiração financeira da casta dos "junkers" prussianos. Foi Haushoffer que fez o ofício do canal de unificação entre a teoria e a ação concreta. O Estado Maior Alemão simpatizava indubitavelmente com a ampla tese de Haushoffer, e certamente o capítulo XIV de "Mein Kampf" contém muitos pontos de vista de Haushoffer. A verdade fundamental e incontestável é que Haushoffer, diretamente nuns casos, e de modo indireto em outros, coordenou, integrou e racionalizou todo o campo da geografia comparada para uso do Führer — e até de maneira particular atrativa para uma mentalidade como a de Hitler, — quem em 1923 deve haver dado conta de amplos vazios em sua informação histórica e científica. Do mesmo modo que o general Ludendorff em seu "Der totale Krieg" ("Guerra Total") esboçava a nova tática militar da guerra totalitária, assim Haushoffer, mais dextra e metódicamente, expôs a estratégia da geografia global.

Ao subir Hitler ao poder, o prestígio e a função da geopolítica subiu também e se converteu num dinâmico eixo transmissor na mecânica de governo. Um numeroso pessoal foi mobilizado por Haushoffer para dirigir o mundo em busca de feitos significativos e de informação geográfica. Seu "Índice Estratégico" se converteu num arquivo sistemático que envolvia o mundo inteiro e que, pôsto à disposição do Estado Maior, foi provavelmente o corpo de conhecimentos mais completos e classificados, jamais reunido para operações militares eventuais. Criou-se com informes de cinco fontes:

- 1) O serviço diplomático alemão, que proporcionava informações de caráter geral;
- 2) O Instituto Estrangeiro dos Alemães no Exterior com sede em Stuttgart, onde estavam arrolados os nacionais e germânicos residentes no exterior e que formavam uma vasta rede de detalhada espionagem.
- 3) Secção V. A-I da Divisão Exterior da Gestapo, que supervisionava consignações de espionagem difícil;
- 4) Os agentes do Dr. Goebbels distribuídos nas agências alemãs de turismo e nas linhas de vapores, aos quais competia a tarefa de analisar a imprensa estrangeira com o objetivo de determinar as formas mais efetivas de propaganda;
- 5) Especialistas geopolíticos: uma miscelânea de homens de ciência, historiadores, naturalistas, sociólogos, economistas, educadores, geógrafos, cartógrafos, agrônomos, oceanógrafos, especializados em estatística, turistas caruflados e outros exploradores do *lebensraum*, que, penetravam em todos os rincões do globo e se informavam sobre seus aspectos significativos.

É provável que uma acumulação semelhante de informes de valor, se achem colocados indòquamente nos escaninhos de certos departamentos governamentais norte-americanos — Departamento de Estado, Tesouraria, Departamento de Comércio Exterior e Interior, Comissão de Tarifas, Comissão de Comércio Federal, Colégio de Guerra do Exército, Colégio Industrial do Exército e nas bibliotecas de fundações de investigação e de corporações de exportação. Porém não se falava de um Haushoffer que analisasse, coordenasse e vitalizasse tal informação. O que mais se aproxima são provavelmente os fichadores e Arquivos do Bureau of Investigation, porém está limitado ao aspecto criminal interno.

A geografia e particularmente a geografia bélica, chegou a ser uma preocupação nacional que influiu e modelou a opinião pública da Alemanha de após-guerra, desde a escola elementar ao seminário universitário, desde a esquina da rua e a livraria até a fábrica, o clube, cervejaria e mesa. Espaço, espaço vital, raça, terra, solo e destino germânico foram derramados copiosamente nos intelectos e nas vontades dos alemães por todos os meios de publicidade. Mapas sugestivos, cartas, mapas alarmantes, e estatísticas convenientemente manipuladas inundaram todo o país. Ilustrando a cartografia da ciência militar aparecia uma variada coleção de símbolos geopolíticos. Primeiramente se criou no público a preocupação dos mapas; depois se apresentou um complicado sistema de flechas, cunhas, sombreados, engaches, pinças, círculos, etc., para indicar avanços geográficos; infiltrações econômicas ou raciais, linhas de avanço ou pressão, rodeios, contornos, alianças, limites e outros movimentos de forças geopolíticas. (Veja-se o quadro anexo).

Com destino aos doutos, foram catalogadas publicações especiais para alcançar a cifra de três mil títulos. Até foram escritas novelas para ilustrar e estimular o sentido do *lebensraum* mediante narrações de aventuras horripilantes de heróis germânicos em busca de espaço e de possibilidades. Publicações competentes, tais como "Zeitschrift für Geopolitik" cultivavam relações com os intelectuais e proporcionavam referências de ordem internacional centralizadas sempre sobre a Alemanha como ponto de referência mais importante.

Assim o número correspondente ao mês de junho de 1937 da dita publicação, estêve dedicado quase exclusivamente à Tchecoslováquia. O desenvolvimento de agravos, mapas, estatísticas, história tendenciosa constituía uma degradante e segura advertência de que algo semelhante a um ataque e absorção se estava gerando. A mesma educação preliminar e a mesma preparação cuidadosa se descobre nos argumentos escalonados relativos à Áustria desde o número correspondente a novembro de 1934 até a data da invasão em 1938. Uma leitura sistemática do "Zeitschrift" pôde bem advertir a qualquer nação

pequena contígua à Alemanha de seu provável destino. Uma atenção e irritada a um país teria causado êsse gênero de incomodidade, produzida quando um audaz medidor mede alguns de seus vizinhos com olho de perito.

Incluso nos círculos não geopolíticos floresceu e se fez habitual o novo lema: *Raumenge*, espaço confinado; *entwehrtter Raum*, espaço desarmado ou indefeso; *grossraum denkend*, pensamento em função de um espaço amplo; *Raumstinn*, instinto de espaço ou espacial; *antropogeographische Dynamik*, dinâmica da geografia racial; *Blut und Boden*, raça e terra; *Grensegefühl*, sensibilidade para as fronteiras; *Bewusstsein des Lagewerts*, sentido do valor de localização ou topológico; *Wachstumsspitzen*, crescimento marginal, por exemplo Gibraltar, Hong Kong e Singapura; *raumliche und zeitliche Selbstbestimmungstreiben*, luta de autodeterminação em termos de espaço e tempo. Êstes e outros similares reclames cabalísticos iam dirigidos aos intelectos alemães como uma justificação da guerra que se preparava. Porém as marchas militares das tropas germânicas que se dirigiam ao campo de batalha tornavam inúteis tôdas as justificações acadêmicas, desciam a pormenores e inflamavam a vontade: *Heute gehört uns Deutschland, Morgen die ganze Welt* ('Hoje a Alemanha nos pertence amanhã nos pertencerá o mundo inteiro'). O híbrido etimológico último e mais espantoso que chegou a cena foi *Geomedizin*, uma espécie de medicina geopolítica, *Geopsyche*, a influência do clima sôbre o espírito e *Geojurisprudenz*, uma marca de legalidade geopolítica destinada a deslocar o direito internacional.

O que acrescentou Haushoffer aos expoentes anteriores da geografia humana? Universalidade, praticabilidade e objetivos políticos definidos. Foi muito mais além do alcance regional e limitado de seus clássicos predecessores no dito terreno e se converteu num geógrafo global; descartou a objetividade em benefício de prejuízos subjetivos e interpretou os fenômenos geográficos principalmente de acôrdo com os interesses da Alemanha atraíndo com ela o mesmo credo da objetividade científica que os alemães adoraram tão ruidosamente como sua mais destacada criação. Cometeu um suicídio intelectual em aras de uma superstição vulgar e acientífica.

O que acrescentaram Hítler e Haushoffer aos ardis geopolíticos? Ação, fôrças em choque, a vontade para pôr fim aos largos comentários e dar comêço à conquista indicada. Suas convicções nos destinos da Alemanha têm sido afiançadas em suas consciências como consequência de um largo incubar sôbre os artigos de Fichte, Hegel, Treitschke, Nietzsche, Houston Stewart, Chamberlain, Rosenberg e outros predicadores similares da superioridade teutônica. Esta idéia fixa esgotou a capacidade de seus cérebros e de seus espíritos pelo qual não ficava nêles nenhuma quantidade suficiente para disputar-lhe o terreno. Hítler condensou simplesmente todos os argumentos anteriores em "Mein Kampf", converteu esta síntese explosiva no livro de texto obrigatório da Alemanha de após-guerra, invocou o tratado de Versalhes como um motivo de polémica colateral de uma imensa popularidade e então preparou sua Revolução Mundial durante uns sete anos de desenvolvimento febril dos armamentos. Quando os preparativos chegaram a seu fim, fêz explodir êste acumulado dinamite no rosto de um continente assombrado, desmoralizado e sacudido. A Europa desde então estava desmoralizada e comovida. Porém não devia haver-se assombrado.

— II —

Nenhum europeu informado, nenhum norte-americano precavido, devia deixar de reconhecer que a geopolítica alemã é precisamente o que seu nome significa: a política de uma concepção inteiramente terrena da vida e destinos humanos. Foi a culminação lógica de um processo de secularização das mentes e das instituições culturais que se acha em processo desde o Renascimento até a Revolução Industrial. Ambos os feitos históricos fizeram com que os homens olhassem para a terra. O primeiro corrompeu o espírito da Europa e desperdiçou a herança sobrenatural do cristianismo com sua adoração estática da beleza material e do esplendor artístico. O gôzo do talento reverberante e da vida hedonista cultivados pelos homens do Renascimento trouxeram consigo uma adoração da forma, da côr e da delicadeza das coisas em detrimento da significação fundamental do homem e a primazia do espírito. Inclusive a Madona, foi com freqüência secularizada por sôbre o tênue disfarce de uma cópia de Vênus.

Este unilateral e disforme humanismo, introduziu na vida social um paganism do gosto, do encanto e do refinamento, o qual emparelhado com a depravação pessoal nos altos postos, com uma moral cancerosa, com a simonia e o nepotismo debilitou o respeito pela autoridade eclesiástica e apressou a revolta religiosa das nações do norte no século XVI. Na teoria política produziu um Maquiavel e justificou-os Haushoffer. Sua contra-partida econômica do século XVIII introduziu um novo dissolvente na forma de uma prodigiosa produtividade comercial e de um crescente gosto pela manufatura, distribuição e troca das mercadorias mais comuns. O Renascimento da Itália católica adotou o contorno do corpo humano, suas vestimentas, sua arte, suas clássicas redescobertas, os ornamentos e a alimentação; a Revolução Industrial da Inglaterra protestante, separou a idolatria para a produção em massa de toda mercadoria susceptível de adquirir um preço elevado e de ser intercambiável. Ambos os países se esqueceram do valor do homem *per se*, em si mesmo. Ambos estabeleceram modas no pensar e normas de juízo cujo impulso havia de dominar as mentes modernas por vários séculos. Ambos conspiraram para acelerar a queda do Homem. Ambos prepararam o terreno para a emergência da Prússia, cuja tendência histórica foi menosprezar a lei e exaltar a força.

A tendência científica se desloca na direção de emancipar a investigação das obrigações morais e do domínio espiritual. Os homens insistiram cínicamente em que a ciência não tem nada a ver com os valores ou considerações morais, senão somente com o descobrimento das relações insuspeitas, com as substâncias não catalogadas ainda e com forças desconhecidas. O destino a que estas revelações devem servir não entra em conta. A ciência se disse e repetiu, não tem consciência. Deste postulado era um passo fácil para chegar à asseveração de que o homem de ciência carece também — e não os necessita — de valores morais e de consciência. A maior ênfase dos fatores materiais se converteu logo numa fascinação. Com esta classe de alimentos, a dita fascinação se converteu depois numa deificação da matéria, da força e da forma às expensas de um detrimento todavia maior do espírito e dos ideais. Esta praga estendeu-se depois, da esfera econômica para a metafísica, para a educativa, para a sociológica e para a política. O naturalismo se converteu em marca de contraste do aceitável intelectualmente por haver pronunciado a ciência seu veredicto contra o espírito sobre a base de que a existência de tal substância — ou acidente ou força — não tenha sido posta em relêvo em nenhum tubo de ensaio, nem se registrou em nenhum espectro nem foi medida em nenhum voltímetro.

Esta autonomia e primazia da matéria, foi gostosamente aceita pelos geopolíticos na hora exata e interpretada de modo realista em termos geográficos. A dignidade da personalidade humana, os naturais direitos do homem que habitavam e apeteçiam o território dos demais, as restrições do direito internacional, e os elementos intangíveis da diferenciação racial, foram todos subordinados à filosofia mecanicista e impessoal cultivada com intensidade crescente na Europa e em outras partes durante séculos, antes da revolução nazista. O darwinismo — essencialmente uma teoria da evolução animal e vegetal — foi transferido de modo audaz por Haushoffer e Hitler para os fenômenos geográficos, sociais e políticos. A conquista foi legitimada como uma necessidade biológica do “quase-organismo” Estado. Só as nações mais aptas sobreviveriam. O Estado que carece de território o tomaria simplesmente se a conquista resultasse factível, ou o absorveria se este segundo processo resultasse mais prático. Tal era a lei evidente da natureza, e em conseqüência o sobreviver era o privilégio das raças superiores. A geopolítica se converteu “na consciência geográfica do Estado”.

O mal feito desta adoração ao pôr maior do naturalismo, filtrou-se até a mesma pedra local da tranquilidade doméstica e abrandou a fibra moral dos homens ocidentais. A Alemanha nazista atacou precisamente no momento em que a resistência espiritual se achava em seu nível mínimo. A geopolítica, do mesmo modo que a tecnocracia e os complexos libidinosos de Freud, foi outro mecanismo unilateral, porém com uma diferença. Quando a geografia foi invocada finalmente, por sua vez, pelos geopolíticos, se investiu de uma potência milagrosa por um governo poderoso predisposto já ao amoralismo político nas relações internacionais. De Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) her-

dou a Prússia o tipo especial do tósco chauvinismo exposto em seus "Discursos ao Povo Alemão", publicado em 1808. Foi no discurso décimo quarto onde Fichte alcançou o zênite de seu racial egotismo: "Tôdas as épocas, todos os homens sábios que respiram por sempre sôbre a terra, todos seus pensamentos e intuições de algo superior, se mesclam com estas vozes e te rodeiam e levantam suas mãos implorantes para ti; até pode-se dizer, a Providência e o plano divino ao criar uma raça de homens... o plano Divino, digo, solenemente apela para ti para salvar sua honra e existência... Assim de todos os povos modernos tu és aquêle no qual, de modo mais inconfundível jaz a semente da perfeição humana e a quem está encomendada a direção de seu desenvolvimento. Se tu pereces nesta tua essencial natureza, então contigo perece cada esperança da espécie humana de salvação da profundidade de suas misérias... Não há, pois, saída; se tu te fundes se funde tôda a humanidade sem esperança de recuperação".

Não mitigarei a história e profundíssima significação desta explosão para sustentar que se tratava somente de exageros ilhados de uma imaginação febricitante, dorida sôbre a humilhação da vitória napoleônica de Iena, ou indignada como consequência de ver os dragões franceses patrulhando então as ruas de Berlim. Fichte foi o primeiro reitor da Universidade de Berlim, convertida no centro do nacionalismo prussiano e representante intelectual do govêrno de 1808 em diante. Os discursos de Fichte tornaram-se a bíblia do chauvinismo prussiano e o livro sagrado da política exterior alemã.

Em 1818, o sucedeu na cátedra de filosofia, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, que continuou e ampliou a doutrina do Estado totalitário. Hegel ressuscitou Maquiavel ao sustentar que o Estado é a última expressão, da corporação mais completa dos ideais éticos e sociais e a maior aproximação da divindade. É a divindade sôbre a terra o consciente espírito (*Geist*) do homem que participa no processo de descobrir a vontade divina. O influxo hegeliano, nesta investidura de um dado aparato estatal com autoridade sôbre-humana e total, se estendeu e perpetuou na Alemanha graças a suas obras, que chegaram a ser, juntamente com as de Fichte, o plano de estudos políticos da juventude alemã. Esta deificação do Estado fêz a Prússia infalível em sua própria estimação, a colocou por cima do direito internacional e o único juiz nas questões de moralidade interestadual. Só os Estados mais bem organizados sobreviveriam, ficando destinados os débeis organismos políticos a ceder o passo aos poderes de tipo superior.

Coube a Frederico Nietzsche a subministração dos seguintes ingredientes do pensamento totalitário da Prússia. Propôs uma técnica e um procedimento. Nascido em 1844 morreu Nietzsche vítima da sífilis num asilo, em 1900. Que ensinou? Que tomou para sua política desta pura encarnação da animalidade e brutalidade? Um tósco egotismo, a adoração do próprio pensamento individual, uma cruzada de tôda uma vida para deificar o super-homem que governe a terra e o conceito de *leader-ship* (*Führerprinzip*) ou dirigentismo. "Meu destino — disse Nietzsche em "Ecce Homo" — manda que seja eu o primeiro ser humano decente... Eu fui o primeiro a descobrir a verdade". Na luz dêste reconfortante descobrimento, Nietzsche reconstrói então a história da Europa em sua celebrada visão do super-homem. O herói de Nietzsche seria uma reencarnação dos homens das tribos teutônicas que no passado arrasaram a Europa. Livres de estorvos morais, não experimentavam a ação restritiva de nenhuma força social, eram, como nosso autor declara, "rebanhos de vermelhas bêstas de presa" exultantes com o gôzo de suas conquistas.

Como restaurar êste paganismo? Pela vontade de poderio e pela transvaloração de todos os valores. Esta metamorfose ética sairá lograda por uma nova definição dos conceitos do bem e do mal. A essência do bom acha-se no poder, na vontade e no sentimento do poder. O "mal" é só um segundo nome de debilidade. A felicidade se derivará da consciência de um incremento de poder e do domínio de tôda resistência. Não haverá trégua na procura do poder; o contentamento se encontrará sômente na aquisição de poderio mediante guerra e mais guerra. Eficiência, não virtude, será a medida da grandeza, e os aspectos morais serão simplesmente deixados de lado. Os indivíduos e nações ineficientes ou débeis devem desaparecer e a tarefa de sua extinção deve ser facilitada. Tal é a visão nietzschiana do progresso, tal como se consigna no "Anti-Cristo".

O nacional socialismo, incluindo a geopolítica, utilizou amplamente a Nietzsche e o incluiu no panteon nazista. Sua mais recente biografia deve-se à pena do professor de Harvard, Crane Brinton, e apareceu na série de biografias "Makers of Modern Europe" ("Os Artífices da Europa Moderna", Harvard University Press, 1941). Se Nietzsche foi um dos arquitetos da Europa Moderna, houve razão para mostrar-se surpreendido quando a casa veio abaixo?

Mais tarde, do seu vantajoso pôsto como professor de História na Universidade de Berlim, Heinrich von Treitschke continuou esta tradição de arrogância e normas amorais de governo. Por vinte anos, até 1896, verteu nos espíritos dos jovens germânicos sua glorificação da Prússia e sua canonização da guerra como "uma instituição decretada por Deus". Os interesses vitais da Alemanha, proclamava êste professor, compreendem "os países eslavos, os escandinavos e os de língua românica". Sua forma para "os povos inferiores" era em extremo lacônica: "Cada dragão que golpeie um croata na cabeça faz mais em favor da causa germânica que o cérebro político mais sutil que haja blandido uma pena talante". Pelo que se refere à política internacional ensinou: "O pecado da debilidade é um pecado contra o Espírito Santo". O onipotente estado prussiano chegaria a ser o salvador da Europa somente se homens de mentalidade forte aprendem a sacrificar a cultura em benefício da força Titã, tais constituíam os ideais da humanidade de Treitschke. "Quando para cima se elevam essas mediocridades detestáveis — das pessoas dedicadas ao direito e à virtude — que nas horas presentes chegam a ser tão terrivelmente numerosas".

Mediante uma cuidadosa seleção de tais materiais, por repetição, lisonjas, ameaças e adoutrinamento em massa sôbre a resoluta direção que fêz da propaganda nazi uma demonstração clássica na arte de preparar uma revolução, os oradores do nacional socialismo convenceram a suficiente número de pessoas alemãs de que os ideais nietzschianos do super-homem se haviam encarnado nêles. O culto do "magnífico bruto rúbio" de Nietzsche ("A Genealogia da Moral", Ensaio 1, Secção 11) se converteu na força política que criou uma vontade de poder sem exemplo na história moderna. A transvalorização de todos os valores, se limitou primeiro prudentemente ao Tratado de Versalhes e à retificação de fronteiras geográficas especificadas. Esta era uma disciplina revolucionária imprescindível durante as primeiras fases da preparação psicológica. Hitler consagrou quinze anos ao prelúdio da propaganda. Porém debaixo da técnica espiava sempre a plena raiva nietzschiana na espera da ocasião de uma destruição apocalíptica da democracia e da cristandade. A compreensão desta dualidade não deve interpretar-se como uma acusação íntegra do povo alemão, pois entre seus membros se encontra essa quota que a natureza nunca nega de homens razoáveis, de espíritos caritativos e muita consciência cristã. Porém êstes elementos são implacavelmente eliminados ou mortos nos campos de concentração ou exilados. A mentalidade teutônica dominante é nietzschiana, hegeliana ou fichtiana. Haushoffer e seus geopolíticos simplesmente vestiram a qualidade prussiana permanente com um novo vocabulário e chamaram a esta ciência sintética "geopolítica". Ela constitui a atualidade imperiosa e a ameaça armada do momento com que o mundo deve entendê-la. É o final paroxismo de uma cultura em transição: uma época que morre e outra que luta para nascer. A intensidade e extensão da presente convulsão mundial, indica ou bem uma grande morte ou um grande nascimento. Provavelmente ambas as coisas.

A geopolítica pois, deve ser considerada de várias maneiras. Muitos eruditos norte-americanos se inclinam para descartá-la considerando-a demasiado exagerada e forçada como para merecer uma refutação séria. Alguns comentaristas a descrevem como um dos maiores embustes da história. Sem embargo, outros a vêem como uma arma em extremo perigosa a quem se deve fazer frente com um ataque vigoroso da mesma espécie. A verdade parece encontrar-se nestes dois extremos; provavelmente mais próxima dos cautos que dos desdenhosos. Que seja exagerada, esperamos, tenha sido demonstrado nas páginas precedentes. Em relação com a arrogância que implica, não deve haver convenção nem indulto. O ponto a que os sábios alemães chegaram, em sua pretensão de demonstrar a inferioridade — e até, sub-humanidade — de outros povos merecedores de todo o respeito, tais como o polaco, o tcheco, é assombroso e incrível. Porém não devemos permitir que o incrível obscureça

a realidade do perigo que envolve. A aspiração alemã da supremacia mundial, deixou de ser uma teoria acadêmica em 1.º de setembro de 1939, para converter-se num feito militar a que se deve fazer frente e resolver-se mediante uma força militar superior, se é que a civilização ocidental há de ser preservada, se bem castigada e purgada de seus nocivos excessos e impurezas. Cristianismo e democracia são em certo respeito o principal obstáculo. A doutrina repulsiva do racismo que coloca o sangue, a raça e a terra no lugar da vida e morte salvadoras de Cristo, converte ao nacional socialismo numa ameaça tão direta e positiva para o cristianismo, como o foi a invasão maometana da Europa e o ateísmo militante do comunismo marxista. Até muitos estudantes do comunismo, estão dispostos a admitir que o nazismo se converteu logo no inimigo mais formidável da religião. Nenhum outro grupo de pessoas na Europa, denunciou com maior valentia a grave ameaça do racismo e as hierarquias da Igreja Católica alemã e os dirigentes mais valorosos da Igreja Protestante. Se o neopaganismo inerente ao conteúdo teológico do credo nazista chegasse a prevalecer por força das armas, o cristianismo retrocederia aos tempos das catacumbas no solo da Alemanha, como também em todos os lugares submetidos a sua conquista. Se a organização política, econômica e social imposta com tanto descaso e dureza aos territórios conquistados da Europa Central se convertesse em permanente como consequência das vitórias do Eixo em todo o Mundo Antigo, então a democracia deve retirar-se para o mundo atlântico e preparar-se para o conflito último e titânico dos dois hemisférios. O conceito de lei fará então sua última resistência nas duas Américas.

O dito é bastante para a geopolítica do passado e do presente. O esquema da geopolítica futura, nascida da saúde, da lei e da equidade, todavia se acha agora começando a desenvolver-se com discernimento em seus mais amplos traços à medida que os tremendos problemas da reconstrução do após-guerra se aproximem mais e mais. Qualquer que seja a validade geográfica, étnica e econômica que torne, por sobre um pesado desconto, das aspirações dos geopolíticos alemães, deve ser encarada com objetividade e remediada com franqueza e valor. No que concerne à Alemanha somente, como também todo o cristianismo. Os erros, debilidades e crimes do passado podem subministrar melhor o ponto inicial de referência para a reforma da conduta internacional do futuro. Há já bastante mais de uma centena de sérios projetos em formação, para reabilitar o mundo de após-guerra. Estes projetos vão desde a Union Now de Clarence Streit às agrupações regionais do falecido Nicholas Spykman.

Porém todos estes esquemas resultaram em cordões de areia contra recorrentes violências, a menos que o espírito do homem seja purificado de seu tóxico materialismo e da adoração da velocidade, mobilidade e formas externas que caracterizaram o espírito moderno, desde o Renascimento e a Revolução Industrial até nossos dias. As Quatro Liberdades, Cartas do Atlântico, Projetos dos Direitos, Liberdade dos Mares e Direitos Internacionais, não foram ainda e nunca serão logrados pelos economistas, homens de Estado ou bruxos financeiros. Tais instrumentos são meras exterioridades, símbolos legais que correspondem a algo invisível que jaz nas profundidades do espírito humano. A lei internacional é só um controle, e não uma cura das paixões humanas.

Os homens de Estado, economistas e especialistas de diversas classes que se reúnem na conferência da paz propõem sem dúvida muitos remédios admiráveis na esfera da técnica política, comércio internacional, finanças, fronteiras e segurança social. Porém estarão fechando a água com uma peneira, a menos que a superestrutura da organização social do mundo repose sobre algo mais universal que a economia internacional, colorida invariavelmente pelos interesses nacionais. A acha deve alcançar as raízes. Se os arquitetos da nova paz do mundo, malogram em sua função mais importante, não se lhes oferecerá outra conjuntura durante um período indeterminável da pior anarquia interestatal. E malograrão se se aferram à antiga heresia de que a vontade humana pode ser modelada e controlada pelos castigos, somente, não ajudada por motivações e preceitos espirituais. Se malogram, um manto glacial cairá sobre o espírito de uma humanidade exausta, novamente desiludida e a idade de gelo das relações internacionais voltará. Simplesmente criarão outra praga de geopolítica espúria.

A melhor profilaxia no campo da estratégia exterior será uma geopolítica norte-americana baseada na justiça internacional, na honra internacional, na santidade da palavra empenhada e no respeito internacional mútuo. Dado que tais motivos não chegaram a influir sobre a mentalidade do Eixo, a América do Norte deve seguir mobilizando suas forças de choque e não afastar-se no momento de utilizá-las sem medo e sem escrúpulos em benefício da liberdade e dos direitos inalienáveis da personalidade humana. Tal objetivo não implica um novo imperialismo, nem uma entrega aos piores aspectos da política de poder, senão o cumprimento das graves obrigações morais inerentes ao grande poderio e influência econômica. Poderio militar e político podem ser instrumento da justiça ou mesmo da injustiça e da agressão arrogante. "É excelente ter a fortaleza de um gigante — escreveu Shakespeare — porém tirânico, utilizá-la como gigante". A geopolítica pode enobrecer tão facilmente como pode corromper. Pode eleger-se entre duas alternativas: o valor do poder e o poder dos valores. Tal é o desafio que se apresenta à América do Norte, neste umbral de uma nova época da história da humanidade. Porém, entretanto, a resistência do mal deve continuar sem concessões, e a força aplicada com inflexibilidade de vontade e a custo de todo o sacrifício, até que todos os governos compreendam que aquele que jactanciosamente tome a espada, por ela perecerá. Porém uma vez lograda a vitória, um novo desafio golpeará a porta da conferência da paz.

Durante os anos das campanhas de Hitler para conquistar o poder na Alemanha, achava-se em progresso uma carreira histórica no continente europeu, uma carreira entre duas ideologias e dois conceitos grandiosos de poder. O espetacular plano quinquenal de Joseph Stalin estava vendendo-se — e vendendo-se com êxito — na Revolução Russa, ao mesmo tempo que uma visão de dois mil anos se despregava aos olhos dos alemães em revolta. Teutões e eslavos, rivais históricos, achavam-se em marcha de novo enquanto a Inglaterra dormia e a França se desintegrava. O internacionalismo de Lenine e os soviéticos industrializados de Stalin, ficaram familiares ao público no período entre ambas as guerras. As aspirações alemãs alcançaram seu momento culminante em 1939, quando a ordem do dia de Hitler afirmava que o destino da Alemanha pelo seguinte milênio estava a ponto de se determinar.

Estes conceitos, comunismo e racismo, incluem um objetivo idêntico: a Revolução Mundial. Conjuntamente se expressaram os dois princípios mais dinâmicos no equilíbrio do poder europeu, e em virtude de seu conteúdo e universalismo, estavam destinados inexoravelmente a uma colisão eventual. Dois aspirantes tais à hegemonia mundial, não podiam coexistir e ativar seus programas, por muito tempo, no mesmo continente — um fato que era basicamente claro para ambos muito antes do ataque germânico à Rússia em junho de 1941. Ambos, em sua maneira peculiar, aceitaram a crença formulada por Hitler em "Mein Kampf" (Cap. V p. 440): "Os partidos políticos estão inclinados ao ajuste; às concepções universais, nunca. Os partidos políticos têm em conta seus adversários; as concepções universais proclamam sua infalibilidade". Ambos secretamente entenderam a natureza do suspiro que lhes oferecia o pacto russo germânico de não agressão de agosto de 1939. Para a Alemanha, a trégua supunha um alívio bem recebido contra o pesadelo do espectro das divisões soviéticas situadas sobre a fronteira do leste, e, deste modo, pôde Hitler embarcar-se na segunda guerra mundial com confiança e com a mente centrada numa só preocupação. Para a Rússia, significou um precioso lapso, elemento temporal para preparar-se para a luta inevitável entre os dois titãs mais interessados na defesa do Heartland de Mackinder.

A decisão de Hitler de atacar seu rival moscovita abruptamente, restabeleceu o verdadeiro "status questionis" da Europa Central. A assombrosa resistência russa a arrojou simplesmente, não tanto no campo dos aliados como no fundo de sua posição defensiva doméstica em relação com a Alemanha hitlerista. A passo com a lógica dos sucessos e sob a pressão de novas circunstâncias, o Kremlin sábiamente se desviou para uma atitude menos intransigente a respeito da Revolução Mundial e da posição ou ordem da religião na U.R.S.S.. Dissolvendo primeiro a Terceira Internacional, dando boas-vindas à nomeação de um patriarca para presidir a Igreja Ortodoxa e finalmente raspando a ofensiva "internacional" e confeccionando um hino nacional em louvor da pátria

rusa, a União Soviética marcou três golpes psicológicos sobre os invasores. Porém seria prematuro concluir que sua política internacional básica sofreu uma troca equivalente. Uma compreensão objetiva do êxito do Soviet em rechaçar a Alemanha nazista, deve basear-se numa franca premissa: está lutando com um inimigo comum, não garantindo nem subscrevendo os objetivos comuns às Nações Unidas. A aparição em Moscou de um Comitê Polaco de Libertação e de similares comitês alemães e austríacos, formados todos e funcionando sob os auspícios soviéticos, é claro indicio de que a Europa não vai ser reconstruída somente de Casablanca, do Cairo e de Quebeque. Se a infeliz política de apaziguamento, seguida com antecedência a 1939 em favor dos nazistas deu por resultado somente sangue, suor e lágrimas, um cálculo errôneo da especial geopolítica da União Soviética pôde conduzir com facilidade à desunião, fricção e perigo agudo na hora da vitória aliada.

Certos acontecimentos de janeiro e começos de fevereiro de 1944, destacaram a necessidade de morigerar o otimismo com realismo político. A atitude soviética sobre a fronteira polaca pôs de manifesto que Moscou considerou o dito problema como exclusivamente doméstico e não aberto para debate nem necessitando de consulta às Nações Unidas. O governo inglês anunciou imediatamente que o governo de Sua Majestade não reconheceria nenhuma transferência de território efetuada posteriormente a setembro de 1939, a menos que a redistribuição da soberania fôsse aprovada pela povoação afetada. O governo dos Estados Unidos brindou-se a intervir como mediador na disputa, porém êste gesto foi rechaçado por Moscou. A imprensa e o governo ingleses, se uniram numa comum condenação de um informe difundido pelo "Pravda" de Moscou, relativo a que supostos agentes ingleses haviam sido descobertos em secretas negociações de paz com a Alemanha nazista.

Pisando-lhe os calcanhares nestes incidentes perturbadores veio o decreto soviético de que cada uma das dezesseis repúblicas constitutivas da União, terá a responsabilidade direta de dirigir suas relações estrangeiras, com o direito de nomear seus próprios representantes diplomáticos em países em que estejam acreditados. Esta decisão foi interpretada em alguns meios como uma reforma constitucional legítima e tendente a descentralizar o controle exclusivo precedente exercido por Moscou sobre as diversas nacionalidades que constituem a União. Em outras partes, tal decreto foi considerado como um "coup d'état" de política de poderio destinado a confrontar a Europa Ocidental com 15 novas entidades comprometidas a apoiar a política soviética na Europa oriental e ocidental.

Tôdas essas decisões unilaterais deram como resultado uma nova onda de cepticismo com respeito ao destino da Carta do Atlântico e a solidariedade nas conferências celebradas em Moscou e em Teerã.

Também seria complacência infantil sustentar que as Nações Unidas foram cem por cento e a Alemanha injusta na mesma proporção das premissas que desembocaram na presente tragédia mundial. Sabedoria e loucura, virtude e iniquidade não se acham distribuídas tão nitidamente entre os mortais, particularmente quando os homens se acham excitados até o ponto de derramar sangue. A folha de serviços de ambos os contendores mostraria uma mescla digna de castigo de debilidades humanas, erros de juízo e frequentes malogros, suficientes para conseguir a plena pureza de motivações que reclamam para seus respectivos países extremistas e chauvinistas. A justiça social e um tratado bem intencionado das minorias não foi monopólio exclusivo do Império Britânico, pois de outro modo não faria Black e Tans na Irlanda ou Gandhi na Índia; a sabedoria e consequência não foram ornamentos brilhantes na política exterior dos Estados Unidos desde 1898, ainda que é bem certo que uma generosidade principessa caracterizou nossos tratos com nações em transes difíceis; a preservação da ordem, segurança e tranqüilidade não fizeram sua aparição nos gênios dos governos chineses desde a queda da dinastia mandchu, pesa aos sinceros esforços de seus estadistas mais cultos; democracia, liberdade, religiosa e justiça igual para todos diante da lei, não entraram na comum estima que se tem da Rússia Soviética na família de nações.

Pela mesma razão de honestidade, nem todos os males da Europa de após-guerra desde 1918 têm sua origem na Alemanha. Seu crime colossal contra a humanidade não consiste na sua factura de queixas contra o Tratado de Versalhes, nem em seu rechaço obstinado de uma posição indefinida de infe-

rioridade no continente, senão nos métodos hipócritas e brutais adotados para restabelecer a mencionada desigualdade e na licença concedida a dirigentes patológicos para conspirar contra a paz do mundo em nome do povo alemão. Por muitos erros que tenhamos cometido ou por muito que nos haja atormentado a consciência, o governo nazista se colocou de modo tão completo e violento num caminho equivocado que só ficou um caminho decente a seguir, ficou aberto ao sentido da decência das Nações Unidas. Berlim pediu o juízo pelo fogo e pela espada, e em tal ocasião elegeu livremente manter-se de pé ou cair. Porém a natureza tem horror ao vazio incluído na esfera do domínio político do povo. O problema obrigado, pois, delineou-se logo: que substituto se precipitará para ocupar o espaço desocupado da Europa? Um vazio na natureza deve ser ocupado logo ou bem as pressões do ambiente circundante podem esmagar a óca armação.

Se o aéreo querubim que Mackinder invocou para sussurrar advertências (não escutadas) nos ouvidos dos homens de estado reunidos em Versalhes se acha todavia em funções, oxalá se mantenha animado e siga formulando advertências nos ouvidos dos novos negociadores, desta natureza:

Não suponhais que o programa anglo-norte americano para reconstruir o mundo descendeu diretamente do Sinai.

Não acaricieis a afagadora esperança de que serão universalmente aceitos por aqueles a quem mais intimamente atinja, por exaustos e empobrecidos que se encontrem.

Não fecheis no ouvido a revolução social que se produziu no pensamento das massas desde 1918.

Sobretudo não vos esqueçais de que Moscou se encontra muito mais perto do pulso da Eurásia, Índia e China que Londres e Washington.

Contribuição ao Ensino

Solos¹

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA
Conselho Nacional de Geografia

1 — *Meteorização das rochas e diferentes tipos de clima.* — Na superfície do globo encontra-se a *rocha sã* ou *rocha matriz*, que quando trabalhada pelos diversos agentes de decomposição química e desagregação mecânica dá aparecimento à *rocha decomposta* ou *alterada*.

O estudo da rocha sã é do domínio da geologia, e o da rocha alterada do domínio da geomorfologia, da geologia e, em parte, da pedologia. O resultado dessa rocha alterada ao sofrer o processo da edafização é o aparecimento do solo.

A meteorização das rochas vai depender dos diferentes tipos de clima. Assim, nas regiões de climas áridos ou semi-áridos a amplitude térmica diária tende a fragmentar as rochas e os diferentes tipos de minerais, sem produzir decomposição; por conseguinte onde predominam estes tipos de clima verifica-se maior fragmentação das rochas, e pequena decomposição química. Ex.: no Nordeste do Brasil e no sul do deserto do Saara. Nessas regiões de climas semi-áridos, os solos são de pequena espessura e de natureza alcalina.

Nas regiões equatoriais e tropicais úmidas, há intensa decomposição química e verdadeira dissolução dos minerais e das rochas por causa da elevada temperatura que apressa o fenômeno da hidratação. Nessas regiões os solos são por vezes espessos e as camadas de rocha decomposta podem alcançar 70 a 80 metros de espessura. Ex.: no Distrito Federal e em várias partes da serra do Mar.

Nos climas equatoriais e tropicais úmidos a grande lavagem da superfície dá aparecimento a *solos ácidos*, isto é, ricos em silício ou mais propriamente em quartzo, e pobres em bases trocáveis.

2 — *Edafização da rocha meteorizada* — o solo é o manto friável constituído de detritos, possuidor de *vida microbiana*, que se superpõe às rochas decompostas ou em estado são. O solo cobre as rochas e sustenta diretamente a vida vegetal e a vida animal na superfície terrestre. O Prof. José Setzer no seu trabalho intitulado “Os seis fatores da formação dos solos” diz o seguinte: “O manto friável que cobre as rochas e sustenta diretamente a vida vegetal e animal da superfície terrestre, é chamado *solo*, somente quando apresenta camadas diversas pela sua natureza física, química, mineralógica e microbiológica, camadas estas que se desenvolvem com o tempo sob a influência direta do clima e do próprio movimento biológico. Refletem elas um conjunto de fenômenos de gênese e diagênese do solo que são o objeto de estudo da ciência chamada Pedologia, Edafologia, Agrogeologia ou simplesmente “Ciência do Solo”.

3 — *Perfil vertical dos solos* — compreende-se nas perfurações ou *trincheiras*, como sendo os *horizontes do solo*. Estes são definidos pelas diferentes colorações que apresentam, bem como pela quantidade de matéria orgânica, pela composição química, pela textura, pela estrutura, etc.

O perfil dos solos pode ser considerado segundo os seguintes horizontes:

Horizonte A — (horizonte eluvial).

¹ Súmula de aulas dadas no Curso de Informações Geográficas realizado em julho de 1954.

- A₀₀ — parte superficial — detritos vegetais mortos.
 A₀ — parte superior do h.A. — detritos não humificados.
 A₁ — parte inferior do h.A. — bastante rica em matéria orgânica.
 A₂ — parte inferior do h.A. — pobre em matéria orgânica.
 A₃ — parte inferior do h.A. — mais pobre em matéria orgânica.

Horizonte B — (horizonte iluvial, pode ser dividido em:

B₀ raro — só quando o horizonte A é decapitado), B₁, B₂, B₃.

Horizonte C — aquêle que possui grande parentesco com a rocha que forma o solo e pode ser dividido em:
 C₁, C₂ e C₃.

Horizonte D — é a parte da rocha que se encontra no comêço da transformação em solo, sob a ação dos fatores pedogenéticos.

Horizonte G — denomina-se a camada do solo de baixada em que se dá a oscilação do lençol freático com a estação do ano (Gleização). Este horizonte aparece nas zonas alagadiças de baixada.

4 — *Fatores da gênese dos solos* — podemos sintetizar os diferentes fatores que dão origem à rocha decomposta, e posteriormente à edafização, do seguinte modo; 1.^o — Clima, 2.^o — Rocha, 3.^o — Topografia, 4.^o — Organismos, 5.^o — Tempo, 6.^o — Homem.

Fator clima — Nos climas úmidos a quantidade de chuva caída é maior que a evaporação, fato êste que promove a lixiviação do solo, que é atravessado pelas águas de cima para baixo. Nos climas áridos se dá o contrário: as águas ascendem do lençol freático não obstante lentamente, trazendo sais para a superfície do solo, o qual se torna salino. Assim, os solos dos climas úmidos são ácidos e quimicamente pobres, ao passo que os dos climas áridos são alcalinos, e quimicamente ricos. Segundo o Prof. José Setzer "O clima é responsável pela coloração vermelha ou amarelo-avermelhada de todos os solos tropicais quando não são de baixada ou de outras condições de falta de drenagem. Isto se observa com nitidez tanto maior, quanto maior é a distinção entre uma estação seca e outra chuvosa, que o clima tropical úmido apresenta muitas vezes".

Nas regiões tropicais de clima úmido há um processo que lhe é específico, denominado laterização que consiste na concentração do hidróxido de ferro e de alumina, do óxido de titânio e óxido de manganês, dando aparecimento a um minério mais ou menos rico em ferro ou alumina. Então, poderemos ter um laterito de cor avermelhada ou alaranjada, chamado "canga" no Brasil, ou outro produto de natureza laterítica, porém, esbranquiçada, rico em alumina que é a *bauxita*. O laterito é típico e específico dos climas tropicais úmidos, isto é, que têm uma estação seca e uma estação chuvosa, bem definidas.

Por ocasião da estação chuvosa, os sais partem da superfície para o interior do solo, e com a água de percolação haverá então a eluviação do horizonte superior e uma concentração dos sais a certa distância da superfície, dando origem à *iluviação*. O horizonte superior será poroso e o iluvial compacto.

Fator rocha — As rochas se decompõem tanto mais profundamente quanto mais diaclasadas. A umidade penetra nas diaclases das rochas fraturadas, que são atingidas pela decomposição até grandes profundidades. Entre uma fenda e outra se formam blocos de rocha menos decomposta. Assim a profundidade dos solos varia muito de um ponto para outro. Para o mesmo tipo de rocha eruptiva, ou maciça em geral, a decomposição é tanto mais rápida e profunda, quanto menor é a granulação geral ou o tamanho médio dos minerais. As juntas entre um mineral e outro na massa da rocha são, geralmente pontos fracos, aproveitados pelo intemperismo. Assim os diabásios se decompõem mais rapidamente que os gabros. Os basaltos gerados pelo mesmo magma, porém de caráter efusivo, e não intrusivo, podem sofrer decomposição mais lenta e superficial que os diabásios, graças à elevada porcentagem de vidro vulcâ-

nico que apresentam. Neste caso, em lugar de granulação muito miúda, há na realidade ausência de cristalização, e o intemperismo não tem entrada, ainda que a composição química seja semelhante.

As rochas ácidas, ricas em silício, são muito mais resistentes à decomposição. A espessura dos solos é muito maior quando há o predomínio dos silicatos ferro-magnesianos do que quando predomina a sílica em estado livre. Considerando o grau de fertilidade, vamos observar que os solos oriundos da rocha ácida são menos férteis que os oriundos da rocha básica. Se observarmos os solos originados do basalto e do granito, verificamos que sobre o — primeiro (basalto) — há o desenvolvimento de uma camada de terra chamada "*terra roxa*" que constitui um dos mais férteis terrenos do mundo, sendo ainda a espessura bem maior que a do solo oriundo de um granito ácido.

Podemos, portanto, afirmar que a natureza das rochas é de grande importância para a gênese e a espessura do solo.

Fator topografia — No que diz respeito a este fator devemos dizer que de modo geral, onde a topografia é acidentada, com forte declive, a rocha decomposta é de pequena espessura e conseqüentemente o solo será também muito delgado, porque todo o material decomposto é carregado pelas águas. Já nas áreas de topografia plana onde o efeito das águas de infiltração se faz sentir a maior profundidade, haverá uma espessura maior de rocha decomposta, e conseqüentemente possibilidade também de uma espessura maior dos solos.

Fator organismos — Devemos considerar que os solos são constituídos de elementos *minerais* e *orgânicos*. A transformação, ou melhor, a evolução da rocha decomposta em *solo* depende justamente dos organismos, isto é, da vida bacteriana.

Fator tempo — A noção de *tempo* é indispensável tanto para o geólogo, quanto para o geomorfólogo. Na formação dos solos não podemos deixar de levar em consideração este fator. Estudando-se a distribuição geográfica dos solos no mundo, observa-se que os das regiões tropicais são sensivelmente mais velhos que os das regiões temperadas.

A antiguidade dos solos tropicais é devida à não existência da glaciação dessa região no início do Quaternário. O norte da Eurásia e da América do Norte estiveram nesta época cobertos de calotas de gelo, o que motivou a parada do processo de transformação das rochas. Nas regiões tropicais porém, se desenvolveu normalmente a edafização da parte superior do globo, daí serem mais velhos os solos das regiões tropicais que os das regiões temperadas.

Fator homem — Finalmente devemos destacar que o homem intervém na mudança física, química, biológica e mesmo mineralógica dos diferentes horizontes do solo. Assim no solo excessivamente alcalino o homem pode acrescentar um pouco de silício (areia) para que o mesmo seja menos compacto; no solo silicoso pode juntar um pouco de calcário para torná-lo mais assimilável às plantas. Pode ainda o homem modificar a própria fertilidade do solo, através do uso de adubos, e mesmo desenvolver e acelerar o processo pedogenético com a introdução da água, grande responsável pelas transformações das rochas e dos solos. Nas regiões semi-áridas, nas proximidades dos açúdes, aparecem solos com perfil bastante diferente dos que lhes estão ao redor.

5 — *Erosão geológica e acelerada* — Os fenômenos de erosão dos solos se exteriorizam sob três formas essenciais: dessolagem, ravinamentos, movimentos de massa e acumulações.

Na linguagem dos pedólogos a *erosão normal* não tem o mesmo significado que na geomorfologia.

Erosão normal na pedologia tem o sentido de *erosão geológica*, que é a erosão devida aos agentes exodinâmicos, isto é, externos. A erosão normal ou geológica é por conseguinte aquela que se desenvolve naturalmente sobre as rochas, independentemente da ação do homem.

Erosão anormal, acelerada ou biológica é considerada como proveniente de trabalhos realizados pelos grupos humanos, rompendo o equilíbrio ecológico de uma área. Assim, de um lado tem-se a erosão normal, e de outro a que é desencadeada pelos grupos humanos.

Na *erosão das rochas* decompostas ou não e dos solos devemos considerar: 1 — *dessoloagem*, 2 — *ravinamentos*, a — pequenos sulcos ou ravinas, b — esbarrancamento ou voçorocas.

A *dessoloagem* é mais perigosa que o ravinamento, porque o homem do campo não a percebe por não apresentar o efeito espetacular das grandes voçorocas ou dos grandes escavamentos. A *dessoloagem* não sendo percebida, deixam de ser tomadas as medidas necessárias contra os desgastes que causa aos solos, provocando por consequência, diminuição da fertilidade.

No caso da erosão por ravinamento, devemos considerar que a abertura dos pequenos sulcos começa a preocupar um pouco o *trabalhador do campo*. Quanto aos grandes desbarrancados causam, até certo ponto, verdadeiro terror aos que trabalham no campo incentivando, dêsse modo, as precauções que possivelmente serão tomadas.

Os fatores que concorrem para o aceleração da erosão dos solos podem ser sintetizados nos seguintes:

1 — Inadvertência na cultura — plantações seguindo a linha de maior declividade.

2 — Técnicas agrícolas — tipos de lavoura.

3 — Textura dos solos.

arenosos

argilosos

sílico-argilosos

argilo-silicosos.

4 — Insuficiência de matéria orgânica.

5 — Freqüência de chuvas torrenciais.

Para combater os estragos feitos pela erosão ou mesmo para se evitar o início do desgaste dos *solos*, lança-se mão de uma série de técnicas, que constituem o *contrôle da erosão*.

As técnicas, ou medidas adotadas no *contrôle da erosão*, podem ser grupadas em duas ordens: A — *medidas preventivas*; B — *medidas remediativas*.

A — *Medidas preventivas*:

1 — Culturas de revestimento

2 — Lavra funda

3 — Lavra em contórno

a — tipo banquetta

b — tipo interceptação — derivação

c — tipo interceptação — retenção

4 — Matéria orgânica

5 — Curvas de nível

B — *Medidas remediativas*:

1 — Pequenos desbarrancamentos — plantação de gramíneas.

2 — Desbarrancamentos médios — plantação de arbustos e gramíneas.

3 — Grandes desbarrancamentos

a — barragens de ramagem

b — barragens de concreto

c — barragens do sistema Dicky



A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Leituras Geográficas

AS ONDAS DE SALINIDADE

(Continuação)

Vagues et Marées — Berget

Todos os movimentos ondulatórios se produzem na superfície livre do oceano, que supomos ser constituída de u'a massa d'água homogênea, e de constituição constante e regular.

Em geral, essa "água de mar" contém sais diversos em solução, e o valor "médio" dessa *salinidade* de água marinha é de 35 milésimos, o que vale dizer que um quilo d'água oceânica contém, em média, 35 gramas de sais dissolvidos, dos quais cêrca de 27 gramas são constituídas pelo cloreto de sódio, que não é outro senão o sal marinho ou o sal de cozinha.

Mas essa salinidade não é em absoluto constante; certos mares são mais salgados que outros. Pode mesmo ser que, nas regiões polares, por exemplo, se encontrem duas camadas d'água superpostas, a superior de salinidade mais fraca, formada quase que só de água doce proveniente da fusão dos icebergs a inferior, de salinidade mais forte, formada de água do mar, de composição normal.

As vêzes a espessura da camada pouco salgada é muito reduzida, de sorte que um navio pode ter parte do seu casco imersa n'água de grande salinidade, enquanto sua parte superior flutua n'água de salinidade reduzida. Mas, nessas condições, as vagas produzidas na face "livre" da camada superior transmitem uma parte da sua energia através dessa camada, e a energia origina vagas à superfície de separação das duas camadas superpostas.

Por meio de cálculos foi provado que, quando a diferença de densidade das duas camadas é muito pequena, essas "ondas internas" podem atingir uma amplitude muito considerável, maior do que a das ondas superficiais.

Experiências muito hábilmente conduzidas têm confirmado por completo os resultados da teoria.

FOSSAS DO OCEANO

The Depths of the Ocean — M. and Hjort.

A curiosidade humana por desvendar os mistérios das profundezas oceânicas desde tempos imemoriais traduz-se em tentativas.

O primeiro estudo a que podemos chamar "científico" foi talvez o de Magalhães, em 1521, no oceano Pacífico, quando tentou observar as águas entre duas ilhas de coral, São Paulo e Los Tiburones, no que não foi bem sucedido.

Dessa época para cá são incontáveis as pesquisas bem sucedidas e muito já se conhece sôbre o chão oceânico.

A característica mais notável do chão do Atlântico é certamente a cordilheira central (dividindo o oceano em profundas bacias leste e oeste), a qual se supunha ser continua da Islândia através do Atlântico Norte e Sul até 40° de latitude sul; sabe-se agora que ela é descontínua nas vizinhanças do equa-

* Textos para uso dos professores de Geografia, selecionados, traduzidos e adaptados por Cecília Cerqueira Leite Zarur.

dor. Na referida falha esse chão parece ser mais irregular que o comum, e, com exceção do grupo dos Açores, as únicas ilhas são os Rochedos de São Paulo, Ascensão, Tristão da Cunha, e Gough.

Outro ponto de interesse no Atlântico é o declive suave das costas americanas e das Ilhas Britânicas, comparado ao das costas da África, Espanha e Portugal.

... O fundo do Pacífico difere do do Atlântico em suas praias de declives muito mais fortes a leste e oeste, profundidades maiores e muitas ilhotas, principalmente de formação coralina e vulcânica, o que dá uma aparência irregular ao mapa dêsse chão e mostra mais contrastes em altitudes e depressões no Pacífico que em qualquer outra bacia oceânica.

... As áreas oceânicas muito profundas chamam-se fossas, e, embora ocupando uma proporção relativamente pequena do chão, são extremamente interessantes sob o ponto de vista oceanográfico.

Com relação à profundidade, a fossa Challenger no Pacífico Norte e a de Aldrich no sul do Pacífico são de grande importância.

Sob o ponto de vista de área as mais importantes estão principalmente no Pacífico, pertencendo mesmo a esse oceano trinta e duas dentre o número total de cinquenta e sete das fossas conhecidas.

... As pesquisas sobre as profundezas oceânicas permitiram também estudos sobre depósitos marinhos em diferentes profundidades.

Os depósitos junto à terra são principalmente formados de materiais oriundos das costas adjacentes e de rios que despejam com suas águas muitos detritos no oceano. Encontram-se areias de coral próximo aos recifes coralinos; areias vulcânicas junto das ilhas vulcânicas e detritos continentais nas embocaduras dos grandes rios. Todos esses materiais tornam-se mais finos em textura, à medida que aumenta a distância da terra e a profundidade da água.

Os componentes dos depósitos profundos podem-se dividir em duas classes:

- a) os de origem orgânica, precipitados por organismos dos materiais marítimos dissolvidos, e
- b) —
 - 1.º — os de origem inorgânica, derivados da decomposição de rochas terrestres e submarinas;
 - 2.º — produtos formados no fundo do oceano.

Restos orgânicos pertencentes ao reino vegetal são comparativamente raros no fundo do mar, quando comparados aos pertencentes ao reino animal; contudo, na vizinhança de terra, galhos de árvores, folhas, frutas, etc., podem ser levados às águas profundas, através de grandes rios, ventos, tempestades, etc..

Também nas regiões dos bancos de coral encontram-se os restos das algas que as habitaram. Mas os componentes de origem vegetal mais freqüentes são os restos de algas, que secretaram carbonato de cálcio ou sílica da superfície das águas do oceano para formar suas partes duras.

Enquanto os restos diatomáceos são abundantes ao sul e norte do Pacífico, a ponto de formar um outro tipo de depósito, os restos de algas calcárias estão sempre diminuindo pela abundância dos restos de moluscos nos depósitos das regiões mais quentes do oceano. Essas algas calcárias são tão frágeis em textura que são principalmente os seus pedaços quebrados que ocorrem nos depósitos.

Podem-se encontrar traços de albumina orgânica, talvez de origem animal ou vegetal na maioria dos depósitos de águas profundas, especialmente nas vizinhanças de terra.

VULCÕES SUBMARINOS

La Terre et les Mers — ou Description Physique du Globe — L. Figuier.

Abaixo da bacia dos mares o solo entreabre-se às vêzes, em consequência de tremores de terra, e um vulcão surge do seio das águas. Os vulcões submarinos não são raros; seus detritos acumulados formam verdadeiras ilhas, e várias ilhas atuais como a Islândia e a Sicília, na Europa, são em grande parte produtos de erupção vulcânica.

Um aparecimento de lavas que chamou vivamente a atenção pública, foi o que teve por teatro a baía da ilha Santorin, no arquipélago grego, e que resultou na formação de um novo promontório em uma das ilhas Kaiméni.

A formação de montículos de lava que se operou em 1866 perto da ilha Santorin (que pertence ao grupo das Cyclades meridionais) merece ser recon-tada com algumas minúcias.

Santorin é uma ilha de origem vulcânica incontestável. Desde dois mil anos a natureza parece trabalhar ali sem descanso para formar um vulcão no meio da vasta cratera circular da qual esta ilha constitui a borda oriental.

Vêem-se no interior do golfo ainda três ilhotas chamadas Kaiméni. Em 27 de setembro de 1650, manifestou-se fora do golfo de Santorin uma erupção muito violenta que durou três meses.

Em maio de 1707 houve novos tremores. Ao raiar do dia 23, os marinheiros perceberam um objeto que julgaram ser a carcaça de um navio naufragado. Mas ao se aproximarem reconheceram tratar-se de um rochedo de pedra pome branca e porosa, surgida das ondas, que recebeu o nome de Ilha Branca.

A Ilha Branca crescia e arredondava-se sem ruído, ao mesmo tempo que sua temperatura se elevava rapidamente, a tal ponto que a ilha se tornou inab-or-dável e a água à volta começou a quase ferver.

A 16 de junho surgiu, entre as duas ilhotas, um grande número de rochas negras. Dois dias após estas lançaram um espesso fumo e ouviu-se rugir o vulcão submarino. A 19, essas rochas estavam reunidas e formavam uma ilha a que chamaram ilha Negra. Vomitavam flamas, cinzas, pedras e vapores sul-furosos.

Tal erupção durou um ano e as dejeções não tardaram a cobrir a ilha Branca. Resultou dessa convulsão submarina a ilha Neo-Kaiméni.

Depois de cento e cinqüenta anos de tranqüillidade perfeita nas paragens de Santorin, nos últimos dias de janeiro de 1866 houve tremores e o mar colo-riu-se de branco à volta da ilha Neo-Kaiméni.

Na noite de 30 a 31 de janeiro, os habitantes de Santorin viram flamas vermelhas lançar-se do fundo do mar. Na manhã de 31 a água tomou uma côr vermelha muito intensa e um gosto amargo, devido provavelmente à presença de sais de ferro. Cêrca do meio dia a ilha de Neo-Kaiméni fendeu-se de lado a lado e um promontório que formava o lado direito do pôrto de Vulcano des-tacou-se dela.

Na tarde de 31 o solo da ilha começou a afundar, entrando no mar 60 cen-tímetros em duas horas. O afundamento diminui pela manhã de 1.º de feve-reiro para 5 centímetros à hora e parou à noite.

Cêrca das nove horas de 2 de fevereiro, descobriu-se um canal onde se concentrava a ação vulcânica, um escolho submarino que se elevava com grande rapidez e já estava quase à superfície.

As 4 horas da tarde o escolho se tornava ilha e emergia do meio das vagas. A ilha assim formada por uma acumulação de lavas recebeu o nome de ilha do Rei Jorge.

A 6 de fevereiro esta ilha reuniu-se a Neo-Kaiméni, da qual constitui agora um simples promontório dirigido do norte para o sul.

Uma segunda ilha, que recebeu o nome de Aphroessa, apareceu a 13 de fevereiro.

A 10 de março M. Fouqué fazia a volta à ilha Aphroessa quando descobriu que uma nova ilhota, à qual chamaram Reka, saíra do mar, a 10 metros de distância da primeira.

A 13 de março Reka reuniu-se a Aphroessa; a 19 enfim o canal que separava Aphroessa de Neo-Kaiméni desapareceu também.

Avalia-se o produto total saído dos flancos do vulcão em cêrca de 10 a 20 milhões de metros de espessura.

Uma cratera de cêrca de 20 metros de diâmetro e doutro tanto de profun-didade existe entre Rei Jorge e Aphroessa. Essa imensa cavidade formou-se sem emissão de lava nem de cinzas. A explosão tão sômente projetou o solo de todos os lados.

AS VAGAS

Vagues et Marées — A. Berget.

As vagas agitam às vêzes de modo terrível a superfície livre do mar.

Trabalhos de laboratório estabeleceram que, em água perfeitamente tranqüila, o movimento ocasionado por uma ondulação produzida à superfície faz-se sentir em uma profundidade igual a 300 vêzes a altura dessa ondulação. Assim uma pequena vaga de 1 metro deve produzir uma agitação material de moléculas líquidas até a profundidade de 300 metros. As vagas do oceano indico, por exemplo, que atingem 10 e 11 metros de altura, devem agitar as camadas d'água até mais de 3 000 metros de profundidade. Mas estes algarismos são resultados de experiências de laboratório, feitos em pequenas proporções.

É a transmissão do movimento da superfície para o fundo que explica o aspecto inquieto e turvo das águas dos mares pouco profundos, como a Mancha e sobretudo o Mar do Norte.

É que nesses mares onde a profundidade é inferior a 100 metros e até mesmo a 50, as vagas de superfície, de 3 a 4 metros de altura, levam facilmente seu movimento até o fundo. Este movimento revolve as areias e o lodo que constituem o fundo. Ele movimenta as menores partículas, e são elas que dão à água desses mares um aspecto sujo, tão diverso da côr azul, admirável e pura do Mediterrâneo e dos mares tropicais. É portanto à fraca profundidade de certos mares "adjacentes" que é preciso atribuir, sob a ação das vagas, a coloração amarelada de suas águas.

Sobre as praias de areia é comum observar-se verdadeiras vagas de areia cuja forma persiste quando o mar, baixando, as deixa a descoberto; são as *Ripple-marks*, traço material das ondulações de superfície que, por sua fraca profundidade, conseguem imprimir às areias do fundo seu movimento e sua forma ondulatória.

CORRENTE DE HUMBOLDT

Géographie Générale des Mers — C. Vallant — 1933 — p. 201.

As águas frias observadas desde os primeiros tempos da conquista espanhola sobre as costas do Chile e do Peru, foram atribuídas por Alexandre de Humboldt, em 1802, a um afluxo de águas antárticas das altas latitudes do Pacífico meridional. A subida dessas águas para o Norte êle explicou pela corrente constante do alísio e também pelo circuito superficial do Pacífico meridional.

Em 1853 Kerhallet observou que o circuito do largo em sua parte oriental conservava ainda à superfície uma temperatura tropical, ao passo que as águas costeiras não ultrapassavam de mais 15°C a mais 19°C entre o equador e o trópico de Capricórnio.

Em 1885 Buchanan afirmou que a baixa temperatura e a côr tão característica das águas dessa corrente não provêm de uma deriva superficial de origem antártica, mas são o resultado de uma deriva profunda da mesma origem, ou simplesmente o efeito de uma elevação de águas profundas ao longo dos declives abruptos do litoral oeste da América do Sul.

Vida aérea e marinha: Seja por que fôr, as paragens da corrente de Humboldt e do Sul Equatorial vizinho parecem ser, devido ao contacto das águas tépidas e das frias, as zonas marinhas do hemisfério sul onde formigam com maior atividade quase tôdas as formas de vida.

As aves marinhas nutrem-se do que lhes dão as águas superficiais e o aspecto da "atmosfera viva" reflete, até certo ponto, a da vida marinha subjacente. Muitas aves nas zonas de confluência das correntes e sobre as orlas das águas verdes e azuis, assim como nos litorais das terras que os pássaros colonizam; poucas aves ao largo, nas regiões de estabilidade marinha e de correntes fracas. Salvo o grande albatroz austral, geralmente ausente das águas tropi-

cais e que se encontra na região de águas frias da corrente até os Galápagos, não existem senão espécies tropicais como faetons e fragatas, ou cosmopolitas como as procelárias.

Da península da Califórnia ao cabo Horn, os mares costeiros da América foram muito povoados de baleias e cachalotes, estes sobretudo na região equatorial, e até a uma grande distância ao largo; mas foram ambos tão perseguidos no século XIX pelos baleeiros de barcos de vela, que se rarefizeram; tornaram-se outra vez numerosos quando a atividade da caça diminuiu; hoje em dia porém os baleeiros de vários países rivalizam nessas atividades, empregando meios modernos.

A vaca marinha ("Steller's sea cow) outrora abundante nas costas da Califórnia, não existe desde 1868. As ilhas de São Félix e Santo Ambrósio eram pontos de encontro dos caçadores de focas; estas estão quase desaparecidas.

As ilhotas de águas frias e as camadas d'águas tépidas da costa ocidental da América do Sul (corrente de Humboldt) dão origem a uma fauna marinha, provavelmente a mais populosa do mar do Sul: sardinhas, anchovas, corvinas, crustáceos sobre as ilhas do largo, e muitos outros. Esses recursos são muito utilizados pela população do litoral. A pesca é o único meio de vida da população da zona desértica ao norte do Chile. Os "changos" de Cobiya, aos quais os oficiais da "Bonita" perguntaram porque se obstinavam em viver nessa horrível região, responderam: "Onde encontraremos um mar que nos dê com mais abundância melhores peixes?".

A GULFSTREAM

La Terre et les Mers — L. Figuiet —
1872 — p. 559.

"É um rio no seio do oceano. Nas maiores sécas, nunca se estanca; nas piores enchentes, jamais transborda. Suas margens e seu leito são camadas de águas frias entre as quais deslizam, em vagas ligeiras, águas tépidas e azuis. É na Gulfstream! Em parte alguma do mundo existe corrente assim majestosa. É mais rápida que o Amazonas, mais impetuosa que o Mississipi, e a massa desses dois rios não representa a milésima parte do volume d'água que ela desloca". — Maury.

Na sua saída do canal da Flórida, a Gulfstream tem uma largura de 55 quilômetros, 670 metros de profundidade e velocidade de 7 1/2 quilômetros a hora; a temperatura de suas águas nessas paragens é de 30 graus. Das costas americanas dirige-se para o nordeste, rumo ao Spitzberg. Aos 43 graus de latitude divide-se em dois braços, um dos quais vai às costas da Irlanda e Noruega, para onde é comum levar sementes vegetais oriundas das regiões dos trópicos e aquece as águas glaciais do mar boreal.

O outro braço não longe dos Açores desvia-se para o sul, e vai reencontrar a costa da África, de onde vem para o mar das Antilhas. No meio desse vasto circuito reúnem-se plantas, troncos flutuantes, destroços de toda espécie carregados pelo oceano. É aí que se encontra o mar de Sargaços ou de Vareche, esse imenso banco de plantas marinhas que tão vivamente impressionou a imaginação de Colombo. Essas massas sempre verdejantes servem de asilo a uma multidão de moluscos e de crustáceos. As águas levam três anos a percorrer o circuito oceânico e envolver o mar de Vareche.

A Gulfstream tem papel preponderante no regime do Atlântico. Ela carrega as águas quentes das regiões equinociais para as altas latitudes; além do paralelo 40° possui uma temperatura de 16 graus. Levadas pelos ventos de sudoeste, que reinam nesta zona, suas águas vão misturar-se às do mar do Norte, e amenizar, nessas paragens, o rigor do clima.

A diferença de temperatura entre a Gulfstream e as águas que atravessa engendra inevitavelmente tempestades e ciclones. As descobertas modernas, que tão bem permitem conhecer a marcha desta corrente de águas quentes no seio do mar, pouparam muitos perigos que dantes ameaçavam a navegação.

AS MARÉS

Les Problèmes de l'Océan — Berget.

A maré é uma das manifestações mais grandiosas, mais majestosas da vida do globo terrestre; prova-se por ela, de forma material, o laço estreito entre os movimentos de que a terra é o centro e as forças que animam o universo. Mas antes de pesquisar as causas geratrizes ou modificadoras, rememoremos em resumo as “aparências” sob as quais êsse belo fenômeno se apresenta a nossos olhos.

É bastante ter-se passado 48 horas à borda do mar, para se dar conta, mesmo por uma observação superficial, das características principais da maré.

Em dado momento vê-se o nível do mar elevar-se lentamente. Então a rapidez de sua ascensão se acentua pouco a pouco e o mar, cessando um instante de subir, atinge seu nível máximo.

Após o que o nível da água se abaixa, para atingir, algumas horas mais tarde, um nível mínimo; o fenômeno recomeça em seguida, com todos os característicos de uma periodicidade regular.

Se se observar com cuidado em um relógio as horas das marés mais altas e as das mais baixas, verifica-se que em 24 horas e 50 minutos produzem-se exatamente duas marés cheias e duas marés baixas; duas marés cheias consecutivas são separadas uma das outras por um intervalo de 25 horas e 50 minutos.

Não é preciso ser-se astrônomo para se perceber de imediato uma correlação entre a periodicidade dêsse fenômeno “terrestre” e o dum fenômeno “celeste” familiar; duas passagens da lua pelo meridiano são separadas, igualmente, uma da outra por um intervalo de 24 horas e 50 minutos. Era portanto natural, dada a identidade do período dos dois fenômenos, que se procurasse entre êles uma relação de causa e efeito.

Entretanto a teoria exata da maré foi incluída bem tarde no capítulo das descobertas.

É verdade que os gregos fundadores da geometria e descobridores da astronomia, como as marés no Mediterrâneo e Egeu são insignificantes, não se preocuparam com o assunto. Ao contrário, a maré muito preocupou a imaginação dos escandinavos, que com ela tinham que contar nas suas investidas marítimas.

Sua primeira explicação científica foi dada por Newton, como uma consequência da lei da gravitação universal; mas Laplace demonstrou que, em lugar de atacar a questão sob o ponto de vista do equilíbrio das massas líquidas, sob a dupla ação da gravidade por um lado e das atrações lunissolares por outro lado, era preciso atacá-la sob o ponto de vista de “movimento” da onda líquida cujo deslocamento produz a maré. Em lugar de se encontrar em face de um problema de hidrostática, está-se em presença de um problema todo diferente de hidrodinâmica.

(*Continua*)

Bibliografia

e Revista de Revistas

Registos e Comentários Bibliográficos

Livros e Folhetos

ANUÁRIO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio, 1953.

Impresso nas oficinas gráficas do I. B. G. E., sob os auspícios do Departamento Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, em colaboração com o Diretório Regional de Geografia daquela unidade federada, constituiu-se a presente edição de 288 páginas. O volume traz uma nota introdutória assinada pelo Eng.º Luís de Sousa e os seguintes trabalhos assinados: *As riquezas e possibilidades fossilíferas de Itaboraí*, (Luís Palmier); *Ligeiras notas sobre o acóro de limites com o estado de São Paulo* (Juvenal de Carvalho); *O problema vivo das florestas* (Zilda Coelho Moreira); *Velhos caminhos fluminenses* (Carlos Gomes Filho); *Tipos de Climas do Rio de Janeiro* (Lísia Maria Cavalcanti Bernardes); *Descrição de um roteiro turístico do estado do Rio de Janeiro* (José Maria Boada). Além destas, consta ainda na publicação a seguinte matéria: *XIII Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia; Atas das reuniões ordinárias do D. R. G.* (1952-53); *Legislação de interesse geográfico; Áreas municipais e distritais do estado do Rio de Janeiro; Dicionário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Ilustram o volume, mapas, gráficos, fotografias e desenhos, fixando aspectos e tipos característicos da terra fluminense.

J. R. S.

★

ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS — *O Seringal e o Seringalista* — Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Rio, 1953.

Com este trabalho do professor Artur César Ferreira Reis, impresso nas oficinas gráficas do "I. B. G. E.", o Serviço de Informação Agrícola do Minis-

tério da Agricultura, lança o quinto volume de uma série de edições denominada "Documentos da Vida Rural". Conforme o título está a indicar, o autor estuda o seringal e os seringueiros da Amazônia, aquêlo como unidade econômica, êste como expressão social. O trabalho, que tem a recomendá-lo o notório conhecimento do assunto por quem o assina, desdobra-se em 149 páginas. Divide-se em 6 partes e 22 capítulos, nos quais são examinados o meio geográfico e o comportamento do homem na Amazônia; o processo histórico da atividade e da economia seringueira, bem como a estrutura social e cultural por ela criada na região amazônica.

O volume traz um prefácio assinado por José Irineu Cabral, ilustrando-o fotografias e desenhos (bico de pena de Percy Lau), fixando tipos e aspectos característicos da região estudada.

J. R. S.

★

CÍCERO MORAIS — *O paralelo 20 passa no Espírito Santo*. Dep. de Imp. Oficial — Vitória, Espírito Santo, 1953.

O presente trabalho constituiu, originariamente, uma conferência proferida pelo autor em julho de 1953, na Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros. Nêle estuda o Sr. Cícero Moraes o território do Espírito Santo pelo aspecto geográfico, geológico, histórico e econômico, bem como do ponto de vista da geografia humana. Tratando da colonização indica as causas determinantes do rápido povoamento da metade norte do Estado, nos últimos 30 anos, observando que por cerca de 4 séculos ficou a mesma escassamente povoada ao longo dos rios Cricaré e Itaúnas. No mesmo volume reuniu o autor três outros trabalhos já divulgados no "Boletim Geográfico" e na

“Revista do Serviço Público”, intitulados, respectivamente: “Vitória, capital do Espírito Santo por determinação geográfica”, “A divisão administrativa do Espírito Santo”, e “Vitória, cidade-pôrto”.

J.R.S.

★

CALENDÁRIO AGRÍCOLA DO BRASIL — SÃO PAULO — Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — 1953.

Com o presente caderno dedicado ao estado de São Paulo, como contri-

buição às comemorações do IV centenário, o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, inaugura uma nova série de publicações destinadas a divulgação entre os técnicos, agricultores e criadores.

Organizado com a colaboração do I.B.G.E., traz o volume informações gerais sobre climas, características de solos e épocas apropriadas para as culturas. Consta ainda do caderno uma tábua sinótica de plantio e colheitas e uma coleção de mapas e gráficos indicando a localização das principais culturas no estado.

J.R.S.

★

Periódicos

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DE SÃO PAULO — Vol. VII — Julho a dezembro de 1949, ns. 3 e 4.

Além do ementário da legislação de interesse geográfico e geológico, e de uma extensa relação bibliográfica de publicações de cunho científico, insere o presente número dessa utilíssima revista do I.G.G.S.P., entre outros, os seguintes trabalhos: *Notas sobre xilita no município de Santa Branca*; *Minerais de bismuto num dique de pegmatito no bairro da Freguesia do Ó, município de São Paulo*, pelo Eng.º Theodoro Knecht; *Etimologia toponímica das cidades e vilas do estado de São Paulo*, Eng.º Valdemar Lefèvre; *Instruções de topografia para o levantamento geológico dos Estados Unidos* (trad. pelo Eng.º Clodomiro Pereira da Silva); *Retrospecto histórico dos trabalhos geográficos e geológicos na província de São Paulo*, pelo geólogo Orville A. Derby; *O tupi em São Paulo*, por J. Davi Jorge; *As minas do Iporanga*, pelo Eng.º Henrique E. Bauer; *Relação das áreas dos distritos e municípios do estado de São Paulo*, pela Secção de Estudos Geográficos.

J.R.S.

★

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DE SÃO PAULO — Volume VII — Ano VI, ns. 1 e 2.

O presente volume, corresponde aos meses de janeiro a junho de 1949. Reú-

ne, além de um relatório sobre as atividades do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, apresentado pelo Eng.º Aristides Bueno, os seguintes trabalhos: *Etimologia toponímica das cidades e vilas do estado de São Paulo*, pelo Eng.º Valdemar Lefèvre; *Instruções de topografia para o levantamento geológico dos Estados Unidos* (trad. do inglês, pelo Eng.º Clodomiro Pereira da Silva); *População e área dos municípios do estado de São Paulo*, Eng.º Valdemar Lefèvre; *Insolação na cidade de São Paulo*, por Anton Stuxberg; *Notas sobre hidromagnesita e forsterita nas pedreiras de dolomita do bairro das Almas no município de Taubaté*, pelo Eng.º Theodoro Knecht; *Problemas do Petróleo*, pelo Eng.º Plínio de Lima.

Consta do volume também um ementário de leis e decretos de interesse geográfico e geológico, bem como extensa relação de publicações científicas recebidas pelo Instituto Geográfico e Geológico.

J.R.S.

★

REVISTA GEOGRÁFICA DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — Comissão de Geografia — Tomos XIII/XIV — Ns. 37 a 39 — Rio de Janeiro, Brasil.

Enfeixa o presente número excelentes contribuições sobre aspectos variados da geografia das Américas.

Na parte de artigos encontramos: — 1) “Meteorización de las Rocas” (con especial referencia al Uruguay y el Brasil Meridional) — Jorge Chebataroff. Dedicado ao fenômeno de alteração das rochas, conhecido pelo termo “meteorização”, equivalente à expressão da língua inglesa “weathering”. O autor estuda-lhe as características e sua importância no processo da erosão, baseando suas conclusões nos resultados colhidos em numerosas observações levadas a cabo em algumas regiões do território brasileiro e uruguaio; 2) “El Limite septentrional de la Patagonia” — Mario F. Grondona; 3) “Expansões Continentais das Vias Brasileiras de Transportes de Superfície” — Moacir Malheiros Fernandes Silva. O autor oferece informes sumários relativos aos transportes fluviais, ferroviários e rodoviários, que tendem a transbordar do Brasil para os demais países da América do Sul; 4) “Habitação Rural (alguns de seus aspectos na área de Paraitinga)” — Carlos Borges Schmidt. Com breves apontamentos sobre a habitação rural na área ocupada pelo município de São Luís do Paraitinga; 5) “Los Estudios Geográficos en Panamá durante los Siglos XVI, XVII e XVIII” — Índice cronológico e bibliográfico de historia da geografia panamenha (1502-1944), referente ao século XX.

A parte de comentários oferece: — 1) “La Participación del Gobierno de los Estados Unidos en las Exploraciones Geográficas durante los Últimos Cincuenta Años” — Paul A. Siple; 2) “La Sociedad Argentina de Estudios Geográficos “Gaea” — Federico A. Daus.

Assinalamos na seção de bibliografia uma lista dos trabalhos geográficos publicados nos Estados Unidos em 1951 e 1952.

Assinalamos também os informes sobre o estado da geografia nos países americanos e Canadá, apresentados na III Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, realizada em Washington, 1952, além de farto noticiário das atividades da Comissão de Geografia do I. P. G. H., e outros acontecimentos culturais e científicos de interesse para a geografia do continente americano.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA — Ano XV — Outubro, Dezembro de 1953 — N.º 4 — *Conselho Nacional de Geografia*.

Publica, na parte de artigos: — 1 — “Circulação Superior”, de Adalberto Serra. Estuda o autor a origem das perturbações atmosféricas tropicais, estabelecendo regras para sua previsão. A exposição da matéria é ilustrada com numerosas aplicações práticas; 2 — “Mapa da Vegetação Original do Estado do Paraná”, de Dora Amarante Romariz. É um comentário do mapa acima. Sem pretender apresentar um estudo completo da vegetação do estado em aprêço, a autora oferece, entretanto, uma descrição de vários tipos de vegetação representados no mapa.

Em “Vultos da Geografia do Brasil”, o Ten. Cel. De Paranhos Antunes focaliza a figura do marechal Gregório Taumaturgo de Azevedo; Virgílio Corrêa Filho trata da vida e obra de Emilio Schnoor. “Capistrano de Abreu e a Geografia do Brasil” é outro trabalho de Virgílio Corrêa Filho, mais um primoroso estudo, que se acrescenta aos muitos divulgados acerca do discutido e consagrado historiador cearense. Mas aqui se examina a contribuição de Capistrano de Abreu à geografia pátria. Comentando este aspecto da obra de Capistrano, Virgílio Corrêa Filho afirma: — “Fôra, de começo, crítico literário, cujos conceitos já denunciavam conhecimento, que ansiavam por aplicações mais fecundas. A leitura de Buckle e Agassiz, ainda no Ceará, impeliu-o à História, a que se irmanou a Geografia, quando, aprendido o alemão, conseguiu ler Ratzel no original e Humboldt, para depois conhecer outras obras que dariam, como essas, novos rumos aos estudos geográficos”. E prossegue: “Daí por diante, associam-se ambas as disciplinas em suas pesquisas, que raramente serão exclusivas da História ou da Geografia”.

Publica ainda este número uma conferência de John H. Kolb sobre o tema: “Interdependência da Geografia e Sociologia nos Estudos da Comunidade Rural”. Mencione-se também “Serraria” de Dora Amarante Romariz, além de escolhido noticiário geográfico, especialmente o relativo à instalação da Comissão Nacional da União Geográfica Internacional.

THE GEOGRAPHICAL JOURNAL —
Vol. CXX — Part I — March 1954.
The Royal Geographical Society,
London, S.W. 7.

Publica estudos de interesse exclusivamente local, conforme se verifica do sumário que segue: — “New Light on Livingstone’s Last Journey” Frank Debenham; “Unveiling of the Livings-

tone Statue; “Problems of Land use in the Dry Zone of Ceylon” B. H. Farmer; “Ridge and Furrow in Buckinghamshire” W. R. Mead; “Some Aspects of Problem Rural Areas in Britain” G. P. Wibberley; “Morphology of the North Boulonnais Chalk” A. Coleman and A. M. Ferrar; “From the Journal a Hundred Years Ago”.



Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Noticiário

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

VISITA O CONSELHO O GOVERNADOR ALVARO MAIA — TRATOU DO CONVÊNIO PARA ELABORAÇÃO DO MAPA DO AMAZONAS — O Dr. Alvaro Maia, governador do estado do Amazonas, acompanhado do Dr. Leopoldo Peres Sobrinho, fez uma visita ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, com quem manteve cordial palestra, tendo, ao ensejo, tratado do convênio firmado com este Conselho para elaboração do mapa daquela unidade federativa. Na parte referente à legislação acha-se publicado integralmente esse convênio.

CONCURSO DE GEÓGRAFOS DESSE ÓRGÃO — PROVAS E MATÉRIAS DE QUE CONSTARÁ — Deverá realizar-se em breve concurso de geógrafos para o Conselho Nacional de Geografia.

Além de monografia original de uma área do país, a escolha do candidato, constará o concurso de prova de títulos e das seguintes matérias: Português (futura de uma composição em forma de relatório); uma língua estrangeira (francês, inglês ou alemão), constante da tradução de textos geográficos; Geografia Física; Geografia Humana; Geografia do Brasil; Metodologia da Ciência Geográfica; Objetivos principais e fundamentos da Geografia; Elementos de cartografia e trabalhos práticos.

Eis o programa organizado para esse concurso:

Geografia Física

I — *Relêvo*

a) *A erosão fluvial e o ciclo de erosão*: a erosão remontante. O perfil de equilíbrio. Capturas — os vales, o perfil transversal dos vales. Planícies aluviais. Cones de dejeção. Meandros. Terraços. O ciclo de erosão. Peneplanícies.

b) *Influência das rochas no modelado*: Propriedades físicas das rochas. Os agentes de desagregação das rochas: a desagregação mecânica e a decomposição química. Rochas sedimentares; Rochas eruptivas. Rochas metamórficas; rochas permeáveis e impermeáveis. As rochas e a erosão diferencial.

c) *Influências estruturais e tectônicas, evolução do relêvo*: Tectônica. Dobras, fraturas e flexuras. Tremores de terra. Estrutura horizontal: as plataformas estruturais. A estrutura monoclinal: cuestas e hogbacks. Estrutura em domo e em bacia. Estrutura dobrada. Estrutura falhada. Peneplanos exumados. Rejuvenescimento do relêvo. Interrupção do ciclo geomorfológico.

d) *Os movimentos de conjunto na evolução do relêvo continental*: eustatismo e epirogenismo.

e) *Morfologia especial*: O relêvo das regiões semi-áridas. A morfologia dos litorais. O relêvo calcário. O relêvo granítico. O relêvo vulcânico. Elementos da morfologia glacial — **Morfologia das regiões tropicais.**

II — *Hidrografia*

a) *Oceanos*: 1. Movimentos dos oceanos: as vagas; as marés; as correntes; a circulação

oceânica. 2. O relêvo submarino: as formas do relêvo submarino. A sedimentação oceânica.

b) *Os lagos*: Origens; sedimentação. O regime lacustre. Os movimentos das águas lacustres. Os litorais lacustres.

c) *Os rios*: rede e bacia hidrográficas. Estudo das fontes. As relações entre as fontes e o regime fluvial. A classificação dos regimes fluviais.

d) *As águas subterrâneas*: origens. Penetração das águas no solo. Circulação subterrânea. Ação das águas nos solos. Propriedades das águas subterrâneas.

III — *Elementos de Meteorologia e Climatologia*

- Temperatura e insolação.
- Pressão atmosférica e ventos.
- Umidade e precipitação.
- Massas de ar e frentes.

1 — Classificação de climas. Tipos de clima e sua distribuição-critica.

2 — Representação cartográfica e interpretação dos elementos climáticos.

IV — *Solos*

a) Propriedades físicas e químicas dos solos. Os fatores geográficos na formação dos solos.

b) A erosão do solo: ravinamentos e movimentos de massa.

c) Os fatores genéticos da erosão do solo.

d) Classificação dos solos.

V — *Vegetação*

1 — As grandes paisagens vegetais do globo — Os reinos florísticos.

2 — As grandes formações vegetais.

a) Arbóreas.

b) Arbustivas.

c) Mistas.

d) Herbáceas.

3 — Formações botânicas das regiões áridas.

4 — As categorias biológicas de Humboldt e Schimper.

Geografia Humana

I — *O Homem e os fatores geográficos*

II — *Geografia da População*

a) Elementos quantitativos da população.

b) Elementos qualificativos da população.

c) Distribuição da população no globo.

d) Noção de ecúmeno e seus limites.

e) Movimentos de população. Povoamento e colonização.

III — *Geografia da habitação. Tipos de habitação e suas relações com o meio*

IV — *Geografia das cidades*

V — *A Agricultura*

a) A Pecuária — fundamentos de Geografia Agrária. Tipos de agricultura e sua distribuição.

b) A Pecuária — seus fundamentos geográficos. Tipos de criação e sua distribuição no mundo.

VI — *O extrativismo — suas bases geográficas*

a) A exploração dos recursos florestais.

b) A exploração dos recursos minerais.

c) A caça e a pesca.

VII — *Geografia das indústrias*

- a) Matérias-primas.
- b) Pontes de energia.
- c) A produção industrial.
- d) As grandes regiões industriais e seu significado regional.

VIII — *Geografia da circulação*

- a) Vias e meios de transporte, sua importância moderna e bases geográficas.
- b) As comunicações.

IX — *O comércio e suas bases geográficas*X — *Ocupação humana das grandes regiões geográficas*

- a) Os desertos.
- b) Florestas tropicais.
- c) Regiões mediterrâneas.
- d) Regiões das florestas de latitude média.
- e) Regiões dos campos e savanas.
- f) Regiões das montanhas.
- g) As grandes baías oceânicas.
- h) As regiões polares.

*Geografia do Brasil*I — *Posição geográfica e caracterização*

- a) Espaço e posição. O Brasil no continente e no globo.
- b) Formação geológica: distribuição e valor econômico.
- c) Classificação do relevo brasileiro: suas feições principais e sua gênese: estudo geomorfológico do Espinhaço e da Serra do Mar.
- d) Morfologia do litoral: principais tipos de costa brasileiros. O litoral no Rio de Janeiro.
- e) O clima e a vegetação.
- f) Hidrografia: As baías fluviais. O regime dos rios, fatores mais importantes. Os regimes nas baías do São Francisco, Amazonas e do Prata. As enchentes e os regimes fluviais.

II — *População e economia.*

- a) As condições geográficas do povoamento: ocupação da orla marítima. A penetração do gado no São Francisco. Influência do ciclo da mineração na ocupação do interior — Principais linhas de penetração e marcha do povoamento.
- b) Distribuição atual da população: comparação entre os recenseamentos de 1920-1940-1950. Os centros de população e seus deslocamentos.
- c) Análise da população: a composição étnica, a contribuição do ameríndio, do negro, do europeu e do asiático na formação da população brasileira. Área de predominância.
- d) Influência das culturas européias no *habitat* rural. A colonização estrangeira no Brasil.
- e) Evolução da economia brasileira. Tendências atuais. Os produtos tropicais: café, cacau, algodão.
- f) Agricultura e pecuária: suas relações com as condições geográficas e o povoamento. As lavouras principais. A propriedade rural. O sistema agrícola. As técnicas agrícolas mais usuais e suas consequências. Agricultura nas regiões Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

A Pecuária — O rebanho bovino do Brasil e sua distribuição. A criação de outros tipos de gado — sua distribuição.

g) Produção extrativa mineral, vegetal e animal: importância econômica do ferro, manganês e do calcário na industrialização. Áreas de ocorrência. Produção extrativa de ferro e manganês. O petróleo no Brasil. O carvão. Produção extrativa vegetal: A exploração florestal: madeira, lenha, borracha e outros produtos (plantas medicinais, plantas têxteis, oleaginosas, etc.). Valor econômico da Hiléia e das outras matas. A caça e a pesca no Brasil.

III — *Comércio, indústria e comunicações*

- a) Influência dos meios e vias de transporte no desenvolvimento do comércio e indústria. O sistema de transportes brasileiro.
- b) Evolução da indústria no Brasil. As indústrias de transformação e a indústria pesada. A grande siderurgia. Áreas industriais do Brasil: matéria-prima, energia e distribuição. O Estado e a proteção das indústrias.
- c) O comércio: interior e exterior. Situação geográfica do Brasil e o comércio internacional. Exportação e importação. O comércio local e regional: principais produtos comercializáveis.
- d) O papel dos transportes no comércio. Cabotagem, navegação fluvial. A rede ferroviária e suas tendências. Importância dos portos e sua conjugação com a rede interna. As comunicações. A rede rodoviária do Brasil: áreas de maior adensamento.

e) Fatores geográficos na distribuição das vias de transporte, geologia e relevo; clima, vegetação e hidrografia. Os planos rodoviários e ferroviários do Brasil. Importância atual da aviação.

IV — *Geografia Regional*

- 1) Os conceitos de região e a divisão regional do Brasil.
- 2) Estudos regionais: o vale do Paraíba, a Depressão Sanfranciscana, o Recôncavo Baiano, o Sertão Nordestino, a Planície Amazônica, a Campanha Gaúcha; A Zona Colonial Sulina. Oeste de São Paulo — Norte do Paraná. O Planalto Central.

Metodologia da Ciência Geográfica

- 1 — Objetivos e fundamentos da Geografia moderna.
- 2 — Evolução do pensamento geográfico, a partir do século XIX.
- 3 — As escolas modernas e suas tendências.
- 4 — Geografia sistemática e Geografia regional.
- 5 — As grandes correntes filosóficas e seus meios de ação.
- 6 — Técnicas de pesquisa geográfica.
- 7 — Aplicabilidade da ciência geográfica.

Elementos de Cartografia e Trabalhos Práticos

- 1 — Elementos fundamentais de Cartografia.
- 2 — Interpretação de cartas geológicas, topográficas e geográficas. Elaboração de perfis e sua interpretação.
- 3 — Utilização de instrumentos: bússola, aneróide, etc.
- 4 — Levantamentos expeditos c/régua e clinômetro.
- 5 — Fotografias aéreas e seu uso na Geografia.
- 6 — Elaboração de mapas de densidade, crescimento e distribuição. (Econômicos e de população).

ATIVIDADES DA DIVISÃO DE CARTOGRAFIA DO C.N.G. — CARTA DO BRASIL AO MILIONÉSIMO — FÓLHAS DE 1:500 000 E 1:250 000 — RESTITUIÇÃO AEROFOTOGRAMÉTRICA E GEODÉSICA — LEVANTAMENTOS MISTOS — NIVELAMENTO GEODÉSICO — MAPAS ESTADUAIS ELABORADOS E EM PREPARO. — A Divisão de Cartografia do Conselho Nacional de Geografia tem como finalidade precípua e realização das cartas geográficas do Brasil e o estabelecimento de rédes geodésicas fundamentais de triangulação e nivelamento de 1.ª ordem.

Foram já impressas 24 fôlhas da carta ao milionésimo, assim como, 28 fôlhas preparatórias na escala de 1:500 000 e 26 em 1:250 000.

Publicaram-se também 2 edições do mapa geral do Brasil em uma só fôlha, (escala de 1:5 750 000 em 1944 e 1:5 000 000 em 1950) e uma outra em 4 fôlhas na escala de 1:2 500 000, estando prestes a sair a 3.ª edição na escala 1:5 000 000.

No campo das atividades geodésicas, estendem-se os trabalhos da Divisão de Cartografia aos totais de 6 147 quilômetros de cadeias de triangulação de 1.ª ordem, 57 pontos de Laplace concluídos, 33 bases medidas e 19 500 quilômetros de nivelamento, também de 1.ª ordem, perfazendo o número de 38 circuitos fechados.

Como organização essencialmente coordenadora das atividades geográficas e cartográficas do nosso país, vem mantendo o Conselho Nacional de Geografia, estreita colaboração com diversas entidades oficiais e particulares.

Destaca-se no campo cartográfico a cooperação do Inter American Geologic Survey, que vem prestando valiosa ajuda material aos trabalhos do Conselho, especialmente no que concerne ao fornecimento de veículos e instrumentos utilizados em operações de campo.

CARTA DO BRASIL AO MILIONÉSIMO

As fôlhas da carta do Brasil ao milionésimo editadas pelo Conselho Nacional de Geografia obedecem ao plano internacional elaborado na Convenção de Londres de 1909.

Uma primeira edição dessas fôlhas foi organizada pelo Clube de Engenharia, que as publicou em 1922, em comemoração ao centenário da Independência.

O Conselho Nacional de Geografia tem como uma de suas finalidades precípua, no setor cartográfico, a atualização e publicação da carta do Brasil ao milionésimo. Para cumprimento dessa missão compete ao Conselho Nacional de Geografia coletar os elementos cartográficos elaborados por outras agências, ou por particulares, a fim de compilá-los. Da cooperação de todos os que realizam tarefas cartográficas é que poderá resultar a melhor representação do imenso território nacional.

FÓLHAS DE 1:500 000

A Convenção de Londres previu a organização de "fôlhas preparatórias" em 1:500 000, a serem compiladas antes das do milionésimo.

O Conselho Nacional de Geografia, considerando a maior disponibilidade de elementos cartográficos referentes à área indicada no segundo esquema deste folheto, resolveu organizar somente nessa área, as fôlhas preparatórias em 1:500 000. Realmente a experiência adquirida na compilação dessas fôlhas preparatórias permitirá que as do milionésimo, delas resultantes, sejam bem mais ricas e corretas do que se tivessem sido diretamente organizadas na escala do mapa internacional.

As fôlhas preparatórias são impressas nas cores fundamentais — preto, azul, vermelho e sépia — sem as gamas altimétrica e batimétrica. Representam os quadrantes das fôlhas ao milionésimo.

O esquema indica as fôlhas já impressas, as que se encontram em compilação e as já compiladas ou em desenho final.

FÓLHAS EM ESCALA DE 1:250 000

As fôlhas da carta em escala de 1:250 000 são organizadas com base em levantamentos taqueométricos ou expeditos, com ou sem auxílio de fotografias aéreas de trimetrogon ou verticais.

Têm o formato de 1° x 1° 30', isto é 1/16 da fôlha do milionésimo.

São impressas nas cores básicas — preto, azul, vermelho e sépia — esboço altimétrico de 50 metros de equidistância.

RESTITUIÇÃO AEROFOTOGRAMÉTRICA

A restituição aerofotogramétrica executada pelo Conselho é puramente planimétrica e controlada pela triangulação radial metálica, sempre que existe um controle terrestre adequado.

Quando este não existe é, simplesmente, um mosaico. Este processo tem sido aplicado devido a não possuir o C.N.G., no momento, restituidores espaciais o que se espera poder ser adquirido em breve.

As primeiras restituições foram feitas nas áreas fotografadas segundo o sistema trimetrogon pelas forças aéreas americanas em acordo com o Governo brasileiro.

Atualmente, como essas fotografias não são mais tomadas, estão sendo aproveitadas as feitas pela força aérea brasileira (FAB) que já fez a cobertura de parte do Rio Grande do Sul (área compreendida entre os paralelos 29° e 31° sul) e está iniciando a cobertura da área ao norte do paralelo 29° até o 25° sul.

TRIANGULAÇÃO FUNDAMENTAL

Outra finalidade precípua do Conselho Nacional de Geografia, no setor cartográfico, é o estabelecimento da triangulação geodésica de 1.ª ordem, que deve estender-se por todo o território nacional formando uma rede fundamental única, à qual poderão ser referidos todos os trabalhos geodésicos realizados por outras organizações cartográficas ou empresas de engenharia.

A triangulação executada pelo C.N.G. obedece às prescrições internacionais para trabalhos de 1.ª ordem. Formam-se cadeias em que predominam os quadriláteros com duas diagonais. O espaçamento entre as bases, condicionado ao critério do coeficiente de rigidez das figuras, é, em média, da ordem de 200 quilômetros. Correspondendo a cada base, há um ponto astronômico de 1.ª ordem, com azimute de Laplace. A meia distância, entre cada duas bases, há outro desses pontos, com determinação de latitude, longitude e azimute de Laplace.

O esquema mostra a situação atual da rede medida ou reconhecida pelo Conselho, verificando-se a ligação à rede do Serviço Geográfico do Exército, no Rio Grande do Sul. A rede do S.G.E., por sua vez, liga-se à rede uruguaia por intermédio da cadeia fronteira estabelecida, em regime de cooperação, pelas comissões de limites do Brasil e do Uruguai. A Cadeia Transcontinental, que penetra no Brasil por Corumbá, Mato Grosso, faz a conexão da Cadeia Andina com a rede brasileira, enlaçando quase todos os países sul-americanos.

Nos trabalhos de triangulação geodésica, assim como nos de nivelamento geométrico, conta o Conselho Nacional de Geografia com inestimável colaboração do Inter American Geodetic Survey, que desde 1948, presta valiosa ajuda material, facilitando, por empréstimo, veículos, instrumentos, torres de observação e equipamentos em geral. Na medição da Cadeia Transcontinental, que, vinda do oeste, atingiu a fronteira Brasil-Bolívia em fins de 1950, a colaboração do I.A.G.S. vem-se manifestando também pelo prosseguimento do reconhecimento aéreo e da medição angular com turmas mistas, constituídas de operadores brasileiros e norte-americanos.

Dentro dos estados de São Paulo e Minas Gerais, os trabalhos geodésicos de primeira ordem têm sido realizados em regime de colaboração entre o Conselho e esses estados.

As cadeias de triangulação já medidas pelo Conselho estendem-se por 6 147 quilômetros, e as já reconhecidas por 9 341 quilômetros. Foram observados 801 vértices e localos 307. Mediram-se 33 bases, que somam 297 quilômetros. Observaram 53 pontos astronômicos de 1.ª ordem, com latitude, longitude e azimute de L. place.

LEVANTAMENTOS MISTOS

Em 1941 iniciou-se o levantamento expedido da área circunjacente do divisor de águas Tocantins-São Francisco, para definir a linha divisória Bahia-Goiás, assim como o estudo da região do Jalapão e as divisas de Bahia e Goiás com Maranhão e Piauí.

Interessando-se o estado da Bahia pelo prosseguimento dos trabalhos em todo o seu território, foi organizada a Seção de Levantamentos Mistos, cujo objetivo era, a princípio, executar o levantamento nesse estado.

Mais tarde, surgiu o interesse da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, daí resultando a extensão dos trabalhos à área de influência da futura usina.

Mais recentemente, os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, desejaram também executar o levantamento de seus respectivos territórios.

Assim é que os trabalhos dessa seção abrangem hoje todo o território dos estados de Sergipe e Alagoas, 10% do de Pernambuco, 10% do de Piauí, 5% do de Goiás, e a totalidade do da Bahia.

Desenvolvem-se ainda nos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro em cooperação os respectivos Departamentos Geográficos Estaduais.

Os levantamentos executados por essa Seção, compreendem circuitos de poligonização taqueométrica e densa rede de caminhamentos à bússola acompanhada de determinações barométricas de altitudes, com apoio em coordenadas geográficas ou de vértices de triangulação e também nas referências de nível do nivelamento geodésico.

São usadas, ainda, fotografias verticais cu trimetrogon, para completar a representação planimétrica.

Para estabelecer o apoio astronômico, já foram determinadas 360 posições na área em trabalho.

NIVELAMENTO GEODÉSICO

O que foi dito a respeito da triangulação fundamental poderá dizer-se do nivelamento geométrico de alta precisão. São trabalhos que se devem superar, e que têm a mesma finalidade de constituir arcabouço para apoio das rédes locais.

O nivelamento geodésico percorre as melhores estradas, instalando referências de nível, em objetos naturais ou em pequenos pilares. O Conselho Nacional de Geografia executa o nivelamento de alta precisão (1.ª ordem) seguindo as prescrições internacionais.

Os circuitos já realizados são em número de 34, com desenvolvimento total de 19 500 quilômetros. Há 14 374 RN instaladas. Estabeleceram-se ligações aos marégrafos de Tôres no Rio Grande do Sul; de Laguna, Imbituba, Florianópolis, Pôrto Belo e São Francisco, em Sta. Catarina; de Paranaguá, no Paraná; de Santos, em São Paulo; de Sta. Cruz, na fortaleza do mesmo nome, no estado do Rio; e de Vitória, no Espírito Santo, sob controle do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

No estabelecimento das rédes de nivelamento, o Conselho entrou em colaboração com o Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, com os Departamentos Geográficos dos Estados de Minas e Rio de Janeiro e com o Serviço Geográfico do Exército.

MAPAS ESTADUAIS

Alguns estados entraram em colaboração com o Conselho Nacional de Geografia para organização e impressão de seus mapas.

O mapa da Bahia foi editado em escala 1:1 000 000, o da Paraíba em 1:500 000, o de Sergipe em 1:250 000 e o do Rio de Janeiro em 1:400 000. O do Paraná em 1:500 000, foi impresso em 1948, nas oficinas do Serviço Geográfico do Exército. O do Amazonas em 1:2 000 000 e o de Alagoas, em 1:500 000, acham-se desenhados aguardando impressão. Em 1945 foi impresso o mapa do território do Guaporé.

Acham-se em execução trabalhos de levantamento destinados à confecção do mapa do Espírito Santo, em 1:400 000. Foi publicada nova edição do mapa do estado do Rio de Janeiro na escala 1:400 000.

★

MINISTÉRIO DA MARINHA

CRIADO NA DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO O DEPARTAMENTO DE GEOFÍSICA — Foi criado, na Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, o Departamento de Geofísica com atribuições científicas relacionadas com a meteorologia e a oceanografia, tendo por fim auxiliar a navegação e estudar o leito do oceano.

Através de suas duas Divisões, de Meteorologia e Oceanografia, distribui, diariamente, uma carta de análise do tempo para pilotagem, apresentando a previsão para um período de 24 horas, por áreas, de toda a costa, do país. Pesquisa, por outro lado, a salinidade e realiza prospeções até a profundidade de 200 metros, situando o contorno do "plateau" continental e sua peculiaridade. Realiza, também, pesquisas em alto-mar.

Compete à Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, entre outras tarefas, elaborar cartas de navegação, meteorológicas, batimétricas, magnéticas, litológicas, ictiológicas etc.; instalar e manter os sinais de auxílio à navegação, distribuídos pela costa, rios, canais e lagoas navegáveis, distribuir instrumentos e material de navegação aos navios de guerra, controlar o funcionamento desses, efetuar sondagens para os levantamentos hidrográficos e manter em atividade a frota de navios hidrográficos.

Certames

III CONGRESSO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

SUA RECENTE REALIZAÇÃO EM SÃO LOURENÇO — DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA SOLENIIDADE DE ENCERRAMENTO DO CERTAME — Promovido pela Associação Brasileira de Municípios, realizou-se na cidade sul-mineira de São Lourenço, entre 15 e 22 de maio, o III Congresso Nacional de Municípios. O certame reuniu prefeitos, vereadores, técnicos e estudiosos de assuntos relacionados com administração e economia municipais e seus problemas, fazendo-se no mesmo representar os governos da União e dos estados. O Congresso de São Lourenço destinou-se, em especial, a concretizar em medidas práticas e objetivas as sugestões e reivindicações formuladas nas reuniões anteriores de Petrópolis e São Vicente. Cerca de 200 teses versando problemas municipais, foram apresentadas e discutidas em comissões técnicas e no plenário, resultando do exame das mesmas resoluções e recomendações aos poderes públicos do mais elevado alcance. Além das sessões ordinárias e dos trabalhos das comissões constou do programa do Congresso uma parte de conferências, a que deram colaboração, entre outros, o general Juarez Trávorá, o ex-ministro da Agricultura, Sr. Daniel de Carvalho e o Prof. Pedro Calmon, magnífico reitor da Universidade do Brasil.

Os trabalhos do Congresso foram presididos pelo prefeito Emílio Povoá, de São Lourenço. A solenidade de instalação contou com a presença dos governadores Juscelino Kubitschek, de Minas, Arnon de Melo, de Alagoas, e Munhoz da Rocha, do Paraná, bem como de representantes de todos os titulares de pastas ministeriais.

Discursando na ocasião, exaltou o chefe do executivo mineiro a iniciativa dos Congressos Municipalistas promovidos pela A.B.M., e focalizou os problemas de Minas, onde disse estar sendo executado um programa de amplo e profundo sentido municipalista.

O Congresso foi encerrado pelo presidente da República, que na ocasião pronunciou o discurso, cuja íntegra é a seguinte:

DISCURSO DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA — "Senhores congressistas. Quando se encerram os vossos fecundos trabalhos, quero congratular-me convosco pelo êxito sempre crescente do novo movimento municipalista que já empolga todo o país, oferecendo ainda agora, neste vitorioso Congresso, o expressivo testemunho da sua esplêndida vitalidade. Aqui veio florescer e frutificar em debates entusiasmáticos e em proposições de sentido construtivo, a boa semente lançada nas vossas reuniões anteriores. As palavras de confiança e de estímulo, que vos dirigi em São Vicente, posso hoje renová-las com a serena certeza de que muitas e importantes iniciativas do governo bem comprovam a atenção por mim devotada aos problemas essenciais das comunidades brasileiras cujos interesses básicos representais.

Entre as realizações do governo federal, em benefício dos municípios do interior, destaca-se o programa de financiamento aos serviços locais de abastecimento de água, que tive ocasião de anunciar no Congresso de São Vicente.

Mais de trezentas prefeituras e câmaras municipais já se dirigiram, de outubro de 1952, até agora, ao governo federal para obter as

facilidades previstas naquele plano. Destas a grande maioria não dispunha sequer de projetos de engenharia, tecnicamente preparados, o que tornou necessário mobilizar um órgão da União, o Serviço Especial de Saúde Pública, para elaborar ou contratar a elaboração de 46 novos projetos, ao mesmo tempo que eram enviados às prefeituras, para que fossem revistos e completados. 51 anteprojetos, que não estavam em condições de servir de base aos empréstimos solicitados.

Mais de 100 projetos, inclusive os que integram os dois grandes planos estaduais de assistência municipal do Rio Grande do Sul e do estado do Rio de Janeiro, já foram aprovados pelo S.E.S.P. e estão sendo executados, com exceção de algumas solicitações que, embora já deferidas, se acham em via de obter o financiamento das Caixas Econômicas Federais dos respectivos estados.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico vem cooperando decisivamente para o sucesso dos esquemas de financiamento, apesar de até agora, não terem sido entregues os recursos extraordinários previstos para esse programa, como as contribuições voluntárias das companhias de seguros e capitalização.

Dificuldades sérias têm retardado a execução do plano de financiamento.

Releva notar, sobretudo a falta de capacidade técnica dos pequenos municípios para elaborar os projetos dos serviços de água e o número reduzido de departamentos estaduais e firmas especializadas em engenharia sanitária devidamente capacitadas para a tarefa de preparo desses esquemas. Por outro lado, em muitos casos, a intolância política e a incompreensão de membros das câmaras municipais tornaram impossível aos prefeitos de várias cidades fazer votar as leis que os autorizam a negociar e obter os empréstimos para a realização dos serviços de abastecimento de água.

Para superar esses dois obstáculos fundamentais, tudo tem feito o governo federal. Em primeiro lugar, foram incluídos nos orçamentos federais verbas vultosas para permitir que o S.E.S.P. e as entidades estaduais e partilhadas pudessem atacar vigorosamente a elaboração de centenas de projetos de serviços que são necessários para levar a todos os rincões do Brasil o benefício inestimável que é o suprimento de água. O número de contratos realizados pelo governo federal aumenta cada dia. Não contente com isso, o governo tem tomado a iniciativa de estimular e provocar os pedidos daqueles municípios onde se torna mais premente a necessidade de auxílio, isto é, os enumerados nas listas de prioridade da Comissão Especial que elaborou o plano de financiamento. Espero que dentro em breve sejam atendidas as solicitações de todas as prefeituras que precisem de assistência técnica para tornar possível a obtenção de ulterior financiamento.

Quanto às dificuldades de natureza política, quero aproveitar esse congresso, onde estão reunidos prefeitos e vereadores de todo o Brasil, para fazer um apelo ao seu espírito e aos seus sentimentos de patriotismo. Urge que as divergências de caráter partidário, oriundas muitas vezes de interesses pessoais ou locais de natureza secundária, não continuem a impedir que as suas comunas obtenham os benefícios assegurados pelo plano de financiamento encetado pelo governo.

Este programa é um testemunho vivo dos esforços do governo, no sentido do fortalecimento das atividades locais do estímulo ao

desenvolvimento dos pequenos núcleos do interior e do combate ao êxodo rural.

A campanha municipalista que vem desfaldando há vários anos a bandeira da redefinição dos níveis de administração local, tem despertado no país a consciência da necessidade de uma reforma substancial nos critérios atuais de distribuição de rendas e discriminação das responsabilidades administrativas. Na verdade, não se fez até hoje um estudo profundo a respeito do problema. Não foram estabelecidos ainda os critérios para a distribuição adequada entre a União, os Estados e os Municípios de suas responsabilidades particulares pela prestação de serviços públicos.

É do conhecimento geral que a melhor organização dos serviços federais e estaduais a sua capacidade para pagar melhores salários e para mobilizar técnicos, tem produzido uma concentração exagerada de atribuições e serviços do nível federal e estadual. Nota-se entretanto um sadio movimento de redistribuição de serviços através do sistema de acordos entre a União e os estados e entre este e os municípios mediante o qual se vai descentralizando a execução dos serviços que afetam mais diretamente o bem-estar individual e a economia das populações.

Essa descentralização por meio de acordos e de delegação de competência não é entretanto a fórmula salvadora para remediar os males decorrentes do enfraquecimento financeiro das comunidades do interior. Também não podem ser solucionados os problemas locais através da pulverização anual de dotações orçamentárias em auxílios diminutos, atendendo a interesses imediatos, para serviços muitas vezes inexistentes. Pelo contrário, tal distribuição de favores orçamentários só serve para estimular a ineficiência e o desperdício.

Procurando atender aos interesses fundamentais dos municípios, o Poder Executivo Federal vem resistindo aos vícios deste sistema. De um lado, procura concentrar em grandes planos regionais, a longo termo como o plano de valorização da Amazônia, os recursos orçamentários, submetendo-os a uma programação sadia e assegurando a continuidade dos empreendimentos. De outro lado, estabelece esquemas de financiamento acessíveis a todos os municípios, independentemente de considerações político-partidárias, mediante os quais podem ser obtidos de uma só vez e com as garantias das próprias receitas municipais, os recursos necessários para a execução rápida de grandes obras, inexequíveis com os limitados auxílios orçamentários anuais.

Ilustram essa orientação do governo as medidas tomadas para permitir o financiamento de casas populares através de entidades locais o recente regulamento da lei 2134, que disciplina o financiamento dos municípios, as disposições do projeto de lei sobre o Fundo de Eletrificação, a extensão às prefeituras da facilidade do sistema de revenda de tratores pelo Ministério da Agricultura e o estatuto do Banco do Nordeste, que prevê também o financiamento de serviços básicos dos municípios e a participação das Associações Brasileiras de Municípios no seu Conselho Consultivo.

O Decreto n.º 33 427, de 30 de julho do ano passado, autorizou as instituições de previdência social e a Fundação da Casa Popular a conceder financiamento e assistência técnica aos municípios para a construção de habitações populares. Essa cooperação se processa de preferência, através de entidades dotadas de personalidade jurídica e patrimônio próprio capaz de negociar os empréstimos e fornecer as garantias reais exigidas por esse tipo de operações. Devo registrar com satis-

fação o aparecimento, em vários pontos do país, sob o estímulo dessas disposições regulamentares, de autarquias e sociedades de economia mista de âmbito municipal dedicadas à solução do problema da casa popular com a cooperação dos órgãos de previdência social e do Governo Federal.

Em cumprimento a dispositivo constitucional, o Governo apresentou ao Congresso Nacional projetos de lei estabelecendo o imposto único sobre energia elétrica e regulamentando a distribuição das quotas que devem caber à União, aos Estados e aos Municípios. O problema de suprimento de eletricidade é fundamentalmente federal e estadual. Entretanto, quando se tratar da distribuição da energia, são os municípios os mais diretamente interessados, e por esse motivo o projeto do Governo lhes reserva 10% da arrecadação total do Fundo de Eletrificação. Isto significa que lhes serão reservados, em conjunto, no próximo decênio, cerca de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros da quota do imposto único sobre energia elétrica. É indispensável que as Prefeituras Municipais estejam preparadas para utilizar esses recursos e colaborar eficientemente no reequipamento e modernização dos sistemas de distribuição, a fim de tornar acessível aos consumidores a energia fornecida pelas grandes centrais elétricas.

A execução do Plano de Eletrificação do Governo Federal exigirá por outro lado, a cooperação dos serviços locais em sistema de maior vulto, o que torna imprescindível o agrupamento de vários municípios em torno de entidades capazes de administrar os conjuntos regionais e de articulá-los com as grandes centrais elétricas.

Por outro lado, o Governo Federal vem prestando a mais decisiva assistência técnica e material às iniciativas municipais de fomento à agricultura. Numerosos postos de fomento agrícola e de defesa animal foram instalados, nos últimos anos, em vários municípios do interior do país, apolando e ampliando as atividades das próprias administrações municipais. O sistema de revenda de tratores agrícolas, inicialmente restrito aos agricultores individuais foi ampliado às Prefeituras que promovem o fomento à agricultura. No empréstimo de 18 milhões de dólares obtido nos Estados Unidos através do Banco de Importação, para a compra de motores, está também prevista a possibilidade de revenda a entidades públicas estaduais e municipais.

A expansão das facilidades de crédito para os agricultores do interior não foi realizada apenas através da simplificação e ampliação das operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. No caso especial do Polígono das Secas, onde uma política mais vigorosa de crédito se faz necessária foi criado o Banco do Nordeste, que já se encontra em funcionamento e cujas operações abrangem também o financiamento de serviços públicos municipais de rentabilidade comprovada e essenciais para o bem-estar das populações locais.

Pela primeira vez no Brasil a representação especial dos interesses dos municípios congregados na Associação Brasileira de Municípios, teve reconhecimento expresso no Estatuto do Banco do Nordeste, com a inclusão de um seu representante entre os membros do Conselho Consultivo do Banco.

Além de prestigiar o movimento associativo dos municipalistas brasileiros, o Governo acompanha com o maior interesse as atividades do Instituto de Administração Municipal, entidade que se destina a dar assistência técnica aos municípios e a colaborar com as autoridades na solução dos problemas municipais. Foi com satisfação que assinei em dezembro

passado, o decreto dando ao Instituto foros de órgãos de utilidade pública e capacitando-o legalmente para receber subvenção governamental e para o pleno desempenho de suas finalidades.

Com o fim de promover o saneamento do mercado de títulos públicos da União dos Estados e dos Municípios, enviou ao Congresso, em fins de 1952, o projeto de lei que consolida todas as dívidas municipais e estaduais e estabelece um sistema de resgate dos títulos emitidos à conta de recursos especiais da União. Esse projeto, que se encontra na Câmara dos Deputados há alguns meses, assegurará o saneamento financeiro geral e estabelecerá bases sólidas e normas permanentes dentro das quais se poderá desenvolver, sem atropelos nem dificuldades, o crédito público das comunidades locais. Foram também iniciados os trabalhos de elaboração do projeto de Crédito Tributário Nacional e da Lei Orgânica do Crédito Público, instrumentos que completarão a estrutura jurídica que deve disciplinar as atividades financeiras da União, dos Estados e dos Municípios.

São conhecidos de todos os presentes, e por isso talvez dispensem uma referência especial, os cuidados que tem tido o meu governo em efetuar o pagamento pontual das quotas de imposto de renda, inclusive das que encontrei em grande atraso, ao iniciar o meu mandato, em janeiro de 1951. O total correspondente às quotas pagas entre 1951 e 1954 sobe a mais de um bilhão e meio de cruzeiros. Se menciono esse fato nesta hora é para salientar, mais uma vez, a necessidade de uma aplicação criteriosa e segura desses vultosos recursos adicionais em obras de interesse permanente para o desenvolvimento econômico dos municípios.

Tudo o que fez o meu governo até em prol dos municípios brasileiros se enquadra em uma das diretrizes mais constantes da minha vida pública: a valorização do interior do país. Essa política norteada para a solução dos problemas da produção e da vida rural atinge hoje a sua expressão culminante com o decreto que regulamenta a aplicação dos recursos obtidos nos leilões de divisas realizados de acordo com a lei n.º 3145, de 29 de dezembro de 1953, base da nova política cambial do Governo.

A partir de agora o produto dos leilões de divisas passará a constituir o "Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional", lançado em conta especial do Banco do Brasil e destinado ao financiamento das atividades rurais, em escala que excede de muito a tudo o que já se fez no Brasil em benefício da produção agrícola e pecuária. O vultoso extraordinário desses recursos é evidenciado pelo fato de que esse programa terá início com a aplicação de quase dez bilhões de sobretaxas já apurados. Para a eficiente distribuição de tais disponibilidades será estendida a rede de agências do Banco do Brasil e aproveitadas as dos demais estabelecimentos bancários considerados em condições de difundir o financiamento agro-pastoril estabelecendo-se também facilidades para a criação de bancos regionais e municipais de crédito rural, tudo de molde a dar ao crédito formação acessível, direta, local e pessoal para assegurar plena concretização dos seus objetivos. Assim o crédito irá procurar o homem do campo, que não terá de vencer distâncias e dificuldades para sua obtenção.

Prevê o decreto a criação do Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, que terá a seu cargo um conjunto das atribuições visando à formulação da política

econômica do crédito rural, e promovendo, através das "Missões Rurais" e da "Casa Rural", assistência educativa e social às populações camponesas.

Eis aí, em linhas gerais, a substância desse ato que constitui decisivo passo para a emancipação da nossa economia rural.

Há, nesta obra, que ora se inicia, um sentido de reparação histórica: voltam a convergir para as fontes da produção, base da riqueza nacional os recursos delas provenientes e que a elas, em verdade, pertencem. Estimulando-as e protegendo-as é que poderemos assegurar a prosperidade do país e garantir o bem-estar do povo. Uma nação só é forte quando produz mais do que consome e quando obtém no trato de suas próprias terras fartos elementos de subsistência.

Senhores Congressistas:

Muito contribuiu para o êxito desta reunião o apoio integral do governador Juscelino Kubitschek, que vos trouxe o prestígio da sua presença e a contribuição do seu descortino e da sua experiência de homem público. Os esforços que vem dependendo no sentido de assegurar a valorização do interior de Minas Gerais e a prosperidade de suas comunas merecem o louvor do meu governo e todo o apreço dos que, como vós, se devotam à causa do municipalismo.

No vosso trabalho harmonioso, na conjugação fraterna dos vossos esforços construtivos, na obra em que vos empenhais para servir a todo o Brasil quando servis aos municípios que constituem o sistema nuclear da nacionalidade vejo reafirmada a consciência desta gloriosa Pátria nossa, tão vasta, mas tão coesa, múltipla em seus aspectos, porém sempre fiel à destinação histórica da sua unidade. Em cada uma das comunidades que representais está o Brasil em seu todo, na sua alma que é sempre a mesma, seu anseio de redenção econômica e de bem-estar social seu admirável povo que não esmorece em face das dificuldades e antes se afervora na certeza de que havemos de conquistar o alto e esplêndido destino que o futuro nos promete".

★

XI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

SUA REALIZAÇÃO EM PORTO ALEGRE — DELEGAÇÕES PRESENTES — DISCURSO PROFERIDO NA SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO — MESAS-REDONDAS E CONFERÊNCIAS — TESIS DEBATIDAS — EXPOSIÇÃO GEOGRÁFICO-CARTOGRÁFICA — HOMENAGEM AOS CONGRESSISTAS — OUTRAS NOTAS — Realizou-se de 5 a 14 de maio do corrente ano, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, o XI Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela Sociedade Brasileira de Geografia, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Geografia.

Participaram desse certame geógrafos, professores de Geografia, técnicos, de todas as partes do país e estudantes dos cursos de Geografia das faculdades de Filosofia. Numerosas delegações de instituições científicas e culturais, compareceram, entre as quais as seguintes: Cel. Edmundo Gastão da Cunha representante do Instituto Pan-Americano de Geografia e História; Ten.-Cel. Carl B. Tanhagen, representante do Inter-American Geodetic Survey; Dr. Canabarro Reichardt e Comte. Oliveira Belo, representantes da Sociedade Brasileira de Geografia; Cel. Jacinto Moreira Lobato — representante do Serviço Geográfico do Exército; Generais Danton Teixeira e Rinaldo Câmara — representantes do Instituto de Geo-

grafia e História Militar; Nazareno Pires — representante do Serviço Florestal; Eng. Eralomão Serebrenik — representante da Comissão do Vale do São Francisco; Dr. Romeu Beltrão — representante do Instituto Histórico e Geográfico do Pará — representante do Instituto Histórico de Minas Gerais; Prof. Carlos Stellfeld — representante do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Paraná; Dr. Luis de Sousa (secretário) — representante do Diretório Regional do Estado do Rio de Janeiro; Prof. Alisson Pereira Guimarães — representante do Departamento Geográfico de Minas Gerais; major Rui Nogueira — representante do Estado Maior do Exército; — representante da Comissão da Faixa de Fronteiras do Conselho de Segurança Nacional; Prof. Antônio Arena — representante do Centro de Recursos Naturais; Dr. Oliveira Júnior — representante do Serviço de Proteção aos Índios.

O Conselho Nacional de Geografia, patrocinador do Congresso, tendo à frente o seu secretário-geral, enviou a seguinte delegação: Dr. Alirio Huguene de Matos; Dr. William Alfredo Mala; Prof. Jorge Zarur, Eng. José Carlos Pedro Grande; Prof. Alfredo José Pôrto Domingues; Dra. Maria Conceição Vicente de Carvalho; Prof.ª Dora Amarante Romariz; Prof. Edgar Kuhlmann; Dra. Cecília Cerqueira Leite Zarur; Prof.ª Lísia Maria Cavalcanti Bernardes; Prof.ª Eloisa de Carvalho; D. Olga Buarque de Lima; Prof.ª Magnólia de Lima; Prof.ª Elza Coelho de Sousa Keller; Prof. Antônio Teixeira Guerra; Prof. Nei Strauch; Prof.ª Lourdes Manhães de Matos Strauch; Prof.ª Inês Amélia Leal Teixeira Guerra; Prof.ª Eva Meneses Magalhães; D. Maria Pôrto Samicó; Sr. Rui Andrade Albuquerque; Sr. Luciano Meyer; Sr. Tibor Jablonsky; Prof. Antônio José de Matos Musso.

A solenidade de instalação foi realizada, às 20,30 horas de 5 de maio, no Teatro São Pedro, a qual contou com a presença de altas autoridades civis e militares, do presidente da Assembléia Legislativa, dos comandantes da Zona Militar do Sul e da 3.ª Região Militar.

A sessão foi aberta pelo desembargador Florêncio de Abreu, sendo os trabalhos após transmitidos ao governador do estado, general Ernesto Dorneles.

No final desta nota acham-se estampados o discurso inaugural proferido pelo desembargador Florêncio de Abreu, a saudação que o Dr. Cláudio Osório Pereira, presidente da Comissão Organizadora Local do certame, dirigiu aos congressistas, e o agradecimento de que se incumbiu o almirante Jorge Dodsworth Martins, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, e no qual enalteceu, sob unânime aclamação da assistência, a figura do general Cândido Mariano da Silva Rondon, cujo 80.º aniversário natalício transcorrerá na véspera.

Ao encerrar a solenidade, o governador Ernesto Dorneles pronunciou a seguinte oração: "A extensão do território brasileiro, as dificuldades opostas à colonização do "hinterland", bem como a necessidade com que nos deparamos, de tornar cada dia mais produtivas as regiões afastadas da costa, eis alguns dos fatores que mais colaboram para dar atualidade e interesse aos problemas da Geografia, entre nós.

Condições especiais, próprias de um país novo impuseram aos primeiros exploradores e geógrafos do passado a doação de processos empíricos, frutos muita vez de intuição premonitória, os quais não deixaram, ainda assim, de produzir os mais benéficos resultados, abrindo caminhos à civilização e à cultura.

Nos dias de hoje, quando os métodos empregados respondem de fato aos reclamos da ciência, quando no trato da Geografia e das

pesquisas de campo intervêm recursos jamais sonhados pelos grandes pioneiros de outrora, a atividade do geógrafo, apoiada em ciências auxiliares que lograram amplo desenvolvimento, assume uma feição nitidamente renovadora. Com a proscrição dos velhos métodos de pesquisa, valorizou-se em consequência o próprio ensino da matéria nos currículos oficiais e particulares, de tal sorte que a Geografia é hoje uma especialização abrangente, a que se dedicam poderosas inteligências e grandes culturas, no afã nobilíssimo de desvendarem os arcanos da terra e da natureza à posse do homem, à sua fixação ao solo e à sua felicidade coletiva.

Eis porque o vosso porfiado labor, senhores congressistas, no campo de sedutora especialidade, tem logrado a maior ressonância no país interessando o administrador, a cátedra, a economia, a política — numa palavra — a própria sobrevivência do Brasil como potência que se deve conhecer fisicamente para melhor se conhecer espiritualmente.

A escolha de Pôrto Alegre para sede do XI Congresso Nacional de Geografia representa uma honra para o Rio Grande do Sul, cujo território conquistamos palmo a palmo pela ousadia e bravura do bandeirante, do lagunense e do açorianos, retrata, exatamente, os grandes problemas que a ação política defrontou quando da fixação ao solo de nossos antepassados.

É com satisfação e júbilo que o Rio Grande do Sul vê acorrerem à nossa metrópole altos expoentes e estudiosos da ciência geográfica, aos quais desejo, em nome do governo e do povo gaúcho, feliz permanência em nossa terra, ao mesmo tempo que formulo votos pelo mais completo êxito deste certame científico.

Na pessoa do nobre presidente deste Congresso, o eminente desembargador Florêncio de Abreu, saúdo os ilustres senhores congressistas, ao mesmo tempo que lhes tributo a antecipada gratidão do Rio Grande por mais esse esplêndido serviço que, em Pôrto Alegre, prestam a todas as regiões do Brasil. Está encerrada a sessão."

☆

MESA DIRETORA DO CONGRESSO — A mesa diretora do Congresso teve a seguinte constituição: — Desembargador Florêncio de Abreu (presidente); engenheiro Cláudio Osório Pereira (1.º vice-presidente); Dr. Moisés Velinho (2.º vice-presidente); Ten.-Cel. Decalécio De Paranhos Antunes (secretário-geral); Prof. Amadeu Oliveira Freitas (1.º secretário); e Prof.ª Maria Bina Machado (2.º secretário).

Sob aplausos foram proclamados presidentes de honra do certame o presidente Getúlio Vargas, o governador Ernesto Dorneles, o almirante Jorge Dodsworth Martins e o prefeito de Pôrto Alegre, Dr. Ildo Meneghetti.

Foram também aclamados membros beneméritos do congresso o general Rondon, os Profs. Delgado de Carvalho, Afonso Guerreiro Lima, Aroldo de Azevedo e Lindolfo Xavier.

☆

MESAS-REDONDAS E CONFERÊNCIAS — Em mesa-redonda foram discutidos importantes assuntos, a saber: "A Geografia e os problemas dos transportes e comunicações"; "A Geografia e o problema da energia no Brasil" e "Conservação dos recursos naturais".

Muito apreciadas foram as conferências realizadas durante o certame, dada a relevância dos problemas nelas ventilados e a autenticidade dos conferencistas.

Uma delas foi proferida pelo Prof. Deigado de Carvalho que discorreu sobre "Geografia Política e Geopolítica".

Em outra, a cargo do Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, criador de Goiânia, ex-governador de Goiás e membro da Comissão Incumbida da localização da nova capital da República, se estudaram os problemas para escolha da nova capital brasileira.

Ao Prof. Aziz Ab'Saber, da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae" de São Paulo, coube proferir uma palestra de cunho didático acerca dos aspectos geográficos de Porto Alegre.

Finalmente o almirante Jorge Dodsworth Martins focalizou para os congressistas o interessante tema: "O destino do planeta Terra".

As demais Comissões Técnicas foram integradas pelos mais eminentes geógrafos do país, de acordo com as especializações constantes do temário e ainda na conformidade das teses apresentadas.

As sessões do temário foram em número de doze, a saber: 1. Geografia Histórica e História da Geografia; 2. Geografia Matemática; 3. Geografia Física; 4. Biogeografia; 5. Geografia Humana; 6. Geografia Econômica; 7. Geografia Política; 8. Geografia Regional; 9. Didática da Geografia; 10. Metodologia da Pesquisa Geográfica; 11. Nomenclatura Geográfica; 12. Demografia e Colonização.

☆

TESES APRESENTADAS — Publica-se abaixo a relação das teses debatidas no certame, acompanhadas do nome dos respectivos autores: 1 — "Anomalias Climáticas" — Vicente Cardoso; 2 — "Movimento Emigratório do Norte para o Sul do País" — Cel. Luís Tenório de Brito; 3 — "O Gaúcho" — Prof. A. Tenório D'Albuquerque; 4 — "Gauchismo" — do mesmo autor; 5 — "A Influência dos Altíplanos Campestres na Formação do Brasil" — Prof. Amadeu de Oliveira Freitas; 6 — "Os Charruas e Minuanos eram Quichuas?" — Ten.-Cel. De Paranhos Antunes; 7 — "A Colonização do Rio Grande do Sul" — Maria Sousa Doca; 8 — "População do Rio Grande do Sul" — Dr. Dante Laytano; 9 — "Timbau e sua Fundação Industrial" — Prof. Renato Stempniewski; 10 — "Geografia da Região Metalúrgica do Estado de Minas Gerais" — Prof. Alisson Pereira Guimarães; 11 — "Município de Pedro II (Plauí)" — Dr. Luís Antônio de Sousa; 12 — "Mutações Econômicas do Médio Paraíba do Sul" — Dr. Luís Palmier; 13 — "Movimento de Recuperação Econômica da Baixada Fluminense" — Dr. Luís de Sousa; 14 — "Formação de Lateritas na Baía do Alto Purus" — Prof. Antônio Teixeira Guerra; 15 — "Influência das Fatalidades Geográficas no Panorama Mundial, Continental e Brasileiro Atual" — Cel. João Batista Peixoto; 16 — "Panorama Climático do Brasil Central" — Dr. Salomão Serebrenick; 17 — "Analogias e Contrastes da Produção Brasileira" — Benedito José de Sousa; 18 — "A Geocinética contra a Geopolítica" — Des. Carlos Xavier Fais Barreto; 19 — "O Rio Grande do Sul na Cartografia" — Ministério das Relações Exteriores; 20 — "Documentos Históricos-Geográficos referentes aos Pródromos da Criação da Província do Paraná" — William Alfredo Maia; 21 — "Os Velhos Caminhos do Nordeste" — Luís Câmara Cascudo; 22 — "Fronteiras Sulinas pelos Tratados de 1750-1777" — Eng.º Virgílio Corrêa Filho; 23 — "A Geografia Através do Folclore" — Prof. Carlos José Costa Pereira; 24 — "As Cidades Acreanas" — Dr. José Moreira Brandão Castelo; 25 — "Os Dols Rio Grande" — do mesmo autor; 26 — Geografia das Fatali-

dades" — Prof. Lindolfo Xavier; 27 — "Introdução ao Estudo e Redivisão Política do Brasil" — Prof. Ilizio Vital de Queirós; 28 — "Nota Geográfica sobre a Cidade de Itaboraí e suas Áreas Vizinhas" — Pedro Pinchas Geiger; 29 — "Um Plano de Reformas Quinquenais para o Brasil" — Prof. Alvaro Bomilcar da Cunha; 30 — A Povoação do Rio Grande do Sul. Os Penzins, os Del Carmem e os Peruchins, no Campo do Bagre" — Raul Tassinari; 31 — "A Solução dos Problemas do Homem e da Pátria" — Prof. Amadeu de Oliveira Freitas; 32 — "Elementos para um Esboço Geo-Humano do Brasil" — Prof. Amadeu de Oliveira Freitas; 33 — "Defesa Biogeográfica da Fronteira Oeste" — do mesmo autor; 34 — "Produção e Cultura do Arroz no Sul do Brasil" — Lúcia Maria Cavalcanti Bernardes; 35 — "Aspectos da Geografia do Açúcar do Brasil" — Prof. Mário Lacerda de Melo; 36 — "A Paisagem Física do Cabo de Santo Agostinho" — Milton Sette; 37 — "Conceito de Civilização" — Maria Sousa Doca; 38 — "Base Edáfica da Pecuaría Riograndense" — Arnaldo Bruzel; 39 — "Açúcar" — Maria Sousa Doca"; 40 — "O Gaúcho na Comissão Rondon" — Antônio dos Santos Oliveira Júnior; 41 — "Memória Geográfica sobre o Rio Grande do Sul" — Manuel da Cunha Galvão; 42 — "Problemas Urbanos" — Germano Peterson; 43 — "Divisão Climática do Estado" — Abraão Hausman; 44 — "Notas sobre a Geografia do Nordeste Rio-Grandense"; 45 — "Divisão Regional do Rio Grande do Sul" — do mesmo autor; 46 — "Ubatuba, Estudo de Geografia Urbana" — Prof. Milton Santos; 47 — "Aspectos Geográficos do Município de Tôres" — Ascânio Frediani; 48 — "Contribuição ao Estudo do Habitat Rural Catarinense" — Dr. Vitor A. Peluso Júnior.

☆

EXPOSIÇÃO GEOGRÁFICO-CARTOGRÁFICA — No decorrer do Congresso, funcionou uma exposição de trabalhos geográficos e cartográficos, que reuniu grande cópia de material didático, enviado por inúmeras instituições, sem contar a contribuição do Conselho Nacional de Geografia.

☆

HOMENAGEM AOS CONGRESSISTAS — O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul homenageou os congressistas, em reunião realizada com esse fim. Saudou-os em nome daquele sodalício o desembargador Lourenço Mário Prunes, que em sua oração se referiu elogiosamente à personalidade do desembargador Florêncio de Abreu. Coube ao Eng.º Lauro Sampaio, da Bahia, agradecer a homenagem.

☆

OUTRAS NOTAS — SUGERIDA A CRIAÇÃO DE UM DEPARTAMENTO GEOGRÁFICO NO RIO GRANDE DO SUL — Merece registro a proposta do Prof. Aroldo de Azevedo, aprovada em plenário, no sentido de ser sugerida ao governo do Rio Grande do Sul a criação nesse estado de um departamento de Geografia.

EXCURSÃO AS MINAS DE SÃO JERÔNIMO E CAXIAS DO SUL — Duas excursões de estudo foram promovidas, uma a São Jerônimo para observação dos trabalhos de mineração que ali se desenvolvem, e outra à cidade de Caxias do Sul.

SEDE DO PRÓXIMO CONGRESSO — Por sugestão do Cel. Francisco Bandeira Coelho, chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de

Limites (1.ª Divisão) foi escolhida a cidade de Belém, capital do estado do Pará, para sede do XII Congresso Brasileiro de Geografia.

★

DISCURSO INAUGURAL DO DESEMBARGADOR FLORENCIO DE ABREU — “Em meu discurso de posse na conspícuca Sociedade Brasileira de Geografia, referi-me às três grandes instituições culturais de âmbito nacional, que vêm resistindo galhardamente às vicissitudes do tempo. “Sucumbe o Império, — observei — mudam os regimes, soçobram as instituições políticas, passam de velhos a novos o Estado e a República, e as três grandes instituições, prosseguem na sua trajetória ascendente e luminosa, porque o ideal que as anima e impulsiona, pairando acima daquelas contingências temporais, está intimamente vinculado às forças eternas que através da ciência e da cultura presidem à evolução humana no sentido da civilização e do progresso dos povos”. São essas três instituições, duas das quais seculares, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, ao tempo da Regência portanto, o Instituto dos Advogados Brasileiros, que data de 1843, e a quase secular Sociedade Brasileira de Geografia, nascida em 1883, — todos com serviços notáveis à ciência e à nacionalidade.

Entre os assinaláveis serviços prestados pela Sociedade Brasileira de Geografia, conta-se a feliz iniciativa da realização dos congressos brasileiros de Geografia, — o primeiro realizado em 1909 no Rio de Janeiro, por sugestão do saudoso José Boiteux, espírito admirável de lutador intelectual. Seguiram-se o de 1910 em São Paulo, o de 1911 em Curitiba, o de 1915, o de 1916, em Salvador, o de 1919 em Belo Horizonte, o de 1922 na capital da Paraíba, o de 1926 em Vitória, o de 1943 em Florianópolis, e o de 1944 no Rio de Janeiro, por impossibilidade da sua realização em Belém — presididos respectivamente pelo venerando marqués de Paranaguá, primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, pelo Dr. Domingos Jaguaribe, pelo Dr. Jaime Dormund dos Reis, pelo Prof. Pedro César Uchoa Cavalcanti, pelo grande geógrafo Teodoro Sampaio, pelo general Taumaturgo de Azevedo, pelo historiador Diogo de Vasconcelos, pelo grande brasileiro general Rondon, pelo ilustre ministro Bernardino José de Sousa e pelo eminente embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpetuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Foram dez congressos memoráveis, reunidos (na exata observação de Bernardino de Sousa) por motivos não só científicos, não só de ordem prática, mas também por imperativos de afeição eminentemente patriótica. Nessas reuniões tomam contacto pessoal os estudiosos da Geografia no Brasil, há troca de idéias e confronto de trabalhos, para orientação de pesquisas e sistematização de resultados; há divulgação de estudos e conhecimentos geográficos; há impulso criador; há seleção de diretrizes do ensino geográfico, de seus métodos, de sua finalidade; há — como já foi dito —, em virtude do entendimento direto e cordial conagração de elementos culturais do país — uma conjunção de forças morais, que enrijam e aperfeiçoam as próprias bases da nacionalidade”.

Por indicação da Sociedade Brasileira de Geografia, instala-se hoje o XI nesta magnífica, acolhedora e culta cidade de Porto Alegre, onde florescem duas grandes universidades, com um corpo ilustre de professores que honraria qualquer centro universitário do continente, uma Escola de Belas Artes de justo renome, uma imprensa de gloriosas tradições,

comparável à das maiores capitais do país, uma Academia de Letras, cujos patronos firmaram o alto conceito de que desfruta a primorosa cultura literária sul-riograndense, e onde figuram talentos de escol, e esse Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, de brilhante projeção, já com grandes serviços prestados à ciência e à cultura e que em feliz hora ajudei a fundar.

Primitivo “Porto do Viamão”, mais tarde “Porto dos Casais”, a arguta visão do inolvidável governador José Marcelino de Figueiredo, contrariando, até à violência, o estreito bairrismo dos vereadores da vila de Viamão, elevou-o a hierarquia de capital, mercê de sua singular posição geográfica à margem do amplo e belo estuário do Guaíba, recebendo então a categoria canônica de freguesia, com a sua atual denominação de “Porto Alegre” — toponímico esse em verdade feliz, perfeito, insubstituível, atenta a contagiante alegria e a radiosa jovialidade, sempre sorridente, de sua paisagem natural. Ao contrário da zona tropical “com sítios majestosos e desertos monótonos”, dizia Saint-Hilaire que aqui a natureza lembra o sul da Europa” e tudo quanto ela tem de mais encantador” — clima e paisagem. Não existem realmente aquelas montanhas elevadas, abruptas e dominadoras que deprimem o espírito, como a diminuir os homens; aqui são colinas de curvas harmoniosas, proporcionais ao homem, como na paisagem helênica, ostentando o seu matiz de um verde claro e sedativo, em contraste com o verde carregado e metálico do cenário tropical. Observava ainda Saint-Hilaire que a paisagem do lado do noroeste, — a que se volta para a zona do cal — é mais animada, ao passo que a da outra encosta, que olha para o sul, é calma, “parecendo convidar ao sonho”. É o romântico painel da enseada de Santa Teresa e da Praia Bela, da popular Praia de Belas, como a confundir a beleza da praia com a graça sedutora das porto-alegrenses que ali vão a passeio nos dias estivais.

O grande naturalista francês, com vaticínio certo, previra em 1820 o desenvolvimento que o futuro reservaria à cidade que nos acolhe neste momento: “Demorando-se sobre a margem de um lago que se estende até o mar, — escrevia ele —, podendo ao mesmo tempo comunicar-se com o interior por meio de vários rios navegáveis, cujas embocaduras ficam diante do seu porto, está Porto Alegre fadada a se tornar rica e florescente em futuro muito próximo”: São esses rios navegáveis, como sabeis, o Jacuí, o Cai, o Sinos e o Gravataí, cujas águas, convergindo para o mesmo desagudoiro, formam o estuário do Guaíba, o qual pelo estreito do Itapuá, comunica-se com esse mar interior que é a lagoa dos Patos e, através desta e do canal do Rio Grande vaza as suas águas no Atlântico. As características geográficas, que ainda fazem de Porto Alegre uma cidade regional, tenderão a desaparecer com a abertura do projetado porto de Tramandaí ou de Tôrres, que virá facilitar-lhe o imediato acesso ao domínio oceânico da circulação, tal a potência incoercível da energia humana para dominar a natureza, sob o agulhão do interesse de adaptá-la às suas necessidades vitais.

Uma cidade não é, porém, somente a sua paisagem humana na moldura de sua paisagem natural, — as praças, as ruas, as casas enfileiradas ao longo das ruas e das praças, os templos religiosos e as edificações civicas, a massa dos homens residentes e dos que nela entram temporariamente sob pressão dos mais variados interesses. Na cidade existe ainda e sobretudo alguma coisa de espiritual, o seu acervo de tradições comuns, uma certa maneira de sentir, um certo temperamento, como já foi dito alhures; alguma coisa que se

não define bem, mas se sente, e a que chamarei a alma da cidade. É esse espírito que inspira confiança a quem de Pôrto Alegre se acerca, a jovialidade sadia que se respira na sua atmosfera, essa hospitalidade espontânea, uma afetação que a toda gente cativa e enleva, e tantos outros predicados espirituais que a exornam, que dela fazem uma das mais atraentes e encantadoras cidades brasileiras. Fosse nos tempos clássicos da Grécia, diria que sobre ela velavam as divindades políadas; mas direi hoje que, certamente, sobre as coisas materiais e espirituais da urbe pôrto-alegrense se derramam as graças benfazejas de Nossa Senhora Madre de Deus, sua grande padroeira.

É Pôrto Alegre, — acrescente-se —, a capital d'êste importante estado, cujos contornos físicos reproduzem, a perfeição, em miniatura, a configuração geográfica do Brasil. O grande arco setentrional brasileiro, que, partindo da cabeceira do Moa, na vertente oriental da serra de Contamana, a oeste, passa pela nascente do Allá, sobre a vertente meridional da serra Caburá, no extremo norte, e vai terminar na ponta do Seixas, extremo leste brasileiro junto ao cabo Branco, parece-se ao arco setentrional sul-riograndense que, partindo da foz do Quarai, no extremo oeste, passa pela foz do Peperiguaçu, ao norte, e vai findar no Mampituba. A linha da costa oceânica brasileira, de pequena inclinação para oeste em direção ao extremo sul, e a linha limítrofe ocidental, de grande inclinação para oeste em busca do mesmo ponto meridional, terminando ambas na "Curva do Sul" do arroio Xuí, corresponde também à inclinação pouco sensível da costa marítima sul-riograndense e à grande obliquidade do traço ralano que, da foz do Quarai em direção oeste-sul, vai terminar necessariamente no mesmo vértice meridional brasileiro. O próprio pequeno pedúnculo sul-riograndense, que se configura entre a costa do mar e a linha limítrofe ocidental, a partir da reentrância do Jaguarão e daí, margeando a lagoa Mirim, vai findar no Xuí, coincide com o grande pedimento meridional que a carta geográfica do Brasil apresenta, a partir da inflexão da linha ocidental sobre o Iguaçu, a oeste, e da retração da costa marítima na latitude da baía de Paranaguá, a leste.

O Brasil e o Rio Grande do Sul apresentam, destarte, igualmente, a figura aproximada do músculo cardíaco; e essa coincidência das configurações do contorno geográfico, em formato de coração, está como que a decair, nessa ilustração física, a identidade de sentimentos do povo sul-riograndense, demonstrada através da sua heróica história e das suas belas tradições, com os ideais mais caros ao povo brasileiro.

Ainda há outra circunstância de caráter geográfico, referente ao Rio Grande do Sul, que, pelas analogias que sugere, merece ser realçada. Refiro-me à área de transição do território sul-riograndense, entre as terras brasileiras e as terras platenses, seja pela topografia, seja pela flora ou pela fauna. O planalto brasileiro finda em grande parte ao longo da grande depressão do Jacuí, começando daí para o sul as terras na sua maioria planas, planícies ou peneplânícies, notadamente, como sabeis, a oeste e ao sul, onde os campos pampanos apresentam características acentuadas do território platino. Na conhecida observação de Elisée Reclus, encontram-se florestas nos pontos altos das serras do Erval e dos Tapes, mas quase toda a região central e ocidental pertence à zona dos campos. Ao sul, esta zona quase totalmente despida de árvores, toma feição dos pampas: começa aí a *facies* da natureza argentina. E acrescenta o eminentemente geógrafo: "Se tivéssemos de escolher um limite natural, quanto à vegetação, entre as

duas grandes regiões, das quais uma tem por eixo o Amazonas e a outra os pampas argentinos por centro, fôra preciso tomar o rebordo das terras altas que corta diametralmente o Rio Grande do Sul, ao norte da depressão por onde correm o Ibicuí Grande e o Jacuí".

Ainda na observação de Reclus, muitas espécies de árvores e de arbustos representam neste estado a flora argentina e misturam-se com a flora brasileira: certos tipos vegetais nesta zona temperada participam da área patagônica. E direi que esse contacto físico e esse entrelaçamento das duas naturezas, platina e brasileira, dentro do território sul-riograndense, constituem, sem dúvida, um símbolo: exprime a aproximação fraterna do povo brasileiro aos povos do Prata, numa simbiose de legítimos interesses econômicos e culturais, e na sua alta aspiração de convivência inalteravelmente pacífica, entre nações irmãs. É, mais, a expressão brasileira das aspirações de perene união pan-americana, que, reverenciando a originalidade de cada uma das culturas regionais, possibilita a unidade na diversidade dos países da América. Ampliando, mesmo, esses propósitos generosos, para situá-los no ideal supremo da paz universal, repito as luminosas palavras de Max Sorre, ao realçar a inapreciável contribuição dos geógrafos na grandiosa obra da civilização: "O sentimento profundo e exaltante da unidade humana, de uma unidade moral imanente e que respeita a rica diversidade das culturas, — eis em definitivo a dádiva que a geografia humana oferece aos homens de boa vontade". Dir-se-á um quadro utópico; mas a utopia de ontem será, merce de Deus, a realidade de amanhã.

O XI Congresso Brasileiro de Geografia cumpre o grato dever de render o justo preito de sua alta homenagem ao grande estado do Rio Grande do Sul, na pessoa do seu eminente governador, o senhor general Ernesto Dorneles, bem como a esta bela cidade que ora nos acolhe com as galas de sua fidalguia e a generosidade de sua proverbial hospitalidade, na pessoa do seu ilustre prefeito, o engenheiro Ildo Meneghetti, e finalmente a venerável Sociedade Brasileira de Geografia, na pessoa do seu indefesso e brilhante presidente, o Exmo. Sr. almirante Dodsworth Martins, pelo muito que lhe deve a ciência geográfica brasileira, com a fecunda iniciativa dos congressos nacionais de geografia".

☆

DISCURSO DO ALMIRANTE JORGE DODSWORTH MARTINS — "Conhecedores da justificada fama de fidalguia, franqueza e cavalheirismo do povo rio-grandense, não foi surpresa para nós os componentes do XI Congresso Brasileiro de Geografia, agora magnificamente instalado, a acolhida fraternal que recebemos das altas autoridades do estado e dos organizadores da comissão local d'êste certame geográfico.

Convidado para agradecer, em nome dos delegados e congressistas, que, acatando de todos os cantos do nosso Brasil, atenderam ao apêlo da ilustre e esforçada comissão Organizadora Central, sob a chefia do preclaro rio-grandense e grande brasileiro desembargador Florêncio de Abreu, aqui estou, desvanecido pela honra da missão, a dizer o nosso ilimitado e sincero muito obrigado. A escolha foi perigosa, pois não sei se poderei dar-lhe o brilho que merece o honroso encargo, mas como recusá-lo, uma vez que foi a Sociedade Brasileira de Geografia, que agora tenho a honra de presidir, a promotora do Congresso, cabendo-lhe, portanto, o imperativo de expressar a gratidão de que é devedora aos geógrafos rio-grandenses, aqui reunidos.

Conhecer a terra e o povo gaúcho foi o interesse primordial de muitos dos nossos companheiros de trabalho. E com isso estão resgatando uma boa dívida de amor ao Brasil, pisando o solo dadivoso que tem enriquecido a História Pátria com os feitos de sua gente destemida, combativa e ao mesmo tempo generosa e sempre vigilante sentinela da pátria. Assim também o de estreitar laços de boa camaradagem entre homens de cultura científica, os quais precisam conhecer-se, harmonizar-se e melhor trabalhar, nas suas atividades de predileção, para proveito do nosso país.

Quando não fôssem muitas outras, as vantagens dos congressos culturais entre brasileiros vêm assegurar um mais sólido conagração entre os responsáveis pelo progresso das ciências pátrias e das empresas d'ele decorrentes.

Os homens precisam ter frequentes contactos para melhor estudarem os problemas nacionais a fim de avallarem as possibilidades das nossas riquezas que apenas estão à espera do seu trabalho e de sua coragem de realização.

A geografia é a estação primeira de qualquer empreendimento. Urge que o nosso país se adiante na estrada da civilização, para se alinhar entre os seus líderes.

Já vai longe a época das imitações, confiemos na iniciativa própria, sem desprezar a colaboração alienígena, mas sem sua tutela e sem timidez.

Procuremos as soluções dos nossos problemas primeiramente por nós mesmos, em reuniões, agrupamentos culturais, conselhos, congressos e com espírito de conciliação, respeito e boa vontade.

O Brasil não foi descoberto há 450 anos — está sendo descoberto todos os dias, tal a sua grandeza em energia, matérias primas e minerais raros.

Este congresso aqui está reunido para isso — para que os estudiosos da geografia se comuniquem, se revelem e façam valer aquelas forças de progresso.

Tomemos, para exame, os resultados dos dez congressos anteriores, e consideremos as publicações de seus anais para aquilatarmos o valor em qualidade e quantidade das teses selecionadas.

Façamos votos para que este Congresso consiga os auspiciosos resultados ansiosamente aguardados.

Neste ambiente geográfico deve-se notar a feliz coincidência na data solenizada com esta cerimônia de abertura.

É que transcorre hoje, dia 5 de maio, a passagem de mais um aniversário natalício de um dos maiores geógrafos de mundo contemporâneo. Seu nome se encontra gravado em letras de ouro, com outros poucos notáveis da geografia, em lugar de honra na sede da American Geographical Society de Nova York.

Refiro-me, com todo o respeito, a Cândido Mariano da Silva Rondon que hoje completa, vigoroso e íntegro, o seu 89.º aniversário de uma vida exemplar de soldado, de cidadão da República e de emérito pacificador das nações indígenas!

Seria desprimoroso não lembrar este fato, muito menos o deixar escapar esta oportunidade para mais uma merecida homenagem àquela figura sem par da nossa vida contemporânea.

Emocionados por esta evocação e à luz do seu destacado brilho, inauguremos os nossos trabalhos.

Não posso fugir ao lema da nossa Mari- nha onde fui criado e aqui vou repeti-lo pa-

rafraseando o eterno sinal de Barroso — O Brasil espera que os brasileiros cumpram o seu dever, como os geógrafos esperam cumprir o seu."

☆

DISCURSO DO DR. CLÁUDIO OSÓRIO FERREIRA — "Confesso-me ufano e sobremente honrado com a distinção que me conferiram os promotores deste XI Congresso Brasileiro de Geografia, para, na qualidade de presidente de sua Comissão Organizadora Regional, saudar os ilustres e cultos congressistas que com presteza de compreensão e de solidariedade, aqui acorreram de todos os rincões da pátria para emprestar conteúdo científico e objetividade prática a este magno conclave, que ora se instala sob a inspiração dos mais elevados ideais de cultura e de sadio patriotismo.

Entre vós, apóstolos da ciência, pontificam as mais douradas personalidades da cultura geográfica em nosso país, eruditos pregadores da missão de conduzir-nos à mais profunda perquirição do nosso meio físico e biológico, à penetração dos mistérios da vida que ardem no seio da terra brava, para que possamos sentir e gozar tudo o que a natureza pródigo nos oferece de recursos mobilizáveis e necessários para que marchemos no rumo de nossa predeterminação histórica do povo de glorioso porvir.

Há em todos vós uma centelha criadora, a consciência da força e os anelos de progresso herdados de nossos avoengos nas ciclópias lutas pela formação da nacionalidade. Geógrafos uns, geólogos outros, outros ainda matemáticos, biólogos, economistas ou sociólogos, todos, porém, reflexos recíprocos, pensando e vibrando no mesmo ideal, vivendo na interdependência de seus conhecimentos, sobre o mesmo solo e embalados pelos mesmos sonhos e aspirações de grandeza e prosperidade.

O destino de um país — escreveu Alberto Torres — é função de sua história e de sua geografia. O Brasil não tem história, que tal nome não merece a série cronológica dos fatos das colônias dispersas, de episódios militares e governamentais: sua história étnica, econômica e social, só começará a formar-se quando mais estreita solidariedade entre os habitantes das várias zonas lhe der a consciência de uma unidade moral, vínculo íntimo e profundo, que a unidade política está longe de realizar. É em sua geografia e no quadro da sociedade contemporânea que está a base do conhecimento de sua sorte.

É precisamente pela necessidade de estudarmos o Brasil geograficamente, em toda a plenitude do valor científico, do desenvolvimento e das possibilidades utilitárias que oferece a geografia moderna, cuja síntese, diz ser Raja Gabaglia "a expressão profunda da realidade das coisas de uma filosofia do mundo do homem", que se movem os propósitos de realização destes Congressos, e que faz para eles convergir uma plêiade de mestres e estudiosos desejosos de cooperarem na objetivação de suas finalidades.

Emergindo da profunda crise de transformações por que passou desde meados do século XIX, a geografia evoluiu nos tempos modernos, da escola "factual", de passado não muito remoto, onde se caracterizava por um conjunto de idéias e conceitos práticos, uma coleção de topônimos, de cartas imperfeitas, para, emancipada da História e ao influxo das ciências físicas e naturais, chegar ao estado de seu desenvolvimento, na atualidade representado, didaticamente, no binômio da geografia física e da geografia humana, em íntima relação.

A geografia de nossos dias, "tem por base — no dizer de Sauer — a realidade da união dos elementos físicos e culturais da paisagem".

Assim, no terreno do domínio geográfico, relativo é o interessado estudo meramente descritivo da geografia de um país. O que mais importa é conhecer sua natureza dinâmica e funcional, para aprender seus diversos caracteres físicos e humanos, no âmago de seus problemas e no conhecimento de todos os seus elementos, que possibilitem a melhor utilização dos recursos naturais e influam sobre as condições necessárias à unidade social e econômica.

Realçando a significação deste memorável conclave, que certamente chegará à apoteótica realização de suas finalidades, não poderia deixar de reverenciar as figuras inconfundíveis dos que merecem a honra de o terem promovido. Sejam neste sentido as minhas homenagens prestadas, em primeiro lugar, ao vultoso singular do homem público, de patriota de acrisolados sentimentos cívicos, de magistrado da mais alta distinção, senhor desembargador Florêncio de Abreu, cujo nome pronuncio com o respeito que infunde sua personalidade ímpar e sua destacada atuação como presidente deste conclave e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e que soma a seu largo patrimônio de serviços prestados à coletividade, a de fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, instituição cultural que enobrece nossos foros de civilização.

Presto aqui, também, minhas homenagens ao senhor almirante Jorge Dodsworth Martins, digníssimo presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, sob cuja esclarecida direção tem o egrégio sodalício mantido o ritmo de magníficas realizações em prol da cultura geográfica em nosso país, nos seus 71 anos de existência, entre as quais se destacam os congressos de geografia instituídos em 1909.

Permitam-me ainda que preste meu preito de admiração e de aplausos ao senhor tenente-coronel Deoclécio De Paranhos Antunes, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia e deste Congresso, a cuja perseverança de idealista devemos a realização no Rio Grande do Sul, pela primeira vez de um conclave desta natureza.

Destas três exponenciais figuras, de singular envergadura moral e cívica, poderia dizer, como Gustavo Le Bon, dos semeadores de idéias criadoras, que eles exprimem o ideal de sua raça e de seu tempo.

Com as saudações de simpatia e de admiração da direção do XI Congresso Brasileiro de Geografia, eu vos digo que a velha e ensolarada casa grande da Estância de São Pedro, modernizada nos requintes da civilização, vos acolhe com a tradicional fidalguia da hospitalidade de sua gente, e no aconchego de seu fogão, vos estende a cuja do amargo que de mão em mão, de lábio em lábio, vai selando a amizade através da imensidade de suas colinas.

"Nos entreveros de clavinote e lança ou nos rodeios de laço em punho a laçar e pelear a rês churca e haragana", temperarain os nossos ancestrais o vigor e a nobreza da raça rio-grandense, afelta às conquistas da força e da guerra, e servindo a paz às conquistas do bem e da justiça.

Há em cada um de vós, senhores congressistas, uma lição de sabedoria, de modestia e de fé, a fortalecer nossa confiança nos destinos de nosso país. Augurando-vos uma feliz estada entre nós, esperamos que ela sirva para estreitar as relações de amizade e intercâmbio cultural entre os filhos deste rincão brasileiro com seus irmãos de todos os quadrantes da nossa querida pátria.

Aos ilustres cientistas estrangeiros que nos visitam e nos trazem o calor de seu apoio, a contribuição de seu saber, tributo com especial deferência a segurança de nossa estima e de nossa admiração.

Aos esperanças estudantes que participam deste Congresso, eu saúdo como efebos que vêm ao campo dos torneios, com o ardor sagrado que contrabalança a experiência e com o ímpeto da fé que supre a maturidade dos anos.

E enquanto vós, senhores congressistas, tudo podeis dar de sabedoria para a glorificação deste Congresso, eu à mingua do brilho que resplandece de vossa inteligência e cultura, dar-vos-ei os fervores da minha crença e a honestidade de meu labor, juntando às vossas as minhas preces por um Brasil cada vez maior".

☆

DISCURSO-RELATÓRIO PROFERIDO PELO SECRETÁRIO-GERAL DO CERTAME TEN.-CEL. DEOCLÉCIO DE PARANHOS ANTUNES NA SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO — "Na qualidade de secretário-geral do XI Congresso Brasileiro de Geografia, cabe-me a honra de apresentar aos senhores congressistas o relatório de nossas atividades, durante estes memoráveis dias de confraternização cultural de pura brasilidade, em que geógrafos de todos os quadrantes do país marcaram encontro neste lindo rincão da pátria.

Nestes dias solares, em que a própria natureza do Rio Grande colaborou conosco, trabalhamos e ventilamos assuntos dos mais relevantes, nos vários ramos da ciência geográfica.

A tradicional hospitalidade sulina abriu as portas do seu coração aos patrios vindos de outras províncias e aqui confraternizamos todos ao redor do fogão gaúcho.

Realizamos a nossa sessão preparatória na tarde de 5 do corrente, em que foram eleitos os membros da mesa do Congresso, proclamados os presidentes de honra e os beneméritos, e nomeada pelo senhor presidente do Congresso a Comissão de Coordenação e Iniciativas. Na mesma ocasião o senhor presidente indicou os nomes dos congressistas que deveriam compor cada uma das doze Comissões Técnicas, de acordo com o tema proposto, tendo o secretário-geral, por sua vez, lido o nome das várias representações credenciadas perante o Congresso.

As 17 horas do dia 5 inauguramos a grande exposição cartográfica, no Edifício Wilson à praça Senador Florêncio, ocasião em que o secretário-geral salientou o valor da documentação exposta pelo Conselho Nacional de Geografia, Serviço Geográfico do Exército, 1.ª Divisão de Limites do Itamarati, Serviço Geográfico do Estado, Comissão Estadual de Energia Elétrica, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Livraria do Globo, etc., ficando daí em diante franqueada ao público, que não tem cessado de a visitar, até agora.

A noite no Teatro São Pedro foram instalados solenemente os nossos trabalhos, com a presença de altas autoridades, civis, militares e eclesíásticas, tendo à frente os senhores governador do estado, general Ernesto Dornelles e prefeito municipal, Dr. Ildo Menegheti. Depois de executado o hino nacional pronunciou o senhor presidente do Congresso, desembargador Florêncio de Abreu, notável conferência, — ressaltando a importância da reunião científica, que a iniciar seus trabalhos. A seguir discursaram o vice-presidente da Mesa, Dr. Cláudio Osório Pereira, saudando os congressistas, e o presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, almirante Jorge Dodsworth Martins, agradecendo as boas vindas. Ao encerrar

a sessão o senhor general Ernesto Dornelles, fez bela oração emitindo conceitos honrosos sobre o Congresso sendo muito aplaudido ao terminar.

Na manhã do dia 6, reunimos as Comissões Técnicas, às quais a Comissão de Coordenação fez a distribuição das teses recebidas, de acordo com as suas especialidades.

Desde o dia 4, inúmeras delegações e representações chegaram a Porto Alegre, destacando-se grande número de alunos dos cursos de Geografia das Faculdades de Filosofia do Rio, São Paulo e Paraná. A Secretaria do Congresso continuou seu trabalho, exaustivamente, de manhã à noite, atendendo aos senhores congressistas e fazendo inscrições de novos aderentes. O professorado de geografia dos cursos secundários desta capital e do interior acudiu em massa ao certame destacando-se numerosa delegação das cidades de Santa Maria e Alegrete.

Durante o Congresso, organizamos três mesas redondas, a primeira sobre "Recursos Naturais", a segunda sobre o "Ensino da Geografia" — e a terceira sobre "Transportes e Comunicações", dirigidas, respectivamente pelos professores Jorge Zarur, Antônio J. de Matos Musso e Walter Haltinger, todas elas com pleno êxito, tendo despertado vivo interesse entre o professorado, pelas matérias ventiladas da mais alta atualidade.

Realizamos quatro sessões plenárias nos dias 7, 8, 10 e 11 nas quais foram lidos e votados os pareceres dos relatores das Comissões Técnicas sobre as teses, apresentadas, tendo sido aprovadas 30, relacionadas 17, recusadas 3 por não serem geográficas e retiradas 3. Os debates em torno dos assuntos expostos nos trabalhos apresentados, estiveram vivos, porém cordiais e os nossos mestres de geografia puderam demonstrar, mais uma vez os seus grandes conhecimentos da matéria, tendo passado pelo Congresso um sópro de renovação científica, com verdadeiras aulas sobre geografia moderna.

Na noite de 6, realizou o Prof. Delgado de Carvalho, expoente das letras geográficas do país, a primeira conferência da série programada, versando o tema "A Geografia Política e a Geopolítica", ouvida com a maior atenção pelo numeroso e seletto auditório que superlotou o salão de honra da Faculdade Católica de Filosofia. A consagradora e demorada salva de palmas que coroou suas últimas palavras atestaram bem o entusiasmo e a satisfação de quantos o ouviram. Na noite de 7, pronunciou o almirante Jorge Dodsworth Martins sua oração sobre "O Destino do Planeta Terra", tema que abordou com leveza e segurança, demonstrando seus profundos conhecimentos de astronomia e cosmografia. Também suas derradeiras palavras foram saudadas com estrepitosa salva de palmas. Vamos agora ouvir o ilustre Eng.º Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, o dinâmico construtor de Goiânia, a cujo batismo cultural tivemos a ventura de assistir em 1942, o qual tratará do magno problema da mudança da capital do Brasil para o Planalto Central, tantas vezes falada e tantas vezes protelada, desde os primórdios da nacionalidade em que está desafiando a nossa geração para resolvê-lo, pois chegamos a um ponto que não é mais possível hesitar entre o litoral e o ponto de colagem das três grandes bacias hidrográficas do território nacional.

No decorrer dos nossos trabalhos, desde a primeira sessão plenária, inúmeras moções e indicações foram apresentadas à Assembléa, como as de saudade pelo desaparecimento de ilustres companheiros e outras ventilando assuntos geográficos, como a de autoria do pro-

fessor Aroldo de Azevedo, que pediu ao Congresso manifestasse ao senhor general governador do Estado a esperança de que fosse criado o Departamento Geográfico do Rio Grande do Sul, a exemplo do que acontece em outras unidades da Federação.

E-nos grato declarar que as Comissões Técnicas reunidas pela manhã, em várias salas desta Faculdade, estudaram com atenção as teses recebidas e elaboraram pareceres concisos e precisos, que levados a parecer, quase sempre foram aceitos.

Domingo último, dia 9, a Prefeitura Municipal houve por bem oferecer um farto churrasco aos congressistas, no "Country Club", que decorreu em ambiente de franca cordialidade, tendo usado da palavra, oferecendo-o, em nome do senhor prefeito, o Eng.º Germano Petersen Filho, agradecendo o secretário-general do Congresso. A seguir, em vários ônibus, a caravana percorreu diversos lugares pitorescos dos arredores de Porto Alegre, que foram muito apreciados por todos. Mais duas excursões faremos amanhã e depois de amanhã, às minas do Butiá e a Caxias do Sul, ambas de caráter geográfico e para as quais foram confeccionados guias explicativos. A noite de domingo, o "Centro de Tradições 35", ofereceu-nos em sua sede social, uma festa folclórica gauchesca, de danças típicas, canções e declamações regionais, a qual constituiu um verdadeiro sucesso, tendo falado o Prof. Walter Spalding, fazendo um paralelo entre o folclore e a geografia humana, e o Dr. Cláudio Osório Pereira para agradecer.

O Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, por sua vez recepcionou os senhores congressistas, na pessoa do ilustre presidente deste Congresso, na noite de ontem, 10, falando em nome daquele sodalicio o desembargador Mário Lourenço Prunes e agradecendo o Dr. Lauro Sampaio, do Instituto Histórico da Bahia e membro do Diretório Regional de Geografia daquele estado.

Na manhã de hoje, num intervalo da reunião das comissões o Prof. Aziz Ab'Saber, por espaço de 40 minutos, ocupou a atenção dos presentes, falando sobre "Aspectos Geográficos da Cidade de Porto Alegre", tema que versou com absoluta segurança.

Cabe-nos ainda, o dever de exprimir os nossos agradecimentos ao digno diretor da Faculdade Católica de Filosofia, irmão José Otão, pela acolhida fidalga que nos dispôs, proporcionando-nos a realização das sessões no salão de honra desta Faculdade, e cedendo-nos diversas salas para a Secretaria e as Comissões Técnicas, tornando-se assim um verdadeiro benemérito deste Congresso.

Senhores e senhoras. Queremos agora, antes de terminar testemunhar o nosso reconhecimento eterno a todos aqueles que nos ajudaram nas horas nervosas dos preparativos para a instalação deste Congresso e durante os dias de sua realização. Não esqueceremos seus nomes e entre estes queremos agradecer particularmente a Cláudio Osório Pereira, J. Batista da Silva Pereira Filho, Osman Velasques e Maria Sousa Doça Pacheco, desta capital, por tudo quanto fizeram para a boa marcha de nossos trabalhos. Dos elementos do Conselho Nacional de Geografia, que são muitos, destacamos o nome do geógrafo Dora Amaranante Romariz, trabalhadora, eficiente, empreendedora, na pessoa de quem, saudamos e agradecemos o auxílio dos demais.

Quanto ao êxito cultural do Congresso, devemos-lo, principalmente, aos senhores congressistas e os resultados do mesmo aí estão patenteados pelas inúmeras e excelentes teses aprovadas.

XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA

A Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia a realizar-se, nesta capital, em agosto de 1956, está evidenciando os melhores esforços a fim de que esse certame se revista do almejado brilhantismo. Em 12 de janeiro do corrente ano, o desembargador Florêncio de Abreu, que se acha à frente da referida Comissão, dirigiu a Sua Excelência o Senhor Presidente da República uma exposição de motivos, em que solicita a abertura de crédito para ocorrer a parte das despesas com a preparação e realização do aludido Congresso. Interessantes dados encerra este documento, cujos principais trechos reproduzimos a seguir: — "Os Congressos Internacionais de Geografia são realizados a intervalo de três ou quatro anos. O primeiro, reunido em agosto de 1871 na cidade de Antuérpia, teve a designação oficial de "Congresso de Ciências Geográficas, Cosmográficas e Comerciais". Houve cerca de 600 adesões, sendo 300 da Bélgica, 283 de outros países europeus, sete dos Estados Unidos e quatro da América do Sul. É digno de nota que entre estas últimas já figurasse a de um brasileiro — o Imperador Pedro II.

2. Cada Congresso constituía uma entidade de per-si — entidade predominantemente europeia, diga-se, de passagem. Desconhecia-se uma estrutura permanente e eram poucas as atividades entre um Congresso e o outro. Em 1919, numa tentativa de coordenar a ciência mundial, foi organizado um Conselho Internacional de Pesquisas, hoje conhecido pela designação de Conselho Internacional de União Científicas. Com o patrocínio deste e a participação de delegados da Bélgica, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão, Portugal e Espanha, criou-se em Paris a União Geográfica Internacional. Sob a responsabilidade desta entidade, os congressos internacionais de geografia atingiram notável rendimento científico e cultural. De fato — já o salientou o eminente geógrafo francês de Martonne ao historiar a vida da U.G.I. (de que é hoje presidente honorário) —, o alto nível científico tem sido preocupação constante da instituição e foi mesmo um dos motivos principais de seu estabelecimento.

3. A União Geográfica Internacional tem, assim, como programa:

- a) fomentar o estudo dos problemas que se relacionam com a geografia;
- b) incentivar e coordenar as pesquisas que exijam a cooperação de vários países e promover a sua discussão científica e publicação;
- c) assegurar a realização dos Congressos Internacionais de Geografia;
- d) nomear comissões para o estudo de problemas especiais no intervalo entre os Congressos.

4. Quanto às reuniões mundiais, estabeleceu a U.G.I. em seu Regulamento dos Congressos Internacionais de Geografia:

a) Os Congressos Internacionais de Geografia têm por objetivo favorecer o progresso da ciência geográfica, facilitando as relações pessoais entre geógrafos de diferentes países e a discussão de problemas geográficos. Compreendem:

- 1) sessões sobre problemas gerais;
 - 2) sessões sobre questões locais, de especial interesse para o país organizador;
 - 3) excursões geográficas.
- b) O país onde e a data em que se realiza um Congresso Internacional de Geografia são fixados pela U.G.I., reunida em Assembléa Geral.

5. A última Assembléa Geral da U.G.I. ocorreu em agosto de 1952, na cidade de Washington, por ocasião do XVII Congresso Internacional de Geografia. Três delegações apresentaram, em nome de seus países, convite formal para que nêles se instalasse o XVIII Congresso Internacional de Geografia, a realizar-se em 1956: a Austria, que oferecia como sede da reunião a cidade de Viena; a Grã-Bretanha, que abriu as portas de Edimburgo, e o Brasil, que, renovando um convite já feito em 1949, pleiteou para nossa capital essa distinção. Apesar da distância que nos separa do Velho Continente, isto é, da maioria dos países-membros da União Geográfica Internacional, apesar, portanto da dispendiosa viagem com que terá de arcar grande número dos participantes da próxima reunião, o convite da delegação brasileira — aprovado pelo Itamarati — logrou, desde o primeiro escrutínio, maioria simples de votos. Esta se transformaria, na última reunião da Assembléa Geral, em maioria absoluta.

6. Como a corroborar o prestígio que desfruta a geografia brasileira no seio dos quarenta países que integram a U.G.I., foi eleito, por unanimidade, um geógrafo patricio para o posto de vice-presidente daquela União. Refiro-me à investidura do professor Hilgard O'Reilly Sternberg, diretor do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, catedrático da Pontifícia Universidade Católica e professor do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores.

7. Dentre os Congressos até hoje realizados, dois o foram no continente americano: o oitavo, no ano de 1904, em Washington, Filadélfia, Nova York, Niagara Falls, Chicago e São Luis e o décimo sétimo, no ano de 1952, em Washington. O XVIII Congresso terá, porém, a particularidade de ser o primeiro no hemisfério sul. E mais: o de sediar-se mais próximo ao equador que qualquer outro, pois o de mais baixa latitude até hoje reunido foi o do Cairo, que se realizou em 1925. A curiosidade que suscitam nossas zonas pioneiras, de desenvolvimento espetacular (como o norte do Paraná), a perspectiva de reuniões e excursões em plena faixa equatorial não fazem, pois, senão acaçar o grande interesse que pelo XVIII Congresso já vêm demonstrando os meios geográficos internacionais. Veja-se, por exemplo, o que escreveu há pouco o geógrafo Paul Veyret, na *Revue de Géographie Alpine* (Fasc. II, 1953):

"O próximo Congresso deve reunir-se no Rio de Janeiro em 1956. A escolha de um país tropical do hemisfério sul que se desenvolve rapidamente e onde a geografia apresenta um surto recente, mas prenhe de promessas, foi muito bem recebida. Estamos certos de que o Brasil reservará aos futuros congressistas uma acolhida das mais calorosas."

8. Outro geógrafo francês, Henri Enjalbert, escrevia em *Les Cahiers d'Outre Mer* (out.-dez. 1952):

"Todos os franceses presentes em Washington se rejubilaram com o êxito dos brasileiros [na disputa pela sede do próximo Congresso]. É certo que a escolha do Rio de Janeiro apresenta grandes vantagens, sob condição de que a Comissão Nacional brasileira consiga resolver as dificuldades financeiras surgidas com as distâncias que hão-de ser vencidas para atingir a cidade carioca. O Congresso de 1956 fornecerá aos membros da União a ocasião única de estudar *in loco* problemas geográficos novos, tanto no domínio da

geografia física (geomorfologia, climatologia), quanto no da geografia humana (culturas tropicais, zonas pioneiras)".

9. O apoio e a assistência financeira do Governo Brasileiro são imprescindíveis para o desempenho cabal do compromisso contraído. Urge, ademais, realizar uma conjugação de esforços sem precedentes em nossos meios geográficos, para que o próximo congresso não decepcione a nossos convidados. Para que se cumpram plenamente os augúrios que faz Enjalbert no fecho de seu comentário, quando, após felicitar aos organizadores do Congresso de Washington, conclui:

"Façamos votos para que nossos amigos brasileiros possam fazer ainda melhor em 1956 e para que no Rio o XVIII Congresso se some aos brilhantes êxitos alcançados desde a segunda Grande Guerra com as duas primeiras reuniões plenárias da U.G.I. — a de Lisboa em 1949 e a de Washington em 1952".

10. À vista da aceitação oficial do convite brasileiro durante a Assembléa de Washington, foi criada, em amplas bases nacionais, uma Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia, a qual se incumbirá da conjugação de esforços acima referida. Para que se julgue da alta envergadura moral e científica desta Comissão, que tenho a honra de presidir e que foi instalada a 21 de novembro de 1953, basta seja examinada sua constituição. Tem, por Vice-Presidente, o tenente-coronel Deoclécio De Paranhos Antunes, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, e, por secretário-executivo, o Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg, dela fazenda parte ainda:

a) os demais membros da Comissão Nacional da União Geográfica Internacional, Comissão esta presidida pelo Prof. Aroldo de Azevedo (Universidade de São Paulo), a saber:

1) Prof. Sílvio Fróis Abreu, diretor do Instituto Nacional de Tecnologia, representando a Academia Brasileira de Ciências;

2) Capitão de fragata Sílvio Azambuja Maurício de Abreu, subchefe da Comissão de Limites, 1.ª Divisão;

3) Prof. Carlos M. Delgado de Carvalho, da Universidade do Brasil;

4) Eng.º Alberto Hedefonso Erichsen, representando o Conselho Nacional de Pesquisas;

5) Eng.º Virgílio Corrêa Filho, representando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

6) Prof. Joaquim Alfredo Fonseca, da Universidade Católica de São Paulo, representando as universidades particulares;

7) Prof. Ari França, da Universidade de São Paulo;

8) Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, representando a Sociedade Brasileira de Geografia;

9) Prof. Alirio Huguency de Matos, da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil; diretor da Divisão de Cartografia do Conselho Nacional de Geografia;

10) Prof. Mário Lacerda de Melo, da Universidade do Recife, representando as universidades federais;

11) Eng.º Victor Antonio Peluso Jr., secretário da Agricultura, estado de Santa Catarina;

12) Prof. José Veríssimo da Costa Pereira, representando a Associação dos Geógrafos Brasileiros;

13) Prof. Lauro de Andrade Sampaio, da Universidade da Bahia;

14) Eng.º Benedito Quintino dos Santos, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, representando os institutos históricos e geográficos estaduais;

15) Prof. João Dias da Silveira, da Universidade de São Paulo;

16) Prof. Orlando Valverde, do Conselho Nacional de Geografia, membro da Comissão Nacional de Política Agrária;

b) um representante de cada uma das seguintes instituições: Serviço Geográfico do Exército, do Ministério da Guerra; Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Ministério da Marinha; Ministério da Aeronáutica; Ministério da Agricultura; Ministério da Educação e Cultura; Ministério das Relações Exteriores e Prefeitura do Distrito Federal;

c) os representantes das instituições que forem especialmente convidadas a integrar a Comissão, na forma do Regimento Interno; e

d) as personalidades escolhidas, igualmente na forma do Regimento Interno.

11. A fim de proporcionar a Vossa Excelência uma idéia da importância do certame e dos benefícios que dele indubitavelmente advirão para o nosso país, permito-me citar alguns tópicos do projeto de temário:

— Climatologia das regiões tropicais;

— Extensão e delimitação dos climas áridos e semi-áridos;

— Variação do regime hidrológico em função do tipo de utilização da terra;

— A ocorrência de enchentes extraordinárias e sua explicação: interferência de fatores físicos e humanos;

— O problema da origem dos campos nas regiões tropicais;

— Problemas da alimentação nos países tropicais;

— Importância antropogeográfica das moléstias tropicais.

— As técnicas modernas de saneamento e seus reflexos na geografia;

— As migrações intercontinentais e os problemas de adaptação dos imigrantes;

— Êxodo rural e concentração urbana: suas condições geográficas;

— Acclimação do homem nos trópicos;

— Técnicas de ocupação do solo e potencial de povoamento;

— Colonização espontânea e dirigida;

— Estrutura agrária e o desenvolvimento das técnicas agrícolas nos países novos;

— O uso da terra e a economia da água nas regiões semi-áridas;

— Conseqüências geográficas de reformas agrárias ou da subdivisão de grandes explorações rurais;

— Transgressão ecológica de plantas cultivadas;

— Efeitos da ação humana sobre os solos tropicais;

— Comparação da pequena propriedade que resulta de uma divisão primária e funcional de terras virgens com a pequena propriedade resultante da fragmentação fundiária;

— O desenvolvimento industrial e a produção de energia;

— Problemas da geografia das indústrias nas regiões tropicais;

— Industrialização e desenvolvimento agrícola: suas relações recíprocas;

— O desenvolvimento dos portos e sua relação com as redes de transporte;

— Utilização industrial e permanente das áreas florestais;

— Mudança de uma capital — problemas da escolha de novo sítio e repercussões geográficas.

— Problemas geográficos da divisão territorial de um país.

12. Cabe acrescentar que no debate e esclarecimento de tópicos como os citados acima irão tomar parte personalidades da maior estatura científica. Vejamos, inicialmente, alguns nomes da Comissão Executiva da União Geográfica Internacional. Seu presidente é o Dr. L. Dudley Stamp. Professor de geografia social na London School of Economics, é considerado por muitos a maior autoridade mundial em assuntos de "uso da terra". O inventário que fez dos recursos da Grã-Bretanha, no tocante à terra, tiveram papel saliente na defesa de seu país durante a segunda conflagração mundial. Dentre os muitos livros de que é autor destacam-se: *A Terra da Grã-Bretanha; seu Uso e Abuso (The Land of Britain, its Use and Abuse)*; *Terra para Amanhã (Land for Tomorrow)*, no qual submete a uma análise crítica conceitos como o de "áreas subdesenvolvidas"; e *África: Estudo de Desenvolvimento Tropical (África: A Study in Tropical Development)* onde passa, em revista os recursos do continente e investiga os obstáculos a seu completo desenvolvimento. George H. T. Kimble, o secretário-tesoureiro da Comissão Executiva da U.G.I., deixou há pouco a direção da American Geographical Society, a fim de dirigir um programa de pesquisas para a "Twentieth Century Fund" relativamente à faixa do continente africano que se limita ao norte pelo deserto de Saara e ao sul pela União Sul-Africana. Como resultado das investigações cuja conclusão é prevista para daqui a três anos, deve ser elaborado um atlas dos recursos da África, uma série de estudos econômicos relativos aos territórios dependentes e um exaustivo relatório geral. Orlando Ribeiro, professor da Universidade de Lisboa, é o primeiro vice-presidente da União Geográfica Internacional. Especialista em geografia agrária, secretariou a "Commission pour l'Étude de la Géographie Agraire" da U.G.I., a ela apresentando importante monografia intitulada *L'aménagement du terroir agricole*. Tendo conhecimento pessoal das regiões tropicais, conta, entre muitos estudos de sua lavra, *Missão de Geografia à Guiné em 1947; Sur Quelques Traits Géographiques de la Guinée Portugaise; Problemas da Investigação Científica Colonial; e Agriculture in West Africa*. Para não alongar estas referências aos membros da Comissão Executiva da U.G.I., entre os quais se contam ainda os professores Maximilien Sorre, da Sorbonne; George B. Cressey, da Universidade de Syracuse (U.S.A.); Hans Boesch, diretor do Instituto Geográfico da Universidade de Zurique; e George Kurylan, da Universidade de Madras, vale citar alguns dentre os demais geógrafos que já manifestaram sua intenção de participar do Congresso de 1956 no Brasil. O Dr. R. J. Harrison Church, professor da London School of Economics, realizou sucessivos trabalhos de campo de geografia econômica na África Ocidental Britânica (1949), na África Ocidental Francesa (1950) e na Guiné Espanhola (1951). O professor Pierre Deffontaines dispensa maiores referências, pois, honrando a cátedra da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, foi um dos iniciadores do movimento geográfico moderno no Brasil. O professor Hans Bobek, diretor do Instituto Geográfico da Universidade de Viena, é autor de importante investigação climatológica do Irã. O professor Daniel Faucher, da Universidade de Tolosa, é um dos mais acatados especialistas em geografia agrária. O pro-

fessor Carl Troll, diretor do Instituto Geográfico da Universidade de Bonn e diretor da revista *Erdkunde*, é reconhecido como a principal figura da geografia alemã contemporânea; é especialista em biogeografia tropical, com longos anos de experiência na América do Sul, na África e na Ásia. O professor Clarence F. Jones é o chefe do Departamento de Geografia da Northwestern University (U.S.A.); dedicado aos setores da geografia econômica e do "uso da terra", foi recentemente galardoado pela excelência de sua metódica investigação sobre o uso da terra em Pôrto Rico. O professor Hassan Awad, chefe do Departamento de Geografia da Universidade Ibrahim, Cairo, secretário-geral da Sociedade Geográfica do Egito, atualmente professor visitante da Universidade de Clark (U.S.A.), é autor de estudos sobre "gêneros de vida" nas regiões desérticas, tendo participado com destaque no colóquio da UNESCO (Ancara, 1952) sobre hidrologia das zonas áridas.

13. Um dos mais fecundos resultados para o país advirá certamente das excursões programadas para o Congresso. Delas tirarão os visitantes o proveito de uma visão esclarecedora da geografia brasileira. Maiores, porém, que os benefícios que irão levar, são os que nos deixarão essas notabilidades da ciência geográfica mundial. Conduzidos através de itinerários cuidadosamente escolhidos, em grupos dirigidos e secretariados por geógrafos brasileiros adrede preparados, esses homens de ciência se verão face a face com alguns problemas importantes de nossa geografia. Para sua solução, trazem pontos de vista originais e uma bagagem de conhecimentos acumulada noutras terras. A ninguém escapará, assim, o valor da discussão *in loco* e o preparo de relatórios e monografias que resultarão desse trabalho de campo. Problemas relativos à ocupação de solos equatoriais, ao armazenamento da água em regiões semi-áridas, ao desenvolvimento das indústrias de base, à imigração e à colonização estarão entre as preocupações dos congressistas em suas excursões, das quais já foram projetadas as seguintes:

- a) Amazônia;
- b) Nordeste;
- c) Bahia;
- d) Vale do rio Doce e Minas Gerais;
- e) Planície costeira fluminense;
- f) Mato Grosso Meridional e Pantanal;
- g) Frente pioneira;
- h) Planalto Meridional.

14. É pensamento da Comissão Organizadora aproveitar a vinda de notáveis especialistas, não só para proporcionar a instituições de caráter geográfico (tanto de âmbito federal, quanto de âmbito local) a colaboração de alguns deles, mas, sobretudo, para propiciar às Faculdades de Filosofia, espalhadas pelo país, a oportunidade de beneficiar-se com a presença de certos dentre aqueles especialistas (escolhidos pelo domínio da língua portuguesa, espanhola ou francesa), na qualidade de professores visitantes. E foi precisamente com esse propósito que se instituiu a "Sub-Comissão de Colocação de Participantes Estrangeiros", a que compete "promover a articulação com os centros universitários brasileiros e repartições especializadas, no sentido de obter contratos de curta duração para geógrafos estrangeiros". Conforme as disponibilidades financeiras, a Comissão Organizadora poderá arcar com uma parte ou com a totalidade do custo da passagem dos geógrafos escolhidos, articulando-se com as Faculdades de Filosofia interessadas, relativamente à remuneração mensal a ser atribuída aos professores visitantes.

Acredita-se que a colaboração durante um ou dois trimestres (ou até mais) de um geógrafo de renome muito contribuirá para o desenvolvimento dos cursos de geografia, sobretudo das Faculdades de Filosofia dos estados.

15. O XVIII Congresso Internacional de Geografia, constituido, além do mais, um acontecimento capaz de marcar o início de uma nova fase para a divulgação de conhecimentos sobre o Brasil. Os Congressos Internacionais de Geografia, têm, via de regra, uma participação numerosa. Já o certame de Londres

(1895) contou com 1553 membros; o de Berlim, que lhe seguiu, 1500 membros; em Paris, reuniram-se em 1931 mais de 1000 geógrafos, e o Congresso de Washington, há pouco reunido, contou com 1500 inscrições. E que melhores propagandistas poderíamos ter para o turismo no Brasil, que os geógrafos, por profissão habituados a ver e a descrever a paisagem? Sabeirão despertar, em suas aulas e conferências, o entusiasmo pelas belezas naturais que irão conhecer pessoalmente em excursões por nossa terra e estimular o interesse pela significação científica das paisagens brasileiras percorridas."

★

XVIII Congresso Internacional de Geografia Comissão Organizadora

REGIMENTO

CAPÍTULO I

Dos fins, da sede e da competência da Comissão

Art. 1.º — Instituída pela resolução n.º 2, de 21 de novembro de 1953, da Comissão Nacional da União Geográfica Internacional, que deu cumprimento ao disposto no art. 6.º da resolução n.º 389, de 29 de outubro de 1952, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, à Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia cabe a responsabilidade direta pela realização do referido certame, que é promovido pela U.G.I. e que deve ser levado a efeito em agosto de 1956, no Brasil, de acordo com a resolução da Assembléa Geral daquela União, tomada em Washington durante o mês de agosto de 1952.

Art. 2.º — A Comissão Organizadora tem sede na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 3.º — Compete à Comissão Organizadora:

- a) tomar as providências relativas ao planejamento, à organização e à realização do Congresso;
- b) promover a mais ampla participação de geógrafos nacionais e estrangeiros no Congresso;
- c) promover a publicação e a distribuição, em tempo hábil:
 - 1) dos guias das excursões programadas como parte integrante do Congresso;
 - 2) dos resumos das comunicações a serem apresentadas ao Congresso;
 - 3) dos *Anais* do Congresso (que compreenderão as comunicações apresentadas, as discussões suscitadas e, eventualmente, os relatórios científicos que venham a resultar das excursões geográficas);
 - 4) outras publicações que se fizerem necessárias;
 - d) indicar, sob forma de anteprojeto, a ser submetido à Comissão Executiva da União Geográfica Internacional, as questões e os temas sobre os quais devam versar preferentemente as comunicações a serem apresentadas ao Congresso, limitando-lhes a extensão e fixando o prazo para sua entrega;
 - e) escolher os co-presidentes (estrangeiros) e os secretários (brasileiros) das diversas Seções Técnicas em cujas molduras se fará a apresentação das comunicações;
 - f) em comum acordo com a Comissão Nacional da U.G.I., de que é mandatária, entrar em entendimento com o Conselho Nacional de Geografia, com o Ministério das Relações Exteriores e com outros órgãos, a fim de

acertar medidas julgadas necessárias para assegurar bom êxito ao Congresso;

g) organizar o arquivo da documentação relativa à preparação e ao desenvolvimento do Congresso;

h) manter em dia a contabilidade do Congresso e prestar contas da receita e da despesa com a realização do mesmo às autoridades competentes;

i) elaborar o relatório do Congresso, que deverá ser apresentado:

- 1) à U.G.I., por intermédio da Comissão Nacional;
- 2) ao Conselho Nacional de Geografia; e
- 3) às demais entidades referidas nas alíneas e e f do artigo 4.º.

CAPÍTULO II

Da organização da Comissão

Art. 4.º — A Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia será constituída:

- a) pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na qualidade de Presidente;
- b) pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia na qualidade de Vice-Presidente;
- c) pelo Secretário-Executivo da Comissão Nacional da União Geográfica Internacional, na qualidade de Secretário-Executivo;
- d) pelos demais membros da Comissão Nacional da União Geográfica Internacional;
- e) por um representante de cada uma das seguintes entidades: Serviço Geográfico do Exército, do Ministério da Guerra; Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Ministério da Marinha; Ministério da Aeronáutica; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Agricultura; Ministério da Educação e Cultura; Universidade do Brasil; e Prefeitura do Distrito Federal;
- f) pelos representantes das instituições que forem especialmente convidadas a integrar a Comissão, na forma do parágrafo único deste artigo;
- g) por personalidades escolhidas igualmente na forma do parágrafo único deste artigo;
- h) pelos "Membros Cooperadores", assim designadas aquelas pessoas físicas ou jurídicas que contribuírem com somas não inferiores a dez mil cruzeiros (Cr\$ 10 000,00) para a realização do Congresso;
- i) pelos "Membros Patrocinadores", assim designadas aquelas pessoas físicas ou jurídicas que contribuírem com somas não inferiores a cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50 000,00) para a realização do Congresso;

j) pelos "Membros-Honorários", título a ser conferido somente a quem houver prestado serviços excepcionais à Comissão Organizadora ou à ciência geográfica brasileira.

Parágrafo único — As instituições de que cogita a alínea *f* e as personalidades referidas nas alíneas *g* e *j* serão indicadas por maioria dos membros da Comissão Organizadora referidos nas alíneas *a*, *b*, *c*, *d* e *e*.

Art. 5.º — A Comissão Organizadora disporá também de um certo número de assessôres, cuja escolha será feita ainda na forma do parágrafo único do artigo anterior.

Art. 6.º — São órgãos da Comissão Organizadora:

a) *Órgãos deliberativos*

- 1) a Assembléa Diretora,
- 2) a Diretoria;

b) *Órgãos consultivos*

1) o Conselho dos Presidentes de Subcomissões,

2) os assessôres da Comissão Organizadora;

c) *Órgãos executivos*

- 1) a Secretaria-Executiva,
- 2) as Subcomissões.

Art. 7.º — A Assembléa Diretora é constituída pelos membros designados nas alíneas *a*, *b*, *c*, *d* e *e* do art. 4.º.

Art. 8.º — A Diretoria é constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Executivo, 1.º e 2.º Secretários, e 1.º e 2.º Tesoureiros.

Art. 9.º — O Conselho dos Presidentes de Subcomissões é constituído pelos Presidentes das Subcomissões referidas no art. 12 e de outras que venham a ser criadas, quando reunidas sob a presidência do Secretário-Executivo.

Art. 10 — A Secretaria Executiva, órgão executivo central da Comissão Organizadora, dirigida pelo Secretário-Executivo, será provida do pessoal necessário e integrada por uma secção de Administração e Serviços Gerais, encarregada dos assuntos relativos a material, pessoal, mecanografia, etc.

Parágrafo único — A Secretaria Executiva terá um Chefe de Secretaria, de livre escolha do Secretário-Executivo.

Art. 11 — As Subcomissões, cujos Presidentes serão eleitos pela Assembléa Diretora, terão um número adequado de membros e assessôres, escolhidos pela Assembléa Diretora.

Parágrafo único — O Secretário de cada Subcomissão será um membro da mesma, de livre escolha do respectivo Presidente, que a comunicará à Assembléa Diretora.

Art. 12 — A Comissão Organizadora compor-se-á, pelo menos, das seguintes Subcomissões:

- a) Subcomissão de Programação e Tema-rio;
- b) Subcomissão de Excursões;
- c) Subcomissão de Publicações;
- d) Subcomissão de Finanças;
- e) Subcomissão de Exposições;
- f) Subcomissão de Publicidade;
- g) Subcomissão de Colocação de Participantes Estrangeiros;
- h) Subcomissão de Bólas;
- i) Subcomissão de Recepção;
- j) Subcomissão Social.

Parágrafo único — Estas Subcomissões poderão ser desdobradas e novas Subcomissões poderão ser criadas a juízo e por decisão da Assembléa Diretora.

CAPÍTULO III

Das atribuições dos órgãos da Comissão Organizadora

Art. 13 — À Assembléa Diretora compete, mediante deliberação direta ou delegação à Diretoria ou à Secretaria Executiva, conforme o caso, estabelecer a convergência de esforços e promover as medidas necessárias à plena e eficiente realização de seus objetivos.

Parágrafo único — São atribuições da Assembléa Diretora:

- a) elaborar e emendar o seu Regimento;
- b) baixar as resoluções por que se devam regular os órgãos da Comissão Organizadora;
- c) eleger as instituições referidas na alínea *f* do art. 4.º, as personalidades mencionadas nas alíneas *g* e *j* do mesmo artigo, bem como os assessôres mencionados no artigo 5.º;
- d) organizar as Subcomissões necessárias à realização de seus objetivos e designar os respectivos Presidentes;
- e) eleger os seus 1.º e 2.º Tesoureiros e 1.º e 2.º Secretários;
- f) resolver os casos omissos neste Regimento.

Art. 14 — À Diretoria compete cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléa Diretora e, sempre que o exijam a continuidade e eficiência dos serviços da Comissão Organizadora, resolver as questões relacionadas com as atividades da Comissão, *ad referendum* da Assembléa Diretora.

Art. 15 — Compete ao Presidente:

- a) presidir, orientar e dirigir os trabalhos das reuniões da Assembléa Diretora e da Diretoria;
- b) representar a Comissão Organizadora em juízo e fora d'ele;
- c) zelar pela fiel observância do Regimento, das resoluções e das decisões da Comissão Organizadora;
- d) representar a Comissão Organizadora nos atos, visitas, solenidades e cerimônias a que deva comparecer, ou designar quem a represente;

e) assinar, com o Secretário-Executivo as resoluções da Comissão Organizadora;

f) assinar, com o Tesoureiro, os documentos necessários à movimentação dos fundos da Comissão Organizadora na forma da alínea *e* do art. 20;

g) exercer, enfim, todas as atividades compatíveis com o Regimento e que tendam a emprestar eficiência à Comissão Organizadora.

Art. 16 — Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências.

Art. 17 — Compete ao Secretário-Executivo:

- a) dirigir os serviços da Secretaria Executiva;
- b) substituir o Presidente em seu impedimento ou ausência, quando ocorrer simultaneamente impedimento ou ausência do Vice-Presidente;
- c) assinar, com o Presidente, as resoluções da Comissão Organizadora;
- d) assinar a correspondência normal da Comissão Organizadora;
- e) assinar, com o Tesoureiro, os documentos necessários à movimentação dos fundos da Comissão Organizadora, na forma da alínea *e* do art. 20;

f) dirigir os trabalhos do Conselho dos Presidentes das Subcomissões, de forma a seguir a máxima coordenação destas;

g) exercer, enfim, tôdas as atividades compatíveis com o Regimento e que tendam a empregar maior eficiência à Comissão Organizadora.

Art. 18 — Compete ao 1.º Secretário:

a) substituir o Secretário-Executivo em seus impedimentos e ausências;

b) desempenhar-se das incumbências que lhe forem atribuídas pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo.

Art. 19 — Compete ao 2.º Secretário:

a) substituir o 1.º Secretário em seus impedimentos e ausências;

b) desempenhar-se das incumbências que lhe forem atribuídas pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo.

Art. 20 — Compete ao 1.º Tesoureiro:

a) receber e recolher as contribuições de que trata o artigo 36;

b) passar os recibos correspondentes à alínea a do presente artigo;

c) ter sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à contabilidade e ao patrimônio da Comissão Organizadora;

d) depositar em Banco, determinado pela Diretoria, os fundos da Comissão, conservando em caixa apenas as somas de aplicação imediata;

e) efetuar os pagamentos devidamente autorizados pela Assembléa Diretora ou pela Diretoria, movimentando para isso os recursos da Comissão, em conjunto com o Presidente ou com o Secretário-Executivo;

f) zelar para que nenhuma despesa venha a ser feita sem os respectivos comprovantes na forma da lei;

g) manter em dia e em ordem os livros de contabilidade;

h) organizar balanços anuais, demonstrativos das contas de receita, de despesa e dos fundos da Comissão Organizadora;

i) organizar o balanço final e apresentar os comprovantes de despesa, na forma da lei de contabilidade pública;

j) prestar à Assembléa Diretora, à Diretoria e à Subcomissão de Finanças tôdas as informações que lhe forem solicitadas;

k) participar das reuniões da Subcomissão de Finanças.

Art. 21 — Compete ao 2.º Tesoureiro:

a) substituir o 1.º Tesoureiro em seus impedimentos e ausências;

b) participar das reuniões da Subcomissão de Finanças.

Art. 22 — O Conselho dos Presidentes de Subcomissões reunir-se-á, sempre que necessário, sob a presidência do Secretário-Executivo, objetivando a unidade de planificação e realização do Congresso.

Art. 23 — Os assessôres funcionarão quando solicitados pelos órgãos deliberativos e executivos de que forem colaboradores.

Art. 24 — A Secretaria Executiva é o órgão executivo central com finalidade administrativa e coordenadora, competindo-lhe a execução das tarefas de acordo com as decisões dos órgãos deliberativos.

Parágrafo único — São atribuições da Secretaria Executiva:

a) manter em dia a correspondência da Comissão Organizadora, encaminhando à Assembléa Diretora, à Diretoria ou às Subcomissões apropriadas a correspondência recebida;

b) transmitir aos respectivos destinatários quaisquer circulares, convites e material publicitário originados nas Subcomissões;

c) organizar e manter em dia o fichário das adesões ao XVIII Congresso Internacional de Geografia;

d) realizar quaisquer tarefas não especificamente atribuídas às Subcomissões.

Art. 25 — As Subcomissões cabe a execução dos trabalhos especializados que forem de sua alçada, de acordo com o disposto nos artigos 26 a 35.

Art. 26 — Compete à Subcomissão de Programação e Temário o planejamento das sessões de abertura e encerramento do Congresso, as reuniões plenárias e as das Secções e tôdas as demais fases do programa não especificamente atribuídas a outras Subcomissões.

Parágrafo único — O programa para o Congresso deve prever, pelo menos:

a) reuniões das Comissões da U.C.I. para apresentação dos respectivos relatórios;

b) comunicações científicas, classificadas em Secções apropriadas;

c) excursões antes do, durante e após o Congresso;

d) preleções especiais;

e) atividades sociais;

f) exposições cartográficas e geográficas em geral;

g) duas reuniões plenárias do Congresso;

h) duas Assembléas Gerais da U.G.I.

Art. 27 — Compete à Subcomissão de Excursões o planejamento, a organização e a realização de tôdas as excursões do Congresso.

Parágrafo único — Para a execução do presente artigo, a Subcomissão deverá:

a) organizar os roteiros das excursões;

b) escolher diretor, secretário, orientadores técnicos e demais auxiliares para cada excursão;

c) preparar os *Guias* das excursões;

d) adquirir ou confeccionar mapas e outros materiais para uso durante as excursões;

e) providenciar transporte, refeições, acomodação e entretenimento durante as excursões.

Art. 28 — Compete à Subcomissão de Publicações a revisão e a impressão das publicações necessárias ao XVIII Congresso Internacional de Geografia. Outras Subcomissões que tenham necessidade de publicações devem articular-se com a Subcomissão de Publicações.

Art. 29 — Compete à Subcomissão de Finanças:

a) cuidar do orçamento para os trabalhos de preparação e realização do Congresso;

b) promover a obtenção de recursos, na forma das alíneas c, d, e e f do art. 35.

Parágrafo 1.º — São membros natos da Subcomissão de Finanças os 1.º e 2.º Tesoueiros.

Parágrafo 2.º — A Subcomissão de Finanças se articulará com a de Bolsas.

Art. 30 — Compete à Subcomissão de Exposições:

a) a preparação de convites, instruções e elementos de publicidade a serem transmitidos pelo órgão competente a possíveis exibidores, nacionais e estrangeiros;

b) a distribuição do espaço disponível pelos exibidores inscritos e, no caso de exibidores comerciais (editores, fabricantes de instrumentos, etc.), a fixação de sua contribuição, segundo tabela previamente elaborada;

c) a reunião do material para a secção brasileira da exposição;

d) a apresentação conveniente do material geográfico das delegações estrangeiras e do Brasil.

Art. 31 — Compete à Subcomissão de Publicidade desenvolver o interesse nos meios geográficos nacionais e estrangeiros pelo Congresso e estimular sua adesão e participação no Congresso. Caberá, também, através de publicidade adequada, atingir as esferas governamentais e financeiras capazes de auxiliar materialmente o Congresso. Entre os assuntos recomendados à consideração desta comissão, figuram os seguintes:

a) circulares preliminares;

b) apresentação do material publicitário a ser encaminhado ao boletim noticioso da U.G.I.;

c) articulação com sociedades e publicações geográficas.

Art. 32 — Compete à Subcomissão de Colocação de Participantes Estrangeiros:

a) promover a articulação com os centros universitários brasileiros e com repartições especializadas, no sentido de obter contratos de curta duração para geógrafos estrangeiros;

b) preparar circulares para serem transmitidas pelo órgão competente às Comissões Nacionais de países estrangeiros com referência às facilidades que possam ser oferecidas de acordo com a alínea anterior;

c) atender, na medida do possível, aos casos especiais que surgirem.

Parágrafo único — A Subcomissão de Colocação de Participantes Estrangeiros se articulará com a de Bólsas.

Art. 33 — Compete à Subcomissão de Bólsas:

a) promover a obtenção de recursos destinados especificamente à criação do maior número possível de bólsas, as quais serão de três tipos:

1) bólsas de manutenção, destinadas a geógrafos estrangeiros;

2) bólsas de viagem, destinadas a geógrafos estrangeiros;

3) bólsas de estudante, destinadas a alunos de Faculdades de Filosofia dos Estados e que acarretam a obrigação de prestação de serviços à Comissão Organizadora.

b) preparar as circulares e os formulários que devem ser encaminhados pelo órgão competente;

c) realizar a triagem das solicitações recebidas e apresentar à Comissão Organizadora uma lista das que devam ser contempladas, tendo em vista as disponibilidades financeiras.

Parágrafo único — Visando a evitar duplicação, a Subcomissão de Bólsas se articulará com a de Finanças e a de Colocação de Participantes Estrangeiros.

Art. 34 — Compete à Subcomissão de Recepção:

a) a recepção e o alojamento dos participantes;

b) o recebimento de credenciais;

c) a inscrição dos participantes;

d) o preparo de uma lista dos participantes com seus respectivos endereços, a ser distribuída no início do Congresso;

e) a manutenção de um serviço de informações à disposição dos delegados;

f) a organização do serviço de distribuição da correspondência postal para os participantes.

Art. 35 — Compete à Subcomissão Social promover — sobretudo para as famílias dos congressistas — entretenimentos (tais como demonstrações folclóricas, passeios pela cidade e arredores) e reuniões sociais.

CAPÍTULO IV

Das recursos

Art. 36 — Constituirão fonte de recursos para manutenção dos serviços da Comissão Organizadora e realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia:

a) verba própria, solicitada ao Governo pelo Presidente da Comissão Organizadora;

b) auxílio prestado pela União Geográfica Internacional;

c) a contribuição dos membros "Cooperadores" e "Patrocinadores", na forma do artigo 4.º;

d) a contribuição dos congressistas;

e) a renda proveniente da locação de espaço, na sede do Congresso, para as exposições geográficas de natureza comercial;

f) as doações, auxílios e quaisquer contribuições provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;

g) quaisquer outras não mencionadas anteriormente de maneira específica.

Art. 37 — A movimentação dos fundos será feita mediante a assinatura conjunta do Tesoureiro e do Presidente ou do Tesoureiro e do Secretário-Executivo.

CAPÍTULO V

Das disposições gerais e transitórias

Art. 38 — As deliberações da Comissão Organizadora terão a designação de "resoluções", serão redigidas em forma articulada e indicadas pelo respectivo número de ordem.

Art. 39 — A Assembléa Diretora poderá deliberar por meio de correspondência.

Parágrafo único — A apuração das manifestações formuladas nos termos do presente artigo será feita na base das respostas obtidas dentro do prazo de trinta dias, a contar da data da expedição da consulta pela Secretaria Executiva.

Art. 40 — A Comissão Organizadora se extinguirá seis meses após a publicação dos *Anais* do XVIII Congresso Internacional de Geografia e outras publicações que dele venham eventualmente a resultar. O patrimônio da Comissão Organizadora será então entregue à Comissão Nacional da U.G.I.



Este "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia — Avenida Beira-Mar, 436 — Edifício Iguacu — Rio de Janeiro, D. F.

Relatórios de Instituições de Geografia e Ciências Afins

XIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral do C. N. G. realizada em julho de 1954

RIO DE JANEIRO

Principais trechos do relatório apresentado pelo Eng.º Luis de Sousa, secretário do Diretório Regional de Geografia desta unidade federativa:

"As reuniões do Diretório Regional de Geografia vêm sendo normalmente presididas pelo senhor engenheiro Manuel Pacheco de Carvalho, mui digno secretário de Viação e Obras Públicas e presidente nato do Diretório. Todos os assuntos geográficos de caráter deliberativo ou opinativo da órbita estadual foram apreciados e estudados pelo Diretório que lhes deu as soluções cabíveis e oportunas. Os Diretórios Municipais tomam conhecimento das lides geográficas no estado, não só por intermédio do relatório, que recebem, como por ofícios que lhes são endereçados de cada vez que um acontecimento geográfico de maior importância deva ser divulgado. Deste modo procura o Diretório Regional despertar o interesse pela geografia e pelos assuntos históricos a ela ligados, no seio das comunas, que são, como se sabe, administradas pelos presidentes dos Diretórios Municipais. Estes administradores, profundamente ligados aos problemas locais, inclusive aos de ordem política, vêem o seu tempo de tal modo tomado pelas solicitações imperiosas e absorventes que se avolumam em seus gabinetes, que só com o auxílio do Diretório Regional e do Órgão Executivo, no caso o Departamento Geográfico, podem voltar as suas atenções para os importantes problemas associados à geografia.

Em fins de 1952 o consultor técnico deste Diretório, eminente médico e escritor, nascido em Sapucaia, neste estado, Dr. Luis Palmier, publicou uma magnífica obra, a excelente biografia de seu conterrâneo Maurício de Abreu, pelo que mereceu, por parte dos seus coestaduanos, os mais vibrantes aplausos. O Diretório Regional, congratulando-se com o seu ilustre componente e brilhante homem de letras, neste tópico mencionado, Dr. Luis Palmier, deliberou adquirir número suficiente de exemplares de "Maurício de Abreu, um pioneiro da Democracia" para oferecer um volume a cada um dos Diretórios Municipais do estado. Assim cumpre o Diretório Regional uma de suas altas missões de incentivar a cultura das letras geográficas no território sob sua jurisdição.

Em cumprimento ao que dispõe a resolução n.º 26, de 19 de julho de 1938, da Assembléia Geral, cabe, neste relato, apresentar um resumo das atividades desenvolvidas durante o ano, pelo Departamento Geográfico, que assume o papel de órgão executivo no esquema estrutural do Conselho. São os seguintes os quatro campos de ação do Departamento, a saber: Divisão da Carta, Divisão Sanitária e de Urbanização, Comissão de Terras e Serviços Auxiliares.

DIVISÃO DA CARTA

A Divisão da Carta executou o seu programa de trabalho de acordo com o planejamento previamente feito, conseguindo alcançar todos os seus objetivos. Podemos, assim especificar os trabalhos realizados de maior monta:

I — CARTA COROGRÁFICA DO ESTADO NA ESCALA DE 1:400 000

Fizemos o entelamento de 3 000 mapas do estado do Rio de Janeiro, na escala de 1:400 000, para uso das escolas, em número de 2 000 em todo o estado, e a sua distribuição está sendo feita com normalidade, por intermédio dos senhores prefeitos, inspetores regionais de ensino e agentes municipais de estatística.

Foi elaborada uma segunda carta nesta escala, enriquecida com todos os levantamentos efetuados em 1951 e 1952 e com um número apreciável de novos topônimos. Ao terminar o ano estávamos preparando os negativos, no Conselho Nacional de Geografia, para a sua impressão no Serviço Gráfico do I.B.G.E. A edição será de cinco mil exemplares, em 5 cópias destinadas a destacar os municípios e deverá sair dentro do 1.º trimestre de 1953. Nesta carta foram aplicados os métodos mais modernos de levantamento por aerofotogrametria, com apoio terrestre e nivelamentos de alta precisão.

II — CARTA COROGRÁFICA DO ESTADO NA ESCALA DE 1:250 000

Os trabalhos referentes à feitura desta carta estão sendo realizados com a eficiente colaboração do Conselho Nacional de Geografia. Durante o ano nos dedicamos aos levantamentos altimétricos. Estão operando em campo, para esse fim, cinco turmas plenamente equipadas. Os trabalhos permanecem centralizados na cidade de Macaé, onde estão instalados o escritório e a oficina de reparos.

Com todos os elementos de campo conseguidos até agora compusemos, em papel vegetal, um mapa nesta escala, do qual extraímos três cópias, sendo a primeira oferecida ao senhor governador, a segunda ao senhor secretário de Viação e a terceira irá servir ao Departamento. E esta uma carta provisória, pois ainda não contém todos os dados planejados para ela, a carta completa, nesta escala, deverá ficar pronta em fins de 1954, de acordo com o programa traçado em colaboração com o C.N.G., quando ficará em condições de ser imprimida.

III — MAPAS MUNICIPAIS

Este trabalho de atualização de mapas municipais exige constante e permanente atividade. Todos os melhoramentos introduzidos

nas cartas de 1:250 000, são também levados aos mapas municipais. O uso continuado das pranchas em vegetal, na tiragem de numerosas cópias em ozalid, obriga-nos a novas reproduções em vegetal. Durante o exercício preparamos numerosos desenhos dessa espécie que adiante estão relacionados, neste relatório.

IV — PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA BAIXADA FLUMINENSE

Esta é outra importante realização que o Departamento Geográfico está desenvolvendo com a cooperação da Divisão de Geografia do C.N.G. e da Divisão de Química Agrícola da Secretaria da Agricultura. Durante o ano foram atacados os estudos da Baixada Guanabara, relacionados com o solo. Tiveram conclusão as experiências realizadas com a leguminosa denominada calopogônio de resultados surpreendentes quanto ao seu valor econômico; tem ela a propriedade de impedir a erosão, de fertilizar o solo de azotatos e nitratos, de produzir aumento da produção frutífera, melhorando a qualidade da espécie, de evitar a presença de roedores que destroem ou danificam o caule das fruteiras e de eliminar a necessidade de capinar os pomares, pois que as ervas agrestes não crescem, sufocadas pela sua ramagem.

As referências feitas na Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia sobre o plano do governo de promover a recuperação econômica da Baixada, repercutiram favoravelmente em meios interessados da capital da República. Um dos representantes da O.N.U. deseja estudar a possibilidade de introduzir na Baixada, uma vez regulamentado o plano, vinte mil colonos agricultores europeus. Um capitalista patricio, detentor de patente de invenção para extrair celulose da bananeira, veio ao Departamento inteirar-se do plano divulgado e na ocasião colheu todos os informes de que dispúnhamos, os quais foram suficientes para que planejasse a instalação de suas indústrias na Baixada. Escolheu quatro regiões para a instalação de uma fábrica em cada uma delas, a saber: — Mangaratiba, Itaguaí, Majé e Macaé. Os seus recursos pessoais, segundo suas declarações, são suficientes para a montagem de uma fábrica, que será a de Majé, ficando êle de levantar capitais para a instalação das outras três. O custo de cada instalação fabril será da ordem de Cr\$ 6 000 000,00. O Brasil importa anualmente 132 000 toneladas de celulose pelo custo de Cr\$ 842 000 000,00, ou sejam Cr\$ 6,40 por quilo, aproximadamente, enquanto a celulose produzida pelo novo método patenteado, extraída da bananeira, fica por cerca de Cr\$ 0,60 o quilo. Com respeito à situação econômica do colono que for incentivado nessa cultura, pode-se julgar como largamente vantajosa. Tomando-se por base a cultura de 10 hectares de terras que seria o lote de área mínima concedida ao colono, são os seguintes os dados colhidos:

10 ha. comportam 10 000 pés de banana ou sejam 10 000 cachos.

10 000 cachos a Cr\$ 5,00 rendem Cr\$ 50 000,00.

10 000 caules a Cr\$ 1,00 rendem Cr\$ 10 000,00

— Total Cr\$ 60 000,00.

A fábrica incumbem-se da colheita dos cachos e caules e do transporte, ficando o colono exclusivamente com a atribuição da cultura; pode, assim, desenvolver outra produção para a sua manutenção e cuidar de criação doméstica.

O capitalista que deseja iniciar na Baixada a instalação dessa sua indústria foi encaminhado à Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial, no Palácio do Governo, onde deu entrada ao seu requerimento.

Prestou ainda o Departamento esclarecimentos a diversos interessados em assuntos econômicos da Baixada, os quais foram colhidos do acervo documentário, que tem sido enriquecido pelos estudos de campo que se vêm levando a efeito. Dentre estas contribuições destaca-se a que prestou para a feitura de um projeto de lei federal que virá, exatamente, atingir a recuperação econômica da Baixada.

V — TRABALHOS DE ESCRITÓRIO

a) *Dicionário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*

Estão catalogados perto de 6 000 topônimos para a confecção desse dicionário. Neste ano foi feita não só a classificação por ordem alfabética, como por ordem dos municípios. Antes de ser editado o dicionário será feito um apêlo a todos os estudiosos, por intermédio do "Anuário", para que nos enviem topônimos porventura omissos, e dêem sua colaboração no sentido de excluírmos qualquer falha possível no preparo dos verbetes existentes. Todos os cuidados estão sendo tomados para que a obra saia razoavelmente esmolmada de imperfeições.

b) *Desenho*

1) Confecção em vegetal do mapa do município de Nova Iguaçu (ampliação da escala de 1:400 000 para a de 1:100 000);

2) acréscimos de novos topônimos no mapa estadual na escala de 1:400 000;

3) cópia em vegetal do mapa municipal de Silva Jardim na escala de 1:100 000;

4) cópia em vegetal do mapa municipal de Itaguaí na escala de 1:50 000;

5) redução da planta do núcleo colonial de Tinguá, da escala de 1:10 000 para as de 1:250 000 e 1:400 000 (mapa corográfico do estado) e para a de 1:100 000 (mapa municipal de Nova Iguaçu);

6) cópia da planta reduzida do núcleo colonial de Tinguá no mapa municipal de Nova Iguaçu;

7) redução da planta do núcleo colonial de Santa Cruz, da escala de 1:20 000 para as de 1:250 000 e 1:400 000 (mapa corográfico do estado do Rio de Janeiro) e para a de 1:50 000 (mapa municipal de Itaguaí);

8) cópia da planta do núcleo colonial de Santa Cruz no mapa municipal de Itaguaí;

9) redução da planta do núcleo colonial de São Bento da escala de 1:20 000 para as de 1:250 000 e 1:400 000 (mapa do estado) e para as de 1:50 000 e 1:100 000 (respectivamente mapas municipais de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu);

10) cópia da planta reduzida do núcleo colonial de São Bento nos mapas municipais de Nova Iguaçu e Duque de Caxias;

11) cópia em vegetal e colorido em 4 cópias no mapa da cidade de Petrópolis;

12) cópia da planta de seções dos rios importantes e do perfil do túnel, existentes na cidade de Petrópolis;

13) redução da planta do núcleo colonial de Duque de Caxias, da escala de 1:20 000 para as de 1:250 000 e 1:400 000 (mapa do estado do Rio de Janeiro) e para a de 1:50 000 (mapa municipal de Duque de Caxias);

14) cópia da planta reduzida do núcleo colonial de Duque de Caxias no mapa municipal respectivo;

15) cópia em vegetal do mapa do município de Mangaratiba na escala de 1:50 000;

16) redução da planta das terras do estado situadas nos municípios de São Fidélis, Santa Maria Madalena e Campos, da escala de 1:25 000 para as de 1:50 000, 1:100 000 e 1:100 000 (mapas dos municípios acima especificados). Colorido do original e suas cópias (2);

17) redução da planta das obras de aproveitamento do Ribeirão das Lajes, da escala de 1:50 000 para as de 1:250 000 e 1:400 000 (mapa do estado do Rio de Janeiro);

18) cópia em vegetal do mapa do município de Parati na escala de 1:100 000;

19) localização da Baixada Fluminense no mapa do estado do Rio de Janeiro na escala de 1:400 000;

20) cópia em vegetal do mapa do município de Duas Barras na escala de 1:50 000;

21) cópia em vegetal do mapa do município de Nova Friburgo na escala de 1:100 000;

22) cópia em vegetal do mapa do município de Bom Jesus do Itabapoana na escala de 1:50 000;

23) confecção do mapa do novo município de Conceição de Macabu, na escala de 1:50 000;

24) confecção do mapa do município de Macaé, na escala de 1:100 000, em virtude da criação do município de Conceição de Macabu, desanexado daquele;

25) cópia em vegetal do mapa do município de Teresópolis na escala de 1:100 000;

26) cópia em vegetal do mapa de Miracema na escala de 1:50 000;

27) cópia em vegetal do mapa de São João da Barra na escala de 1:100 000;

28) cópia em vegetal do mapa de São Pedro da Aldeia na escala de 1:50 000;

29) cópia em vegetal do mapa de São Gonçalo na escala de 1:50 000;

30) cópia do mapa do distrito de Itatiaia para estudos da criação do distrito de Engenheiro Passos, em Resende;

31) redução da planta da bacía da usina hidroelétrica de Macabu, da escala de 1:8 000 para as de 1:250 000 e 1:400 000 (carta corográfica do estado) e para a de 1:50 000 (mapa de Trajano de Moraes);

32) redução da planta de terras do estado, situadas nos municípios de Nova Iguaçu, Majé e Petrópolis, compreendendo: fazenda Mato Grosso, fazenda Cachoeira das Dores (antiga Taquara), sítio Rafael (propriedade da União) e a ex-fazenda Imperial de Petrópolis (propriedade da Cia. Imobiliária de Petrópolis), que constituem o núcleo colonial de Caxias, da escala de 1:20 000 para as escalas:

1:100 000 — mapa municipal de Petrópolis;

1:100 000 — mapa municipal de Duque de

Caxias;

1:100 000 — mapa municipal de Majé;

1:400 000 — mapa corográfico do estado do

Rio de Janeiro;

1:250 000 — mapa corográfico do estado do

Rio de Janeiro;

33) cópia em vegetal do mapa municipal de Natividade do Carangola na escala de 1:100 000;

34) redução da planta da barragem do rio Macabu, com os desenhos nos respectivos mapas, da escala de 1:25 000 para as escalas:

1:50 000 — mapa municipal de Trajano de Moraes;

1:250 000 — mapa corográfico do estado;

1:400 000 — mapa corográfico do estado;

35) cópia em vegetal, na escala de 1:100 000, com colocação de novos topônimos, dos mapas municipais de: Teresópolis, São João da

Barra, Angra dos Reis, Barra Mansa, Campos, Cantagalo, Carmo, Casimiro de Abreu, Itacara, Itaperuna, Itaverá e São Fidélis.

36) cópia em vegetal, na escala de 1:50 000, com colocação de novos topônimos, dos mapas municipais de: Miracema, São Pedro da Aldeia, São Gonçalo, Araruama, Cordeiro, Itaboraí e Trajano de Moraes;

37) desenho em tela do mapa corográfico do estado do Rio de Janeiro na escala de 1:250 000, com colocação de novos topônimos e dos dois novos municípios, bem como dos novos distritos, até a presente data criados;

38) desenho em vegetal do serviço referido no item anterior;

39) 4 cópias coloridas, em papel ozalid, do mapa do estado do Rio na escala de 1:250 000;

40) confecção em papel vegetal do mapa do município de Mendes, criado recentemente, na escala de 1:25 000;

41) confecção do novo mapa de Barra do Pirai, em vegetal, em face do desmembramento do distrito de Mendes que passou a município.

VI — DIVISAS MUNICIPAIS E DISTRITAIS

1) Localização e verificação da linha interdistrital do 4.º distrito, Verneck, no município de Paraíba do Sul, criado pela lei número 1368, de 7 de dezembro de 1951;

2) estudos feitos para criação do distrito de Engenheiro Passos, em Resende;

3) localização e verificação da linha interdistrital do 6.º distrito, Conselheiro Paullino, no município de Nova Friburgo, criado pela lei n.º 1428, de 7 de janeiro de 1952;

4) localização e verificação da linha interdistrital do 16.º distrito, São Joaquim, em Campos, criado pela lei n.º 7445 — A, de 22 de março de 1952;

5) localização e verificação da linha interdistrital do 7.º distrito, Boa Ventura, de Itaperuna, criado pela lei n.º 1707, de 5 de outubro de 1952;

6) estudo da faixa de limites, rumo de Crispina, entre os municípios de Silva Jardim e Rio Bonito;

7) estudos feitos na linha de divisa entre os municípios de Sumidouro e Carmo e entre este e Duas Barras.

DIVISÃO SANITÁRIA E DE URBANIZAÇÃO

I — Nova Friburgo

Mantivemos duas turmas de campo, nesta cidade, uma cuidando do cadastro e a outra das poligonais. Os serviços desenvolveram-se normalmente, com apreciável rendimento. Além disso, foram atendidos vários pedidos do prefeito, que a rigor seriam de exclusiva competência da Prefeitura, mas pela falta que esta acusa de pessoal técnico habilitado, não nos recusamos a atender. Estas solicitações têm retardado um pouco a marcha geral dos trabalhos, mas, a imperiosidade que se manifesta de se obter urgente solução para determinados casos especiais, obriga-nos a levar qualquer atraso provocado em tais emergências. Os trabalhos de cálculo estão seguindo paralelamente com os de campo.

II — Miracema

Durante o ano fez-se a triangulação da cidade, não só a parte de campo como a de escritório. Está a rede desenhada na escala de 1:5 000. Um dos vértices da triangulação

está apoiado em coordenada geográfica, e a altitude no nivelamento geodésico de 1.^a ordem. Foram iniciadas outras atividades de campo, tais como, levantamentos cadastrais e desenvolvimento de poligonais.

III — Angra dos Reis

No fim do ano ficou concluído o levantamento completo da cidade e, também, de uma área anexa para onde a cidade terá de se estender. Todo o material de campo está reunido, no escritório, para a execução final dos desenhos. O cadastro foi levantado em fôlhas e em fichas. O plano diretor foi traçado para a parte antiga da cidade, faltando agora estabelecer a entrosagem com a parte nova. Estamos organizando a planta de conjunto, para o que dispomos de todos os elementos.

IV — Majé

Os trabalhos de campo prosseguem sem interrupção. Temos já grande parte da cidade levantada. Estamos fazendo o possível para terminar até junho de 1953 o serviço de campo. Em seguida terão andamento os trabalhos de cálculo e desenho.

V — Parati

Fizemos grande parte do levantamento da cidade. Está faltando apenas um trecho de cadastro e uma ampliação do levantamento da orla marinha para que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento projete um canal que retenha a invasão das águas da maré máxima. Teremos ali mais três meses de trabalho de campo. A parte velha da cidade, tomada como monumento histórico, será separada por um cinturão verde da parte nova, a ser projetada no ano próximo de 1953. A "Sociedade Amigos de Parati" colabora com o Departamento, no propósito de restaurar a parte velha, de modo a restabelecer a mesma feição de outrora, resguardados os traços arquitetônicos antigos e todo o seu aspecto colonial. Há cerca de 60 residências, atualmente em ruínas, que merecem ser restauradas. Um dos sócios da referida Sociedade adquiriu uma dessas ruínas e transformou-a no que teria sido o edifício há mais de um século. Tal iniciativa é o começo de um movimento que culminará por transformar as ruínas de Parati em belos e históricos edifícios arquitetônicos, rememoradores de uma época, e que, como atrativo turístico, terá um efeito surpreendente.

VI — Cabo Frio

Estamos nesta cidade promovendo a execução do plano urbanístico elaborado. Mantivemos ali dois técnicos: — um engenheiro civil e um auxiliar de engenheiro. Foram feitas várias locações, inclusive a do Estádio Municipal, do Hotel Balneário e de um frigorífico. Todos os projetos de construção são revisados pelo nosso engenheiro, obedecendo as suas locações ao plano geral. O auxiliar de engenheiro ocupa-se, principalmente, do levantamento cadastral de numerosas construções feitas no período que decorre da elaboração do plano, em 1942, até o momento atual.

VII — Arraial do Cabo

Graças ao Serviço de Topografia da Cia. de Alcaís, com escritório no Arraial do Cabo, obtivemos ajuda no levantamento da vila, pois valemo-nos de vários polígonos que nos ofereceram. Isso permitiu que traçássemos ainda neste ano de 1952 um plano urbanístico

para o local, sob normas técnicas das mais modernas. Não o adotamos em caráter definitivo porque está na dependência de pronunciamento por parte do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais que, tendo de construir ali um porto, estuda o nosso plano a fim de verificar se de nenhum modo afeta êle as conveniências portuárias estabelecidas. Depois de ajustados os pontos de vista com aquele Departamento, teremos de fazer o mesmo com a Cia. de Alcaís, para então darmos o projeto urbanístico como acabado.

VIII — Natividade do Carangola

Neste ano fizemos uma ligeira modificação, em planta, no curso do rio Carangola, ao atravessar a cidade, a pedido da Câmara e Prefeitura locais, a fim de facilitar as desapropriações, que se tornariam menores com tal modificação. Está, pois, o plano urbanístico desta cidade em condições de entrar na fase de execução.

IX — Sumidouro

Promovemos a ida de um dos nossos técnicos a essa cidade a fim de fornecer pontos de nivelamento para a locação de melos fios, já atendendo ao plano diretor elaborado pelo Departamento.

X — Resende

Foram iniciados os serviços de campo nesta cidade, em dezembro. Obtivemos do senhor prefeito entusiástica acolhida; ofereceu hospedagem ao nosso técnico e manifestou-se vivamente interessado no andamento dos trabalhos.

XI — Sodrelândia

Foram abertos mais 500 metros de ruas, colocadas 415 metros de melos fios e plantada 318 essências para a arborização. Obedecendo ao traçado urbanístico local, concluiu-se o pósto de saúde, que logo após começou a prestar serviços à colônia e moradores da vila, e demos os primeiros passos para a construção de um grupo escolar, cuja área está, no plano, separada para tal fim.

XII — Atafona, Gruaí, São João da Barra

Em colaboração com a Divisão do Domínio, demos início aos trabalhos de levantamento cadastral de Atafona. A Prefeitura, por falta de elementos técnicos, sentiu-se incapaz de executar o plano urbanístico elaborado para essas três localidades. Em consequência, foram construídas numerosas vivendas, muitas delas de alto custo, inteiramente fora do alinhamento. Precisamos agora conhecer, em planta, a posição de todas essas casas, a fim de acomodá-las, tanto quanto possível, num novo traçado que terá de ser estudado. Mantemos em Atafona um técnico na direção de uma turma, fazendo o levantamento cadastral. Dali passará para Gruaí e depois para São João da Barra, com o mesmo objetivo, sendo que a situação de Atafona é a que reclama mais prontas providências.

XIII — Cachoeiras do Macacu

Esta cidade possui já o seu plano urbanístico elaborado pelo Departamento. Neste ano preparamos uma planta de conjunto do plano, colorida, para figurar na exposição inaugurada no "Dia do Estatístico e do Geógrafo". Previu-se, na elaboração do plano, que a cidade se estenderia na direção das terras do Senhor Acúrcio Tôrres e, assim, está acon-

tecendo, pois que a área pertencente a esse senhor, integrada no plano, foi loteada em obediência ao nosso traçado.

XIV — Barra Mansa e Volta Redonda

Demos assistência técnica a estas duas localidades, possuidoras de planos urbanísticos. Várias requisições de plantas feitas pela Prefeitura foram atendidas. Os planos estão sendo rigorosamente cumpridos graças à compreensão reinante tanto das autoridades locais quanto dos municípios.

XV — Bom Jardim

Coube-nos a tarefa de construir um canal para o rio Floresta, nesta cidade. Com a verba disponível fizemos os levantamentos indispensáveis e adquirimos maquinaria para a instalação dos trabalhos, como britador, betoneira, compressor, perfuratrizes e duas bombas de sucção; com este aparelhamento armazenamos pedra britada de vários tamanhos. Transportamos areia, ferro e cimento para o local da obra. O projeto mereceu um estudo especial para determinação da área de vazão do futuro canal e velocidade mais conveniente. Como a pedra a ser empregada não fôsse da melhor qualidade levamos amostras ao Instituto Nacional de Tecnologia com o fito de submetê-la aos ensaios de corpos de prova, a fim de podermos contar com dados seguros na execução. Com todo esse cuidado e preparo ficou a Divisão de Urbanização hábil a encetar a concretagem em condições econômicas e possibilitada a obter bom rendimento. Todas as dificuldades foram previamente estudadas pois ter-se-á de construir o canal sem o recurso de desviar as águas, o que constitui um problema a considerar. Entretanto, os preparativos demonstrados implicaram num atraso aparente, que será coberto, vantajosamente, dora por diante. A época de janeiro e fevereiro não seria muito propícia à concretagem, mas foram tomadas as providências para que os riscos sejam afastados. O engenheiro Aloísio Belarmino de Matos tem instruções para acompanhar diretamente todas as fases delicadas da execução, não se afastando do local nesses períodos. Projetava-se no ano próximo de 1953 dar um bom avanço na construção do canal, para o que contávamos com uma verba de Cr\$ 600 000,00, mas esta foi reduzida para Cr\$ 200 000,00. Em abril do próximo ano, quando fôr ocasião de prepararmos a proposta orçamentária para o ano seguinte, teremos em mãos elementos reais sobre o custo do canal, o que nos possibilitará apresentar um orçamento muito aproximado do custo restante da obra. Se a verba correspondente nos fôr concedida, poderemos considerar que o canal com sua ponte ficará terminado em 1954.

COMISSÃO DE TERRAS

A Comissão de Terras esteve empenhada nos preparativos para receber onze famílias francesas que deverão vir para o núcleo de Soderlândia, na segunda quinzena de fevereiro do ano próximo. Com a chegada destes colonos fica lotado o núcleo. O Domínio do Estado esforça-se por entregar-nos mais uma área de terras nas proximidades a fim de que seja também colonizada, mas tal objetivo ainda não foi alcançado pela dificuldade que tem encontrado o Domínio em desalojar possíveis intrusos, delas ocupantes.

No entanto, continua-se dando assistência aos colonos de Soderlândia que, passo a passo, vão desenvolvendo as suas culturas e radiando-se ao solo.

As atividades da Comissão de Terras durante 1952 podem ser assim resumidas:

I — SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA

- a) Reconhecimento das terras devolutas do estado, no vale do rio Mocotó, nos municípios de Santa Maria Madalena, Campos e São Fidélis, com retirada de amostras do solo para exame na Secretaria de Agricultura;
- b) reconhecimento em terrenos da fazenda do Sr. Hugo Borghi, no município de Macaé, para instruir processo;
- c) identificação dos RRNN referentes ao nivelamento geodésico executado nos municípios de Niterói, Maricá, Itaboraí e Araruama, em colaboração com o C.N.G.;
- d) exploração, projeto e locação da variante da estrada de ligação do vale do Campista ao vale do córrego Vermelho, em um total de 2 986,00 metros além do estudo de mais 560 metros complementares durante a construção, motivado pela natureza rochosa do subsolo, da estaca 52 à 80;
- e) levantamento topográfico do vale do Mata Cachorro, em um total de 4 000 000,00 metros quadrados;
- f) levantamentos diversos no Alto do Campista e Córrego Vermelho, para a situação de nascentes e complementos da altimetria programada, em um total de 3 500 metros;
- g) levantamentos na gleba da "Ronca-deira" para identificação de terras devolutas em um total de 3 200 metros;
- h) levantamento dos terrenos da posse de João Nunes e das linhas de limites com Alexandre Emerick, em um total de 4 248 metros;
- i) execução de todos os trabalhos topográficos referentes à urbanização da vila de Soderlândia;
- j) desenhos parciais e gerais de todos os trabalhos enumerados, com exceção dos relativos à alínea e, que se encontram em fase de cálculo.

II — CONSTRUÇÕES

a) Pósto de saúde

Construímos um pequeno pósto de saúde na vila de Soderlândia com 47,00 metros quadrados de área, com dois cômodos taqueados e banheiro, cômodo destinado ao laboratório e varanda ladrilhadas. Toda a alvenaria foi feita de tijolos e a cobertura com telhas tipo marseilha. Instalação hidráulica completa e instalações elétricas embutidas. Os cômodos foram forrados com madeira.

b) Depósitos

Construímos 3 pequenos depósitos destinados ao material em uso diário, para atender aos serviços de topografia, construções e guarda de gasolina, com uma área de 37,00 metros quadrados de madeira e cobertura de telhas tipo marseilha.

c) Casas de colonos

1) Foram construídas mais três casas de colonos do tipo já existente, estando em obras mais duas para completar o programa elaborado com o futuro alojamento das famílias francesas, que esperamos em fevereiro próximo;

2) construímos compartimentos sanitários internos em 6 casas de colonos, vagas, e as respectivas fossas. Estamos no momento colocando compartimentos idênticos em mais 5 casas.

d) Lavador de veículos

Construímos um lavador para veículos motorizados, com bomba própria para lavagem e dotado de piso de concreto com 43,00 metros quadrados.

III — ESTRADAS (CONSTRUÇÃO, REVESTIMENTO E CONSERVA)

a) De acôrdo com o programa traçado, foi construído o trecho de ligação da estrada do Campista à estrada do Córrego Vermelho, em uma extensão de 3 000 metros e com 3 metros úteis de largura. Esta construção, devido à natureza do terreno, foi muito trabalhosa, principalmente em 2 trechos de rochas, em lajes e matações, que não puderam ser evitados. O volume dos cortes atingiu aproximadamente 9 000 metros cúbicos em terra e cerca de 200 metros cúbicos em rocha. No momento estamos corrigindo os danos provocados pelas últimas chuvas, colocar do drenos, abrindo valetas e removendo barreiras;

b) foi construído, também, um pequeno trecho de 350 metros, com 2,50 metros de largura, ligando a variante do Campista às casas em construção. Este trecho está em fase de acabamento e necessita de um revestimento urgente;

c) foram reconstruídos parcialmente (40 a 50%) diversos trechos da estrada do Campista e do Córrego Vermelho em um total de 500 metros;

d) conserva pesada com remoção de barreiras, desobstrução de drenos, em um total de 11 quilômetros, entre as estradas do Campista e do Córrego Vermelho;

e) conserva normal, inclusive roçadas laterais, em toda a quilometragem existente;

f) foram colocados nas estradas já mencionadas 20 drenos de manilha de 0,40, 26 de madeira e 9 de pedra rejuntada;

g) foram revestidos com saibro 5 300 metros das mesmas estradas;

h) foram substituídos os vigamentos de 2 pontes, com vãos de 4 metros (10 vigas de ipê) e respectivos estrados, e os pranchões, em número de 80, de mais 3 pontes de vão idêntico;

i) foram construídos 1 400 metros de caminhos, com 2 metros de largura, no Córrego Vermelho, sendo 800 metros até o lote 28 e 600 metros até o lote 31; neste trecho construímos 2 pontes de madeira com 5 vigas cada uma.

IV — OFICINA MECÂNICA

A oficina mecânica da Comissão de Terras está aparelhada para manter uma assistência contínua aos seus veículos, bem como para pequenos reparos na instalação da carpintaria. Dispõe de furadeira elétrica, esmeril, aparelhos de solda elétrica e autogênica, compressor para encher pneus, tornos de bancada, pistola para pintura, vulcanizador, carregador de baterias e demais ferramentas indispensáveis ao seu mister.

V — TRANSPORTES

Com os veículos que dispõe a Comissão de Terras fizemos todos os transportes indispensáveis ao serviço, que foram de modo geral os seguintes:

a) um total de 26 viagens de ida e volta a Niterói, para transporte de material;

b) três viagens a Duque de Caxias para a mudança de novos colonos para o núcleo;

c) transportes dos operários do núcleo para as estradas, duas vezes por dia (pela manhã e à tarde quando não permanecem no núcleo para ensaibramento ou outros trabalhos);

d) transportes diversos na sede atendendo às obras de urbanização;

e) transportes de emergência de colonos para o núcleo e para as estações de Leitão da Cunha e Trajano de Moraes;

f) duas viagens a Cordeiro;

g) transportes diversos em Niterói atendendo aos serviços da garagem do Departamento Geográfico.

A partir de abril foi destacado um caminhão da C.T. para, em rodízio, atender aos trabalhos da D.S.U. com o transporte de material para a canalização do ribeirão Floresta, em Bom Jardim.

É com grande satisfação que temos a informar que, durante todo o ano de 1952, não tivemos a lamentar nenhum acidente com os veículos da Comissão de Terras.

VI — SERRARIA E CARPINTARIA

A serraria e carpintaria está aparelhada com plaina furadeira, serra circular, tupia, tornos de madeira e de bancada, esmeril e demais ferramentas peculiares.

Nestas instalações foram atendidas todas as necessidades das construções e reconstruções executadas e mais os seguinte trabalhos:

a) Confeção de 3 carrocerias para caminhão: 1 carroceria para camioneta; 4 galeotas; 10 bancos para colonos com 1,50 metros de comprimento; 6 mesas para colonos; 8 cadeiras desmontáveis para o C.N.G.; duas caixas porta-miras ainda para o C.N.G.; 160 grades protetoras para arborização; 80 cabos diversos para ferramentas; 22 camas turcas para colonos; 12 000 piquetes para o C.N.G.; 8 carteiras para a escola do núcleo; uma prancheta de desenho, uma estante, um gradil e um armário para o escritório, um armário, dois bancos, uma cama para curativo e uma cadeira para o Posto de Saúde; 12 bancos com encosto para a Igreja católica local;

b) reforma de 15 carteiras para a escola da vila de Sodelândia;

c) entre a madeira desdobrada podemos ressaltar: 1 500 metros de caibros, 850 metros de barrotes de 4 x 7; 15 000 metros de ripas; 2 000 metros de tábuas diversas.

VII — CAMPO EXPERIMENTAL

O campo experimental, ainda dentro do programa traçado, foi remodelado. Foram preparados os diversos talhões de culturas, identificadas com tabuletas pintadas, e cercados 38 000,00 metros quadrados com arame farpado (5 fios).

Junto à parte externa desta cerca foram plantadas 565 mudas de limão bravo e na testada principal iniciamos a plantação de mudas de cedrinho. Retirou-se do campo toda a madeira que entulhava o terreno e retificou-se o córrego que o corta longitudinalmente, com trabalhos complementares de drenagem e reconstrução da pequena ponte de madeira com 4 vigas de 5 metros.

Sofreu o campo, neste período, 4 capinas gerais e todas as suas fruteiras foram podadas e os galhos aproveitados para estacas em um total de 574.

Já no final do período foram feitas 102 enxertias de limão, 100 de caqui, 20 de marfimelo, 30 de laranja da Bahia, 30 de lima da Pérsia e 30 de outras variedades de citros, 15 de maçãs e 10 de videiras. Temos ainda colocadas recentemente 200 borbulhas de citros diversos em porta enxertos convenientemente preparados. Preparamos e enviamos em caudus de bambu 4 453 mudas de café, que foram quase todas distribuídas aos colonos, além das enviadas no próprio terreno, em um total de 15 000.

Foram plantadas 3 400 mudas de repólho, 135 quilos de inhame, 195 de cará, 600 ramas de mandioca, 120 quilos de feijão, 70 quilos de batata, 7 quilos de milho e 500 pés de quiabo.

Nos talhões de fruteiras temos plantados, para experiência e futura distribuição, pessegueiros, anonáceas, *grap-fruits*, limeras, oliveiras, laranjeiras, abacateiros, caquizeiros, figueiras, marmeleiros e jabuticabeiras em um total de 300 de diversas variedades.

Dentro da organização do Campo Experimental e com o concurso de plantações já existentes, distribuímos aos colonos 100 caquizeiros, 50 pessegueiros, 30 macieiras, 20 pereiras, 90 citros diversos, 15 000 mudas de café, 20 000 mudas de hortaliças diversas, além de sementes de milho, feijão, café, etc. que necessitaram para as suas lavouras.

Foram colhidos este ano, para distribuição aos colonos, 3 000 quilos de milho, 420 de feijão, 2 430 de inhame, 2 000 de cará e 2 000 de batata.

Ainda dentro das atividades do Campo Experimental organizamos, na sede do núcleo, uma sementeira para essências florestais, mudas para porta-enxertos etc., onde plantamos recentemente 90 sementes de nogueira vindas de Limeira, no estado de São Paulo.

Como é notório e mais uma vez atestado pela última pesquisa de elementos do solo, em análise n.º 6 240 do Instituto Agronômico de Campinas, as terras que estamos colonizando apresentam um índice muito baixo de cálcio e potássio sendo o seu pH = 4,60. A sua acidez exige a aplicação de pelo menos 3 toneladas de calcário por hectare, ou uma de farinha de ossos.

VIII — ILUMINAÇÃO DA VILA DE SODRELÂNDIA

Os postes de iluminação em estado precário foram todos substituídos, bem como as cruzetas e os isoladores.

A orientação técnica e parte do material elétrico foi fornecido pela C.C.M., cabendo à Comissão de Terras a mão de obra restante e o fornecimento do seguinte material: 50 postes de ipê com 8,50 e 10,50 metros, 100 cruzetas, 60 braços de madeira para tempo, 30 lâmpadas, 500 metros de fios diversos e 15 sacos de cimento.

Já se encontra no local um transformador de maior potência, fornecido pela C.C.M. e que será instalado nestes próximos dias.

IX — COLONOS

Quase todos os colonos desenvolvem a sua maior atividade como operários da Comissão, quer nos tratos culturais do campo experimental quer nas obras e conserva das estradas.

Os nossos colonos atuais, com raras exceções, não ambicionam senão o que eles julgam o necessário à sua manutenção orgânica e não procuram desenvolver a sua lavoura no tempo que lhes sobra. O exemplo dos mais trabalhadores e esclarecidos e a nossa insistência e fiscalização é que têm contribuído para alguns melhoramentos de suas lavouras.

A escola que organizamos no exercício anterior continua em pleno funcionamento, com aproveitamento extraordinário dos alunos, filhos dos colonos, que se encontram todos alfabetizados, ao passo que os seus pais, em sua maioria, não sabem ler nem escrever.

A colheita de milho feita pelos colonos foi de 18 840 quilos, acusando um apreciável aumento em relação ao ano anterior, embora com menor número de colonos.

Além desta cultura, os colonos colheram, em menor escala, inhame, batata, mandioca, cará e hortaliças. Quanto ao feijão foram colhidos apenas 3 600 quilos.

Em experiência feita nos lotes do Sr. Silvino José Pereira e Manuel Mendes, o primeiro no Córrego Vermelho e o segundo no Campista, foram colhidos 360 quilos de arroz em pequenas vargens disponíveis.

Os colonos Dimas José Prudêncio, Antônio Ferreira Rodrigues e José Ferreira Morais já fizeram a primeira colheita nos arbustos de maior porte.

No próximo exercício, provavelmente com os cafézeiros mais desenvolvidos, poderemos assinalar então verdadeiramente as primeiras colheitas.

Cabe no entanto mencionar que o colono Manuel Leal, com a sua lavoura mais antiga, pode colher 20 sacos de café."



AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Íntegra da legislação de interesse geográfico

Decretos

Decreto n.º 31 672, de 29 de outubro de 1952

Cria o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, nos termos do artigo 13, da lei n.º 1 310, de 15 de janeiro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e tendo em vista a proposta do Conselho Nacional de Pesquisas, com fundamento no artigo 13, da lei n.º 1 310, de 15 de janeiro de 1951, decreta:

Art. 1.º — Fica criado, nos termos do artigo 13, da lei n.º 1 310, de 15 de janeiro de 1951, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas, o qual terá como finalidade o estudo científico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional.

Parágrafo único — O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia promoverá a colaboração com organizações semelhantes mantidas pelas nações vizinhas, e poderá prestar assistência aos governos ou instituições desses países, no tocante ao estudo de problemas da região amazônica.

Art. 2.º — O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia terá regulamento elaborado pelo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas e aprovado por decreto do Presidente da República.

§ 1.º — O Regulamento disporá sobre a organização do Instituto, o regime de seus trabalhos, sua articulação com outros órgãos federais, estaduais ou municipais, de finalidades conexas, principalmente com o órgão que for estabelecido por lei para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a que se refere o artigo 199, da Constituição, bem como sobre a forma de admissão, atribuições, deveres e direitos de seu pessoal.

§ 2.º — Quando se fizer necessário, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia poderá promover, por intermédio do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, a requisição de servidores públicos, nos termos do artigo 35, do decreto-lei n.º 1 713, de 28 de outubro de 1939, ou das demais disposições legais em vigor.

Art. 3.º — O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia poderá receber doações, com ou sem finalidades especificadas.

Parágrafo único — Os bens e direitos pertencentes ao Instituto de Pesquisas da Amazônia somente poderão ser utilizados para a realização de objetivos próprios à sua finalidade, permitida, porém, a sua inversão para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art. 4.º — Fica instituído, sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Pesquisas, e de acordo com o capítulo VI, da lei n.º 1 310, de 15 de janeiro de 1951, o Fundo de Pesquisas da Amazônia, a que serão incorporadas as respectivas dotações orçamentárias e os re-

ursos de outra natureza destinados à manutenção e desenvolvimento dos trabalhos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Parágrafo único — A administração e aplicação do Fundo de Pesquisas da Amazônia serão estabelecidas no Regulamento a que se refere o artigo 2.º.

Art. 5.º — A utilização dos recursos financeiros atribuídos ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia será, em cada ano, objeto de prestação de contas ao Conselho Nacional de Pesquisas, até o dia 15 de fevereiro do ano subsequente, devendo este incorporar tais contas ao seu movimento próprio, para fins previstos no artigo 21 e seus parágrafos, da lei n.º 1 310, de 15 de janeiro de 1951.

Art. 6.º — Ficam asseguradas ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia como órgão do Conselho Nacional de Pesquisas, as prerrogativas e vantagens que a este competem, nos termos da lei n.º 1 310, de 15 de janeiro de 1951, e de seu regulamento, aprovado pelo decreto n.º 29 433, de 4 de abril de 1951.

Art. 7.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Ciro do Espírito Santo Cardoso.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

Alvaro de Sousa Lima.

João Cleofas.

E. Stmões Filho.

Segadas Viana.

Nero Moura.

(D.O. de 3-11-52).

Decreto n.º 34 924, de 12 de janeiro de 1954

Concede autorização para funcionamento dos cursos da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 23, do decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único — É concedida autorização para funcionamento dos cursos de física, química, história natural, ciências sociais e pedagogia, da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, mantida pela União Norte-Brasileira de Educação e Cultura e com sede em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Antônio Balbino.

(D.O. de 27-1-1954).

Decreto n.º 35 124, de 27 de fevereiro de 1954

Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, nos termos da lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista a proposta conjunta do Conselho Nacional de Pesquisas e da Fundação Getúlio Vargas, e o disposto na lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, Decreta:

Art. 1.º — Fica criado, no Conselho Nacional de Pesquisas, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.), com as seguintes finalidades:

a) promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação;

b) estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional;

c) incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do país, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores.

Parágrafo único — O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) executará o seu programa de atividades de acordo com os objetivos e interesse do Conselho Nacional de Pesquisas, do Departamento Administrativo do Serviço Público e da Fundação Getúlio Vargas, tendo em vista, principalmente:

a) publicação de boletins bibliográficos;

b) prestação de serviços de referência especializados;

c) manutenção de um serviço de catalogação cooperativa;

d) organização de um catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do país;

e) preparação de bibliografias especiais solicitadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, pela Fundação Getúlio Vargas, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e entidades colaboradoras do Instituto;

f) publicação de guias gerais das fontes de pesquisas bibliográficas;

g) cooperação, no campo da pesquisa, do intercâmbio bibliográfico e da documentação com as entidades especializadas do país e do exterior;

h) manutenção de um serviço de foto-reprodução;

i) desenvolvimento de cursos de formação e aperfeiçoamento em biblioteconomia e documentação.

Art. 2.º — A fim de atender à plena realização dos objetivos fundamentais do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.), poderá o Conselho Nacional de Pesquisas firmar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas e particulares.

Art. 3.º — A organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.), serão disciplinados em regimento, a ser elaborado pelo Conselho Diretor e submetido à aprovação do Presidente da República, no prazo de sessenta dias.

Art. 4.º — O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) será administrado por um Conselho Diretor, no qual se farão representar o Conselho Nacional de Pesquisas, a Fundação Getúlio Vargas, o Departamento Administrativo do Serviço Público e outras entidades colaboradoras que contribuam com recursos financeiros, técnicos ou materiais, para a manutenção de seus serviços.

§ 1.º — Os membros do Conselho Diretor serão designados pelo Presidente do Con-

selho Nacional de Pesquisas, mediante indicação das entidades colaboradoras.

§ 2.º — O Conselho Diretor terá um Presidente e um Vice-Presidente, que substituirá o primeiro em suas faltas e impedimentos, ambos designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

Art. 5.º — O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) será mantido pelas dotações e contribuições, que lhe destinarem o Conselho Nacional de Pesquisas, a Fundação Getúlio Vargas e demais entidades colaboradoras, na conformidade dos acordos previstos no art. 2.º.

Art. 6.º — Os bens e direitos vinculados ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) somente poderão ser utilizados para a realização dos objetivos específicos da entidade.

Art. 7.º — A utilização dos recursos, auxílios, subvenções, contribuições e doações atribuídos ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) será objeto em cada ano, de uma prestação de contas especial às entidades colaboradoras.

Art. 8.º — Anualmente, até o último dia útil do mês de janeiro, deverá o Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) apresentar aos Presidentes do Conselho Nacional de Pesquisas e da Fundação Getúlio Vargas um relatório circunstanciado das atividades do Instituto no ano anterior.

Art. 9.º — Ficam asseguradas ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) as prerrogativas e vantagens conferidas ao Conselho Nacional de Pesquisas, nos termos da lei 1.310, de 15 de janeiro de 1951, e de seu regulamento aprovado pelo decreto n.º 29 433, de 4 de abril de 1951.

Art. 10 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de fevereiro de 1954, 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS,

Tancredo de Almeida Neves.

(D.O. de 4-3-1954).

Decreto n.º 35 133, de 1 de março de 1954

Approva o Regimento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regimento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que com este baixa, assinado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de março de 1954, 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS,

Tancredo de Almeida Neves.

CAPÍTULO I*Dos fins e atribuições*

Art. 1.º — O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (I.N.P.A.), criado pelo decreto n.º 31 672, de 29 de outubro de 1952, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, e subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas (C.N.Pq.) tem como finalidade o estudo científico e tecnológico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacionais.

Art. 2.º — Para o cumprimento de suas finalidades, o I.N.P.A. deverá:

a) realizar ou promover investigações científicas e tecnológicas, no interesse da região amazônica, por iniciativa própria ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior;

b) colaborar, quando oportuno, com organizações similares mantidas por nações estrangeiras;

c) estimular ou promover a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos para a região amazônica, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, bem como concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e facultando estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais, no país ou no exterior;

d) manter relações com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação em reuniões e congressos para estudo de assuntos de interesse comum;

e) emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades;

f) gerir o Fundo de Pesquisas da Amazônia;

g) estudar soluções de notório êxito obtidas em regiões semelhantes à Amazônia, quanto a problemas, de caráter científico ou tecnológico, que interessem à promoção do bem estar e ao desenvolvimento da economia e da cultura;

h) auxiliar o desenvolvimento de bibliotecas e centros de documentação nas organizações científicas ou de pesquisa situadas na região amazônica;

i) estabelecer prêmios a serem distribuídos periodicamente aos cientistas, tecnólogos ou pesquisadores que tenham realizado trabalhos originais de valor, no campo da ciência pura ou aplicada, reputados de interesse para a Amazônia;

j) dar assistência à elaboração de projetos de construção e instalação de museus, jardins botânicos ou zoológicos, centros de pesquisa ou experimentação que, sobre a Amazônia, vierem posteriormente a ser criados;

l) promover a publicação dos resultados de pesquisas, bem como memórias, monografias e ensaios, de interesse científico ou tecnológico para a região amazônica, preservados os interesses da segurança nacional.

Art. 3.º — O I.N.P.A. funcionará em constante articulação com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a que se refere a lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1953.

CAPÍTULO II

Da organização

Art. 4.º — O I.N.P.A. terá um Diretor, designado pelo Presidente do C.N.Pq. entre brasileiros de notável saber, reconhecida idoneidade moral e devotamento aos interesses do país.

Art. 5.º — O I.N.P.A. será estruturado em diversas Divisões, de caráter técnico-científico, e um Serviço de Administração.

§ 1.º — As Divisões a que se refere este artigo, quando o volume de trabalho o exigir, poderão ser articuladas em Setores, cujo número, denominação, organização e atribuições específicas serão fixados pelo C.N.Pq., por proposta do I.N.P.A., entendendo-se que a cada Setor pode corresponder um projeto ou tipo de atividade ou um conjunto de projetos ou atividades afins.

§ 2.º — O Serviço de Administração, quando o volume de trabalho o exigir, poderá ser articulado em Seções, cujo número, denominação, organização e atribuições específicas serão fixados pelo Presidente do C.N.Pq., por proposta do I.N.P.A.

Art. 6.º — Haverá, no I.N.P.A., um Conselho Técnico-Administrativo, composto pelo Diretor, que será seu Presidente nato, pelos Chefes das Divisões e o do Serviço de Administração e por um Representante da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, um do Instituto Agrônomico do Norte, um do Estado Maior das Forças Armadas, um da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

§ 1.º — O Conselho reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando convocado por seu Diretor, ou a requerimento de dois terços de seus membros com direito a voto.

§ 2.º — O Conselho só poderá reunir-se com dois terços dos seus membros com direito a voto.

§ 3.º — As decisões do Conselho serão tomadas por maioria dos membros presentes, cabendo ao seu Presidente o voto de desempate.

§ 4.º — Só terão direito a voto os membros brasileiros do Conselho.

§ 5.º — Os membros do Conselho perceberão, em cada sessão a que comparecerem, até o máximo de 15 sessões por ano, uma gratificação de representação, a ser arbitrada pelo Presidente do C.N.Pq., por proposta do Diretor do I.N.P.A. Aos que não residirem em Manaus serão concedidas ajudas de custo e diárias para despesas de viagem e permanência.

§ 6.º — Para os membros que sejam servidores públicos, civis ou militares, as reuniões do Conselho terão preferência sobre suas funções ordinárias, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens de seus cargos, funções ou postos.

§ 7.º — O Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas poderá convidar cientistas e técnicos, a título de consultores, até o número de seis, para participar, sem direito a voto, das sessões do Conselho Técnico-Administrativo, cabendo-lhes, entretanto, as vantagens previstas no parágrafo 5.º deste artigo.

CAPÍTULO III

Da competência

Art. 7.º — Ao Diretor incumbe:

a) orientar, coordenar e controlar as atividades do Instituto;

b) assegurar a execução dos planos, programas e projetos adotados;

c) submeter à aprovação do C.N.Pq., com parecer prévio do Conselho Técnico-Administrativo:

I — o plano de trabalhos a longo prazo, com indicação, para cada projeto, do custo global provável;

II — a estrutura administrativa, com a definição das atribuições de cada unidade;

III — o quadro do pessoal;

IV — o programa anual de trabalhos;

V — o orçamento anual e a abertura de créditos adicionais;

VI — o relatório anual das atividades do Instituto;

VII — as minutas de convênios e acordos de cooperação, quando dependam de aprovação de autoridade superior;

d) submeter à aprovação do Conselho Técnico-Administrativo:

I — as normas para a concessão de bolsas;

II — as normas para a concessão dos prêmios a que se refere a alínea i do artigo 2.º deste Regulamento;

III — as minutas de acordos e convênios de cooperação desde que não exijam aprovação de autoridade superior;

e) balxar portarias, instruções e ordens de serviço;

f) admitir e dispensar o pessoal;

g) aprovar a escala de férias do pessoal;

h) velar pela disciplina do pessoal, aplicando as sanções de acordo com a legislação;

i) conceder licenças;

j) propor ao Presidente do C.N.Pq. a designação e dispensa dos ocupantes das funções de chefia;

l) autorizar e fiscalizar a movimentação de recursos orçamentários;

m) presidir ao Conselho Técnico-Administrativo;

n) convocar, extraordinariamente, o Conselho Técnico-Administrativo;

o) assinar contratos, convênios ou acordos.

Art. 8.º — Ao Conselho Técnico-Administrativo incumbem:

a) examinar e emitir parecer sobre:

I — o relatório anual do Diretor;

II — o plano de trabalhos a longo prazo;

III — o programa anual de trabalhos;

IV — o orçamento anual;

V — o quadro do pessoal;

b) sugerir normas e providências tendentes ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Instituto;

c) aprovar a minuta dos convênios ou acordos de cooperação do Instituto com organizações nacionais ou estrangeiras, ou dar parecer sobre os mesmos, quando sua aprovação dependa de autoridade superior;

d) aprovar normas para a concessão de prêmios e de bolsas de estudo e pesquisas.

Art. 9.º — A cada uma das Divisões a que se refere o art. 5.º deste Regulamento incumbem executar as atividades de natureza científica ou tecnológica que correspondam aos fins precípuos do Instituto, fazendo-o de acordo com o programa de trabalho aprovado.

Art. 10 — Ao Serviço de Administração compete prestar os serviços de administração geral que se fizerem necessários à consecução das finalidades do I.N.P.A.

CAPÍTULO IV

Do regime financeiro

Art. 11 — O I.N.P.A. terá orçamento próprio, anexo ao do C.N.Pq.

§ 1.º — A proposta orçamentária do I.N.P.A., acompanhada do programa de trabalho correspondente e do relatório relativo aos trabalhos executados no ano anterior, deve ser apresentada ao C.N.Pq. até o último dia útil de janeiro.

§ 2.º — A proposta orçamentária do I.N.P.A., aprovada pelo C.N.Pq., será submetida juntamente com a proposta orçamentária deste à aprovação do Presidente da República.

Art. 12 — Ao I.N.P.A. aplicam-se, no que couber, as disposições sobre o regime financeiro vigente para o C.N.Pq.

Art. 13 — O Fundo de Pesquisas da Amazônia, criado pelo artigo 4.º do decreto número 31.672, de 29 de outubro de 1952, será constituído pelas dotações anualmente para esse fim consignadas no orçamento ou em créditos adicionais do C.N.Pq., ou provenientes de outros auxílios concedidos ao I.N.P.A.

Parágrafo único — Os saldos das dotações orçamentárias ou de créditos adicionais não aplicados pelo I.N.P.A., no fim de cada exercício serão incorporados ao Fundo.

Art. 14 — A movimentação de recursos do I.N.P.A. será feita por meio de cheques e ordens de pagamento assinados conjuntamente pelo Diretor e pelo Chefe do Serviço de Administração.

Art. 15 — Todas as pessoas e instituições que, a qualquer título, movimentarem recursos do I.N.P.A., ficam obrigadas à prestação de contas.

Art. 16 — A utilização dos recursos financeiros atribuídos ao I.N.P.A. será, para cada exercício, objeto de prestação de contas ao C.N.Pq., até o dia 15 de fevereiro do ano subsequente.

CAPÍTULO V

Do pessoal

Art. 17 — Ao I.N.P.A. aplicam-se as disposições sobre pessoal fixadas por lei para o C.N.Pq., inclusive no que dizem respeito ao regime de trabalho.

Parágrafo único — O pessoal técnico, científico ou docente será recrutado tanto entre brasileiros quanto entre estrangeiros.

CAPÍTULO VI

Das substituições

Art. 18 — Serão substituídos, automaticamente, em suas faltas e impedimentos, até 30 dias:

I — o Diretor pelo Chefe de Divisão para isto designado;

II — o Chefe de Divisão pelo Chefe de Setor para isto designado;

III — o Chefe do Serviço de Administração pelo Chefe de Secção para isto designado;

IV — o Chefe de Setor ou Secção pelo servidor para isto designado.

Parágrafo único — As designações serão feitas pelo Presidente do C.N.Pq.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

Art. 19 — Para a consecução de seus objetivos, mediante autorização do C.N.Pq. e por delegação deste, poderá o I.N.P.A. estabelecer acordos ou convênios de cooperação com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 20 — A prestação de serviços ao I.N.P.A. por pessoa física ou jurídica salvo quando se trate de serviços que requirem pronto pagamento, precederá sempre contrato, ouvido em cada caso o Presidente do C.N.Pq.

Art. 21 — As normas complementares para a organização e o funcionamento do I.N.P.A. serão objeto de instruções a ser baixadas pelo Presidente do C.N.Pq.

Art. 22 — Os cargos de Chefia das Divisões e Serviços a que se refere o art. 5.º serão providos, em comissão, por ato do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, mediante proposta do Conselho Técnico-Administrativo do I.N.P.A., em lista triplíce.

Parágrafo único — As primeiras designações serão de livre escolha do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

Rio de Janeiro, em 1 de março de 1954.
— Tancredo de Almeida Neves.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Integra das leis, decretos e demais atos de interesse geográfico

AMAZONAS

Convênio firmado entre o Conselho Nacional de Geografia e o Estado do Amazonas.

Aos doze dias do mês de abril, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo seu Presidente, Desembargador Florêncio de Abreu e o Estado do Amazonas, pelo seu representante, Dr. Leopoldo Peres Sobrinho, pelo presente convênio, acordaram o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA

O Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obriga-se a elaborar e imprimir o mapa do Estado do Amazonas nas seguintes condições:

1.º) O mapa do Estado do Amazonas será compilado com base nos elementos informativos existentes no Conselho Nacional de Geografia;

2.º) Serão executadas tôdas as operações necessárias à impressão do mapa para que ele apresente, não só as informações julgadas de maior confiança na época atual, como as características cartográficas no que se refere à apresentação;

3.º) Serão impressos 5 000 exemplares em 7 côres em uma única fôlha na escala de 1:2 000 000.

CLAUSULA SEGUNDA

O Conselho Nacional de Geografia se compromete a executar êsse trabalho no prazo de 120 dias a contar da assinatura dêste convênio.

CLAUSULA TERCEIRA

O Estado do Amazonas se compromete a indenizar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na quantia de Cr\$ 103 090,00 devida ao Conselho Nacional de Geografia pela elaboração do mapa e mais Cr\$ 44 910,00 ao Serviço Gráfico do I.B.G.E. pela impressão dos 5 000 exemplares, importâncias estas entregues no ato da assinatura dêste convênio.

CLAUSULA QUARTA

A legenda do mapa compreenderia os seguintes dizeres: "Mapa do Estado do Amazonas elaborado na administração do Governador Álvaro Botelho Maia".

CLAUSULA QUINTA

O Conselho Nacional de Geografia fica autorizado pelo govêrno do Estado do Amazonas a imprimir para seu uso os exemplares que precisar para divulgação.

*Florêncio de Abreu.
Leopoldo Peres Sobrinho.*



Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Diretório Central

Íntegra das resoluções 443 a 447

Resolução n.º 443, de 28 de maio de 1953

Fixa a estrutura orgânica da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando o pronunciamento da última sessão da Assembléa Geral do Conselho, expresso no art. 2.º da sua resolução n.º 381, de 28 de outubro de 1952, que, ao ratificar os atos, deliberações e resoluções dos Diretórios Central e Regionais do mesmo Conselho, no período de setembro de 1951 a outubro de 1952, indicou, quanto à resolução n.º 400, de 28 de dezembro de 1951, dêste Diretório Central, "a conveniência de ser o assunto cuidadosamente reconsiderado pelo Diretório Central, na oportunidade da elaboração do Regimento da Secretaria Geral";

Considerando que o projeto de resolução que baixará o regimento da Secretaria Geral, ora em exame na Comissão de Legislação, ao disciplinar as atividades dos vários órgãos de que se compõe o Conselho, inclui, entre estes, a Divisão Cultural;

Considerando a conveniência para o Conselho de se estabelecer uma unidade de serviço com atribuições idênticas às da antiga Divisão de Documentação, que foi extinta pela referida resolução n.º 400, dêste Diretório;

Considerando, ainda, que, por força do artigo 3.º da mesma resolução n.º 381, de 28 de outubro de 1952, da Assembléa Geral, ficaram suspensas as alterações introduzidas pela resolução n.º 400, do Diretório Central, que ainda não haviam sido postas em execução até aquela data;

Considerando, por outra parte, que a criação da Divisão Cultural acarreta modificações na estrutura do gabinete do Secretário-Geral e das outras duas Divisões de Geografia e de Cartografia;

Considerando, finalmente, que a estruturação, dos serviços deve anteceder à sua disciplina através do Regimento,

RESOLVE:

Art. 1.º — A Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia compreende órgãos consultivos e órgãos executivos e é dirigida pelo Secretário-Geral do Conselho.

§ 1.º — São órgãos consultivos:

- I — Comissão Diretora;
- II — Comissão de Geografia;
- III — Comissão de Cartografia;
- IV — Comissão de Difusão Cultural;
- V — Comissão de Promoções;
- VI — Consultoria Jurídica.

§ 2.º — São órgãos executivos:

I — O gabinete do Secretário-Geral, ao qual se subordinam:

- a) Chefia do gabinete;
- b) Secretaria dos Órgãos Deliberativos do Conselho;
- c) Secretaria de Coordenação dos Órgãos Regionais e Entidades Filiadas;
- d) Setor de Rádio e Comunicações.

II — A Divisão de Geografia com a seguinte organização:

- a) A Direção da Divisão;
- b) A Secretaria da Divisão;
- c) Secção Regional Norte;
- d) Secção Regional Nordeste;
- e) Secção Regional Leste;
- f) Secção Regional Sul;
- g) Secção Regional Centro-Oeste;
- h) Secção de Estudos Sistemáticos, com os seguintes setores:

- 1. Setor de Geografia Física;
- 2. Setor de Geografia Humana;
- 3. Setor de Geografia Económica.
- 4. Setor de Ilustrações Geográficas.
- 5. Setor de Fotografia e Cinema.
- i) Secção de Cálculos.

III — A Divisão de Cartografia, que compreende:

- a) A Direção da Divisão;
- b) Secretaria da Divisão;
- c) Secção de Triangulação, com os seguintes setores:

- 1. Setor de Medição Angular e Montagem de Tôrres;

- 2. Setor de Reconhecimento A;
- 3. Setor de Reconhecimento B;
- 4. Setor de Serviços Gerais;

d) Secção de Nivelamento, com os seguintes Setores:

- 1. Setor de Medição A;
- 2. Setor de Medição B;

3. Setor de Medição C;
 4. Setor de Serviços Gerais.
- e) Secção de Bases, de Astronomia e Gravimetria, com os seguintes Setores:
1. Setor de Bases;
 2. Setor de Astronomia e Gravimetria;
 3. Setor de Serviços Gerais;
- f) Secção de Levantamentos Mistos, com os seguintes setores:
1. Setor de Contrôlo Astronômico;
 2. Setor de Levantamento A;
 3. Setor de Levantamento B;
 4. Setor de Levantamento C;
 5. Setor de Serviços Gerais.
- g) Secção de Cálculos, com os seguintes setores:
1. Setor de Cálculos Astronômicos;
 2. Setor de Cálculos Geodésicos;
 3. Setor de Cálculos Especiais.
- h) Secção de Compilação, com os seguintes setores:
1. Setor de Pesquisas;
 2. Setor de Altimetria;
 3. Setor de Planimetria;
 4. Setor de Cartas Especiais;
- i) Secção de Desenho, com os seguintes setores:
1. Setor Cartográfico;
 2. Setor Litográfico;
- j) Secção de Revisão;
- k) Secção de Restituição Aerofotogramétrica, com os seguintes setores:
1. Setor de Identificação e Seleção;
 2. Setor de Análise e Triangulação;
 3. Setor de Restituição.
- l) Secção de Documentação Cartográfica, com os seguintes setores:
1. Setor de Prontuário;
 2. Setor de Mapoteca;
 3. Setor de Arquivo Fotográfico;
 4. Setor de Divisão Territorial;
- m) Secção de Reproduções, com os seguintes setores:
1. Setor de Fotocartografia;
 2. Setor de Tipografia e Multilite;
 3. Setor de Cópias.
- IV — A Divisão Cultural, com a seguinte organização:
- a) A Direção da Divisão;
 - b) A Secretaria da Divisão;
- c) A Secção de Biblioteca, com os seguintes setores:
1. Setor de Catalogação e Referência;
 2. Setor de Arquivo Corográfico;
 3. Setor de Hemeroteca;
- d) Secção de Divulgação Cultural, com os seguintes Setores:
1. Setor de Assistência ao Ensino;
 2. Setor de Museu;

3. Setor de Intercâmbio;
 4. Setor de Toponímia.
- e) Secção de Publicações, com os seguintes setores:
1. Setor de Redação;
 2. Setor de Revisão;
 3. Setor de Ilustrações;
 4. Setor de Expedição.
- V — A Divisão de Administração, que compreende:
- a) A Direção da Divisão;
 - b) A Secretaria da Divisão;
 - c) Tesouraria;
- d) Secção do Pessoal, com os seguintes setores:
1. Setor de Cadastro;
 2. Setor de Direitos e Deveres;
- e) Secção do Material, com os seguintes setores:
1. Setor Comercial;
 2. Setor de Patrimônio;
 3. Setor de Almoxarifado.
- f) Secção de Contabilidade, com os seguintes setores:
1. Setor Contábil;
 2. Setor Orçamentário;
 3. Setor de Contrôlo;
- g) Secção de Comunicações e Expediente, com os seguintes setores:
1. Setor de Protocolo e Arquivo;
 2. Setor de Mecanografia.
- h) Secção de Serviços Gerais, com os seguintes setores:
1. Setor de Portaria;
 2. Setor de Reparos e Conservação;
 3. Setor de Garage e Transporte.

Art. 2.º — Os órgãos consultivos e executivos, componentes da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia, terão as atribuições previstas no Regimento Interno desta Secretaria.

Art. 3.º — Os encargos resultantes da criação de um cargo de Diretor de Divisão, padrão CC-4, de funções gratificadas de secretário, chefes de secção e de setor serão atendidos pelos recursos das verbas próprias do orçamento do Conselho.

Art. 4.º — Feitas pelo Presidente do Instituto as nomeações e designações decorrentes desta resolução, fica o Secretário-Geral do Conselho autorizado a providenciar no sentido da instalação imediata da Divisão Cultural.

Art. 5.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1953, ano XVII do Instituto. — Conferido e numerado: José Veríssimo da Costa Pereira, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: Deoclécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

☆

Resolução n.º 444, de 2 de junho de 1953

Prescreve medidas de auxílio eventual a servidor do C.N.G., bolsista nos Estados Unidos da América do Norte.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e considerando que o Eng.º Lisandro Viana Rodrigues, chefe da Secção de Bases, Astronomia e Gravimetria, da Divisão de Cartografia desta Secretaria Geral, viajou em fins de 1952, aos Estados Unidos da América do Norte, em gozo de bolsa de estudos do Coast and Geodetic Survey;

Considerando que a finalidade da referida bolsa, atende aos melhores interesses da repartição e se enquadra, perfeitamente, no disposto, no art. 1.º da resolução n.º 428, de 4 de setembro de 1952, deste Diretório Central;

Considerando que, em face disso, o referido servidor fez jus às vantagens previstas na resolução n.º 428, acima citada;

Considerando que, em decorrência, o Eng.º Lisandro Viana Rodrigues vinha recebendo até o mês de janeiro, inclusive, por intermédio do Banco do Brasil, a importância global de qui-

nhentos dólares mensais, calculados à taxa oficial de Cr\$ 18,72, por dólar americano;

Considerando, todavia, que em virtude da vigência da lei n.º 1807, de 7 de janeiro de 1953, tal remessa só poderia ser feita à base da taxa do câmbio livre, correspondente a mais do dobro da taxa oficial;

Considerando que essa situação perdurará enquanto não forem baixadas, pelo Governo, novas instruções relativas à remessa de câmbio oficial para os servidores públicos brasileiros bolsistas no estrangeiro;

Considerando as dificuldades financeiras daí resultantes para o Eng.º Lisandro Viana Rodrigues, face à redução substancial de seus recursos para atender às despesas de sua manutenção;

Considerando, finalmente, os compromissos do Conselho para com o referido servidor,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia autorizada a indenizar o servidor Lisandro Viana Rodrigues

da diferença entre a taxa de câmbio oficial de Cr\$ 18,72, por dólar americano e a taxa de câmbio livre, em vigor no dia da remessa, no montante de quinhentos dólares americanos.

Parágrafo único — Tal indenização será mensal e vigorará a partir de fevereiro, e enquanto não for definitivamente regularizado o assunto da transferência de vencimentos para os bolsistas no estrangeiro, pelo órgão competente do Governo da República.

Art. 2.º — A Secretaria Geral do Conselho tomará a si o encargo de fazer a remessa dos quinhentos dólares mensais de que trata o artigo anterior, concedidos pelo Banco do Brasil àquela época.

Art. 3.º — As despesas decorrentes da presente resolução correrão por conta da verba própria do orçamento atual do Conselho.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: *José Veríssimo da Costa Pereira*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Deoclécio De Paranhos Antunes*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Florêncio de Abreu*, Presidente.

☆

Resolução n.º 445, de 2 de junho de 1953

Discrimina as dotações relativas às várias despesas previstas para a XIII sessão ordinária da Assembléa Geral.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando o disposto na resolução número 327, de 8 de setembro de 1951, da Assembléa Geral;

Considerando a resolução n.º 331, de 8 de setembro de 1951, da Assembléa Geral, que concede gratificação especial aos servidores do Conselho que prestem serviços extraordinários junto à referida Assembléa;

Considerando que a verba fixada no orçamento do Conselho para o corrente ano é insuficiente para atender às despesas previstas com o preparo, instalação e funcionamento da XIII sessão ordinária da Assembléa Geral;

Considerando que no orçamento do Conselho para o atual exercício existem disponibilidades em algumas de suas dotações;

Considerando que tais disponibilidades suportam destaques para as suplementações indispensáveis à verba específica para a realização da Assembléa;

Considerando, finalmente, a proposta do Secretário Geral, feita de acordo com o art. 2.º da resolução n.º 327, da Assembléa Geral,

RESOLVE:

Art. 1.º — O quantitativo global de quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 400 000,00), atribuído no orçamento do Conselho, para 1953, na verba 4, consignação II, sub-consignação 25, "Indenizações de despesas com a convocação, instalação e funcionamento da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia", é distribuído com as seguintes dotações específicas.

I — PESSOAL

I — Diárias	
Comissão de Tomada de Contas	36 000,00
II — Quota de representação e ajuda de custo dos delegados e membros da Assembléa	325 000,00
Subtotal	361 000,00

II — SERVIÇOS DE TERCEIROS

I — Transporte do pessoal e s/bagagem	39 000,00
	400 000,00

Art. 2.º — Fica o Secretário-Geral do Conselho, dada a insuficiência da presente dotação orçamentária, autorizado a fazer a indispensável recomposição do orçamento vigente, de modo a atender integralmente às despesas com a convocação, preparo, instalação e funcionamento da XIII sessão ordinária da Assembléa Geral.

Parágrafo único — A suplementação não poderá ultrapassar o quantitativo de duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 265 000,00).

Art. 3.º — O Secretário-Geral apresentará ao Diretório Central, ou à próxima XIII sessão ordinária da Assembléa Geral as alterações feitas no orçamento, de acordo com o art. 2.º em seu parágrafo único, da presente resolução.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: *José Veríssimo da Costa Pereira*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Deoclécio De Paranhos Antunes*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Florêncio de Abreu*, Presidente.

☆

Resolução n.º 446, de 9 de junho de 1953

Baixa o Regimento da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando que a resolução n.º 394, de 31 de outubro de 1952, da Assembléa Geral,

delegou ao Diretório Central poderes para elaborar "ad referendum" da mesma Assembléa, o Regimento da Secretaria Geral, autorização o Presidente do Instituto a pô-lo em execução, experimentalmente, logo após sua aprovação e publicação;

Considerando que a resolução n.º 381, de 24 de outubro de 1952, da Assembléa Geral, expressou a conveniência de ser, na oportunidade da elaboração da Secretaria Geral, reconhecida a resolução n.º 400, de 28 de dezembro de 1951, do Diretório Central, que deu nova organização à Secretaria Geral,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado, "ad referendum" da Assembléa Geral, o Regimento da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia cujo texto faz parte integrante desta resolução.

Art. 2.º — Este Regimento entrará em execução, a título experimental, a partir da data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: *José Verissimo da Costa Pereira*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Deoclécio De Paranhos Antunes*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Florêncio de Abreu*, Presidente.

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA GERAL

CAPÍTULO I

Dos Fins da Secretaria Geral

Art. 1.º — A Secretaria-Geral, criada pelo decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, modificado pela lei n.º 756, de 8 de julho de 1949, é o órgão executivo central do Conselho Nacional de Geografia, subordinado ao Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Parágrafo único — A Secretaria Geral tem por objetivo promover a coordenação das atividades geográficas do país, bem como projetar e executar os trabalhos técnicos, culturais e administrativos de competência do C.N.G.

Art. 2.º — A Secretaria-Geral reger-se-á por este Regimento.

CAPÍTULO II

Da Estrutura da Secretaria-Geral

Art. 3.º — A Secretaria-Geral que é dirigida pelo Secretário-Geral do Conselho, compreende órgãos consultivos e órgãos executivos, na conformidade da resolução do Diretório Central do C.N.G., sob n.º 443, de 28 de maio próximo passado.

CAPÍTULO III

Das Atribuições dos Órgãos Consultivos

SECÇÃO I — Da Comissão Diretora

Art. 4.º — A Comissão Diretora é o órgão que tem por objetivo assegurar a unidade de direção e a coordenação dos serviços da Secretaria-Geral.

Art. 5.º — A Comissão Diretora constitui-se do Secretário-Geral, do Secretário-Assistente e dos Diretores de Divisão.

§ 1.º — O Presidente da Comissão é o Secretário-Geral do Conselho;

§ 2.º — Os trabalhos da Comissão são secretariados por funcionário designado pelo Secretário-Geral.

Art. 6.º — A Comissão Diretora reunir-se-á sempre que necessário por convocação do Secretário-Geral.

Art. 7.º — A Comissão Diretora compete:

I — Examinar assuntos referentes a mais de uma Divisão ou ao funcionalismo e recomendar medidas de interesse geral;

II — Propor o estudo e a adoção de normas de serviço.

SECÇÃO II — Das Comissões de Geografia, Cartografia e Difusão Cultural

Art. 8.º — As Comissões de Geografia e Cartografia têm por principal objetivo assegurar o intercâmbio técnico e científico permanente entre o Conselho e as instituições afins. Como órgãos consultivos compete-lhes opinar e colaborar no estudo, no planejamento e na orientação das atividades geográficas e cartográficas do Conselho, de modo que estas se harmonizem com as daquelas instituições, visando à unidade e conjugação de esforços.

Art. 9.º — A Comissão de Difusão Cultural incumbem opinar sobre a difusão dos conhecimentos atinentes à ciência geográfica, por meio de publicações, conferências, tertúlias e cursos de aperfeiçoamento convocados os Diretores das Divisões de Geografia e Cartografia sempre que se tratar de assuntos de suas especialidades.

Art. 10 — As Comissões de Geografia e Cartografia e Difusão Cultural constituem-se do Secretário-Geral, do Diretor da Divisão técnica correspondente e de, no máximo, mais seis membros estranhos ao quadro de servidores do Conselho, escolhidos pelo Diretório Central e com mandato pelo prazo de dois anos.

§ 1.º — Para escolha dos membros estranhos ao Conselho, o Secretário-Geral, ouvido o Diretor da Divisão correspondente, apresentará ao Diretório Central uma relação de técnicos de notório saber e ativa participação no ambiente geográfico e cartográfico nacional.

§ 2.º — Os trabalhos dessas Comissões serão presididos pelo Secretário-Geral, ou, em seu impedimento, pelo Diretor da Divisão correspondente. Serão secretariados por um Chefe de Secção da Divisão interessada.

§ 3.º — Cada Comissão reunir-se-á ordinariamente quando convocada pelo Secretário-Geral.

§ 4.º — O Secretário-Geral poderá convidar técnicos de reconhecida competência para tomarem parte nas reuniões nas quais se discutirão assuntos de suas especializações;

§ 5.º — Os membros estranhos ao quadro de servidores do Conselho e os técnicos convidados, na forma do parágrafo anterior, perceberão a gratificação de presença que for atribuída pelo Diretório Central.

SECÇÃO III — Da Comissão de Promoções

Art. 11 — A Comissão de Promoções é o órgão que tem por encargo apurar o merecimento e a antiguidade dos servidores da Secretaria Geral, com as atribuições previstas no Regulamento de Promoções do Pessoal do Conselho.

SECÇÃO IV — Da Consultoria Jurídica

Art. 12 — A Consultoria Jurídica é o órgão consultivo da Secretaria Geral que tem por encargo tratar da matéria de natureza jurídica do Conselho.

Art. 13 — Compete à Consultoria Jurídica: I — estudar a matéria de natureza jurídica, de processos em curso no Conselho e emitir o parecer;

II — assistir o Secretário-Geral na elaboração de normas e instruções, bem como na dos projetos de resolução que envolvam matéria de natureza legal;

III — sugerir ao Secretário-Geral o estabelecimento de normas que venham facilitar a aplicação da legislação vigente;

IV — minutar contratos e mais atos jurídicos de interesse do Conselho;

V — representar em juízo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em todas as ações em que o Conselho seja interessado;

VI — organizar e manter em dia o ementário das resoluções aprovadas, bem como da legislação, vigente que diga respeito ao Conselho.

CAPÍTULO IV

Das Atribuições dos Órgãos Executivos

SECÇÃO I — Do Gabinete do Secretário-Geral

Art. 14 — O Gabinete é o órgão auxiliar do Secretário-Geral no desempenho de suas funções.

Art. 15 — Ao Gabinete do Secretário-Geral compete:

I — executar os trabalhos de secretaria da Assembléia Geral, do Diretório Central e da Secretaria Geral;

II — promover a coordenação das atividades dos Órgãos Regionais e Entidades Filiadas no sentido do melhor desenvolvimento das atividades geográficas e cartográficas brasileiras;

III — estabelecer as comunicações rádio-telegráficas de interesse do Conselho.

SECÇÃO II — Da Divisão de Geografia

Art. 16 — A Divisão de Geografia é o órgão que tem por objetivo planejar e executar os estudos, as pesquisas e os trabalhos de geografia da competência do Conselho.

a) Secretaria da Divisão

Art. 17 — A Secretaria da Divisão é o órgão auxiliar do Diretor no desempenho de suas funções.

Parágrafo único — Os trabalhos da Secretaria são dirigidos por um secretário designado pelo Secretário-Geral por proposta do Diretor da Divisão.

Art. 18 — A Secretaria da Divisão compete:

I — executar os trabalhos de secretaria da Divisão;

II — verificar e apurar a frequência dos servidores da Divisão que estejam em serviço fora da sede do Conselho, remetendo mensalmente os mapas respectivos à Divisão de Administração;

III — reunir dados para o relatório anual dos trabalhos da Divisão;

IV — prestar assistência administrativa às Secções da Divisão.

b), c), d), e), f) — Secções Regionais Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste

Art. 19 — As Secções Regionais Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste são os órgãos que têm por objetivo executar trabalhos e pesquisas de geografia, em cada uma das regiões brasileiras, tendo em vista os problemas da geografia regional.

Art. 20 — Compete a cada uma das Secções Regionais:

I — realizar trabalhos geográficos de campo;

II — efetuar estudos de gabinete complementares aos trabalhos de campo realizados;

III — proceder a estudos geográficos de gabinete destinados ao preparo de trabalhos sobre a região de sua competência;

IV — organizar a documentação referente à região respectiva;

V — colaborar com as demais Secções na realização de trabalhos de interesse comum;

VI — executar serviços auxiliares de administração quando estiver realizando trabalhos de campo em local afastado da sede do Conselho.

g) Secção de Estudos Sistemáticos

Art. 21 — A Secção de Estudos Sistemáticos é o órgão que tem por objetivo realizar estudos sistemáticos de geografia física, geografia humana e econômica, de modo geral, bem como preparar sínteses nacionais sobre a sua especialidade.

Art. 22 — A Secção de Estudos Sistemáticos compete ainda:

I — organizar um prontuário de dados geográficos, relativos aos estudos que realizar;

II — executar serviços auxiliares de administração quando estiver realizando trabalhos de campo em local afastado da sede do Conselho.

III — rever e preparar para publicação todos os originais de trabalhos geográficos da Divisão;

IV — elaborar o desenho de ilustrações geográficas;

V — preparar os cartogramas necessários aos estudos da Divisão;

VI — fotografar motivos e aspectos de interesse geográfico e efetuar os respectivos trabalhos de laboratório;

VII — fazer a filmagem de assuntos de interesse geográfico.

h) Secção de Cálculos

Art. 23 — A Secção de Cálculos é o órgão ao qual compete:

I — executar os cálculos necessários aos trabalhos da Divisão de Geografia.

II — Medir a área do Brasil e as de seus Estados, Territórios, Municípios e Distritos, procedendo a revisões periódicas para acompanhar as alterações que os poderes competentes das unidades da Federação determinem em sua divisão territorial.

SECÇÃO III — Da Divisão de Cartografia

Art. 24 — A Divisão de Cartografia é o órgão que tem como objetivo planejar e executar os trabalhos de Cartografia da Competência do Conselho.

a) Secretaria da Divisão

Art. 25 — A Secretaria da Divisão de Cartografia aplicam-se os dispositivos dos artigos 17 e 18 deste Regulamento.

b) Secção de Triangulação

Art. 26 — A Secção de Triangulação é o órgão que tem por objetivo efetuar trabalhos de triangulação geodésica.

Art. 27 — A Secção de Triangulação compete, através de seus setores:

I — realizar reconhecimentos para locação de estações, bases geodésicas e pontos de Laplace;

II — construir marcos de triangulação;

III — fazer montagem e desmontagem de torres;

IV — efetuar medições angulares;

V — efetuar os cálculos preliminares que impliquem no imediato controle das operações de campo;

VI — executar serviços auxiliares de administração quando estiver realizando trabalhos em regiões afastadas da sede do Conselho.

c) Secção de Nivelamento

Art. 28 — A secção de Nivelamento é o órgão que tem por objetivo executar trabalhos referentes à altimetria de precisão.

Art. 29 — A Secção de Nivelamento compete, através de seus setores:

I — construir marcos de referência de nível;

II — executar o nivelamento geométrico de precisão;

III — executar os cálculos de transporte de altitude e avaliar a sua precisão;

IV — executar os demais trabalhos técnicos necessários ao estabelecimento das redes de nivelamento geométrico;

V — executar serviços auxiliares de administração quando estiver realizando trabalhos em regiões afastadas da sede do Conselho.

d) *Secção de Bases, Astronomia e Gravimetria*

Art. 30 — A Secção de Bases, Astronomia e Gravimetria é o órgão que tem por objetivo executar trabalhos de medição de bases geodésicas, de controle astronômico das triangulações e de determinação da intensidade da gravidade.

Art. 31 — A Secção de Bases, Astronomia e Gravimetria compete, através de seus setores:

I — construir marcos para pontos astronômicos de 1.^a e 2.^a ordem;

II — localizar e medir as bases geodésicas;

III — efetuar as determinações astronômicas de precisão necessárias às triangulações de 1.^a e 2.^a ordem;

IV — executar observações gravimétricas pendulares ou com gravímetros;

V — executar cálculos preliminares que impliquem, no imediato controle das operações de campo;

VI — executar os demais trabalhos técnicos necessários ao complemento, na parte que lhe compete, das triangulações geodésicas;

VII — executar serviços auxiliares de administração quando estiver realizando trabalhos em regiões afastadas da sede do Conselho.

e) *Secção de Levantamentos Mistos*

Art. 32 — A Secção de Levantamentos Mistos é o órgão que tem por objetivo a execução de levantamentos topográficos, com determinações astronômicas e magnéticas.

Art. 33 — A Secção de Levantamentos Mistos compete:

a) pelo Setor de Controle Astronômico:
I — determinar posições astronômicas de 3.^a ordem;

II — realizar observações magnéticas;

b) pelo Setor de Levantamento:
III — executar poligonais e caminhamentos;

IV — executar nivelamentos trigonométricos e barométricos;

V — executar os demais trabalhos técnicos necessários aos levantamentos topográficos;

VI — fazer identificação e completamento de fotografias aéreas;

c) pelo Setor de Serviços Gerais:
VII — organizar os originais topográficos resultantes dos trabalhos de campo da Secção;

VIII — executar os trabalhos de cálculo necessários à complementação dos originais topográficos.

IX — executar serviços auxiliares de administração quando estiver realizando trabalhos em regiões afastadas da sede do Conselho.

f) *Secção de Cálculos*

Art. 34 — A Secção de Cálculos é o órgão que tem por objetivo efetuar os cálculos relativos aos trabalhos realizados pelas Secções especializadas da Divisão.

Art. 35 — A Secção de Cálculos compete, através de seus setores:

I — efetuar os cálculos geodésicos e astronômicos de rotina;

II — efetuar cálculos de compensação de redes de triangulação e de nivelamento;

III — efetuar pesquisas sobre formas e dimensões do geóide.

g) *Secção de Compilação*

Art. 36 — A Secção de Compilação é o órgão que tem por objetivo executar os trabalhos de compilação cartográfica.

Art. 37 — A Secção de Compilação compete, através de seus setores:

I — realizar a compilação cartográfica;

II — selecionar e preparar os elementos a ela necessários;

III — estudar e executar a parte planimétrica e altimétrica dos trabalhos;

IV — corrigir em seus trabalhos as falhas anotadas pela Secção de Revisão.

h) *Secção de Desenho*

Art. 38 — A Secção de Desenho é o órgão que tem por objetivo desenhar com a devida precisão os trabalhos cartográficos do Conselho.

Art. 39 — A Secção de Desenho compete, através de seus setores:

I — desenhar os originais cartográficos destinados à reprodução;

II — abrir e retocar negativos;

III — retocar clichês;

IV — corrigir em seus trabalhos as falhas anotadas pela Secção de Revisão.

i) *Secção de Revisão*

Art. 40 — A Secção de Revisão é o órgão que tem por objetivo rever os trabalhos cartográficos destinados à reprodução e divulgação.

Art. 41 — A Secção de Revisão compete rever a compilação, desenho e as provas em cores indicando e relacionando as falhas observadas a fim de serem corrigidas pelas Secções competentes.

j) *Secção de Restituição Aerofotogramétrica*

Art. 42 — A Secção de Restituição Aerofotogramétrica é o órgão que tem por objetivo efetuar as tarefas dessa natureza necessárias aos trabalhos cartográficos do Conselho.

Art. 43 — A Secção de Restituição Aerofotogramétrica compete, através de seus setores:

I — Identificar e selecionar os acidentes consignados pelas fotografias aéreas;

II — determinar os elementos de orientação interna e externa das câmaras aéreas;

III — executar aerotriangulações.

IV — executar a restituição aerofotogramétrica.

k) *Secção de Documentação Cartográfica*

Art. 44 — A Secção de Documentação Cartográfica é o órgão que tem por objetivo obter e arquivar cartas, mapas, fotografias aéreas e quaisquer documentos de interesse cartográfico.

Art. 45 — A Secção de Documentação Cartográfica compete:

a) pelo Setor Prontuário:
I — registrar, classificar e arquivar toda a documentação referente ao controle planimétrico e altimétrico, em geral;

II — organizar fichário dos acidentes terrestres de interesse cartográfico;

III — organizar fichário de coordenadas geográficas de altitude.

IV — preparar índices da documentação, segundo as áreas abrangidas pelas folhas da carta ao milionésimo.

b) pelo Setor Mapoteca:

V — arquivar cadernetas de campo, formulários de cálculo, etc., provenientes da Secção de Cálculos;

VI — obter, catalogar e arquivar mapas, plantas, esboços e quaisquer outros elementos de interesse cartográfico;

VII — arquivar a documentação elaborada nas diversas Secções da Divisão e referente à confecção de mapas;

VIII — manter em caráter permanente, um serviço de coleta de elementos de interesse cartográfico;

IX — organizar um indicador informativo dos mapas e cartas existentes em outros serviços públicos;

c) pelo Setor de Arquivo Fotográfico:

X — obter, catalogar e arquivar fotografias aéreas, mosaicos e esquemas de voo fotogramétrico.

Parágrafo único — A Secção de Documentação Cartográfica incumbe também coordenar as suas atividades com a Secção de Biblioteca da Divisão Cultural;

d) pelo Setor de Divisão Territorial:

I — acompanhar o cumprimento das leis reguladoras da divisão territorial;

II — estudar medidas tendentes à consolidação dos preceitos sistematizadores da divisão territorial adotados pela legislação vigente;

III — organizar indicadores das cidades e vilas constantes dos quadros gerais da divisão territorial do país;

IV — reunir, coordenar e sistematizar os documentos e legislação referentes às fronteiras do Brasil, aos limites estaduais e municipais;

V — coligir os dados necessários ao preparo do atlas de limites intermunicipais, interestaduais e internacionais do Brasil;

VI — reunir, classificar, catalogar e conservar os documentos e plantas das cidades e vilas brasileiras, tendo em vista a delimitação das zonas urbanas, suburbanas e rurais;

VII — organizar cartogramas da divisão territorial das unidades da Federação;

l) Secção de Reproduções

Art. 46 — A Secção de Reproduções é o órgão que tem por objetivo a execução de trabalhos de reprodução, encadernação e entelagem.

Parágrafo único — Compreende: Setor de Fotocartografia, Setor de Tipografia e Multilite e Setor de Cópias.

Art. 47 — A Secção de Reproduções compete, através de seus setores:

I — preparar negativos e clichês cartográficos;

II — executar cópias fotográficas e heliográficas;

III — realizar os trabalhos tipográficos necessários à confecção de cartas e à impressão de cadernetas, formulários e pequenas publicações de interesse cartográfico;

IV — realizar trabalhos de impressão multilite;

V — executar trabalhos de encadernação e entelagem;

VI — calcular o custo dos trabalhos executados pela Secção e extrair as guias necessárias ao recebimento pela Tesouraria das importâncias relativas a cópias eventualmente solicitadas mediante indenização.

SECÇÃO IV — Da Divisão Cultural

Art. 48 — A Divisão Cultural é o órgão que tem por objetivo coligir documentos re-

ferentes à geografia do Brasil oriundos do próprio Conselho ou de outras fontes, nacionais e estrangeiras e promover sua difusão em publicações, conferências e cursos.

a) Secretaria da Divisão

Art. 49 — A Secretaria da Divisão Cultural aplicam-se os dispositivos dos artigos 17 e 18 deste Regimento.

b) Secção de Biblioteca

Art. 50 — A Secção de Biblioteca é o órgão que tem por encargo reunir, classificar, catalogar e arquivar todos os elementos informativos que puder obter sobre a geografia do Brasil.

Art. 51 — A Secção de Biblioteca compete, através de seus setores:

I — organizar, manter e conservar a Biblioteca, propor a aquisição de obras que sejam de interesse do Conselho e executar o seu registro e classificação;

II — preparar e manter em ordem os fichários da Biblioteca;

III — organizar a publicação do catálogo das obras da Biblioteca, atualizando-o periodicamente;

IV — franquear suas salas de leitura e consulta às pessoas interessadas;

V — orientar o leitor no uso da Biblioteca, auxiliando-o em pesquisas bibliográficas e fiscalizando o material confiado às consultas;

VI — manter o intercâmbio com as demais bibliotecas do serviço público e com as entidades culturais do país e do estrangeiro;

VII — dar conhecimento ao público das coleções do seu arquivo corográfico e da biblioteca;

VIII — manter fichário das bibliotecas e instituições culturais que recebem publicações do Conselho;

IX — permutar publicações existentes em duplicata, com entidades nacionais ou estrangeiras, mediante parecer prévio da Comissão de Difusão Cultural;

X — auxiliar os trabalhos da Comissão de Difusão Cultural;

XI — elaborar a bibliografia geográfica brasileira;

XII — organizar e manter em dia o arquivo corográfico, ordenando, classificando, catalogando e conservando textos e recortes de periódicos e demais documentos sobre a geografia do país;

c) Secção de Divulgação Cultural

Art. 52 — A Secção de Divulgação Cultural é o órgão que se destina a promover a colaboração, em matéria cultural, com entidades congêneres, nacionais e estrangeiras; e bem assim, o aperfeiçoamento técnico e cultural dos professores de geografia, geógrafos, cartógrafos e servidores do Conselho, em geral, cuvidos os Diretores das Divisões interessadas.

Art. 53 — A Secção de Divulgação Cultural compete, através de seus setores:

I — programar e providenciar a realização de tertúlias e conferências de professores e especialistas;

II — organizar os cursos de aperfeiçoamento de professores e especialistas, de acordo com a Comissão de Difusão Cultural;

III — propor e organizar a instituição de cursos destinados ao aperfeiçoamento técnico dos servidores do Conselho;

IV — obter e sistematizar os dados e informações destinados a publicações, em geral, e, em particular, elaborar os elementos relativos à situação física do Brasil ("Caracteri-

zação do Território, Climatologia e Divisão Territorial") para o "Anuário Estatístico do Brasil", editado pelo I.B.G.E.;

V — organizar e manter atualizado o "Cadastro dos Professores de Geografia", bem como manter o fichário alfabético das instituições técnicas e dos especialistas que se interessem pela geografia e cartografia do Brasil;

VI — atender às consultas e aos pedidos de informações formulados por professores, indicando-lhes bibliografias;

VII — propor a aquisição de obras técnicas ou científicas;

VIII — auxiliar com trabalhos a Comissão de Difusão Cultural;

IX — organizar seleções de diapositivos, de acordo com os programas dos cursos secundário e superior;

X — preparar, em regime de cooperação com o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a nomenclatura das estações, paradas e estrêbos ferroviários;

XI — organizar fichário indicativo da evolução histórico-territorial das localidades brasileiras;

XII — elaborar o Dicionário Geográfico;

XIII — contribuir para a divulgação da moderna didática da geografia.

d) *Secção de Publicações*

Art. 54 — A Secção de Publicações é o órgão que tem por incumbência obter, preparar e rever a matéria destinada às publicações editadas pelo Conselho, ou sob sua responsabilidade, bem como promover-lhes a difusão.

Art. 55 — A Secção de Publicações compete, através de seus setores:

I — elaborar a parte redacional da "Revista Brasileira de Geografia", do "Boletim Geográfico" e demais publicações que venham a ser editadas pelo Conselho;

II — rever, de acordo com o autor, e editar os originais das colaborações aceitas pela Comissão de Difusão Cultural para as publicações do Conselho;

III — preparar e manter atualizado o catálogo das publicações editadas;

IV — promover a impressão e rever as provas tipográficas de todas as publicações;

V — manter a escrituração do estoque das publicações editadas pelo Conselho, que se achem sob sua guarda;

VI — organizar e manter em dia a distribuição e a expedição das publicações do Conselho, inclusive mapas.

VII — organizar e manter em dia fichário das pessoas e entidades que, a qualquer título, recebem as publicações do Conselho;

VIII — distribuir aos diversos órgãos do Conselho as publicações editadas;

IX — atender às requisições visadas pelo Secretário-Geral, Diretores de Divisão e Secretário-Assistente;

X — extrair as guias necessárias ao recebimento pela Tesouraria das importâncias provenientes de vendas avulsas e assinaturas pagas das publicações do Conselho;

XI — promover ampla difusão do noticiário relativo às atividades e objetivos do Conselho;

XII — cooperar com a Secção de Biblioteca no intercâmbio das publicações do Conselho com instituições nacionais e estrangeiras;

XIII — fazer a propaganda das publicações editadas pelo Conselho, de acordo com as normas aprovadas pela Comissão de Difusão Cultural;

XIV — promover a divulgação de trabalhos que possam contribuir para o aperfeiçoamento técnico e cultural do pessoal do Conselho.

SECÇÃO V — Da Divisão de Administração

Art. 56 — A Divisão de Administração é o órgão que tem por encargo organizar e executar os serviços administrativos do Conselho.

a) *Secretaria da Divisão*

Art. 57 — A Secretaria da Divisão de Administração aplicam-se os dispositivos dos artigos 17 e 18 deste Regimento.

b) *Tesouraria*

Art. 58 — A Tesouraria é o órgão que tem por encargo, quando devidamente autorizada, receber, guardar, pagar e restituir valores pertencentes ao Conselho ou pelos quais este responde.

Art. 59 — A Tesouraria compete:

I — realizar, na sede do Conselho, o pagamento das despesas processadas e autorizadas;

II — receber as importâncias devidas ao Conselho e providenciar o depósito bancário das mesmas;

III — promover o recolhimento das importâncias descontadas aos funcionários e destinadas aos Institutos e Caixas de Previdência Social e à Caixa Econômica, de acordo com as relações fornecidas pela Secção do Pessoal;

IV — encarregar-se de todas as transações bancárias dos órgãos do Conselho sediados no Distrito Federal;

V — receber e restituir cauções, fianças, e depósitos, mantendo registro desses valores, bem como o de procurações e o de todos os atos que importem em autorização, suspensão ou cancelamento de pagamentos ou de recebimentos;

VI — manter em dia os livros e registros referentes às operações realizadas, fornecendo à Secção de Contabilidade os elementos necessários à escrituração financeira.

c) *Secção do Pessoal*

Art. 60 — A Secção do Pessoal é o órgão que tem por encargo os serviços de administração do pessoal do Conselho.

Art. 61 — A Secção do Pessoal compete:

a) pelo Setor de Cadastro:

I — manter em dia os assentamentos do pessoal;

II — efetuar o registro diário da frequência do pessoal, totalizando as faltas e impontualidades;

III — receber os pedidos de visitas médicas domiciliares e os de licença para tratamento de saúde e outras;

IV — avisar ao servidor interessado, quando suas faltas não justificadas somarem, num período de 12 meses, 55 dias não consecutivos;

V — levar, pelos canais competente, ao conhecimento do Secretário-Geral, para fins do disposto no art. 207 da lei n.º 1711, de 28 de outubro de 1952, o fato de ter qualquer servidor completado 30 dias de faltas não justificadas consecutivas, ou, num período de 12 meses, 60 intercaladamente;

VI — fornecer os elementos necessários ao processamento das promoções do pessoal, solicitadas pela Comissão de Promoções;

VII — organizar o almanaque do pessoal;

b) — pelo Setor de Direitos e Deveres:

VIII — lavrar portarias, contratos, certidões e demais atos relativos ao pessoal;

IX — providenciar a inscrição dos servidores em institutos ou caixas de previdência social;

X — registrar as escalas de férias;

XI — preparar as folhas de pagamento do pessoal, os recibos e relações necessárias e manter em dia a escrituração das fichas financeiras;

XII — examinar toda a documentação relativa às despesas com o pessoal das seções e turmas de campo e organizar os registros necessários;

XIII — informar e averbar os descontos em folha e preparar as respectivas relações de recolhimento;

XIV — fornecer à Secção de Contabilidade elementos necessários à elaboração da proposta orçamentária.

Parágrafo único — A Secção do Pessoal compete ainda:

I — propor medidas para o recrutamento e seleção de servidores para o Conselho;

II — colaborar no preparo das instruções e na realização de provas de habilitação;

III — propor a nomeação dos candidatos aprovados em concurso ou prova de habilitação;

IV — verificar a idoneidade dos candidatos aos cargos do Conselho.

d) Secção do Material

Art. 62 — A Secção do Material é o órgão que tem por encargo os serviços de administração do material do Conselho.

Art. 63 — A Secção de Material compete:

a) pelo Setor Comercial:

I — fazer as aquisições do material permanente ou de consumo devidamente autorizadas;

II — informar os pedidos de material a ser adquirido, tendo em vista a cotação do mercado;

III — promover concorrências e coletas de preços para a aquisição de todo material necessário aos serviços do Conselho;

IV — manter atualizado um registro de fornecedores inscritos mediante a apresentação de documentos hábeis;

V — informar as propostas apresentadas pelos fornecedores, do ponto de vista da qualidade, preço e condições outras de fornecimento;

b) pelo Setor de Patrimônio:

VI — colhêr em todas as contas de material, os elementos necessários aos registros da Secção;

VII — realizar anualmente o inventário do material permanente do Conselho e mantê-lo atualizado;

VIII — inspecionar o almoxarifado e os depósitos, efetuando os registros de material de consumo e realizando balanços semestrais;

IX — verificar as avarias sofridas pelo material segurado e dar ciência do fato ao Diretor da Divisão de Administração para as providências necessárias ao recebimento da respectiva indenização;

X — propor recolhimento ou redistribuição de material que não esteja em uso;

XI — propor alienação de material inserível.

c) pelo Setor de Almoxarifado:

XII — propor padronização, classificação, nomenclatura e descrição do material de uso da repartição, zelando pela observância das normas e modelos adotados;

XIII — examinar as requisições de material, com o objetivo de verificar a obediência às instruções em vigor;

XIV — providenciar para que exista em estoque o material de uso frequente;

XV — distribuir, mediante requisição visada pelo respectivo Diretor de Divisão ou pelo Secretário-Assistente, o material necessário aos diversos órgãos do Conselho;

XVI — fazer a expedição de material e providenciar o respectivo seguro;

XVII — preparar as requisições de transporte do material a ser expedido;

XVIII — organizar a estatística de consumo e o registro de preços correntes do material de uso comum, mantendo-os atualizados;

XIX — receber, conferir e examinar o material adquirido a fim de verificar se está de acordo com as condições ajustadas, ouvido o órgão especializado, quando se tratar de material técnico;

XX — atestar a entrada do material adquirido.

Parágrafo único — A Secção de Material compete ainda:

I — fazer a previsão do consumo do material, ouvidos os outros órgãos do Conselho;

II — propor as instruções reguladoras da especificação, compra, recebimento, registro, guarda, distribuição e utilização do material;

III — fornecer à Secção de Contabilidade elementos necessários à elaboração da proposta orçamentária;

IV — fazer ajustes, quando devidamente autorizado para aquisição de material, bem como para a conservação e reparação de mobiliário, aparelhos e outros utensílios;

V — fiscalizar o cumprimento das condições estipuladas nos contratos ou ajustes para fornecimento do material e sua conservação.

e) Secção de Contabilidade

Art. 64 — A Secção de Contabilidade é o órgão que tem por encargo os serviços de contabilidade, de execução do orçamento e de controle das contas.

Art. 65 — A Secção de Contabilidade compete:

a) pelo Setor Contábil:

I — contabilizar as operações realizadas, utilizando as fórmulas impressas e os livros de contabilidade necessários;

II — proceder a balanços anuais e balanços trimestrais, assim como demonstrações referentes à situação econômica e financeira do Conselho;

III — manter em dia os livros e registros contábeis;

b) pelo Setor Orçamentário:

IV — colhêr e sistematizar os elementos necessários à elaboração da proposta orçamentária;

V — acompanhar a execução orçamentária, propondo ao Diretor da Divisão as medidas que julgar convenientes à sua regularidade;

VI — extrair os empenhos referentes a despesas do Conselho;

c) pelo Setor de Contrôlê:

VII — examinar, conferir e processar os documentos relativos à aplicação das verbas consignadas no orçamento do Conselho;

VIII — manter em dia os registros da receita arrecadada e da despesa empenhada e realizada;

IX — organizar o registro dos adiantamentos autorizados, bem como o dos prazos para a respectiva prestação de contas;

X — verificar se as contas estão devidamente legalizadas.

Parágrafo único — A Secção de Contabilidade compete ainda:

I — Conferir, classificar e escriturar todos os documentos relativos aos atos e fatos administrativos do Conselho referentes a despesa ou receita;

II — preparar os elementos necessários ao exame das Comissões de Tomada de Contas da Assembléa Geral e de Orçamento do Diretorio Central e prestar-lhes a necessária assistência;

III — preparar os elementos justificativos do Balanço Geral devido ao Tribunal de Contas.

f) *Secção de Serviços Gerais*

Art. 66 — A Secção de Serviços Gerais é o órgão que tem por encargo a administração dos prédios ocupados pelo Conselho, assim como a conservação e limpeza dos seus bens móveis, imóveis e veículos.

Art. 67 — A Secção de Serviços compete:

a) pelo Setor de Portaria:

I — abrir e fechar a dependência do Conselho no horário estabelecido;

II — receber a correspondência e os volumes endereçados ao Conselho e encaminhá-los à Secção de Comunicações e Expediente;

III — registrar a entrada e a saída de servidores fora das horas do expediente e fiscalizar a entrada e saída de pessoas estranhas ao serviço, nas dependências do Conselho;

IV — fiscalizar a saída de móveis e utensílios, bem como de quaisquer volumes;

V — prestar informações ao público sobre a localização dos diversos órgãos do Conselho, bem como sobre a de seus funcionários;

VI — executar os serviços de mudança;

VII — zelar pelo asseio interno das dependências do Conselho;

VIII — exercer vigilância diurna e noturna nos imóveis ocupados pelo Conselho, de acordo com as instruções em vigor;

b) pelo Setor de Reparos e Conservação:

IX — zelar pelo bom funcionamento das instalações do Conselho;

X — providenciar a conservação e o conserto do material em uso, em atendimento às solicitações que lhe forem dirigidas.

XI — atestar a prestação de serviços nas contas de fornecimento de força, luz, gás, telefone e de conserto do material;

c) pelo Setor de Garage e Transporte:

XII — assegurar a guarda de veículos do Conselho que se encontrem no Distrito Federal e providenciar-lhes a manutenção e o abastecimento;

XIII — providenciar o registro dos motoristas e o licenciamento dos veículos do Conselho;

XIV — manter em dia um fichário relativo aos veículos, registrando as anotações diárias de percurso, consumo e horário de entrada e saída e missões cumpridas;

XV — tomar as providências necessárias em caso de acidente com veículos do Conselho;

XVI — atender às requisições de transporte do Gabinete do Secretário-Geral e das Divisões;

Parágrafo único — A Secção de Serviços Gerais compete ainda:

I — providenciar o fornecimento de uniformes aos servidores que sejam obrigados a usá-los, zelando pela boa apresentação dos mesmos;

II — fiscalizar os serviços de bar e restaurantes que eventualmente funcionarem nas dependências do Conselho;

III — fiscalizar o cumprimento das condições estipuladas nos contratos ou ajustes para a execução de obras.

g) *Secção de Comunicações e Expediente*

Art. 68 — A Secção de Comunicações e Expediente é o órgão que tem por finalidade receber, distribuir, remeter e arquivar os processos e documentos do Conselho.

Art. 69 — A Secção de Comunicações e Expediente compete:

a) pelo Setor de Protocolo e Arquivo:

I — receber, abrir, registrar e distribuir a correspondência comum destinada ao Conselho, dando prioridade à urgente;

II — receber, registrar e distribuir sem abrir, a correspondência de natureza reservada ou pessoal;

III — autuar os processos de acordo com as instruções baixadas;

IV — registrar e distribuir todos os processos e documentos, controlando a sua circulação;

V — proceder, de acordo com as normas adotadas no serviço público, ao arquivamento de todos os processos findos, salvo os peculiares aos diversos órgãos do Conselho, quando necessários;

b) pelo Setor de Mecanografia:

VI — executar e rever os trabalhos de dactilografia e de mimeógrafo que lhe forem distribuídos;

Parágrafo único — A Secção de Comunicações e Expediente compete ainda:

I — lavrar, de acordo com os órgãos interessados, as certidões que forem deferidas;

II — preparar o expediente que não fôr peculiar aos demais órgãos do Conselho;

III — organizar fórmulas-padrão que atendam ao expediente de rotina;

IV — rever e coordenar as minutas de correspondência que lhe forem encaminhadas;

V — manter em dia um fichário alfabético, com nome e endereço de todas as pessoas e entidades com quem o Conselho tenha relações frequentes.

TÍTULO II

DO PESSOAL

CAPÍTULO I

Das Atribuições

SECÇÃO I — Do Secretário-Geral

Art. 70 — Ao Secretário-Geral compete:

I — Superintender os serviços da Secretaria-Geral por cuja regularidade é responsável;

II — representar a Secretaria Geral quando conveniente;

III — cumprir e fazer cumprir as disposições legais vigentes, as resoluções da Assembléa Geral e do Diretório Central, bem como as portarias e instruções do Presidente do Instituto;

IV — baixar instruções para a boa execução das leis e regulamentos e para perfeito funcionamento dos diversos órgãos da Secretaria-Geral;

V — providenciar quanto à organização dos serviços relativos à Assembléa Geral do Conselho;

VI — promover a estreita colaboração entre o Conselho e as demais repartições e entidades integrantes do sistema geográfico brasileiro, de acordo com a legislação vigente;

VII — participar, como membro nato, das reuniões do Diretório Central e da Assembléa Geral;

VIII — presidir os trabalhos das Comissões Diretora, de Geografia, de Cartografia e de Difusão Cultural;

IX — dar audiência pública pelo menos uma vez por semana;

X — despachar todo o expediente, originário do Conselho ou de fora, que lhe fôr dirigido;

XI — despachar pessoalmente com o Presidente do Instituto;

XII — corresponder-se com as autoridades federais, estaduais e municipais sobre as-

suntos de interesse do Conselho, de acordo com as instruções do Presidente do Instituto;

XIII — propor ao Presidente do Instituto a nomeação ou a exoneração do Secretário-Assistente e dos Diretores de Divisão;

XIV — propor ao Presidente do Instituto a nomeação, demissão ou exoneração dos funcionários da Secretaria-Geral;

XV — propor ao Presidente do Instituto a admissão de pessoal contratado;

XVI — propor ao Presidente do Instituto a designação de servidores do Conselho para serviço, missão ou estudo no estrangeiro;

XVII — submeter ao Presidente do Instituto as propostas de contrato de professores e conferencistas nacionais ou estrangeiros, bem como as de técnicos ou especialistas necessários aos serviços do Conselho e mandar lavrar os respectivos termos;

XVIII — propor ao Presidente do Instituto a homologação de concursos e provas de habilitação;

XIX — assinar certificados de cursos mantidos ou patrocinados pelo Conselho;

XX — admitir e dispensar extranumerários;

XXI — designar servidores para o exercício de funções gratificadas e dispensá-los quando necessário;

XXII — designar os servidores do Conselho para serviço ou missão em qualquer parte do território nacional, arbitrando as diárias respectivas, de acordo com as normas em vigor;

XXIII — movimentar o pessoal da Secretaria-Geral de acordo com a conveniência do serviço;

XXIV — aprovar a escala de férias do pessoal da Secretaria-Geral;

XXV — conceder licença até o prazo de trinta dias;

XXVI — elogiar os servidores;

XXVII — aplicar penas disciplinares, até a de suspensão por 30 dias e levar ao conhecimento do Presidente do Instituto a ocorrência de faltas disciplinares cuja punição escape à sua alçada;

XXVIII — dar posse e exercício ao Secretário-Assistente e aos Diretores de Divisão;

XXIX — preencher o Boletim de Merecimento do Secretário-Assistente e dos Diretores de Divisão;

XXX — antecipar ou prorrogar, por necessidade do serviço, o período normal do trabalho, de acordo com a legislação vigente;

XXXI — determinar a instauração de processos administrativos e nomear as Comissões que devam realizá-los;

XXXII — determinar inspeções e vistorias, bem como organizar Comissões Especiais;

XXXIII — submeter ao Diretório Central o programa anual das atividades;

XXXIV — organizar projetos de resolução a serem apresentados, com o assentimento do Presidente do Instituto ao Diretório Central ou à Assembléa Geral;

XXXV — apresentar, em tempo oportuno, ao Presidente do Instituto e ao Diretório Central, o relatório anual das atividades do Conselho;

XXXVI — apresentar ao Presidente do Instituto, devidamente justificada, a proposta de orçamento para a manutenção dos serviços do Conselho;

XXXVII — submeter ao Diretório Central, quando requisitadas, as prestações de contas referentes à aplicação dos recursos concedidos ao Conselho;

XXXVIII — aprovar as minutas de termos de contrato que tenham de ser lavrados rela-

tivamente a obras e serviços a serem fiscalizados pela Secretaria-Geral;

XXXIX — determinar ou autorizar, mediante coleta de preço a aquisição de material ou a execução de serviços até o limite máximo de Cr\$ 50 000,00 (cinquenta mil cruzelros);

XL — determinar ou autorizar a realização de concorrência para o fornecimento de material ou execução de serviços e decidir sobre os resultados, até o limite máximo de Cr\$ 150 000,00 (cento e cinquenta mil cruzelros);

XLI — submeter ao Presidente do Instituto as minutas de edital e os processos de concorrência para o fornecimento de material ou execução de serviços que excedam de Cr\$ 150 000,00 (cento e cinquenta mil cruzelros);

XLII — autorizar pagamentos e indenizações, de acordo com as normas vigentes;

XLIII — autorizar a baixa e a alienação do material permanente imprestável do Conselho, de acordo com as normas vigentes;

XLIV — requisitar, nos termos da lei, transportes terrestres, marítimos, fluviais e aéreos;

XLV — resolver os casos omissos deste Regulamento interno, de acordo com a legislação federal.

SECÇÃO II — Do Secretário-Assistente

Art. 71 — Ao Secretário-Assistente compete:

I — chefiar o Gabinete do Secretário-Geral;

II — auxiliar o Secretário-Geral no preparo dos programas e relatórios de atividades técnicas e administrativas do Conselho, bem como na elaboração da proposta orçamentária;

III — secretariar a mesa do Diretório Central e da Assembléa Geral;

IV — numerar, conferir e assinar todas as resoluções aprovadas pelo Diretório Central ou pela Assembléa Geral do Conselho;

V — promover, de acordo com a orientação do Secretário-Geral a coordenação das atividades dos Órgãos Regionais e Entidades Filiais;

VI — baixar ordens de serviço sobre assuntos de sua alçada;

VII — propor elogios para o pessoal do Gabinete;

VIII — aplicar penas disciplinares até a de suspensão por oito dias ao pessoal do Gabinete, comunicando ao Secretário-Geral a ocorrência de faltas disciplinares cuja punição escape à sua alçada;

IX — preencher o Boletim de Merecimento do pessoal do Gabinete do Secretário-Geral.

X — propor ao Secretário-Geral a escala de férias do pessoal do Gabinete;

XI — justificar imp pontualidades e abonar, mensalmente, até duas faltas do pessoal lotado no Gabinete;

XII — dar posse aos servidores nomeados ou contratados, aos chefes de Secção e aos encarregados de Setor;

XIII — determinar, de ordem, o arquivamento dos processos findos ou peremptos.

SECÇÃO III — Dos Diretores de Divisão

Art. 72 — Aos Diretores de Divisão compete:

I — planejar, dirigir, orientar e fiscalizar os trabalhos da Divisão;

II — despachar o expediente que fôr de sua alçada;

III — despachar com o Secretário-Geral matéria de interesse da sua Divisão;

IV — opinar nos assuntos que digam respeito às atividades da Divisão;

V — cumprir e fazer cumprir, em sua Divisão, as normas e instruções vigentes;

VI — determinar inspeções e vistorias;

VII — baixar ordens de serviço aplicáveis à Divisão;

VIII — elaborar os programas e planos de trabalho da Divisão, submetendo-os ao Secretário-Geral;

IX — propor ao Secretário-Geral a designação dos Chefes da Secção, dos Encarregados de Setor e do Secretário da Divisão;

X — movimentar o pessoal lotado na Divisão e o material a cargo da mesma comunicando as transferências à Divisão de Administração;

XI — opinar quanto à designação de servidores lotados na Divisão para serviços externos;

XII — opinar em processos de lotação ou transferências de servidores da Divisão;

XIII — justificar imp pontualidades e abonar, mensalmente, até duas faltas do pessoal da Divisão;

XIV — manifestar-se nos processos referentes à concessão de licença para tratamento de interesses particulares;

XV — propor elogios para o pessoal da Divisão;

XVI — aplicar penas disciplinares até a de suspensão por oito dias ao pessoal da Divisão e comunicar ao Secretário-Geral a ocorrência de faltas disciplinares cuja punição escape à sua alçada;

XVII — propor a escala de férias do pessoal da Divisão;

XVIII — preencher o Boletim de Merecimento dos chefes de Secção da Divisão e do pessoal da sua Secretaria, de acordo com o Regulamento de Promoções;

XIX — avocar, por conveniência de serviço, qualquer trabalho em andamento na Divisão;

XX — examinar, visar e encaminhar os trabalhos da Divisão que se destinem a autoridade superior, a expedição ou a divulgação;

XXI — propor ao Secretário-Geral a publicação de trabalhos preparados pela Divisão;

XXII — visar as requisições de material necessário à Divisão e fiscalizar a sua conservação, de acordo com as instruções vigentes;

XXIII — elaborar a anteproposta orçamentária da Divisão;

XXIV — elaborar o relatório anual dos trabalhos da Divisão;

XXV — visar os documentos referentes a despesas de responsabilidade da Divisão;

XXVI — autenticar, o Diretor da Divisão de Administração, as certidões mandadas lavrar por despacho do Secretário-Geral;

SECÇÃO IV — Do Consultor Jurídico

Art. 73 — Compete ao Consultor Jurídico:

I — dirigir os trabalhos da Consultoria Jurídica;

II — exercer, em relação à Consultoria Jurídica e no que fôr aplicável, as atribuições previstas para os Diretores de Divisão;

SECÇÃO V — Dos Chefes de Secção

a) Chefes de Secção em Geral

Art. 74 — Aos Chefes de Secção compete:

I — dirigir, coordenar e fazer executar os trabalhos confiados à Secção;

II — cumprir e fazer cumprir as normas e instruções vigentes, bem como as determinações da autoridade a que estiver subordinado;

III — distribuir serviços aos Setores da Divisão;

IV — despachar o expediente da Secção e encaminhar o que depender de autoridade superior;

V — examinar e rubricar os trabalhos da Secção, inclusive informações, minutas e documentos que se destinem a autoridade superior, a expedição ou a divulgação;

VI — recusar as petições de servidores, lotados na Secção, ofensivas a qualquer autoridade ou repartição, mandando o interessado requerer em termos;

VII — manter o controle das resoluções, portaria, instruções, ordens, interpretações, ementas e prazos que digam respeito ao funcionamento da Secção;

VIII — propor as medidas convenientes à boa marcha dos trabalhos;

IX — elaborar e submeter à consideração superior os programas de trabalho da Secção;

X — propor à autoridade imediata, a designação dos encarregados dos Setores pertencentes à Secção, bem como a de seus substitutos eventuais;

XI — movimentar, de acordo com a conveniência dos trabalhos, o pessoal lotado na Secção, comunicando as transferências de caráter permanente ao Diretor da Divisão;

XII — aplicar ao pessoal lotado na Secção a pena disciplinar de repreensão e comunicar ao Diretor da Divisão a ocorrência de faltas cuja punição escape à sua alçada;

XIII — propor elogios para o pessoal da Secção;

XIV — opinar quanto à justificação de faltas ao serviço e imp pontualidades dos servidores que lhe estiverem diretamente subordinados;

XV — manifestar-se nos processos de licença para tratamento de interesse particular do pessoal da Secção;

XVI — propor a escala de férias do pessoal lotado na Secção;

XVII — preencher o Boletim de Merecimento dos seus auxiliares, de acordo com o disposto no Regulamento de Promoções;

XVIII — encaminhar à autoridade superior, propostas, pareceres, sugestões e informações pertinentes às atividades da Secção;

XIX — zelar pela boa ordem e manutenção do silêncio no recinto do trabalho;

XX — comunicar os danos causados ao material por servidores da Secção;

XXI — requisitar o material permanente e de consumo necessário à Secção, fiscalizar o seu estoque e zelar pela sua conservação, de acordo com as instruções vigentes;

XXII — fornecer prontamente as informações e os dados necessários ao preparo da proposta orçamentária e do relatório anual do Conselho;

XXIII — elaborar o relatório anual dos trabalhos executados pela Secção;

b) Chefes de Secção de Campo

Art. 75 — Aos Chefes das Secções que executam trabalhos permanentes de campo, além das atribuições contidas no artigo anterior compete:

I — providenciar a organização técnica dos serviços de campo e de escritório, necessários ao bom desempenho dos trabalhos afetos à Secção;

II — determinar o horário mais conveniente aos trabalhos a cargo da Secção;

III — admitir e dispensar diaristas de campo e arbitrar as suas diárias, de acordo com as instruções vigentes;

IV — contratar tarefas e prestação de serviços na conformidade das instruções vigentes;

V — aplicar aos servidores da Secção penas disciplinares até a de suspensão por três dias;

VI — dar posse aos encarregados de Setor da sua Secção;

VII — conceder licença até o prazo de quinze dias para tratamento de saúde, observadas as instruções que forem baixadas;

VIII — conceder folgas, como compensação por serviços extraordinários;

IX — justificar imp pontualidades e abonar mensalmente até duas faltas do pessoal da Secção;

X — organizar a escala de férias dos servidores lotados na Secção;

XI — organizar as fôlhas de pagamento e visar recibos de vencimentos, diárias e gratificações do pessoal da Secção;

XII — comunicar imediatamente ao Diretor da Divisão qualquer anormalidade ocorrida na Secção bem como as providências tomadas;

XIII — prestar caução ou fazer seguro de fidelidade, nos termos da legislação vigente;

XIV — receber adiantamentos destinados a atender às despesas da Secção;

XV — efetuar o pagamento do pessoal da Secção;

XVI — prestar contas dos adiantamentos recebidos e fazer, no prazo legal, remessa dos comprovantes das despesas efetuadas;

XVII — realizar aquisição direta, até Cr\$ 15 000,00 (quinze mil cruzreiros) de material permanente ou de consumo, de necessidade urgente, mediante coleta de preços;

XVIII — providenciar o registro na Secção de Material da Divisão de Administração, do material adquirido diretamente;

XIX — comunicar às autoridades municipais e aos proprietários a construção de marcos e a respectiva legislação protetora;

XX — promover medidas cabíveis nos casos de depreciação de marcos e bem assim a restauração dos que tenham sido danificados;

XXI — zelar pelo arquivo de plantas, cadernetas, documentos e respectivo registro, bem como pela guarda dos instrumentos, mantendo-os sempre em bom estado de conservação.

SECÇÃO VI — Do Tesoureiro e do Auxiliar de Tesoureiro

Art. 76 — Ao Tesoureiro compete:

I — exercer vigilância sobre todos os valores a seu cargo, propondo medidas de segurança, inclusive policiamento, para os locais onde haja movimento de valores;

II — providenciar sobre o suprimento de valores que tiver de movimentar e a guarda daqueles que houverem de ser recolhidos sob sua responsabilidade;

III — assinar as guias de recolhimento ao Banco do Brasil ou à repartição competente;

IV — receber a importância das consignações previstas para o custeio dos serviços do Conselho nos orçamentos da União, das unidades federadas e dos municípios, bem assim quaisquer outros recursos que ao mesmo Conselho forem concedidos;

V — depositar ou fazer depositar no Banco do Brasil (Matriz) os recursos financeiros do Conselho e movimentar as contas correntes respectivas por meio de cheques;

VI — determinar o transporte de numerário pelo Auxiliar de Tesoureiro;

VII — determinar a necessária vigilância na Tesouraria de modo que nela não tenha ingresso pessoas estranhas, exceto funcionários designados pelo Secretário-Geral, em objeto de serviço;

VIII — zelar pela boa ordem e perfeição nos trabalhos da Tesouraria a seu cargo, re-

presentando ao Diretor da Divisão contra as irregularidades verificadas;

IX — zelar pela regularidade da escrituração dos registros e livros da Tesouraria;

X — receber, diretamente ou por intermédio do seu auxiliar, os valores a entrar na Tesouraria, e bem assim, efetuar ou mandar efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas, observando as normas em vigor;

XI — organizar ou fazer organizar o registro das procurações para efeito dos pagamentos a serem realizados, examinando se tais procurações estão revestidas das formalidades legais;

XII — verificar, pelo menos semanalmente, os valores a cargo do Auxiliar de Tesoureiro;

XIII — remeter, diariamente, ao Diretor da Divisão, uma demonstração sintética do movimento da Tesouraria;

XIV — emitir cheques a serem apresentados ao Presidente do Instituto contrassinados pelo Secretário-Geral;

XV — fazer, mensalmente, o balanço dos valores sob sua responsabilidade;

XVI — tomar tôdas as providências de caráter bancário necessárias à remessa de numerário aos órgãos regionais, às Secções de Campo e aos funcionários em exercício fora da sede do Conselho e outras convenientes;

XVII — exercer as atribuições de chefe de Secção que não contrariem o disposto neste artigo.

Art. 77 — Ao Auxiliar de Tesoureiro compete:

I — prestar contas ao Tesoureiro, diariamente, dos pagamentos efetuados e imediatamente, quando de volta de qualquer missão externa;

II — datar, carimbar e assinar os documentos de despesas ou relações de pagamentos diários que realizar;

III — efetuar, de acordo com as determinações do Tesoureiro, os pagamentos das despesas, observadas as normas em vigor.

SECÇÃO VII — Dos Encarregados de Setor

Art. 78 — Aos encarregados de Setor compete:

I — cumprir e fazer cumprir as instruções e ordens vigentes e as determinações recebidas do seu Chefe imediato;

II — executar e fazer executar os trabalhos confiados ao Setor;

III — encaminhar ao seu Chefe imediato o expediente, sugestões e propostas atinentes ao Setor;

IV — manter a ordem no Setor;

V — comunicar ao seu Chefe imediato as faltas ou transgressões disciplinares ocorridas no Setor;

VI — informar quanto à justificação de faltas ao serviço e imp pontualidade do pessoal lotado no Setor;

VII — zelar pela boa aplicação e conservação do material usado pelo Setor.

SECÇÃO VIII — Do Chefe da Portaria

Art. 79 — Ao Chefe da Portaria compete:

I — chefiar os trabalhos da Portaria, distribuindo e fiscalizando as tarefas confiadas aos contínuos e serventes;

II — manter sob sua guarda as chaves das portas ou portões que dão acesso às dependências do Conselho;

III — receber a correspondência e os volumes endereçados ao Conselho e encaminhá-los à Secção de Comunicações e Expediente;

IV — fiscalizar a entrada e saída de pessoas estranhas ao serviço, nas dependências do Conselho;

V — fiscalizar a saída de móveis e utensílios, bem como de volumes quaisquer.

VI — exercer o policiamento administrativo, recorrendo ao superior hierárquico sempre que fôr necessário;

VII — zelar pela limpeza e asseio do local, móveis e aparelhos da repartição.

Parágrafo único — As atribuições previstas neste artigo competem também aos encarregados da Portaria dos serviços que funcionem fora do edifício-sede do Conselho.

SECÇÃO IX — Dos Servidores em Geral

Art. 80 — Aos servidores em geral caberão as funções que lhes forem determinadas pelos seus chefes, respeitadas as atribuições inerentes às profissões e aos cargos e séries funcionais a que pertencerem, de acôrdo com as normas em vigor.

CAPÍTULO II

Das Substituições

Art. 81 — O servidor ocupante de cargo em comissão ou função gratificada terá um substituto eventual designado pela mesma autoridade que o nomeou.

Parágrafo único — Em falta de designação, o substituto eventual do Secretário-Geral será o Secretário-Assistente; o do Diretor de Divisão será o chefe de Secção mais antigo como chefe, na respectiva Divisão; o do chefe de Secção será o encarregado de Setor da respectiva Secção que ocupar cargo, de classe mais elevada; o do encarregado de Setor será o servidor mais antigo no Setor.

Art. 82 — O substituto eventual substituirá automaticamente o titular em seus impedimentos, salvo se houver ato designando outro substituto.

§ 1.º — A substituição automática será gratuita; quando porém, exceder de 30 dias, será remunerada e por todo período.

§ 2.º — Havendo ato de designação a substituição será remunerada.

§ 3.º — No caso de substituição remunerada o substituto não poderá acumular as vantagens de seu cargo ou função efetiva com as da substituição.

CAPÍTULO III

Da Promoção e Melhoria de Salário

Art. 83 — As promoções dos servidores da Secretaria-Geral são feitas em portaria do Presidente do Instituto e na forma do Regulamento de Promoções do Pessoal do Conselho.

CAPÍTULO IV

Dos Deveres e Direitos

Art. 84 — Os deveres e direitos dos servidores da Secretaria-Geral regem-se pelas resoluções baixadas pelos órgãos deliberativos do Conselho e, nos casos omissos, pelas leis vigentes, para o funcionalismo civil da União.

TÍTULO III

DO HORÁRIO E DA FREQUÊNCIA

CAPÍTULO I

Da Duração do Trabalho e do Horário

Art. 85 — Os servidores do Conselho são obrigados à prestação de 33 horas de trabalho no mínimo, por semana.

Parágrafo único — Para os funcionários em trabalho de campo, bem como para os servidores que exercem atividades braçais, o tempo mínimo de serviço mensal é de 200 horas.

Art. 86 — Compete ao Secretário-Geral antecipar ou prorrogar o período de trabalho quando necessário.

Art. 87 — A gratificação por serviço extraordinário poderá ser:

I — previamente arbitrada pelo Secretário-Geral;

II — paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado.

§ 1.º — A gratificação a que se refere o item I não excederá a um terço do vencimento ou remuneração mensal do funcionário.

§ 2.º — No caso do item II a gratificação não excederá de um terço do vencimento ou remuneração de um dia e será calculada por hora de trabalho prorrogado ou antecipado e por tarefa.

§ 3.º — Em se tratando de serviço extraordinário noturno, o valor da hora será acrescido de 25%.

Art. 88 — O horário do funcionamento da Secretaria-Geral do Conselho é fixado pelo Presidente do Instituto por proposta do Secretário-Geral.

Parágrafo único — O disposto no presente artigo não se aplica às Secções e Setores de Campo, cujo horário é determinado pelos respectivos Chefes de Secção.

CAPÍTULO II

Da Frequência

Art. 89 — A frequência é registrada da maneira seguinte:

I — pelo ponto;

II — pela forma fixada em instruções aprovadas pelo Presidente do Instituto, quanto aos servidores dispensados do ponto.

Parágrafo único — São dispensados do ponto os Diretores de Divisão, o Secretário-Assistente e o Consultor Jurídico.

Art. 90 — A falta ao serviço importará na perda de vencimento ou salário diário.

Parágrafo único — Os dias em que não houver expediente intercalado entre faltas não serão computados como faltas.

Art. 91 — Não serão consideradas, para fins de descontos, as faltas decorrentes de:

I — férias;

II — casamento;

III — luto por cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou dependente registrado na ficha funcional;

IV — júri, serviço eleitoral e outros obrigatórios por lei;

V — licença, salvo para tratamento de interesses particulares.

Parágrafo único — As faltas a que se referem os itens II e III não excederão a oito dias consecutivos.

Art. 92 — O processamento de justificação de faltas, atrasos e saídas antecipadas ou durante o expediente será fixado pelo Secretário-Geral.

Art. 93 — O servidor que chegar atrasado, retirar-se antecipadamente ou ausentar-se durante o expediente, sofrerá um desconto à razão de 1/6 do vencimento ou salário diário, por hora ou fração de hora de ausência.

Parágrafo único — O servidor não sofrerá desconto quando o atraso, e saída antecipada ou durante o expediente forem considerados justificados.

Art. 94 — Poderão ser justificados *ex-officio* os períodos de tempo de atraso, saídas antecipadas e durante o expediente que, somados, não ultrapassem 60 minutos mensalmente.

Parágrafo único — Os servidores cujos atrasos, faltas, saídas antecipadas e durante o expediente não forem justificados, ficarão sujeitos não só a desconto, mas também a penas disciplinares.

TÍTULO IV

DO PROCESSAMENTO DE PAPÉIS

Art. 95 — Todos os papéis que interessem ao Conselho terão entrada pelo Setor de Protocolo e Arquivo da Secção de Comunicações e Expediente que providenciará a sua tramitação.

§ 1.º — A desanexação de processos ou de documentos que os instruírem dependerá do prévio despacho do Secretário-Geral, sendo os documentos entregues às partes mediante recibo no próprio processo.

§ 2.º — Não serão encaminhados, sendo devolvidos ao interessado, com a declaração expressa do motivo do seu não encaminhamento, os papéis redigidos em linguagem imprópria ou desrespeitosa.

§ 3.º — As informações relativas ao andamento dos papéis serão dadas às partes, no Setor de Protocolo e Arquivo.

Art. 96 — O recebimento, a tramitação e a informação dos papéis de caráter administrativo, obedecerão às normas vigentes no Conselho.

Art. 97 — Os processos devem ter andamento rápido observados os prazos regulamentares.

Art. 98 — Toda a correspondência interna obedecerá aos moldes oficiais.

§ 1.º — As informações e pareceres devem ser prestados circunstanciada e conclusivamente, com exatidão, clareza, moderação e legibilidade, não podendo o funcionário afastar-se do assunto em causa, nem fazer apreciação estranhas ao mesmo.

§ 2.º — É vedada a inutilização ou cancelamento de qualquer informação ou despacho, devendo ser feita a ressalva "em tempo".

Art. 99 — Os livros e registros serão cuidadosamente guardados e manuseados pelos

funcionários encarregados da sua escrituração a qual será efetuada em caracteres claros, legíveis sem abreviaturas.

Art. 100 — Serão arquivados no Setor de Protocolo e Arquivo da Secção de Comunicações e Expediente todos os processos e papéis solucionados definitivamente, salvo quando de interesse específico de determinado serviço.

Art. 101 — O funcionário que tiver de dar cumprimento a um despacho deverá examinar previamente a regularidade do processo e submeter ao seu superior todas as dúvidas que tiver.

Art. 102 — É vedado ao funcionário, sob qualquer pretexto, sublinhar trechos ou fazer anotação em despachos, pareceres, informações ou documentos existentes em processos.

Parágrafo único — Tratando-se de informação, despacho ou parecer de sua autoria, os trechos que sublinhar deverão ser acompanhados de ressalva.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 103 — O cargo de Diretor de Divisão será provido por profissional de notória competência e tirocínio nos assuntos da Divisão.

Art. 104 — É vedado ao funcionário retirar da repartição livros ou documentos sem prévia autorização do Chefe de Secção ou autoridade superior.

Art. 105 — Os servidores de qualquer categoria só poderão dirigir-se às autoridades superiores em assunto de serviço por intermédio dos respectivos chefes, que deverão prestar sobre a matéria as informações necessárias.

Art. 106 — O Chefe da Portaria, os motoristas, ascensoristas, contínuos e serventes, usarão, em serviço, o uniforme aprovado.

Art. 107 — Fica vedado o aproveitamento dos servidores em trabalhos estranhos ao Conselho, sob pena de responsabilidade de quem os determinar.

Art. 108 — Os casos omissos neste Regulamento serão, pelo Secretário-Geral, submetidos à apreciação e decisão do Presidente do Instituto.

☆

Resolução n.º 447, de 16 de junho de 1953

Dispõe sobre a realização, na Capital Federal, da XIII sessão ordinária da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia e dá outras providências.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando que a Assembléa Geral do Conselho, em sua resolução n.º 333, de 10-9-51, deliberou associar-se às comemorações do primeiro centenário da elevação do Paraná à categoria de Província, autorizando a Presidência do Instituto a determinar as providências necessárias a que a XIII sessão ordinária se realizasse em Curitiba;

Considerando que as providências nesse sentido já tomadas pela Presidência do Instituto revelaram a impossibilidade prática da realização projetada naquela capital estadual;

Considerando haver sido dado conhecimento, em tempo oportuno, da impossibilidade acima declarada, aos órgãos regionais do Conselho;

Considerando que a realização da referida sessão em Curitiba acarretará elevadas despesas ao Conselho Nacional de Geografia;

Considerando, ainda, que, embora se realizando, nesta capital, a XIII sessão ordinária

da Assembléa Geral, estará o Conselho em condições de participar da Exposição de Geografia e Estatística a realizar-se em Curitiba, por ocasião dos aludidos festejos comemorativos;

Considerando que a referida Exposição será do maior interesse para o Estado, uma vez que refletirá suas riquezas e possibilidades constituindo excelente oportunidade de divulgação estatístico-geográfica, conforme determina o parágrafo único do art. 17 do decreto número 24 609, de 6 de julho de 1934;

Considerando, finalmente, o disposto no art. 22 do Regulamento do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1.º — A XIII sessão ordinária da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia será instalada na Capital Federal, a 1.º de julho do corrente ano.

Art. 2.º — Fica a Secretária-Geral do Conselho autorizada a contribuir para a Exposição de Geografia e Estatística que o Instituto deverá realizar este ano, em Curitiba, Paraná.

Art. 3.º — O Conselho Nacional de Geografia far-se-á representar, oficialmente, por delegação designada pelo Presidente do Instituto nos festejos comemorativos do primeiro centenário da elevação do Paraná à categoria de Província.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: *José Veríssimo da Costa Pereira*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Deoclécio De Paranhos Antunes*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Florêncio de Abreu*, Presidente.



Este "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia — Avenida Beira-Mar, 436 — Edifício Iguaçu — Rio de Janeiro, D. F.